

SUMÁRIO

Apresentação.....pág.09-18

Reforma agrária e “desenvolvimento como liberdade”: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Luís Antonio Barone

Alcir Antonio Kuranaga.....pág. 19-44

Sistemas de produção e estratégias de permanência na terra: assentamentos rurais no coração da agroindústria

Antonio Marcos Campoi

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.....pág. 45-66

Programas municipais e produções de autoconsumo: alternativas para o desenvolvimento com sustentabilidade nos assentamentos de Araraquara-SP

Henrique Carmona Duval

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.....pág. 67-82

O desenvolvimento do projeto educação do campo em um assentamento da reforma agrária no município de Araraquara/SP: uma possibilidade de intervenção na problemática ambiental

Laésse Lopes.....pág. 83-96

A construção da gestão democrática em uma escola do campo

Valéria Aparecida de Bastos.....pág. 97-112

A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Marinaldo Fernando de Souza.....pág. 113-126

Lazer, trabalho e sucessão: a juventude em assentamentos de reforma agrária no município de Presidente Venceslau/SP

Patrícia de Lima Silva

Luís Antonio Barone.....pág. 127-142

A presença do MST e da COCAMP nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara

Vanilde Ferreira de Souza

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.....pág. 143-156

Sociabilidade e reforma agrária: uma questão em debate

Thauana Paiva de Souza Gomes

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.....pág. 157-176

Mulheres e jovens : para além dos valores de mercado, o sentido da vida

Aline Vieira Poletine

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.....pág. 177-190

Redes de sociabilidade política num assentamento de reforma agrária: uma discussão preliminar

Tiago dos Santos Lira

Luís Antonio Barone.....pág. 191-202

Poder local e assentamentos rurais: um estudo em marabá paulista

Cíntia C. Farias dos Santos

Luís Antônio Barone.....pág. 203-224

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que apresentamos o número 10 de **Retratos de Assentamentos**, uma coleção que bem expressa a trajetória de lutas e de conquistas presentes na constituição das experiências de Reforma Agrária na realidade brasileira. Esta coleção, organizada por um núcleo de pesquisa, Nupedor – inicialmente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, hoje filiado ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara - no decorrer de 12 anos de edição, tem procurado, sob diferente enfoques, analisar a constituição de um novo modo de vida baseado nas experiências enfrentadas por trabalhadores e suas famílias no viver cotidiano dos assentamentos.

Nestes mais de 10 anos, temos inequívocos exemplos de que tem valido a pena debruçar-se sobre o acompanhamento dos projetos de assentamentos e vencer as barreiras de dedicar-se ao que era, há 21 anos atrás, considerado um “tema maldito”. Além dos indicadores de produção científica, tem sido tarefa das mais gratificantes acompanhar a construção de jovens pesquisadores que têm se dedicado à análise do modo de vida dos assentados e de suas relações com os outros agentes presentes nesse campo de forças sociais, aprendendo a combinar, com sensibilidade e dedicação, estratégias de pesquisa e o compromisso de produzir conhecimento com retorno social.

São estas, dentre outras, as razões que reiteram nossa escolha, a de ter feito dos projetos de assentamento, não um objeto de fria análise, mas um processo eivado de subjetividades alimentadas pela vida e trabalho de centenas de famílias que lutam para permanecer na terra.

Este número, mais uma vez, sela parcerias e um trabalho de respeito e de cooperação. Temos podido vivenciar esta travessia, numa experiência renovada e amadurecida de aprendizagem.

Os trabalhos reunidos neste volume de **Retratos de Assentamentos** abordam as temáticas que mobilizaram os pesquisadores do Nupedor no último período. Este se refere aos estudos feitos a partir do projeto **Poder Local e Assentamentos: expressões de conflito, de acomodação e de resistência** financiado pelo CNPq. Como é de hábito, apresentam-se aqui produtos de pesquisadores iniciantes, iniciativa voltada para a formação e qualificação de novos investigadores da realidade dos assentamentos através dos quais o Núcleo busca sua renovação. Assim é com os trabalhos de Henrique Carmona Duval, Aline Vieira Poletine, Thauana Paiva de Souza Gomes (que escrevem junto com Vera L. S. B. Ferrante), Patrícia de Lima Silva, Tiago dos Santos Lira,

Cíntia Farias dos Santos (estes três últimos, textos escritos em parceria com Luís Antonio Barone).

Artigos mais elaborados, frutos de trabalhos de pós-graduandos também estão presentes, como o de Marcos Campoi e Vera L. S. Botta Ferrante, o de Valéria Bastos e o de Laésse V. Lopes. Além do artigo de Ferrante, Barone e Kuranaga, que abre a presente edição e o de Dulce C. A. Whitaker (uma das coordenadoras do projeto Poder Local e Assentamentos), conta-se com a colaboração especial de Vanilde de Souza e Sonia M. P. P. Bergamasco, pesquisadoras não ligadas ao Nupedor, em artigo escrito especialmente para este número. Registre-se a “chegada” ao tema do estagiário Marinaldo F. de Souza que já está participando dos projetos, sob orientação de Dulce C. A. Whitaker e acompanho-a na produção do seu artigo.

Do ponto de vista temático, este volume contém artigos que buscam espelhar o esforço da pesquisa comparativa entre os dois contextos regionais do Estado de São Paulo, enfocados no projeto **Poder Local e Assentamentos**. Assim é que perfilam-se trabalhos sobre os assentamentos nas regiões de Araraquara e do Pontal do Paranapanema. O primeiro trabalho, no entanto, busca construir uma panorâmica mais ampla, dando conta das experiências de assentamentos de todo o Estado. Neste artigo, intitulado **Reforma Agrária e Desenvolvimento como Liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo**, Vera Botta Ferrante, Luís Antonio Barone e Alcir Kuranaga discutem a trajetória das experiências dos assentamentos rurais no território paulista sob a rubrica do desenvolvimento, utilizando-se particularmente do conceito de desenvolvimento como liberdade, conforme explicitado por Amartya Sen. Tal concepção é escolhida por valorizar a percepção dos trabalhadores diretamente envolvidos nessas experiências de reforma agrária. Discutem-se os dilemas da organização interna, a inserção dos assentamentos e assentados no entorno sócio-econômico e político, a ação dos agentes mediadores, estratégias de sustentabilidade e as clivagens de gênero e gerações. A impossibilidade dos agentes envolvidos no processo de assentamentos desenvolverem parcerias estratégicas para o progresso dos PAs, mais que uma política deliberada anti-reformista por parte de alguns agentes públicos é um empecilho no encaminhamento de possíveis projetos de desenvolvimento.

O artigo discute as tensões presentes na relação dos assentamentos com o desenvolvimento que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais diversificados.

Existe muita diversidade no tocante ao desenvolvimento sócio-econômico, controvérsias com relação ao futuro dessas experiências, sobretudo em cada contexto regional.

O artigo toca numa questão nuclear para definição do futuro e dos rumos dos assentamentos: quais disposições criadas nestes projetos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais?

Discute-se o desenvolvimento na trajetória dessas experiências face aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da trajetória pessoal das famílias desses trabalhadores, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. O estudo conclui sobre a importância em se desenvolver políticas públicas específicas para a juventude nas áreas de educação cultura e oportunidades de geração de renda.

Seguem dois trabalhos tematizando a dimensão econômica e a da integração produtiva dos assentamentos (ênfase da equipe do projeto que estuda a região de Araraquara). No artigo **Sistemas de Produção e Estratégias de Permanência na Terra: assentamentos rurais no coração da agroindústria**, produto da dissertação de mestrado de Antonio Marcos Campoi, defendida no Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, orientada por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, objetiva-se caracterizar os sistemas de produção implantados nos núcleos do assentamento Monte Alegre, na região de Araraquara. Confronta-se esta temática com a do processo de constituição dessas experiências e sua trajetória social e produtiva, pautando diferentes dilemas que têm caracterizado essas experiências. Os autores concluem que existe uma predominância de sistemas culturais baseados no pacote tecnológico introduzido no processo de modernização agrícola do país, baixa utilização de técnicas agrícolas alternativas que apontam para uma maior sustentabilidade da produção, mesmo as de baixo custo e simples aplicação, além de uma deficiência na prestação pública de serviços de assistência técnica e extensão rural. Com relação a esses serviços, constata-se, muitas vezes, a existência de um conflito entre técnicos e população assentada. Nos casos analisados, apesar do cercamento das usinas e do investimento crescente na cana, a lógica das necessidades não foi deixada de lado.

Estratégias relacionadas diretamente às atividades dos componentes familiares, assim como estratégias de produção, nas quais contam a diversidade agrícola e a produção para autoconsumo foram analisadas ao longo dos distintos períodos de constituição dessas experiências.

Tais estratégias são criadas e (re)criadas de acordo com as necessidades dos arranjos familiares. Em determinadas épocas do ano, o potencial da força de trabalho familiar fica subutilizado e recorre-se à sua venda em caráter temporário e/ou permanente para fortalecimento do orçamento familiar. A implementação desta diversidade de estratégias supõe que os assentados tenham

estabelecido ou constituído uma rede de sociabilidade interna alimentada pelo capital social, por códigos de (re) conhecimento social e de solidariedade.

Por fim, a ausência de uma política mais clara dos poderes públicos – com ênfase no âmbito municipal – com relação à abertura de canais de escoamento da produção somada à baixa utilização do fator trabalho nos lotes do assentamento (concomitante à saída para trabalhar fora do P.A.) prejudicam o desenvolvimento dos assentamentos. Nesse panorama, discute-se em que medida políticas públicas locais poderiam transformar essa realidade e até que ponto os assentamentos podem criar novas bases para se discutir perspectivas futuras de desenvolvimento local/regional.

O artigo de Henrique Carmona Duval e Vera Lúcia S. Botta Ferrante, **Programas Municipais e Produções de Autoconsumo: alternativas para o desenvolvimento com sustentabilidade nos assentamentos de Araraquara-SP**, analisa as alternativas econômicas de permanência na terra nos assentamentos rurais da região de Araraquara. Evidenciam-se duas grandes possibilidades – não excludentes – de integração dos assentados aos mercados ou cadeias produtivas locais/regionais: as parcerias com o setor privado e a participação em programas municipais. Na primeira possibilidade, destaca-se a integração dos assentados como fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas de álcool e açúcar da região, verifica-se uma grande variação na produtividade e na renda auferida pelos assentados, até mesmo pela possibilidade de conjugação da produção canavieira com outras culturas, tornando mais complexo o debate sobre os efeitos econômicos desse tipo de sistema produtivo implantado nos assentamentos. Frango, mandioca e cultivo de adubos verdes também obedecem essa lógica da parceria. Por outro lado, as produções de autoconsumo fazem parte das alternativas desses assentados. Além de possuírem aspectos de preservação ambiental e de prover a alimentação, oferecem a possibilidade de inserirem os assentados em programas desenvolvidos pelo poder público municipal de Araraquara, como as feiras de produtor.

Este artigo toca em um dilema fundamental, as contradições entre diferentes trajetórias familiares e os padrões regionais de organização econômica analisadas sob o prisma de complexa rede de relações existentes entre os vários atores envolvidos na política de assentamentos. Esse estudo abre uma discussão atual e necessária para o futuro dos assentamentos: o lugar de tais experiências nas agendas políticas dos municípios e as indefinições contidas nas “parcerias” firmadas pelos assentados com setores agroindustriais.

A temática sobre os processos educacionais e culturais, mediados ou não por políticas públicas, animou ambas as equipes regionais. O artigo **Estudos sobre o Desenvolvimento do Projeto “Educação do campo” em Assentamento de Reforma Agrária no Município de Araraquara**, de autoria de Laésse V. Lopes, produto de sua dissertação de mestrado defendida no

Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Unesp, campus de Araraquara, objetiva verificar a efetividade das propostas definidas no projeto “Escola do Campo” – com ênfase na temática ambiental - que tem lugar num projeto de assentamento na região de Araraquara. Através de uma investigação etnográfica, o autor constata um resultado bastante positivo em relação às metas estabelecidas no projeto pedagógico da escola, ao mesmo tempo em que identifica limitadores de um melhor resultado, sobretudo relacionados à formação do corpo docente – sem dúvida, agentes fundamentais do desenvolvimento desse tipo de iniciativa.

O artigo de Valéria A. Bastos, intitulado **A Construção da Gestão Democrática em uma Escola do Campo**, produto de sua dissertação de mestrado defendida na Pós-Graduação em Psicologia, USP-Ribeirão Preto, sob orientação de José Marcelino de Resende Pinto, discute o processo de participação comunitária na gestão de uma escola de assentamento na região de Araraquara. Confronta esse processo com as ambigüidades da legislação brasileira no tocante à participação da comunidade em fórum escolares e educacionais, a qual não estabelece parâmetros claros para essa suposta gestão democrática e autônoma da escola. A autora analisa todo o processo de implantação de uma escola com projeto político pedagógico diferenciado num assentamento rural e como se deram os embates para a garantia de uma maior participação da comunidade na gestão do estabelecimento.

Nesta construção, a mediação da diretora, de incontestável liderança vem sendo fundamental para o envolvimento da comunidade em decisões administrativas e no fomento a dimensões de sociabilidade.

O artigo discute os desdobramentos de ter a escola se tornado o espaço central das decisões do assentamento. Conclui discutindo a importância de se garantir espaços de participação na escola como também em outros âmbitos, como as conferências municipais de educação, num processo de fortalecimento da cidadania que beneficie os assentamentos e a instituição escolar.

O artigo **A permanência dos Jovens nos Assentamentos de Reforma Agrária: um rosário de equívocos**, excelente contribuição de Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Marinaldo Fernando de Souza discute, em profundidade, estigmas e idéias preconceituosas impostas ao modo de vida rural. Na questão educacional, os autores contestam a idéia de que é preciso dar às crianças da zona rural e principalmente ao adolescente assentado, uma educação escolar que ajude a fixá-lo na terra, para que se possa garantir a continuidade dos assentamentos de Reforma Agrária. Em uma abordagem crítica ao ruralismo pedagógico travestido de modernidade, o artigo discute as potencialidades da educação como prática libertadora dar aos sujeitos a capacidade de fazer suas próprias escolhas, sem concepções naturalizadas de fixação a determinados espaços. Nessa direção coloca-se o projeto Escola do Campo que tem tomado

como ponto de partida práticas das crianças apreendidas com os pais, visando uma melhor aprendizagem dos conteúdos escolares. Equívocos são frequentes nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados.

Os dilemas entre ir e ficar nos assentamentos não podem ser debitados a uma “força jovem” interior que comandaria mecanicamente as decisões da juventude. Estudos feitos pela professora Dulce Whitaker têm demonstrado que afirmações de que crianças e jovens não valorizam a educação e não possuem aspirações ao ensino superior são equivocadas.

Apoiados na teoria das representações sociais de Moscovici, os autores, a partir de entrevistas realizadas com jovens dos assentamentos desmistificam equívocos que acompanham interpretações sobre o processo de socialização das crianças e dos jovens que vivem no meio rural.

No artigo **Sucessão, Lazer e Trabalho: a juventude em assentamentos de reforma agrária no município de Presidente Venceslau**, de autoria de Patrícia de Lima Silva e Luís Antonio Barone, discute-se – a partir do contexto empírico municipal privilegiado pela equipe do Pontal do Paranapanema - os dilemas da população jovem em assentamentos instalados na região do Pontal do Paranapanema. Após revisão bibliográfica sobre essa temática, analisa-se os dilemas vividos pela juventude, sobretudo o de sair ou ficar no assentamento, em confronto com as alternativas do contexto microrregional.

No caso estudado, detectam uma intensa circulação de “jovens” em função do trabalho externo e da escola, como também estratégias da família para reorganizar o trabalho familiar. O reconhecimento da conquista da terra, empreendida pelos pais entrelaça-se com a falta de perspectivas concretas de geração de trabalho e de renda no lote. Conflitos entre sonhos e a realidade vivida fazem parte do ser/viver desta juventude.

Para os jovens assentados, notadamente aqueles distantes da ação do MST, a busca por constituir projetos coletivos encontra-se bloqueada. Individualmente, no entanto, sem abandonar a possibilidade de ação coletiva, esses sujeitos revelam, de maneira significativa, uma associação entre o potencial de transformar suas vidas pelas mudanças vindas da luta pela Reforma Agrária.

Na cidade, os jovens supõem encontrar oportunidades para o desenvolvimento de seu potencial. No entanto, registra-se, junto com a saída, o retorno dessa juventude para o assentamento. Conclui-se pela especificidade do tempo livre vivenciado por esses jovens, bem como, de suas expectativas e frustrações em relação à educação e trabalho tanto na cidade quanto no campo.

A falta de lazer, as razões – muitas vezes derivadas da omissão do poder público – que levam os jovens a abandonar o espaço escolar provocando, dentre outros, o esvaziamento do curso de Agricultura Familiar em desenvolvimento no assentamento exigem que o dilema sair ou ficar vivido pela juventude, seja,

acompanhado com cautela, sem ser o mesmo estigmatizado como responsável pelos rumos das experiências de Reforma Agrária.

Sociabilidade e capital social também são discutidos nos estudos sobre assentamentos. No artigo **A Presença do MST e da Cocamp nos Assentamentos São Bento e Che Guevara/Santa Clara**, de Vanilde de Souza e Sônia Bergamasco, analisa-se a importância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Cooperativa de Comercialização e prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (COCAMP) no processo organizativo e de construção de solidariedade dos assentados daqueles PAs. Avalia-se a capacidade dessas organizações em mobilizar o chamado capital social e conclui-se que, apesar de haver uma alteração da sociabilidade política dos trabalhadores rurais quando estes passam da etapa de acampamento para a situação de assentamento e das dificuldades organizativas e gerenciais da COCAMP, existe o processo de formação do capital social junto a essa população. Este se forma desde a vivência do acampamento e potencialmente dispõe-se a mobilização, sobretudo a partir de novas formas de associativismo dentro dos assentamentos, bem como pela COCAMP - desde que esta supere seus obstáculos gerenciais e burocráticos.

Já no artigo **Sociabilidade e Reforma Agrária: uma questão em debate**, de Thauana Paiva de Souza Gomes, bolsista de I.C. do CNPq, sob orientação de Vera Botta Ferrante, discute-se, preliminarmente, aspectos da sociabilidade desenvolvidos pelos assentados nos projetos da região de Araraquara. As autoras partem de um levantamento das demandas críticas por espaços físicos de sociabilidade e lazer nos assentamentos (bastante evidente no caso do P.A. Monte Alegre), assim como dos distintos espaços sociais desenvolvidos pelos assentados no seu cotidiano. Festas e manifestações religiosas são evidentes espaços de sociabilidade dessa população, ainda muito carente de lugares específicos para tais eventos. O estudo aborda, também, o quanto dilemas que se desenvolvem em outros âmbitos da vida dessas populações interferem em sua sociabilidade. Um exemplo verificado dessa interferência é a interrupção de uma tradicional festa junina, que sempre era realizada no P.A. Bela Vista do Chibarro, suspensa no ano de 2005 devido à animosidade gerada entre os assentados pela polêmica entre os que aderiram ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar e os contrários a esse sistema produtivo ligado às usinas da região.

A falta de uma festa ou de uma comemoração que pudesse, efetivamente, agregar a comunidade é associada, nas representações dos assentados, à divisão de opiniões que passou a reger as relações nos assentamentos. Nesse divisor de águas, a cana e os desdobramentos dela decorrentes aparecem como responsáveis pelas rupturas dos espaços de identidade constituídos ao longo da história dos assentamentos. De um lado, a busca da condição de

pertencimento, de outro, a referência ao início dos consórcios com a agroindústria como marco polêmico que acaba por ter influência na manutenção da sociabilidade e da solidariedade dos grupos. Além das condições econômicas, de gestação de uma renda aos assentados, a perspectiva de recriação de uma relação de dependência, semelhante à vivida na condição de assalariamento e as conseqüências da quebra da sociabilidade e da falta de união são associadas à entrada da cana nos assentamentos. Controvérsias é que não faltam na análise do modo de vida dessas complexos processos sociais.

O artigo **Mulheres e Jovens: para além dos valores de mercado, o sentido da vida**, resultado do processo de formação vivenciado pela bolsista de Iniciação Científica Aline Vieira Polentine, sob a orientação de Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante destaca as formas de liderança femininas surgidas nos assentamentos e a (re) apropriação, pelas mulheres, de espaços tidos como masculinos que marca a trajetória dos projetos investigados.

Na manutenção das redes de sociabilidade, no movimento para constituição da identidade de comunidade, na participação em reuniões de Orçamento Participativo, marco da gestão pública do município de Araraquara, na presença ativa na Feira do Produtor, programa dirigido aos assentados, as mulheres têm invertido atributos de passividade que lhes eram impostos. Nos lotes, nos espaços públicos, na escolha de representantes para interceder junto ao poder local, contata-se a presença de mulher em expressões de recusa ao modelo estatal.

No caso dos jovens, em sintonia com outros trabalhos que compõem o presente número do Retratos é posta em questão a associação equivocada feita entre um suposto desinteresse dos jovens rurais pela terra e diagnósticos de fracasso das políticas públicas de assentamentos. A pesquisa tem demonstrado que o movimento de saída dos jovens da terra não tem um crescimento linear e não pode ser visto como expressão de desenraizamento.

Por fim, a exploração analítica do campo político, em confronto com a realidade dos assentamentos rurais, foi a principal ênfase da equipe do projeto Poder Local na região do Pontal. O artigo **Redes de Sociabilidade Política num Assentamento de Reforma Agrária** revela os passos iniciais da constituição de um jovem pesquisador, Tiago dos Santos Lira, o qual apresenta, em conjunto com seu orientador, Luis Antonio Barone, resultados parciais da discussão da relação entre poder local e assentamentos rurais no Município de Presidente Venceslau, localizado no Pontal do Paranapanema. Discute as relações entre os agentes políticos do município de Presidente Venceslau e as organizações e lideranças assentados nos dois projetos implantados naquele município. O artigo tem um caráter empírico, abordando as marchas e contra-marchas desse complexo processo de integração dos assentamentos e das populações assentadas ao entorno sócio-político, privilegiando as relações entre esses agentes no âmbito local: Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural, repartições municipais, sindicatos e associações de assentados, dentre outros.

A orientação e prática da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (DAAMA), implantada em 2002 vem sendo um ponto de discórdia entre prefeito e líderes dos assentamentos. Esta e outras questões se apresentam como o nó górdio da relação entre o poder local e os assentamentos.

Já o artigo “Poder Local e Assentamentos Rurais: um estudo em Marabá Paulista”, de Cíntia F dos Santos e Luís A. Barone, discute a construção do campo político e as tensões do Poder local frente aos assentamentos, estudando o processo histórico político de constituição do município de Marabá Paulista (vizinho de Presidente Venceslau, na região do Pontal). Os autores discutem a “trama de tensões” – categoria analítica que tem dado o norte das investigações no projeto Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conquista, de acomodação e de resistência – em um município do Pontal do Paranapanema. Os novos rearranjos provocados pela participação crescente dos assentados como atores políticos e econômicos locais, a possível constituição de redes de cooperação e a (re)constituição de mecanismos de controle e de dominação são passados em revista neste artigo.

Os autores realizam um estudo da formação da elite política local e como esta, através de uma base estritamente clientelista, estende seu controle aos territórios dos assentamentos, alguns dos quais implantados no município sob liderança de políticos locais. Embora moradores de assentamentos ocupem cargos eletivos (vereadores) e chefias nomeadas de repartições municipais (como a recém-criada Divisão de Desenvolvimento Agrário) em Marabá, constata-se uma forma tradicional e clientelista de relacionamento político, o que permite dialogar com a questão relacionada a uma “nova sociabilidade política” criada a partir dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais. A perspectiva de emergência de uma nova cultura política é, em parte, frustrada pela (re)edição de práticas da cultura da dádiva postas em ação por agentes políticos locais.

Contrapontos é que não faltam neste número do Retratos que dá continuidade, com esta publicação, à contribuição ao saber acumulado pelas Ciências Sociais e ao conhecimento sobre as lutas travadas no campo brasileiro e sobre as experiências possíveis de reforma agrária expressas nos programas de assentamentos rurais.

Por estas e muitas outras razões, convidamos o leitor a conhecer, com suas lentes, mais este retrato dos assentamentos.

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Luís Antonio Barone

REFORMA AGRÁRIA E “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE”: UMA NOVA VISÃO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Luís Antonio Barone²
Alcir Antonio Kuranaga³

Introdução: explicitando a perspectiva analítica

Após vinte anos completos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a problemática do desenvolvimento dessa gama de assentamentos rurais implantados desde então é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências não redundam em nada em termos de desenvolvimento econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de “favela rural” para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente. Tais avaliações, não isentas, ignoram, inclusive, um resultado positivo que se pode aferir em diferentes microrregiões do país, nas quais os assentamentos são, efetivamente, dinamizadores econômicos.

Optamos, neste trabalho, por não restringir essa avaliação apenas à dimensão econômica. Aliás, ao afirmarmos que desenvolvimento não é só crescimento e modernização econômica, estamos procurando estabelecer uma perspectiva que assuma a complexidade, tanto do conceito, quanto da realidade

¹ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente – Uniara.

² Professor Assistente do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, FCT/Unesp – Presidente Prudente/SP.

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara.

dos assentamentos rurais. Não pensamos os assentamentos nem como expressão inequívoca de desenvolvimento, nem como sua peremptória negação. Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

Tomamos como fio condutor da análise uma contínua experiência de investigação, que também já acumula 20 anos, junto aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Consideramos que essas experiências representam inovações na gestão territorial e constituem, em sua multidimensionalidade, uma trama de tensões sociais – relações construídas por distintos atores em diferentes âmbitos da vida social – reveladora das contradições e possibilidades desse tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sóciopolítico. Tal movimento, que não se apresenta nunca como caminho de mão única, exige a análise das singularidades das ações dos assentados, que podem ser de resistência, de acomodação ou de conflito, gerando impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade das famílias na terra.

Assim, nossa perspectiva permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativos ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfiar. Privilegiamos, aqui, a noção de gestão do território, que pode ser decomposta, analiticamente, em três dimensões que julgamos importantes: a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores” (SEN, 2000, p. 18).

Tal concepção, que utilizaremos como pano de fundo para avaliar essa relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais, nos parece apropriada por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agentes que estão envolvidos

nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados.

Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias: liberdade de escolha, de ação e de opinião; liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas; práticas e representações sociais acerca da liberdade.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela.

Dilemas da organização interna dos P.A.s

A dimensão da organização interna dos assentamentos é um lócus privilegiado para a apreciação do exercício da liberdade, elemento indispensável para a conquista de um real desenvolvimento. Diferentes experiências foram levadas a termo na busca de alternativas organizativas e de gestão dos territórios dos assentamentos. Pouco sucesso, em termos de permanência e expressão regional, tiveram as experiências que preconizaram a gestão coletiva da terra e do conjunto dos meios de produção nos assentamentos. No mais das vezes lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), as experiências coletivistas subsistem, hoje, em escala reduzidíssima no Estado. Registra-se, nessa rubrica – com um nível de organização cooperativa - apenas as duas Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no P.A. Pirituba, sul do Estado.

Mais ruidosa foi a frustrada experiência coletiva da Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” (COPAJOTA), no assentamento Reunidas (Promissão/SP). Sob a orientação do MST, uma das associações de máquinas criadas no início do período de assentamento, a do grupo de Campinas, foi transformada em uma Cooperativa coletiva de produção agropecuária: a COPAJOTA, experiência sócio-política que se destacou no cenário dos assentamentos rurais na década de 1990. A idéia seria colocar em prática o modelo coletivista assimilado pela Direção Nacional do MST a partir

das cartilhas adotadas pelo governo cubano na constituição de suas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A baixa disponibilidade técnica e financeira, o excesso de força de trabalho disponível (superior à capacidade de produção da COPAJOTA), a não consecução dos projetos de intensificação e agroindustrialização da produção (que possibilitaria um uso mais intenso de mão-de-obra), explicam seu insucesso.

Por outro lado, as dezenove famílias que deixaram a COPAJOTA criaram a APRONOR (Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas). A produção agrícola nesta organização era exclusivamente familiar, existindo, no entanto, fortes laços de sociabilidade, de troca de experiências e de ajuda mútua entre eles. O coletivo se resumiu na presença de um trator e alguns poucos implementos. A APRONOR, enquanto uma cooperativa de comercialização, prestação de serviços e beneficiamento da produção, com a preservação da unidade familiar, tinha uma abertura maior para receber um número crescente de produtores não somente assentados. Em meados da década de 1990, com a criação pelo governo federal da linha de crédito “Procera - teto dois”, vinculado à participação em cooperativas, a APRONOR transformou-se em uma cooperativa - na época, com 24 associados.

O MST, muito ativo neste assentamento, estimula o grupo remanescente da COPAJOTA a criar uma outra cooperativa, a CORAP (Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão), com o objetivo de promover a organização coletiva da produção com vistas à agroindustrialização, a exemplo da COCAMP, já em instalação no Pontal do Paranapanema. Essa tentativa de criar uma economia de escala não prosperou, culminando com a sua desestruturação e uma redobrada desconfiança de grande parte dos assentados em relação ao MST.

O fenômeno do desgaste e da perda de credibilidade de experiências cooperativas (coletivistas ou não) fomentadas pelo MST é generalizado no Estado. Mesmo na já citada exceção das CPAs do assentamento Pirituba, registra-se uma adesão bastante restrita de assentados, frete ao universo de produtores instalados nesse assentamento na região de Itapeva. No Pontal do Paranapanema, região com maior número de assentamentos (e de assentados), a iniciativa da COCAMP, instalada pelo MST no município de Teodoro Sampaio, teve um desenvolvimento similar. De uma grande adesão inicial (próxima de 2 mil associados), a COCAMP passou para uma situação de virtual inviabilização de seu funcionamento, tornando-se parte dos problemas crônicos que caracterizam a questão agrária regional.

Num outro contexto regional, em Araraquara (região Nordeste do Estado), também foi registrada uma experiência de organização coletiva da produção que, embora tivesse outras agências em sua promoção, não logrou melhor sorte. No P.A. Monte Alegre, no 1º. ano agrícola dos núcleos I e II, a coordenação da produção coletiva e a gestão das máquinas – cuja aquisição se deu através de

um financiamento “a fundo perdido” – couberam a 2 associações de produtores, assessoradas pelo ITESP. Além das limitações de fertilidade das terras cultivadas, o que prejudicou a produção, a própria condução dos trabalhos e da divisão da renda auferida ao final do processo levou à dissolução das entidades. Isso porque, embora o trabalho no cultivo fosse computado individualmente – com o apontamento dos dias trabalhados por cada pessoa – ao final, após a venda da produção, uma assembléia de assentados decidiu pela repartição da renda de uma forma que não levou em consideração o número de pessoas envolvidas na lida coletiva: cada família assentada recebeu uma parte igual à das outras, obviamente prejudicando aquelas famílias que mais empregaram sua mão-de-obra no assentamento.

Uma revolta contra esse evidente equívoco na gestão do trabalho acabou por atingir fatalmente as associações. Os seus diretores foram acusados de roubo e as famílias que mais se beneficiaram (por exemplo, colocando seus dependentes para trabalhar fora do PA e recebendo o mesmo daquelas nas quais todos os membros se empenharam no trabalho coletivo) tachadas de “*marajás*”. A dificuldade de controle contábil de qualquer grupo associativo (grupo de máquinas, associação de mulheres, cooperativas) sempre ensejou, da parte dos assentados, denúncias de “roubo” – quase sempre motivadas pela incompreensão dos resultados de uma administração descuidada e ignorante de qualquer regra de boa gestão.

O fracasso das experiências coletivas de produção no PA Monte Alegre, acima referido, não impediu que inúmeros grupos de trabalhadores assentados fossem formados nesses quase 20 anos de trajetória. (primeiro pelo ITESP e o sindicato de Araraquara, depois pela Comissão Pastoral da Terra – CPT), revelou-se, também, um recurso autônomo, do qual os assentados têm recorrentemente lançado mão a fim de tentar superar os bloqueios no encaminhamento da produção e na participação política. No geral, portanto, observa-se que as associações surgem e se mantêm – em suas discontinuidades - garantindo maior força econômica e política aos assentados.

A polêmica com relação à cana será um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”, no assentamento Bela Vista, em Araraquara. Esses agricultores foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Parte deles veio de uma outra experiência cooperativa, que não conseguiu atender todos os seus cooperados nos serviços de moto-mecanização. Defendendo, desde o primeiro momento o cultivo da cana-de-açúcar no PA, a Associação “*Independente*” irá se distanciar, inclusive, da Comissão Interna, organismo de gestão interna do assentamento composto por representantes de todas as entidades da Bela Vista.

A implantação da cultura da cana-de-açúcar, em larga escala, no PA Bela

Vista terá lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*⁴. Falando em “*não ter medo de negociar com a Usina*”, as lideranças “independentes”, citam o “contrato” que fizeram (e que não revelam à pesquisa), como forma de se inserir no contexto da racionalidade moderna. Gerar “*emprego e renda*” no assentamento é outro mote dos defensores da cana, bastante adequado a uma lógica econômica capitalista. O alcance da capacidade de autonomia desses agentes no desenvolvimento de suas estratégias, na sua difícil relação com o complexo agroindustrial sucroalcooleiro da região, sem dúvida, será posto à prova nos próximos anos, constituindo-se em um sério dilema para o futuro dos assentamentos.

No Pontal, a formação de associações tem estado bastante vinculada à iniciativa, no mais das vezes de interesse eleitoral, dos políticos locais (quase sempre prefeitos). Cita-se como exemplo, o caso de uma associação no PA Água Limpa, em Presidente Bernardes, cujo presidente – candidato a vereador na chapa do último prefeito – montou um grupo para a criação de capivaras. A atuação de várias lideranças assentadas, tanto no Pontal quanto em Araraquara, passa por essa mediação clientelista junto aos poderes locais. Este grande vai-e-vem de associações revela, ao mesmo tempo, o vigor e a fragilidade política dos assentados. Essas entidades são formadas e desmanchadas rapidamente, no mais das vezes em função de interesses imediatos. Por outro lado, essa mobilização e organização intermitentes garantem a participação dos assentados tanto no diálogo com o Itesp (ou Incra) quanto no encaminhamento de reivindicações junto ao poder Público Municipal. Por outro lado, no tocante à representação política dos assentados, o MST ainda detém praticamente seu monopólio na região extremo-oeste do Estado. Com iniciativas permanentes de organização em um número reduzidíssimo de P.A.s, sobretudo nos municípios de Teodoro Sampaio (sede da COCAMP) e Mirante do Paranapanema – nos quais se encontra o núcleo dirigente do movimento – o MST consegue dar voz às reivindicações dos assentados, graças à sua estrutura organizacional. Através de sua militância, que quase não permanece nos assentamentos, o MST ocupa uma posição ímpar na liderança dessas reivindicações, ora dirigidas aos órgãos estaduais (como o ITESP), ora às Prefeituras, ora ao Banco do Brasil.

Se tem sido intensa a dinâmica de mobilização e participação política externa dos sem-terra, a situação de assentamento caracteriza-se, tanto no Pontal como em Araraquara, por uma forte desmobilização e esvaziamento da

⁴ Enquanto na Monte Alegre a proposta do cultivo da cana era intermediada pela Prefeitura Municipal de Motuca, na Bela Vista, além de dois assentados da mesma família que sempre forneceram cana para a usina vizinha, hoje, quase todos os contratos são mediados pela Associação Independente. Existe, no entanto, alguns outros assentados (em menor número) que têm contratos individualizados com a usina.

legitimidade e controle político dessas agências e organizações sobre os trabalhadores assentados. Tanto FERAESP quanto o MST – ativos, respectivamente, em Araraquara e no Pontal – têm muito mais capacidade propositiva no encaminhamento da luta pela terra. Na situação de assentamento propriamente dita, embora sejam ressaltados o esforço dessas organizações em momentos críticos, os assentados aparentam uma grande pulverização de iniciativas individuais, quase sem nenhuma organicidade.

O histórico claudicante dos grupos associativos e cooperativos, que objetivavam gerir de alguma forma coletivizada os recursos dos assentamentos, pode levar a pensar no fracasso definitivo dessa forma de organização. No entanto, ela mesma se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados.

Mobilização e participação política nos assentamentos

A constituição do campo político nos assentamentos vem tendo, nos mecanismos de instituição de coordenações internas - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento e de seus bloqueios. Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente. No Pontal, é exemplar a situação do PA São Pedro (em Rancharia), onde a distribuição geográfica dos lotes reforça uma divisão em dois grupos, um oriundo de acampamentos sob liderança do MST, outro, formado por cadastrados pela Prefeitura de Rancharia. Recentemente, a falta de consenso entre esses dois grupos fez com que o Poder Público Municipal transferisse as classes de educação infantil para outro assentamento do município, evidenciando as perdas que a dissensão pode causar.

Mas, para além do risco de uma certa involução no desenvolvimento dos PAs, provocada por dissensões e disputas internas, o estudo das relações políticas nos assentamentos – e entre os assentados - tem revelado, também, o esforço inovador dos trabalhadores assentados na sua busca por emancipação. Um histórico recorrente de conflitos internos – geralmente avaliados como indicadores de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder, mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento (BARONE, 2002).

Para essa análise, o assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, é particularmente interessante. Isso porque o histórico desse projeto tem, como característica marcante, uma ausência de conflitos no período de ocupação das terras, seguida, após a instalação das famílias, de um período bastante turbulento

de conflitos internos entre diversos grupos. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização política uma esfera rica em tensões e conflitos.

O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que - ao longo dos anos - têm marcado decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente - no processo de sua integração ao contexto regional - os mesmos têm se apresentado, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes do próprio assentamento - o que resultará numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo. Os conflitos, então, podem ser compreendidos a partir da operação de racionalidades distintas, orientando as estratégias dos assentados para melhorar suas posições no interior desse campo específico.

Fazer parte dos "*que estavam aprendendo a lutar*", ou dos que "*são compromissados com o assentamento e a reforma agrária*", ou ainda dos que são "*socialistas*" e enfrentam o poder e a influência dos que "*distorcem todo o processo da reforma agrária*" (expressões utilizadas pelos assentados, em depoimentos colhidos), são características auto-identificadas que pontuam as falas das lideranças, elementos da consciência discursiva mobilizadora de forças sociais, através "*da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia*" (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Para além da produção dos discursos sobre si e sobre os outros, sem dúvida um elemento importante na racionalidade imprimida pelos agentes em suas disputas políticas, uma certa postura diante da imposição (ou tentativa de imposição) de regras, pode levar ao que D'INCAO e ROY chamam de círculo de "*invalidações recíprocas*" (1995) - outro elemento notável na ação das lideranças que dinamizam o campo político no assentamento. As recorrentes desautorizações de decisões tidas como "coletivas", se às vezes enfraquecem os fóruns de deliberação, em outras ocasiões reforçam a posição de determinados líderes ou grupos. Foi assim em todo processo que legitimou a já citada, Associação Independente e suas lideranças favoráveis à implantação da cana para fornecimento às usinas. Ser contra a expulsão de trabalhadores ou ser a favor dos que plantaram cana - sempre numa atitude oposta às deliberações da Comissão de entidades do assentamento - foram iniciativas executadas a partir de um cálculo político bastante racional e eficaz. Essa racionalidade prática, de caráter estratégico, muitas vezes é avaliada negativamente (vista como "irracional") pelos estudiosos e técnicos.

Porém, a não colaboração com a comunidade, mais especificamente a desautorização de decisões coletivas, se é um motivo constante de brigas no interior do assentamento, o é justamente porque, muitas vezes, se inscreve no campo das disputas políticas, contrapondo líderes e grupos em busca de

legitimação. Até quando existem atitudes individuais refratárias a decisões no assentamento, tais comportamentos podem significar uma tomada de posição claramente racional contra o desacerto institucional que representa a política de assentamento perpetrada pelo INCRA e pelo ITESP. O conflito põe em evidência as tensões sobre as quais as relações sociais serão construídas. Mesmo a inimizade ou a guerra, já o disse Simmel. Este clássico propõe a superação da dicotomia simplista entre "conflito" e "harmonia", já que o primeiro "é um modo de conseguir algum tipo de unidade" (SIMMEL, 1986, p.268). A busca de legitimidade, ou "reconhecimento" (BOURDIEU, 1989), também aponta para o conflito como ingrediente da dinâmica de disputa de um certo tipo de capital cuja posse, ou não, posicionará os agentes no campo e direcionará suas lutas. Mais do que "brigas", os assentados e suas organizações de base experimentam o duro aprendizado das relações políticas democráticas.

A problemática da integração econômica dos assentamentos

A avaliação do desempenho econômico dos assentamentos, conforme frisado na introdução, é matéria polêmica, cercada de um verdadeiro bloqueio ideológico imposto pelo discurso economicista de setores mais ou menos distantes da investigação empírica desses territórios. Os diferentes graus de capitalização e os correspondentes distintos padrões de acumulação capitalista em cada contexto regional, por si só, já criam conjunturas pouco semelhantes quando se estuda a integração econômica dos assentamentos. Há que se pensar na situação de um segmento de agricultura familiar *lato sensu*, em cada região, para se ter uma visão menos distorcida do desempenho econômico das experiências de assentamentos de reforma agrária.

Neste sentido, as atividades econômicas dos assentados, seu grau de inserção em sistemas produtivos específicos, são bastante díspares, mesmo num único P.A.. Numa comparação com setores tradicionais de agricultura familiar, em cada região, os assentados mais bem sucedidos, em poucos anos, já exibem praticamente as mesmas condições econômicas que os agricultores tradicionais. Isso tanto pode ser bom, demonstrando a equiparação de condições entre produtores assentados e não-assentados, quanto ser mau, pois, infelizmente, a condição do produtor familiar paulista (excetuando aqueles que exploram nichos de mercado específicos) é de baixa capitalização – quando não de franca descapitalização – e de perda constante de renda.

Nos assentamentos da região de Araraquara, após um momento inicial de grande produtividade de grãos – geralmente nos dois primeiros anos de assentamento, quando recursos bancários são liberados e ainda vigem os prazos de carência para seus pagamentos – essa alternativa perde paulatinamente força, até entrar em colapso. Vencem as carências bancárias e os assentados vêm-se

inadimplentes, reduzindo a área plantada e, em muitos casos, não realizando nenhuma atividade agrícola objetivando exclusivamente o mercado. Viver da terra com produtor de excedentes, somando a essa condição a busca de trabalho fora do assentamento frustra os sonhos de muitas famílias.

Essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (Stetter, 2000). Patrocinado pelo prefeito dessa cidade, o “consórcio para plantio de cana”, embora houvesse dividido as opiniões no P.A. Monte Alegre, sofreu forte resistência por parte das lideranças ligadas ao sindicato e também do ITESP. Desde esse episódio, em 1993, a cana entrará e sairá de cena pelos próximos 10 anos, até o ITESP, enfim, regularizar, entre 2002/2003, a produção de culturas agroindústrias nos P.A.s instalados pelo governo estadual – na prática, uma vitória dos patrocinadores da cana na Monte Alegre.

As questões que acompanham a polêmica da implantação da cultura da cana nos assentamentos também repercutirão na apreciação acadêmica do fato. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do “*natimorto processo da integração dos assentamentos na região*” (PINASSI e QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas diferenciações - e não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista – a adesão ao cultivo de cana para o fornecimento das usinas e destilarias deve ser compreendida como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local e a inserção nos sistemas produtivos regionais: mediações que têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por uma determinação econômica.

No assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras para uma usina da região de Araraquara há quase 5 anos, tendo sido desenvolvida uma “parceria” entre uma associação de assentados e a referida empresa. Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados. Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade

política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

O INCRA, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, pareceu assistir, no início, ao movimento como ator coadjuvante. Posteriormente, há cerca de dois anos, começou a tomar ações contrárias à cana, cujo sistema de controles e de poderes se põe em rota de colisão com as perspectivas de sustentabilidade. Por outro lado, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos.”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02)

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 há e nos lotes com área superior a 15 ha, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista, em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias, cerca de 50 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. *“A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e*

de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (Ferrante e Santos, 2003).

Como divisor de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

Indiferente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas e destilarias segue sua “marcha para o oeste”. No Pontal do Paranapanema, a portaria 075 do ITESP só veio legalizar uma situação já definida. Em alguns assentamentos de Teodoro Sampaio, o fornecimento de cana para a Destilaria Alcídia já ocorre há anos. A importância crescente da cultura canavieira no Estado só pressiona os assentamentos para que se integrem, de diferentes formas, a esse sistema produtivo. Os assentados de Teodoro Sampaio não se vêem como arrendadores de terra para a usina, mas como fornecedores “integrados”. O que a pesquisa revelou é que os assentados, embora não trabalhem na cultura da cana (que ocupa até 30% de cada lote produtivo), são tomadores de crédito, via Pronaf, para o custeio de todas as operações produtivas em seus lotes. Assumindo o risco de arcar com os custos do financiamento, haveria a descaracterização do arrendamento.

A agricultura tradicional e a relação com o meio ambiente nos assentamentos

Apesar de uma situação de baixa capitalização e integração deficiente aos mercados regionais (excetuando a polêmica integração via fornecimento de cana), observa-se a existência de um importante grupo de assentados que, apesar de minoritário no conjunto dos PAs estudados, conseguiu desenvolver uma policultura capaz de gerar renda e sustentabilidade às suas famílias. Existem assentados que se especializaram em horticultura, fornecendo produtos para os municípios em que estão inseridos. O acesso à água ou a capacidade de

instalação de redes de irrigação são pré-condições para tal empreendimento. A ocupação das poucas áreas férteis (porque próximas aos córregos) do P.A. Monte Alegre (região de Araraquara), bem como o assentamento de famílias com larga experiência anterior no trato da terra (poucos em relação aos bóias-frias) são os principais fatores que explicam essa interessante diversidade na produção dos assentamentos dessa região.

No PA Monte Alegre, as limitações dos solos (bastante desgastados) e a falta de capital acabam por forçar os assentados a aderirem à recém legalizada parceria com as usinas de açúcar e álcool. Nas regiões mais baixas do assentamento, no entanto, áreas banhadas pelos muitos pequenos córregos, ensaiam-se outras estratégias, baseadas em cultivos rotativos e uso de matéria orgânica, produzidas dentro do lote, para que se possa melhorar a condição do solo. A preocupação ambiental desses assentados que – no geral – se opõem à cana é bastante presente. Sempre que entrevistados, esses assentados acabam tecendo muitos comentários referentes à qualidade do solo, ao cuidado com a terra, à necessidade de rotatividade de cultivos, à presença de animais silvestres dentro dos assentamentos e à manutenção dos recursos hídricos.

Referem-se criticamente ao confronto entre a cultura extensiva de cana e os nichos multifuncionais existentes nos assentamentos. Um aspecto relevante da forma como foi feita a parceria para plantio de cana na Monte Alegre foi a objeção, de parte dos assentados, em aceitar a tradicional prática da queima da cana para colheita. No pré-contrato assinado pelos assentados, no entanto, a exigência de não haver queimada estava colocada na forma de uma observação no final do contrato e não como uma cláusula proibitiva, como pensavam os agricultores da Monte Alegre.

Logo, a garantia de não haver a queimada nesse PA não existe formalmente, tratando-se apenas de uma fraca recomendação. Neste sentido, alguns assentados vêm se articulando com o sindicato de Araraquara – opositor mais contundente do consórcio – no sentido de reivindicar algum tipo de proibição para esta prática.

Esses assentados contrários à cana desenvolvem alguma cultura comercial (frutas, café, etc.) e se orgulham em produzir de alimentos, para si e para a “cidade”. Outro aspecto bastante interessante dessa interface entre produção de subsistência e preocupação ambiental é a maneira como tais agricultores, avaliados negativamente por sua falta de capitais, se referem ao seu trabalho, valorizando o fato de não usar agrotóxicos e de produzir naturalmente.

No caso do assentamento Bela Vista, a já implantada cultura da cana-de-açúcar não impede o florescimento de uma agricultura tradicional – nos mesmos moldes que a citada na Monte Alegre. Faz parte desse grupo de policultores, algumas famílias com um passado mais ligado à agricultura, portadoras de todo um saber a respeito das culturas e da organização da

produção. Apresenta-se como curioso ali, porém, a existência de alguns assentados bem sucedidos na produção agropecuária oriundos da zona urbana (operários industriais). Conta favoravelmente para esses ex-operários, uma certa capacidade de aprendizagem das técnicas de plantio e cultivo e um maior esclarecimento com relação às operações bancárias. A pesquisa registrou que o convívio entre os agricultores tradicionais e estes “novos agricultores” foi bastante benéfico aos últimos, no sentido da aprendizagem das técnicas de plantio e cultivo. A vizinhança de lote de produção ou de casas na colônia⁵ aproximou essas famílias e garantiu um espaço de sociabilidade para transmissão dos conhecimentos.

Há cerca de quatro anos, um experimento inovador surgiu na Bela Vista, a partir da REGAR (Associação de Produtores da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara) – entidade patrocinada pela Fundação Mokiti Okada⁶. Tentou-se, na época, a implantação de um projeto-piloto de agricultura orgânica no assentamento Bela Vista do Chibarro: para lá foram enviados técnicos em agricultura natural (funcionários da Mokiti Okada) para ensinar, àqueles que se interessarem, as especificidades de se plantar sem uso de agrotóxicos ou outros insumos químicos. Infelizmente, essa experiência não se disseminou, restando, hoje, alguns assentados que utilizam parcialmente os ensinamentos sobre produção orgânica. Para os membros da REGAR, é necessário o retorno dos costumes tradicionais de plantio, costumes estes que levam o assentado a buscar, de maneira gradativa, o “*equilíbrio do solo quanto à produção de seus microorganismos, perdidos com o desgaste excessivo*”.

Mesmo aqueles assentados que não detêm uma técnica de produção tão sofisticada quanto a patrocinada pela Mokiti Okada, revelam um notável cuidado com a terra e com as plantas e animais. A recuperação de um modo de trabalho tradicional, nos moldes camponeses, aponta para uma relação mais humanizada e socialmente rica com a terra nos assentamentos. Conforme afirma Leonardo Boff, esse cuidado com a terra e o meio ambiente é caracterizado por uma interação sentimental, gerando uma relação que “*não é de domínio, mas de convivência. Não é pura intervenção, mas é interação e comunhão*” (1999, p. 95).

Como principal fonte de renda permanente nos assentamentos do Estado, a pecuária leiteira merece destaque. Na região do Pontal do Paranapanema, a

⁵ A Bela Vista conta com cerca de 100 casas de alvenaria construídas como um núcleo urbano no centro do assentamento. Essa infraestrutura, ocupada pelos assentados foi uma antiga colônia de uma das fazendas da Usina Tamoio, desapropriada para instalação do PA (cf. Rosim, 1997).

⁶ A Fundação Mokiti Okada é um braço assistencial da Igreja Messiânica, denominação religiosa que promove práticas naturalistas e a alimentação livre de agrotóxicos.

forte cisão política e ideológica derivada dos conflitos pela posse da terra, impede que se avalie corretamente a importância da bacia leiteira já implantada nos assentamentos. Inúmeros laticínios recebem a produção dos assentamentos.

É digno de nota a instalação, em anos recentes e concomitante ao período mais intenso de assentamento de trabalhadores na região, de um laticínio no município de Mirante do Paranapanema. Considerando-se um parceiro dos assentados, o empresário – em 2004, eleito prefeito do município – tem na produção leiteira dos assentamentos do município sua principal fonte de matéria-prima. A observação contínua dessa experiência revela a importância do negócio do leite nesse município (e de toda a região): na semana em que o laticínio efetua o pagamento aos fornecedores (assentados), os estabelecimentos comerciais de Mirante do Paranapanema fretam vários ônibus para trazer à cidade os moradores dos assentamentos, demonstrando o aquecimento que a renda dos assentados provoca no mercado local.

Outra experiência interessante nessa região, se bem que em escala bastante reduzida, é a parceria para fornecimento de legumes (pimenta e pepinos) para a produção de conservas na região. As empresas adiantam recursos para implantação de equipamentos de irrigação para os assentados e estes passam a fornecer, de forma integrada, para tais empresas. O aspecto quase anedótico dessa experiência – observada nos assentamentos de Presidente Venceslau – é que militantes do MST, assentados naquele município, estão fornecendo pepinos para produção de conservas (picles) que serão utilizadas na rede de fast food McDonalds, espécie de símbolo da globalização do mercado de alimentação, sempre criticada pelo Movimento.

Em suma, a pesquisa tem observado a reconstituição, nos assentamentos, de todo um modo de vida tradicional, com relativa importância nas economias regionais. Além dos produtos eminentemente comerciais, verifica-se toda sorte de plantio, além de várias farinheiras artesanais. Os animais servem de tração para o trabalho, meio de locomoção, além de fornecer importantes produtos básicos (como carne, leite, ovos e queijo).

Mulheres e jovens: gênero e gerações na ressocialização dos assentados

Nos assentamentos se redefinem identidades, papéis e hierarquias. O complexo processo de ressocialização dessa população assentada é gerador de inúmeras tensões entre esses trabalhadores rurais e os diversos agentes mediadores que participam desse novo espaço social – técnicos governamentais, militantes políticos e representantes de setores econômicos. Suas relações entre si, por sua vez, também oferecem um rico material analítico para a compreensão de sua ressocialização.

O acompanhamento e a pesquisa sobre as mulheres nos assentamentos é

um exemplo desse conjunto de redefinições - e de indefinições também, dadas a novidade e a precariedade dessas experiências sociais. A prevalência quase absoluta de homens no protagonismo da luta pelo assentamento vai, aos poucos, cedendo espaço para a ação de líderes femininas, mais atuantes após a instalação dos assentamentos.

Entre conflitos e exclusões, o papel das mulheres no programa de assentamento idealizado pelo Estado era totalmente secundário no início. Concretamente, reproduzia-se um modelo de estruturação familiar pautada pelo patriarcalismo. Só poderiam inicialmente passar pelo crivo legal do cadastro as mulheres viúvas com filhos ou quando fosse comprovada a impossibilidade do marido. As mulheres só começaram a ser sujeitos virtuais dos projetos de assentamento através de mudanças mais recentes, que lhes permitiram ter os mesmos direitos dos homens. No entanto, apesar de poderem ser titulares do lote, as decisões sobre o que plantar ou sobre assinatura de créditos continuam, na prática, vedadas às mulheres.

Entretanto, no delineamento de estratégias familiares ou na irradiação de códigos de reconhecimento social, as mulheres invertem as regras de exclusão que lhes são impostas. Encontram espaço na construção e ampliação das redes de sociabilidade e na atividade laboral. No geral, trabalham no lote apenas em determinadas épocas (como na colheita), o que não exclui a existência de algumas assentadas que “tocam a terra” sozinhas ou lado a lado com os maridos. Nos casos em que a cana-de-açúcar predomina no lote, a mulher está ausente da lida. Quando a esta situação alia-se a proximidade geográfica das cidades (como no caso dos P.A.s de Araraquara), verifica-se um número significativo e crescente de mulheres que trabalham fora do assentamento, no assalariamento rural temporário ou como empregadas domésticas. Esse recurso pode ser acionado por dois mecanismos distintos: a saída da mulher pode indicar tanto sua recusa em permanecer no assentamento (existem casos de evasão de famílias atribuídas à falta de adaptação das mulheres no assentamento), quanto uma estratégia alternativa justamente para a família permanecer na terra, com a mulher buscando recursos para garantir o investimento no lote.

Se existe uma dupla imposição às mulheres assentadas – a do Estado e a do patriarcalismo - são significativas, por outro lado, as expressões de recusa das mulheres frente a essas imposições. No P.A. Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, a participação das mulheres em enfrentamentos com o INCRA foi identificada desde os primeiros anos como no início da luta contra o plantio da cana. Nesse P.A., também desenvolveu-se uma luta surda para mudar as regras utilizadas para eleição de representantes, um espaço tido como masculino: no início dos anos 1990, as mulheres chegaram a impedir a continuidade da eleição do representante por estarem excluídas da possibilidade de votar. Em outros contextos regionais, como em Promissão, no P.A. Reunidas, ou no Pontal do

Paranapanema, constata-se a liderança feminina - nesses casos, sempre identificada como militante do MST. Esse protagonismo político de mulheres, no entanto, não é extensivo e convive com um ambiente bastante machista. No Pontal, a organização do “*setor de gênero*” do MST – instância com maior importância política dentro da organização – foi praticamente boicotada, levando as mulheres à retornar sua militância específica à condição de “*coletivo de mulheres*”, inferior na hierarquia orgânica do MST. O que as participantes desse revés citam revelam o desprezo dos homens (líderes do MST), que se referiam ao esforço organizativos das mulheres como o “*setorzinho*”.

A luta das mulheres assentadas tem distintas facetas (Ferrante e Barone, 1997/1998), destacando-se, do ponto de vista político, o fato delas serem vistas, desde os primeiros momentos, como intermediárias na interlocução com o poder local. Eram as mulheres que se deslocavam dos assentamentos e apresentavam reivindicações às prefeituras. Nessa relação com o poder local, as mulheres estiveram sempre na linha de frente. Como intermediárias em cultivar relações estruturadas sob a forma clientelista, elas ocuparam espaços instituídos.

Percebe-se, também, num programa de orçamento participativo (OP) implantado na última gestão municipal em Araraquara (2001-2004), que os delegados dos assentamentos são basicamente mulheres. O quanto isso tem significado fortalecimento da discussão das mulheres nos assentamentos, ou seja, o quanto a delegada que é escolhida para o OP tem espaço para discutir, nos assentamentos, a situação das mulheres, ainda é uma incógnita: embora participando bastante, constata-se aí uma duvidosa consciência de gênero. No OP, a posição das assentadas participantes das reuniões parece registrar, no campo da política, uma significativa reação das mulheres no sentido de inverter o atributo de passividade que lhes foi imposto.

O machismo e o patriarcalismo, no entanto, se fazem presentes. O fato de terem que ir à cidade sozinhas ou em um grupo, sem os maridos, além da função de mediar as relações com os representantes do poder local, dá margem a comentários relativamente freqüentes, do tipo - difamações no bar, nas ruas da agrovila, no campo de futebol. Ameaças chegam a levar algumas mulheres a recuar em sua luta, embora outras reafirmem sua vontade de participação, manifestando nas idas às assembleias e reuniões promovidas pela Prefeitura, a vontade de falar, de mostrar sua identidade e, também, a decisão de se posicionar especialmente na demanda por medidas de geração de trabalho e renda.

Ocorreram, observou-se, sucessivas tentativas das mulheres em construir associações e reorganizar o poder interno. Além da já citada Associação Feminina, outros grupos se formaram, inclusive tentando desenvolver atividades produtivas, como o cultivo de horta em estufas e oficinas de costura. Infelizmente, foram todos esvaziados e abandonados. No entanto, percebe-se a presença da mulher nesse âmbito da ressocialização, como na feira do produtor

em Araraquara, onde as mulheres atuam como vendedoras da produção dos assentamentos. No presente, tanto o ITESP quanto a Prefeitura de Araraquara – que vem se tornando importante agente na promoção da população assentada – apostam mais na organização das mulheres, tanto no PA Bela Vista quanto no PA Monte Alegre.

Tal proposta, da parte do ITESP, reflete seu esforço em articular as mulheres assentadas, que desde o início dos anos 2000 estão unidas na Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUEST). Essa associação, apoiada pelo órgão estatal, já sofre oposição: no Pontal, região onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é bastante organizado, as lideranças do MST criaram, a partir de 2002, a Associação de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema (AMAPP).

Como capítulo específico da ressocialização da população assentada, a posição e a identidade dos jovens se apresentam como particularmente problemáticas. A pesquisa continuada observou que, quanto mais jovens as crianças chegaram aos assentamentos, mais facilmente se adaptaram ao novo ambiente. No caso daquelas famílias que trouxeram adolescentes ou pré-adolescentes, sua ressocialização, no geral, foi muito difícil. Estes últimos sempre apresentam a cidade como uma referência vívida e real (por experiência própria ou por forte influência dos adultos). A forma da família, como um todo, se adaptar à vida nos PAs, também influi no comportamento dos adolescentes e jovens.

Existem famílias cuja experiência anterior como agricultores é bastante forte, o que significa filhos que colaboram na lida na terra. Existem famílias – a maioria - com pouca experiência desse tipo, o que reforça o desenraizamento dos filhos. Embora seja possível identificar nos assentamentos as crianças que chegaram no final dos anos 1980, hoje jovens adultos com famílias, a maioria evadiu-se dos PAs, deixando aos pais – alguns já bastante envelhecidos – todo o encargo de tocar o lote.

A instituição escolar, elemento fundamental na socialização dos jovens, pouco tem colaborado no sentido de abrir perspectivas para os jovens nos assentamentos. Existe, no entanto, alguma inovação nessa área, embora ainda distante de gerar resultados visíveis. Em Araraquara, a rede municipal se adaptou aos assentamentos e, ainda na última gestão bastante pró-assentamentos (2001-2004), criou um projeto específico para as escolas dos assentamentos – o projeto “Escola do Campo”, com unidades na Monte Alegre e na Bela Vista. O que se pode avaliar no presente, a respeito dessa experiência, é que a sua novidade enfrenta, senão a resistência, com certeza a falta de qualificação dos professores, que deveriam desenvolver conteúdos adequados à realidade do mundo rural.

Quando inquiridos sobre suas expectativas, os jovens dos PAs reconhecem a luta dos pais nos assentamentos e a importância da reforma

agrária, mas também manifestam ideais urbanos, como morar e trabalhar na cidade. A pesquisa acompanhou, ao longo dos anos, adolescentes que cursaram colégios agrícolas e, ao invés de ficarem nos assentamentos e se engajarem num projeto familiar de produção agropecuária, saíram dos PAs para trabalhar nas usinas da região. Observa-se um movimento de saída dos assentamentos empreendido pelos jovens. Mesmo experiências como o do Pró-Jovem (programa de qualificação em agricultura desenvolvido pela Fundação Paula Souza em parceria com o ITESP), são tímidos na busca de conter esse êxodo. No entanto, o sair do assentamento tem vários sentidos.

Além da busca de um trabalho fora (urbano ou rural), muitos jovens saem dos P.A.s onde vivem seus pais para engrossar os acampamentos de sem-terra, tanto nas suas respectivas regiões, quanto em outras regiões do Estado (notadamente no caso dos sem-terra mobilizados pelo MST). Essa saída, na verdade, repõe a terra no horizonte desses jovens – sair de um P.A. é o caminho para conquistar sua própria terra (ou lote em assentamento). Muitas vezes, nessas situações, o jovem se torna um militante do MST – que recruta seus quadros dentre os filhos dos assentados. Receber uma formação política continuada e exercer uma militância que investe o jovem de autoridade e poder de liderança, acaba por ser bastante atraente, constituindo-se numa alternativa invejada e desejada por muitos jovens assentados.

Mesmo aqueles que saem para trabalhar nas cidades não se desligam de forma definitiva dos pais e da terra. A pesquisa registrou, juntamente com a saída, o retorno dos jovens (filhos de assentados) aos P.A.s onde vivem os pais. A opção de buscar uma condição de vida mais promissora nas cidades é largamente utilizada pelos jovens. O que deve-se considerar, no entanto, é que a posse da terra garante, também, um seguro para evitar os efeitos mais nocivos de um ocasional fracasso desta “aventura”. As dificuldades evidentes em se estabelecer de forma ótima em atividades urbanas faz com que muitos desses filhos retornem aos assentamentos, muitas vezes para ajudar os pais nas suas atividades e, até mesmo, para desenvolver novos projetos, como horticultura em estufas, novas criações, etc..

Numa avaliação em termos de política de desenvolvimento para os assentamentos, a preocupação com esse segmento deve ser prioritária. Os assentados estão envelhecendo e, aí, a questão do futuro dos assentamentos passa pela existência de um projeto familiar de ficar na terra, de uma estratégia familiar para a continuidade e aprofundamento da experiência produtiva agropecuária dos mais jovens. É importante existir um investimento nesses jovens que querem estudar sim, mas com a contrapartida deles devolverem isso para a comunidade de origem, nos assentamentos. Hoje, de fato, há pouquíssima aposta nos jovens assentados, como o já citado Pró-Jovem. Esse é um dilema real, com grande potencial para o desenvolvimento desses PAs,

embora não tenha despertado a atenção necessária dos planejadores de qualquer âmbito oficial.

Terra, trabalho e família: a difícil sementeira

Além da policultura autônoma e da parceria com as usinas para produção de cana de açúcar - formas praticamente opostas de viabilizar a permanência na terra - os trabalhadores dos PAs de Araraquara lançam mão, também, de modalidades diferenciadas de encaminhamento da produção. Associações com outros produtores não assentados (para plantio de grãos, por exemplo) e mesmo com outras agroindústrias – como no caso da produção de mandioca para farinhas industriais – são constatadas nesses territórios. A forma de gestão do trabalho, nesse caso, é familiar, embora o financiamento da produção dependa de agentes externos que têm forte vantagem na distribuição da renda gerada pela lavoura. Mesmo legalmente proibidas, tais parcerias são mais toleradas do que aquela que envolve o plantio de cana para as usinas. Isso acontece pois, além de ter uma fiscalização mais difícil, o fato de empregar diretamente a mão-de-obra assentada é algo visto como positivo.

O processo de exploração da cana-de-açúcar nos assentamentos constitui-se, sem dúvida, a alternativa mais perigosa do ponto de vista da gestão familiar do trabalho e da terra. Além dos possíveis danos ambientais, essa produção parece obedecer uma lógica que é a da agricultura patronal. Embora sua introdução nos P.A.s implantados pelo ITESP esteja, em tese, regada por uma portaria oficial, nada garante que no futuro próximo não se reproduza uma situação de perda de autonomia dos assentados, conforme visto no PA Bela Vista (em Araraquara). Ali, em que pese o fato da introdução da cultura da cana ter-se realizado mediante uma associação de assentados (*Associação Independente*), que no princípio geriu de forma mais ou menos coletiva os trabalhos de plantio e cultivo, o que se observa hoje é a dependência quase total dos assentados frente à usina. Na maioria dos casos, todo o processo de produção agora está a cargo da usina notadamente o corte, que é realizado por empreiteiras de mão-de-obra rural.

A busca por autonomia e sustentabilidade na terra leva, também, a uma situação tensa com relação ao trabalho externo de membros das famílias assentadas. Em quase todas as modalidades de gestão do trabalho familiar que a pesquisa verificou, o recurso ao trabalho assalariado fora do assentamento é utilizado, seja para garantir sustento para a família, seja para ajudar a financiar a produção nos lotes. Mulheres e jovens são os que mais saem, tornando mais complexa essa busca por uma ressocialização a partir do trabalho na terra.

No entanto, conforme aferido pela continuada investigação do Nupedor, a própria ressocialização na terra pressupõe o trabalho fora. As dificuldades

para obtenção de crédito, sem dúvida um aspecto da ineficiência na mediação oficial, acaba por obrigar as famílias a buscarem recursos por conta própria. Essa tensão dramática com os gestores oficiais dos assentamentos – INCRA e ITESP, que condenam a atividade externa dos assentados - muitas vezes se expressa no enfrentamento das (muitas) regras com as quais um assentado tem de conviver. Trabalhar fora, em parte do tempo, para manter os investimentos no lote é um desses enfrentamentos que revelam a incongruência do projeto estatal e, paradoxalmente, ajudam na ressocialização desses assentados, na medida em que eles recusam as imposições burocráticas e, com isso, garantem sua permanência como produtores nos PAs.

O desenvolvimento dessas experiências de assentamento rural fornece pistas significativas para uma reflexão acerca das possibilidades e limites de formas alternativas de gestão do trabalho e do território. O tripé terra, trabalho e família, que enfeixa o tradicional modo de vida camponês, volta a estar presente nos PAs, mas sua configuração já não consegue ter a mesma vigência que antes. As imposições do mercado e do estado modulam as possibilidades de recuperação desse modo de vida. Mesmo assim, as expectativas e os projetos familiares apontam nessa direção, sobretudo para aquelas famílias que resistem à implantação da cultura da cana-de-açúcar.

Nutridos por essa esperança, os assentados enfrentam as muitas dificuldades, ultrapassando os obstáculos que se põem diariamente, para viver da e na terra. A construção - ou reconstrução – desse modo de vida pressupõe o desenvolvimento de estratégias familiares diferenciadas, numa difícil, mas possível sementeira dos sonhos de autonomia e sustentabilidade.

Por uma conclusão: os assentamentos estão na rota da sustentabilidade?

Um balanço desse período de consolidação dos assentamentos do Estado de São Paulo (a partir dos casos estudados) coloca algumas questões em aberto, no tocante às alternativas dessas unidades rurais. Por um lado, demonstram uma série de desacertos que provêm do encaminhamento (ou de falta dele) estatal. O verdadeiro vazio de projeto por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas, acima de tudo, uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no processo de assentamentos (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos P.A.s. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo diferentes agentes desse campo social.

Com relação à questão da geração de trabalho e renda, os assentados acabam cumprindo sim uma função alternativa, mesmo que a associação com

o complexo sucro-alcooleiro crie mais dilemas do que verdadeiramente perspectivas. Observando-se mais a miúdo, registram-se inúmeras alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, como os mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas Prefeituras locais (existem inúmeras experiências do tipo “feira do produtor”). Há projetos em estudo – como também em início de implantação – que podem potencializar essas alternativas econômicas, caso da incorporação da produção assentada à merenda escolar e parcerias entre o ITESP e o INCRA com outros órgãos de pesquisa, ensino ou comercialização da produção (casos da CONAB, desde 2003 e o recente convênio do INCRA com a CEAGESP).

Uma decantada proposta de agricultura orgânica, ventilada pelo MST e algumas ONGs, não se materializou em larga escala. O próprio ITESP incorporou essa preocupação “agro-ecológica”, através de cursos de capacitação aos seus técnicos, mas isso ainda é muito pouco. Existe, portanto, o reconhecimento da questão da agricultura orgânica, da perspectiva de uma outra tecnologia, mas que demanda ainda muito para decolar. Com relação a essa questão, o problema do desencontro acima mencionado, é patente, prevalecendo uma postura de “quem é o dono da iniciativa” ao invés de um espírito de colaboração entre agentes institucionais.

O que se pode esperar do futuro dessas experiências? Controvérsias marcam a avaliação dos processos sociais e econômicos que têm lugar nos assentamentos. Varias pistas nos são dadas pela observação contínua desse novo modo de vida, ensaiado nos PAs do Estado. Elas indicam tendências para o futuro dos assentamentos.

Em primeiro lugar, a pressão para a instalação de novos assentamentos não diminuiu. No Pontal do Paranapanema, região na qual se concentra o maior número de assentamentos de São Paulo e conhecida pela pendenga envolvendo terras devolutas, dezenas de movimentos dividem o espaço político criado pela luta pela terra. Aliás, a pulverização, que se tentou superar na região com a criação do MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), volta a marcar a mobilização dos trabalhadores. Até mesmo o MST, principal agência de promoção da luta pela terra, demonstra – de forma cada vez explícita – fissuras na sua condução política.

O padrão excludente do capitalismo brasileiro, mesmo no tão aclamado setor agropecuário, não nos permite supor a diminuição da demanda por terra. Na região de Ribeirão Preto, das mais modernizadas do país, o pontilhar de acampamentos em meio aos canaviais demonstra a falácia do propalado “desenvolvimento” regional. A democratização do acesso à terra, como fonte de liberdade, deve ser incluída no rol de medidas pró-desenvolvimento, inclusive onde a economia já exhibe números “primeiro-mundistas”.

Os dilemas que envolvem a juventude rural também podem nos fornecer um bom ângulo para a análise do futuro dos assentamentos. Toda uma nova geração já cresceu nos assentamentos, se tomarmos o período do I PNRA, de 1985, como um início dessas experiências. Pesquisas apontam um certo esvaziamento das famílias assentadas, dando-nos a impressão que isso é extremamente negativo. Outras avaliações, porém, devem ser consideradas, se observarmos com mais cuidado a dinâmica dessa realidade. Em primeiro lugar, o que significa sair do assentamento? É uma decisão livre da juventude, na busca de melhorias e progresso individual ou uma necessidade inadiável, dada as condições de vida nos P.A.s?

A resposta a essa questão não é simples. Ao mesmo tempo em que se buscam alternativas para a permanência da juventude nos assentamentos, o sair motivado por uma série de condições – não implica, necessariamente, o abandono do assentamento. Registra-se, também, o retorno dessa juventude aos assentamentos (local de moradia dos pais), tanto para contribuir no desenvolvimento local (filhos de assentados que se tornam, por exemplo, professores das escolas dos assentamentos), quanto para tentar, depois de uma estada frustrada nas cidades, trabalhar e sobreviver da terra. Os jovens saem e retornam - e isso é um indicador de que o assentamento é uma opção – mesmo que não a primeira – para esses jovens.

Numa outra frente, dentre as muitas iniciativas para os filhos dos assentados, a instalação de escolas nos assentamentos tende a se tornar uma inovação bastante frutífera. Dentre essas experiências, destacam-se aquelas que buscam desenvolver projetos pedagógicos específicos, privilegiando a “escola do campo” proposta defendida por uma frente de movimentos, que preconiza a o investimento na educação contextualizada na reforma agrária.

A educação tem um papel crucial na discussão das perspectivas dos assentamentos. Por isso ganha relevância o projeto Escola do Campo que tem tido, especialmente no PAs Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre (Araraquara) bons resultados do ponto de vista pedagógico, da identificação da criança com o seu lugar, o espaço rural, igualmente pelas oficinas dirigidas ao meio ambiente, à diversificação agrícola que cria outras perspectivas de socialização e de sustentabilidade. No Pontal, várias escolas estão sendo instaladas nos assentamentos, a maioria sob responsabilidade das Prefeituras da região. Não há, no entanto, nenhuma uniformidade na atuação dos responsáveis por esses estabelecimentos e a possibilidade de um projeto político-pedagógico mais adequado ao campo não tem passado, por enquanto, de mero debate acadêmico.

Experiências pulverizadas envolvendo jovens apontam para um esforço no sentido de se conter o êxodo juvenil (não de todo indesejado, dada a manifestação da liberdade na busca de alternativas, muitas vezes, fora dos PAs). Nesse sentido, as parcerias do ITESP com a Fundação Paula Souza (que mantém

as escolas técnicas agrícolas no Estado de São Paulo), materializadas nos cursos do Pro-jovem, são importantíssimas. Pena que essa salutar política seja restrita: faltam recursos para ampliar quantitativamente (número de jovens atendidos) e qualitativamente (diversificação do cardápio de cursos). Este quadro de problemas e de perspectivas sugere a constituição de uma agenda local para o desenvolvimento dos assentamentos. Isso não significa que outras esferas governamentais possam se ausentar, mas a geração dessa agenda pressupõe o envolvimento dos agentes que vivenciam cotidianamente os constrangimentos e as possibilidades da realidade empírica dos assentamentos.

O centro desse debate é aquecido por novas dimensões. Nesse quadro, a perspectiva da produção de biodiesel nos assentamentos, além do indiscutível ganho ambiental, implicaria em uma escalada progressiva de ganhos sociais. A análise da relação entre Reforma agrária e sustentabilidade retoma, de certa forma, a discussão dos assentamentos como uma política estatal definida pelo fogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas (Ferrante, Silva, 1988).

Desta ótica, observa-se a relação assentamentos rurais/desenvolvimento local como parte de um campo político, cuja trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas, tanto mediante práticas clientelistas, como através da participação nos diferentes fóruns de discussão de planos para o desenvolvimento rural sustentável.

A integração aos diferentes contextos regionais, como as suas tramas e impactos, varia enormemente. Porém, a importância – mais que econômica ou demográfica, política – das experiências de assentamentos está criando novas bases na discussão acerca do desenvolvimento local. Num Estado como o de São Paulo, fortemente caracterizado pela agricultura patronal e o agrobusiness, essa possibilidade demonstra a capacidade de luta e participação que esses trabalhadores, outrora excluídos, vem demonstrando, permitindo que o debate acerca da reforma agrária e da sustentabilidade se ponha no centro dos rumos da democratização da sociedade contemporânea.

Referências

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária.** Tese de Doutorado, FCL/UNESP, 2002.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do ser humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós, cidadãos**. R.J., Paz e Terra, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas** – Revista de Ciências Sociais, vol. 20/21, São Paulo, EdUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo. **Perspectivas** – Revista de Ciências Sociais, vol. 11, São Paulo, EdUNESP, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B. e SANTOS, M. P. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**, n ° 9, UNIARA Araraquara, 2004.

ROSIM, L. H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento** Dissertação de Mestrado, Araraquara, FCL/UNESP, 1997.

PINASSI, M.O. e QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais. **Revista Reforma Agrária**, n ° 2, vol. 23. Campinas, Abra, maio/agosto 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SIMMEL, G. Sociologia, 1 – **Estudios sobre las formas de socialización**. Madrid, Alianza Editorial, 1986.

STETTER, E. A. **A cultura da cana em assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2000.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS NO CORAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

Antonio Marcos Campoi¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Introdução: a título de contextualização

O presente artigo tem por objetivo caracterizar o estudo do sistema de produção dos núcleos dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, formados entre 1985 e o final da década de 90, os quais perfazem um total 377 lotes com 377 famílias regularmente assentadas como titulares destes lotes localizados na região do Estado de São Paulo conhecida como “Califórnia Brasileira”. É tomada como recorte de pesquisa a metodologia utilizada pela FAO para diagnosticar sistemas agrários associados a uma identificação das alternativas de permanência na terra.

Sem a pretensão de fazer um minucioso mapeamento da produção bibliográfica brasileira voltada a assentamentos, permitimo-nos esclarecer que utilizamos neste artigo contribuições trazidas pela análise econômica dos assentamentos, salientando os impasses provocados pelos resultados da pesquisa da FAO sobre reforma agrária, produção, emprego e renda (ROMEIRO et al., 1994) salientando suas controvérsias ou fatos polêmicos.

Descrevendo estratégias de assentados a partir de amostras e dos períodos de sua implantação, o presente estudo não prioriza variáveis políticas e sócio-culturais, embora tenhamos claro que o modo de vida e as estratégias destes pequenos produtores são atravessadas por tais dimensões. O exame das estratégias que se abrem a partir da entrada na terra e da experiência acumulada no processo produtivo de trabalho no interior dos vários núcleos dos assentados da Fazenda Monte Alegre não se fecha, no entanto à consideração de que o

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. marcoscampoi@yahoo.com.br

2 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. vbotta@techs.com.br

viver na terra, o convívio, a vizinhança, a cooperação podem criar vínculos de reconhecimento social, valores de economia moral, tais como os discutidos por BARONE (1996).

Por outro lado, além das redes de sociabilidade, há o espaço dos conflitos, das disputas, das competições na instituição das associações, na relação com os técnicos, dentre outros (BARONE, 2002). Com tais ressalvas, o trabalho discute os principais sistemas de produção adotados e as expectativas sobre o futuro desta política de assentamentos rurais no país.

Assentamentos no território do agronegócio

Não temos neste trabalho a pretensão de estabelecer paradigmas ou modelos incontestáveis de formas de proteção agrícola tão utilizados em procedimentos classificatórios de viabilidade econômica em políticas agrícolas. Somar este trabalho com a vasta literatura já existente sobre os assentamentos rurais na região de Araraquara e poder contribuir para formação de um referencial analítico, como parâmetro à constituição de categorias que considerem os assentamentos em constante evolução nos distintos tempos sociais e trajetórias de vida, marcadas por pressões, atritos e lutas (FERRANTE et. al., 2000), atenderia a nossa expectativa de contribuição.

Estudar assentamentos rurais, principalmente a partir da caracterização das atividades agrícolas predominantes e do entendimento sobre a lógica destes processos exige a superação de expressões do imaginário referendadas a uma agricultura sub-desenvolvida, de baixa tecnologia, em pequenas áreas e sistema de exploração tipicamente familiar. As transformações (adoção de novo pacote tecnológico) de nossa agricultura entre as décadas de 70 e 80 até os dias atuais ainda estão muito presentes na estruturação dos sistemas produtivos constitutivos do meio rural.

O universo empírico da pesquisa, ou seja, o projeto de assentamento de trabalhadores rurais da Fazenda Monte Alegre, está localizado na região central do Estado de São Paulo e possui, do ponto de vista do agronegócio brasileiro, características bastantes significativas referentes à análise econômica.

Com o intuito de *delimitar* o universo da pesquisa, estabelecemos para efeito de análise sócio-econômica regional, a “nossa microregião”, composta pelos municípios em que parcela de seus territórios é abrangida pela Fazenda Monte Alegre, a saber, Matão, Motuca e como o principal núcleo urbano deste contexto, a cidade de Araraquara, a qual iremos denominar como município sede.

Segundo informações do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Araraquara, instituição ligada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, nas safras 96/97, 97/98 e 98/99, este escritório representa o segundo lugar no “ranking” do Estado em termos de valor da

produção agrícola aferida nestas safras com 5,80% do total produzido no Estado, valor este somente inferior à EDR de São João da Boa Vista com 6,26% com destaque para as produções de bovinocultura de leite, cana-de-açúcar, laranja, café e frangos de corte.

Não é difícil avaliarmos a importância desta microrregião para o agronegócio paulista e brasileiro, se considerarmos que dos três principais produtos geradores de divisas para o Estado (cana-de-açúcar, citros e bovinos), dois deles (cana-de-açúcar e citros) representam 84,96% da área cultivada na safra 98/99 na EDR de Araraquara, segundo relatório desta instituição.

A Fazenda Monte Alegre, originalmente constituída pela junção de duas propriedades, resultado de heranças sucessórias e totalizando 7.300 hectares é adquirida pelo Estado em 1940 e, a partir daí, passa a ser explorada com o cultivo de eucalipto para produção de dormentes utilizados nas antigas estradas de ferro.

Motivados pelas tensões sociais num campo de disputas e conflitos, norteados por ações de acomodação e resistência, a relação patrões x empregados ou “*usineiros x bóias-frias*” dá mostras de que o barril de pólvora foi aceso na conhecida revolta de Guariba - SP, ocorrida em maio de 1984, com a greve dos bóias-frias como retaliação à “proposta” dos usineiros de aumentar o número de ruas no corte da cana com intuito de “elevar” a produtividade do trabalho sem nenhum ganho real para estes trabalhadores, ou seja, cristalizando a intensificação e exploração do trabalho. Este fato foi apenas a ponta do iceberg de um imenso contexto social caracterizado por rupturas, explorações, expulsões e principalmente, sem qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores(as) rurais (BARONE, 1996).

Este acontecimento provocou forte impacto nos meios sociais o que, de certa forma, gerou a inclusão na agenda governamental de propostas dirigidas aos bóias-frias. Políticas emergenciais para promover o acesso destes trabalhadores à terra e, principalmente, viabilizar a produção de alimentos para subsistência em um primeiro momento e atender às populações carentes das periferias das cidades e às instituições públicas (hospitais, escolas, etc.) posteriormente foram a estratégia política adotada para conter emergencialmente o ímpeto desta categoria de trabalhadores.

Em setembro do ano de 1984, com o apoio da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP - com sede na cidade de Araraquara foi criada a “comissão de identificação de terras”, ou seja, grupo de trabalhadores rurais que passaram a percorrer e identificar na região terras inaproveitadas e/ou aproveitadas inadequadamente, do ponto de vista do cumprimento de sua função social, como uma primeira contribuição desse grupo de trabalhadores à implantação da “política emergencial” alardeada pelo governo estadual na época. Em julho de 1985 um primeiro grupo de

trabalhadores rurais (ex-bóias-frias) com apoio da FERAESP promove a ocupação de uma área na Fazenda Monte Alegre, mais tarde denominada núcleo I do assentamento (BERGAMASCO et. al., 2003).

Assentamentos rurais derivados do projeto de valorização de terras públicas do governo estadual, através da utilização de imóveis públicos para fins de reforma agrária (especificamente o caso da Fazenda Monte Alegre) são perspectivas que passam a ser identificadas em meados dos anos 60, para designar a locação de um determinado grupo de famílias em terras públicas ou privadas (ROMEIRO et. al., 1994).

Estudar este objeto (projetos de assentamentos rurais) de características específicas e mutantes, mesmo sob a ótica agrônômica ou produtivista - viés que não dá conta da complexidade deste objeto - implica em recorrermos às noções de estratégias e trajetórias, sabiamente citadas por (ANTUNIASSI et. al; 1993) como; *“a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência”*. No caso dos assentados da Fazenda Monte Alegre, compreender como estas famílias conseguem lidar com essa situação, obrigatoriamente nos leva a buscar informações de suas origens sociais, a relação com o capital econômico, social, cultural e simbólico. Conhecer este contexto implica necessariamente absorvermos a noção de *trajetória* que expressa, portanto *“a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias, tal como relatado pelos assentados quando contam suas histórias de vida”* (idem, ibidem).

Caminhos teórico-metodológicos: o itinerário de dilemas

Reconstituir tais trajetórias nos leva a contextualizar as transformações estruturais que aconteceram em nossa agricultura entre as décadas de 70 e 80 e que podem ser resumidas em apenas uma palavra: ruptura. Ruptura ou rompimento com particularidades milenares que acompanhavam esta atividade e, em consequência, da adoção de um novo modelo tecnológico de produção (maximização da produção) que se desdobra nos seguintes processos: *a) ruptura agricultura x alimentação*: com a adoção deste novo padrão tecnológico, a agricultura passou a ser concebida como produtora de uma mercadoria qualquer (geralmente a que apresenta maiores lucratividade no mercado); *b) ruptura agricultura x território*: com a escolha de qual produto seria produzido para atender à demanda do mercado, concomitantemente foi ocorrendo a migração desta atividade para áreas que apresentassem melhores condições edafoclimáticas para produção, o que teve como consequência a marginalização e abandono de algumas áreas antes cultivadas com a diversidade das explorações; *c) ruptura com ordem demográfica*: com a redução da

diversificação das atividades agrícolas e a crescente mecanização, houve drástica redução do número de pessoas ocupadas com atividades agrícolas no meio rural e aumento da idade média do chefe da família; *d) ruptura agricultura e meio ambiente*: com a implantação do novo pacote tecnológico (intensiva mecanização, uso de agroquímicos e uso de sementes geneticamente modificadas), a preocupação com as consequências ambientais destas práticas foram deixadas em segundo plano, em decorrência da maximização dos lucros; *e) ruptura do modelo familiar de produção*: com a intensiva mecanização das atividades agrícolas, foram sendo poupadas a força-de-trabalho disponível nas propriedades que foram se tornando cada vez mais individualizadas, com parte dos membros das famílias começando a dedicar-se a atividades não agrícolas mesmo que ainda morando no meio rural (SCHNEIDER, 2003).

É nesta conjuntura de rompimento, de quebra, de esfacelamento de uma identidade, que surge outra expressão bastante familiar nos dias atuais, mas não menos polêmica quanto à sua real importância para a pequena produção, a pluriatividade. Apesar de haver autores que a definem como a tradução de “*part-time farming*” (agricultura em tempo parcial) ou “*multiple job holding*” (combinação de múltiplas fontes de renda na propriedade), a definição de FULLER; NEWBY citado por SCHNEIDER (2003, p. 79) nos parece a mais completa; “*Pluriatividade incorpora tanto as características da noção part-time farming (unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da multiple job holding (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). Por isso a expressão pluriatividade tem sido amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com cash, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais*”.

Alguns autores consideram esta nova prática como um retrocesso à pequena agricultura no sentido de perda do poder de organização e reivindicação por melhores preços dos produtos agrícolas, acesso ao crédito, modernização de atividades produtivas, etc. Outros autores consideram positiva esta estratégia no sentido da agricultura não ser uma atividade isolada de todo processo de “modernização” da economia mundial, portanto esta prática seria considerada como uma estratégia adotada pelos produtores para aumentar a produtividade econômica da propriedade (diversificação das rendas) nestes tempos de abertura da economia mundial, mais conhecida como globalização.

No bojo deste novo enfoque as atividades dos agricultores estão sendo observadas com relação à referência dos locais onde os mesmos as desenvolvem, não necessariamente internamente à unidade agrícola (*pluriatividade*), também o estabelecimento rural passa a ser objeto de análise, quanto ao cumprimento de suas funções enquanto gerador de trabalho e renda através da produção de alimentos. Neste aspecto, o conceito da *multifuncionalidade* agrícola começa

a ser discutido no sentido de amenizar as disfunções da chamada agricultura moderna, através da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas circundantes. O papel da agricultura, não somente pela ótica produtiva, mas também pela ótica de seus reflexos sociais (participação das famílias rurais no desenvolvimento local) e ambientais (conservação do solo, da água, da fauna, da flora) passa a ser caracterizado como uma propriedade agrícola multifuncional (PERONDI, 2004). Em outras palavras, “ *a noção de multifuncionalidade da agricultura supõe articular um projeto de sociedade às diversas dimensões da atividade agrícola* ” (LAURENT, 2000 citado por PERONDI, 2004).

Em nossa pesquisa, como veremos mais adiante, várias são as propriedades que podem ser consideradas como multifuncionais em razão de suas diversidades de cultivos e criações identificadas em seus sistemas de produção predominantes. Mais importante do que a pluriatividade do pequeno agricultor (importância momentânea), a multifuncionalidade da propriedade é a garantia da sustentabilidade produtiva das gerações futuras.

Segundo CHAYANOV citado por SCHNEIDER (2003), a busca dos pequenos produtores por atividades complementares de renda está diretamente relacionada à teoria da unidade econômica camponesa, à idéia de que o equilíbrio entre o trabalho e o consumo está diretamente relacionado ao comportamento da família. Neste comportamento, três aspectos são fundamentais como objeto de observação; *a) ciclo demográfico*: em famílias que possuem filhos pequenos ou que possuem apenas os chefes de famílias em idade avançada, reduz-se significativamente a probabilidade de execução de trabalho não agrícola; *b) caráter teleológico*: racionalidade que orienta a maximização do uso dos recursos de produção (terra, capital e trabalho) estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto-exploração; *c) unidade doméstica e unidade de produção*: entende-se por unidade doméstica a produção de autoconsumo, sendo ambas indivisíveis no que se refere à gestão de suas rendas.

A constituição de um projeto de assentamento de trabalhadores rurais implica reconstituir uma comunidade que em condições normais levaria dezenas de anos para adquirir suas características identificadoras como confiança e solidariedade entre vizinhos, experimentação de cultivos e técnicas mais adaptadas indicadas à disponibilidade dos recursos naturais existentes (terra, água e vegetação) além de obtenção de obras e serviços públicos imprescindíveis para uma existência minimamente aceitável. Do ponto de vista da ação estatal, em decorrência das determinantes legais que regem esta inserção, existe toda uma sistemática de direcionamento das ações que compõem o processo de assentamento, tais como a relação destes trabalhadores com os recursos naturais, com o resultado econômico obtido, com a auto-sustentação das atividades

desenvolvidas e até com as relações sociais existentes na comunidade (ROMEIRO et al., 1994).

Com o passado marcado pela exploração impiedosa do modelo capitalista de produção (muitos assentados estão hoje no assentamento como resultado da exclusão social proporcionada por este modelo de produção agrícola), os desmandos, as já citadas rupturas, a expulsão do processo produtivo, a luta pela posse da terra e finalmente a entrada no projeto de assentamento (acesso à terra), o sentimento vai um pouco além do simples gosto pela vitória ou a certeza da reprodução social familiar. O sentimento maior destas famílias representa a liberdade ou a faculdade de cada família daquele momento em diante, de decidir ou agir segundo suas próprias determinações. Não é difícil imaginarmos a receptividade destas famílias ao direcionamento a ser imposto pela ação estatal na “nova casa” que os espera.

Neste contexto são bastante oportunas as observações de BARONE (1996) quando trata dos códigos tradicionais destas comunidades rurais aliados às estratégias familiares de sobrevivência na terra na constituição destes novos núcleos de reprodução, ou seja; *a) economia moral, diz respeito às normas e obrigações sociais de cada segmento ou agente social configurada nos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade; b) ética de subsistência, refere-se à lógica camponesa de produção onde o bem estar familiar é priorizado no ordenamento do trabalho em relação à obtenção do lucro; c) relações horizontais e verticais, relações que as famílias desenvolvem com seus vizinhos (relação horizontal), com seus patrões, com o poder estatal (relações verticais) com o objetivo de fugirem das necessidades básicas para sua sobrevivência.*

Para o trabalhador rural hoje assentado, antes de vir para o assentamento, pelo menos para grande maioria desta população que garantia sua sobrevivência através de serviços assalariados, sua reprodução social era referente apenas às oportunidades de utilização ou venda de sua força de trabalho. Como agricultor assentado, reproduzir-se significa restituir a produtividade da terra e livrar-se da tutela do Estado (BERGAMASCO & SALLES, 1995).

Entendemos aqui como reprodução social “*o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo*” (FORTES, 1971 citado por PERONDI 1999) e capital social como “*formas de organização social como a confiança, as normas e os sistemas que são capazes de contribuir para o aumento da eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, ou seja, capital social está diretamente vinculado à participação de indivíduos em organizações*” (SOUZA & BERGAMASCO, 2006).

Partindo-se do pressuposto da conceituação de agricultura familiar estabelecida por LAMARCHE (1993) o qual estabelece que “*a unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família e a conjunção destes fatores (unidade de produção, propriedade e família) na operacionalização das atividades agropecuárias sugere necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e sua reprodução social*”, consideramos neste trabalho de identificação e caracterização dos sistemas de produção as alternativas de permanência na terra desenvolvida a título de estratégias utilizadas por estas famílias, como sujeitos praticantes de uma agricultura familiar.

Nos estudos sobre diagnóstico dos sistemas de produção, identificar o universo empírico da pesquisa e estratificar ou separar em campos da análise constituem-se em premissa básica para obtenção dos resultados. Há trabalhos que vêm observando a evolução e a dinâmica dos sistemas de produção existentes, a partir dos princípios do método de diagnóstico de sistemas agrários. Pesquisa da FEAGRI (UNICAMP) voltada ao estudo da correlação dos sistemas de produção existentes com os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, chega à tipificação de quatro grupos de sistemas produtivos; pequenos produtores de leite, famílias com baixo dinamismo produtivo, médios produtores de leite e produtores diversificados, a partir da utilização de métodos estatísticos multivariados. Apesar da diversidade detectada entre os sistemas produtivos, a pesquisa conclui que embora os técnicos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural – ATER – percebam as diferenças existentes entre os grupos que se formaram, não há diferenciação significativa na atuação dos mesmos. Conclusão esta que vem demonstrar um hiato entre a proposta teórica da Fundação ITESP – de incentivo à postura democrática através de processos participativos – e a prática de orientação técnica que acaba sendo padronizada, comprometendo a atenção às singularidades e diferenciações existentes entre os assentados. Mais do que uma questão de método, a prática de assistência técnica adotada pelo ITESP não tem alterado, praticamente em nada, as estratégias produtivas e reprodutivas utilizadas pelos assentados para permanecer na terra.

No interior dos projetos de assentamentos rurais, a diversidade agrícola talvez seja a caracterização mais importante do ponto de vista agrônômico e ambiental em relação às atividades agrícolas desenvolvidas anteriormente na área (normalmente caracterizada pela monocultura extensiva). Neste aspecto, WHITAKER & FIAMENGUE (2000) objetivando retratar esta diversidade através da sua estratificação, estabelecem cinco níveis ou estratos de análise a saber a) 1º nível: bacia hidrográfica (como vimos a importância das culturas dos citros e da cana-de-açúcar neste contexto); b) 2º nível: lote agrícola (diversidade de culturas e criações entre os lotes agrícolas); c) 3º nível: retrata

a diversidade interna de cultivos e criações internamente a cada lote; d) 4º nível: retrata a diversidade entre os itinerários técnicos implementados na condução das atividades de culturas e criações e; e) 5º nível: produtos consumidos ou comercializados dentro dos sistemas de produção. (WHITAKER e FIAMENGUE. 2000, pp 26 e 27)

Aprofundando um pouco a análise da relação entre as famílias agora assentadas e o poder estatal, nos deparamos com uma seara de conflitos, tensões, clientelismos e contradições. Conflitos e tensões são facilmente observados na relação assentado x agente técnico estatal, devidos, entre outros fatores, à falta de uma política clara de apoio à pequena produção agrícola. A postura burocrática dos técnicos e conseqüente dificuldade de diálogo, distância cultural., atribuições de culpa aos assentados pela falta de organização e instabilidade das diretrizes institucionais (refletindo-se diretamente na motivação do trabalho técnico, o que favorece uma postura burocrática) são alguns dos fatores que contribuem para o desarranjo desta relação (BARONE, 2002).

Não é menos confusa e conflitante a relação assentados x poder público (federal, estadual e municipal). Diferente dos agentes técnicos, estes setores se utilizam de uma estratégia pouco recomendada, pois além de não equacionar os problemas e de tentar controlá-los através de condicionantes imediatistas, desestimulam o processo de organização interna destas comunidades, ou seja, a formação de seu próprio capital social através da prática condenada do clientelismo (BARONE, 2002). Exemplos desta natureza são explicitados na manipulação de lideranças destas comunidades assentadas (importante componente do jogo das racionalidades sociais deste universo), para fins eleitorais ou para implantação de projetos de benefícios duvidosos a estas comunidades. Em troca destes apoios estratégicos, a liberação de recursos em caráter emergencial e próximo a períodos eleitorais, a coordenação da patrulha agrícola do município quando estas máquinas estão prestando serviços nos assentamentos são expedientes que acabam sendo definidos pelo jogo de poderes presente em tais processos. Todas as famílias que, por um motivo ou outro não concordam com uma postura dos órgãos gestores como representantes dos interesses gerais da comunidade ou que não possuem simpatia política do chefe do poder executivo local acabam sendo punidas. A viabilização de aprovação de projetos de interesses escusos e diversos acaba transfigurando direitos em favores, principalmente na área social, de saúde e de transporte.

Quando nos referimos à implantação de projetos de benefícios duvidosos para as famílias assentadas, estamos nos referindo talvez ao tema mais polêmico e que provoca os maiores conflitos de opiniões em as famílias assentadas. Estamos aqui falando do projeto de parceria usina x assentados para o plantio de cana-de-açúcar no Assentamento Monte Alegre para fins agroindustriais.

Conforme estudo de STETTER (2000), o histórico da investida das usinas

da região no plantio de cana-de-açúcar no assentamento se dá em dois momentos através de duas propostas distintas, isso não quer dizer que foram exatamente somente estes momentos em que houve a tentativa de plantio. Estes períodos apenas externalizam os resultados de articulações e arranjos ocorridos nos bastidores das instâncias governamentais, sob a tutela do patronato político partidário, o qual procurava desconsiderar qualquer discussão mais ampla sobre a efetiva viabilidade do projeto perante a sociedade, os atores sociais “beneficiados”, órgãos e instituições direta ou indiretamente envolvidos com estas comunidades rurais.

Em um primeiro momento no ano de 1992, a proposta de plantio da cana-de-açúcar pela usina era de 100% da área dos lotes do assentamento, mais vínculo empregatício para o chefe da família mediante o pagamento de um salário mínimo por mês e benefícios sociais (médico, dentista e outros) para o restante da família. Em um segundo momento, no ano de 1995, nova investida da agroindústria agora com a proposta reformulada para o plantio de 50% das áreas dos lotes, mas sem o vínculo empregatício para o chefe da família e nem os benefícios sociais para o restante da família.

Na verdade, os argumentos faziam parte de um ideário construído para discriminar os assentados, e fazê-los aceitar a condição de consorciados como se fosse o único caminho de superação de suas dificuldades. Ideário que vai sair e entrar em cena na trajetória dos assentamentos.

São com frequência utilizados argumentos que procuram ridicularizar as famílias assentadas perante a opinião pública. Suas formas de produção, o significado da luta pela terra para estes trabalhadores, são, via de regra, fatores completamente ignorados não só pelo prefeito, mas muitas vezes até pelos órgãos gestores dos projetos. Estas duas “investidas” não se materializaram na época por fatores diversos, entre eles a não concordância dos órgãos públicos federal e estadual (INCRA e ITESP) responsáveis pela implantação e condução destas políticas nas duas esferas, como também da instituição sindical representativa dos interesses desta categoria de trabalhadores.

A participação destas famílias no projeto, como pequenos fornecedores de matéria-prima para indústria canavieira, nos remete ao trabalho de QUEDA & PINASSI (1985) que, com bastante propriedade tecem algumas considerações sobre a realidade desta relação pequenos fornecedores x agroindústrias, tais como; a) os fornecedores de matéria prima para agroindústria canavieira são completamente excluídos do processo de decisão com relação aos destinos da produção; b) as manifestações de contrariedade quanto às imposições a eles apresentadas, são geralmente de caráter individual sem a mínima organização para qualquer manifestação coletiva; c) a legislação edificou a pequena produção canavieira às margens da necessidade de agroindústria (funciona como uma espécie de reserva de potencial produtivo em situações de grande pouca oferta

e grande demanda por produtos estabelecido pelas regras do mercado), porém esta mesma legislação preparou o caminho para sua possível eliminação, que somente não ocorrerá, se esta pequena produção superar o campo de suas necessidades históricas.

A possibilidade de analisarmos as atividades produtivas destes atores sociais, sem estabelecer conclusões isoladas por “produto” (análise reducionista do processo), mas considerando a participação e a integração dos diversos segmentos da sociedade (produtores, organizações, instituições, assistência técnica, entre outros) buscando analisar os principais problemas de relações, estruturas e interdependência com os recursos naturais foram os principais incentivos e desafios que encontramos para elaborarmos este trabalho com foco na caracterização dos sistemas de produção predominantes no Assentamento Monte Alegre. A perspectiva de considerar todas estas variáveis através do estudo sobre os sistemas de produção é o recorte buscado neste artigo com a preocupação de aprofundar as diversidades destas experiências. Trabalhar com a metodologia da identificação e caracterização dos sistemas de produção predominantes no universo empírico da pesquisa nos remete à compreensão sobre a definição de sistemas, o que pode ser entendido como *“uma descrição do funcionamento de processos que não podem ser excessivamente analisados quanto aos seus elementos constituintes distintos, pois a natureza intrínseca de cada elemento não é uma propriedade que existe separada e independentemente de outros elementos, mas é, ao invés disso, uma propriedade que, em parte, surge de seu relacionamento com outros elementos só assim podendo ser compreendida a lógica de sua fluidez e funcionamento. O dinamismo é fator caracterizador/definidor de um sistema, ao contrário da estaticidade”* (PREMEBIDA & ALMEIDA, 2003)

Estendendo este conceito para os sistemas de produção na esfera dos estabelecimentos agrícolas, teremos *“uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para obtenção das produções vegetais e animais. Ele pode também ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas (cultura, criação, processamento), não se resume ao estudo de cada um dos elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo em analisar com cuidado as interações e interferências que se estabelecem entre eles”*. (FAO/INCRA, 1999)

Devemos aqui também esclarecer que consideramos importantes as abordagens críticas que questionam o “movimento sistêmico” como *auto-explicativo e pretensamente detentor da compreensão (supostamente mais adequada) da complexidade do real, dos sistemas agrários, produtivos e sociais* (ALMEIDA, 2003).

Enfim, a busca de conhecer um pouco mais sobre este complexo sistema social, ou seja, os assentamentos de trabalhadores rurais exige a incorporação,

nos princípios analíticos, de um movimento histórico novo, reconstituído a partir de fragmentos culturais resultantes de tensões, rupturas, resistência e integrados a partir da realidade conquistada através das lutas pela posse da terra, nas quais formas alternativas de sobrevivência e permanência na terra são incansavelmente buscadas, ao mesmo tempo em que pode ocorrer desruralização ou reconstrução da ruralização num movimento dialético (ROMEIRO et. al, 1994).

Estratégias como alternativas de permanência na terra: o que a experiência tem mostrado

Como as famílias passaram ou estão passando por adaptações no projeto de assentamento, a convivência em grupo, as relações sociais, as produções de autoconsumo e comercial, “... a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em um novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência” (ANTUNIASSI et. al; 1993, p.126), enfim, como estão sobrevivendo e procurando alternativas para permanecer na terra?

Tais alternativas implementadas pelas famílias do projeto do assentamento Monte Alegre em seus distintos períodos são analisadas, do ponto de vista de “... um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais, por mais descontraídas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica” (ANTUNIASSI et. al., 1993, p.126) o que chamamos de estratégias.

Não consiste objeto desta análise a identificação e a apresentação de todas as dimensões de racionalidade econômica das famílias no assentamento. A lógica camponesa de produção se distingue da lógica capitalista por não visar “apenas” a redução dos custos e otimização dos lucros, mas levar em conta também o grau de penosidade do trabalho desenvolvido, o bem estar da família e a manutenção da terra como elemento vital de reprodução social (FERRANTE, 2000). Nos casos analisados apesar do cercamento das usinas e do investimento crescente na cana, a lógica das necessidades não foi deixada de lado. Soma-se a isso o fato de ser extremamente complexa e passível de grandes equívocos a identificação da renda em modelos de agricultura com sistemas de produção predominantemente familiares. Fatores como a *complexidade da formação dos custos de produção* não são detectados, seja pela falta de hábito em fazer este tipo de controle, seja pela falta de capacitação ou interesse das próprias famílias. *As formas de ingresso monetário* no sistema de produção (assalariamento externo, previdência social, dentre outros); a *diversidade da comercialização da produção* (produtos vendidos como matéria prima e/ou processados); a *valorização do profissional pela diária de trabalho*

e utilização de relações informais/comunitárias de trabalho imbricam-se à cooperação na execução das práticas agrícolas, tais como troca de dias, diárias, mutirão e outras que reduzem ou substituem a necessidade de pagamento em dinheiro, alterando significativamente os custos de produção (FERRANTE, 1999).

Neste contexto, as alternativas de permanência na terra foram analisadas sob o ponto de vista das estratégias utilizadas pelas famílias nos períodos distintos de pesquisa. Classificamos as estratégias de acordo com os seguintes aspectos:

a) *Estratégias Familiares*: aquelas estratégias relacionadas diretamente com as atividades dos componentes familiares ou força de trabalho utilizada direta ou indiretamente no processo produtivo, sejam elas de caráter integral ou temporário.

b) *Estratégias de Produção*: aquelas estratégias relacionadas diretamente ao processo produtivo, como as formas de produção empregadas, a diversidade da produção, a produção comercial ou de autoconsumo, os canais de comercialização e outros.

As estratégias familiares de compor com outras fontes de rendas (externas à propriedade) a complementação das suas necessidades de sobrevivência, pode ser compreendida através de dois fatores; a) *características das economias locais*; b) *características internas das famílias*. Em relação ao primeiro aspecto, em vista da proximidade do assentamento Monte Alegre (25 km de Araraquara e 10 km de Matão) a dois dos mais importantes parques agroindustriais do país no que diz respeito ao agronegócio de exportação (suco concentrado, açúcar, álcool e equipamentos agrícolas) ávidos pela captação de mão-de-obra de baixo custo, torna-se praticamente impossível para os pais manterem seus filhos no trabalho do lote com estas “oportunidades” batendo a sua porta. O que não quer dizer que esta complementação da renda familiar não retorne ao lote na forma de investimentos em infra-estrutura ou custeio de explorações agrícolas.

Outro fator importante a ser considerado, diz respeito às características internas destas famílias quanto à disponibilidade de mão-de-obra com idade e minimamente capacitada para trabalhar. Aliada às dificuldades encontradas pelos progenitores para a exploração das atividades agropecuárias no lote, inerentes à atual política agrícola em curso no país referente à pequena produção, os assentados não fazem nenhuma objeção à saída destes familiares para a cidade, ao contrário, fazem incentivar. Portanto, a atração (*pull factors*) exercida pela economia local e a silenciosa expulsão (*push factors*) desta mão-de-obra do processo produtivo dos lotes agrícolas caracterizam este fenômeno da agricultura moderna.

Em vista disso constatou-se que praticamente dois terços da força de trabalho dos filhos em relação ao trabalho no lote são de caráter parcial ou nulo. O trabalho dos filhos caracterizado em sua maior parcela como parcial,

se deve ao fato de prestarem serviços para agroindústria canavieira da região em fase específica do processo produtivo da lavoura de cana-de-açúcar, as chamadas atividades temporárias (ex. corte e colheita da cana). Esta atividade é favorecida pelo fato de ocorrer predominantemente nos meses de maio – agosto, período de entressafra das principais explorações agrícolas existentes no projeto de assentamento, tais como as culturas anuais (grãos e hortaliças) e perenes (frutíferas). Pela proximidade do assentamento com as agroindústrias da região, isso possibilita para as usinas um barateamento do custo com mão-de-obra e, em contrapartida, para as famílias fornecedoras desta, uma possibilidade de complementação da renda familiar no período de entressafra da produção.

Neste aspecto, o conjunto de famílias analisadas nos mostra claramente que além das estratégias utilizadas por estas famílias para composição da renda da propriedade, existe a valorização da conquista da terra. Neste grupo a totalidade das famílias possui algum tipo de complementação de renda externa à propriedade, sendo metade destas fontes provindas do trabalho permanente ou temporário de membros das famílias nos complexos agroindustriais da região onde está inserido o projeto de assentamento. O trabalho externo de membros das famílias para ajudar a compor a renda familiar, longe de mostrar algum constrangimento por parte dos assentados em falarem sobre esta situação, que talvez pudesse ser interpretada como fracasso em termos de exploração da produção agropecuária nos lotes é valorizado. É com satisfação que expõem a luta da família, o estudo dos filhos para permanecerem até os dias de hoje na terra, conforme depoimento abaixo;

“...foi uma vida sofrida por chegar (no assentamento) só com a roupa do corpo e a coragem, mas com o passar do tempo, os filhos se formando pra poder ajudar....., o sonho está realizado”

Luiz Pereira, assentado na área I da Fazenda Monte Alegre

Neste contexto podemos perceber que a satisfação das famílias em estar no projeto de assentamento vai muito além do resultado de produções e das frustrações de safras, da escassez dos financiamentos agrícolas, dos incentivos das políticas governamentais, enfim, o foco está na luta pela sobrevivência e conquista da reprodução familiar;

“... de 85 até agora, ficar aqui com todas as dificuldades de um pai de família com cinco filhos é uma conquista, precisa ter muita vontade mesmo”

Juarez Gabriel da Silva, assentado na área I da Fazenda Monte Alegre

A resistência às dificuldades apareceu associada à valorização do conjunto, sendo a terra representada como o canal legítimo de reprodução de

sua família. Igualmente, a maioria das mulheres processam algum tipo de produto no lote (queijos, doces) e o fazem para fins comerciais. Esta atividade é de fundamental importância para agregação de valor ao produto final. Igualmente, fica sob responsabilidade das mulheres gerir a produção para autoconsumo. Praticamente metade das famílias são auto-suficientes na produção de grãos, realizam algum tipo de processamento de produtos lácteos nos lotes, possuem nos mesmos uma fonte de proteína animal disponível para o consumo (aves, frutas e hortaliças).

Pesquisa realizada pelo ITESP sobre produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo traz dados significativos sobre a importância do autoconsumo na vida dos assentados. Esta pesquisa vai ao encontro da hipótese defendida de que as estratégias dos assentados não podem ser compreendidas sob a ótica da valorização capitalista. Estratégias de segurança alimentar têm que ser compreendidas no interior das múltiplas dimensões que se fazem presentes neste novo modo de vida, entendido como espaço de articulação de políticas, valores e tradições. O autoconsumo ganha significado como parte das estratégias dos assentados para permanecer na terra.

Outro aspecto que nos chamou muito a atenção e raramente observado no dia a dia do trabalho da assistência técnica diz respeito às espécies cultivadas de plantas com finalidade medicinais para usos das famílias. Nesta amostragem a média de espécies presentes em todos os lotes foi de 3,5 (três e meio) espécies, dentre elas, destaca-se carqueja, boldo, confrei e erva cidreira. O cultivo de plantas medicinais reduz os gastos com medicamentos para patologias mais leves, atuando principalmente de forma preventiva e natural em nosso organismo. Estas últimas informações, no geral subestimadas nas análises voltadas a discutir assentamentos por modelo de eficiência e de produtividade têm importância fundamental na inteligibilidade do que significa viver na e da terra.

Questões para debate: a diversidade dá o tom

Investir no argumento analítico de que a caracterização dos sistemas agrícolas de produção constitui apenas uma variável desta complexa dimensão sócio-econômica e que as estratégias adotadas pelas famílias nas comunidades são extremamente mutantes, ou seja, criadas e recriadas de acordo com as necessidades dos arranjos familiares, foi o principal objetivo deste artigo.

Mais uma vez tivemos a oportunidade de demonstrar que a racionalidade econômica destas famílias de pequenos produtores difere da premissa da maximização do capital (lógica do modelo capitalista do grande agronegócio), pois o modo de vida destas famílias está pautado por uma outra racionalidade, associada às necessidades, à lógica da reprodução social destes indivíduos. Neste sentido, quando o poder econômico estabelece analogias e questionamentos

a respeito da viabilidade destes modelos de produção agrícola, no mínimo estes enfoques estão sendo parciais, tendenciosos ou reducionistas.

Os assentamentos rurais podem ser entendidos como uma política de experiências recentes e inovadoras do ponto de vista da ocupação do espaço e gestão econômica do território. Seu conceito de modo de vida exterioriza dimensões teóricas (aspirações e projetos) e práticas (estratégia e hábitos), em uma relação de recusa, enfrentamento e aceitação com outros agentes sociais e de convivência com os recursos naturais circundantes, o que vai na contramão do estabelecimento de avaliações concisas e pontuais sobre este objeto.

As avaliações imprecisas sobre este modelo de produção agrícola (pequeno produtor), não sem procedência, nos remetem à década de 60, na qual transformações da base tecnológica da agricultura, armazenagem e verticalização da comercialização através dos grandes complexos agroindustriais se expandiam em um ritmo galopante na “*modernização*” de nossa economia. Entre as novas técnicas difundidas em campo, a extensão rural focada no desenvolvimento do *produto* e não do *processo*, intensiva mecanização e crescente dependência da indústria agroquímica (insumos e defensivos) no processo de produção, tudo isso a reboque do farto crédito rural subsidiado caracterizaram o padrão agrícola dominante por praticamente quatro décadas sustentado pelo discurso da maximização da produtividade.

Contextualizando a análise, o pequeno produtor rural não conseguiu absorver por completo todas as adequações impositivas do modelo em vigor, principalmente em relação à mecanização de suas operações em decorrência da restritiva escala de produção, não por ser incapaz, mas pela incompatibilidade dos mesmos com sua trajetória de vida e com suas possibilidades. Como consequência desta impossibilidade, a tendência da tecnificação do pequeno produtor foi implantar as ações tecnológicas na esfera agroquímica.

Como nossa política agrícola sempre foi direcionada ao produto (relação direta com a lei da oferta e da procura em uma economia globalizada), mesmo que a produtividade da terra em pequenas propriedades apresentasse níveis até dez vezes maiores do que os aferidos nas grandes propriedades, a produtividade do trabalho sempre esteve de três a quatro vezes inferior à registrada nas grandes áreas mecanizadas. O resultado desta discrepância foi a redução no peso de geração dos produtos agrícolas para o redirecionamento na *venda* da mão-de-obra excedente às extensas unidades de produção capitalistas (SILVA, 1999).

Esta opção não significou o abandono das atividades produtivas na pequena propriedade, pois com a abertura da economia mundial no início da década de 90, a agricultura passou a não ser mais um setor dicotomizado (urbano/rural), estanque, desvinculado do processo econômico e das dinâmicas em movimento. Hoje, este setor da economia não só participa desta dinâmica, como também a absorve e por vezes, a induz. É neste contexto de transformações

sociais e econômicas por que passa a sociedade que se apresenta a nova discussão sobre ocupação do espaço e gestão do território, acompanhada de novo ingrediente como tempero deste acalorado debate, a prática da pluriatividade (TEDESCO, 1999).

É neste complexo universo que as ações implementadas são caracterizadas pelas diferentes estratégias familiares adotadas para sobrevivência e sua reprodução social. Nesta seara é possível identificarmos, alguns fatos importantes, tais como:

De forma geral, tanto nos sistemas de culturas como de criações, apesar das imensas dificuldades encontradas por estas comunidades, o modelo de produção paradigmático idealizado pelas famílias ainda é o modelo com base tecnológica resultante do processo de agroindustrialização da agricultura a partir da década de 60;

Práticas agrícolas alternativas e/ou complementares, de simples implantação e baixo custo, como plantio em nível, plantio consorciado, uso de sementes e variedades, adubação verde e rotação de culturas, que influenciam diretamente na sustentabilidade produtiva do solo (práticas de manejo para evitar e/ou reduzir o processo erosivo) ainda são pouco utilizadas no assentamento;

Especificamente neste aspecto, em que a assistência técnica e a extensão rural estatal poderiam atuar de forma mais incisiva e presente, fatores como a instabilidade institucional na condução das diretrizes políticas de atuação junto às comunidades e a turbulenta relação entre famílias assentadas x agentes técnicos (diretamente relacionada à contradição ideológica “sonho de liberdade” x “instrumentos legais de controle” exercidos pelo poder estatal), dificultam a implantação de uma proposta de trabalho que só traria benefícios a estes atores sociais;

Ainda se faz necessário que os poderes públicos (federal, estadual e principalmente municipal), implementem ou dêem continuidade às políticas que possam estabelecer canais autônomos de comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos, já que aproximadamente 60% destas operações ainda são realizadas com a ação direta de atravessadores. A racionalidade do trabalho destes atores sociais passa pela seguinte caracterização; a) praticamente 50% da força de trabalho aos filhos residentes no assentamento, são ocupadas com atividades externas à propriedade, ligadas ou não a atividades agrícolas; b) contrapondo-se à esta constatação, mais de 60% das famílias assentadas fazem uso de mão-de-obra externa à propriedade para execução de atividades sazonais ou permanentes no interior das propriedades. Observada somente sob a ótica fria dos números e da racionalidade econômica, facilmente esta constatação teria como parecer técnico a “incapacidade na gestão administrativa destes grupos de famílias”. Já sob a ótica da racionalidade social, esta constatação

nos mostra que o processo de reconstituição de uma comunidade, baseada nos princípios da solidariedade, confiança, respeito, conhecimento de técnicas agropecuárias e sua relação com o meio ambiente está em franca evolução, ainda mais se pensarmos que algo em torno de 85% dessa ocupação de mão-de-obra externa ao lote vem sendo ressarcido com a própria força de trabalho (troca de dias) ou através do pagamento em mercadorias como grãos, animais e outros (formas de diárias). Especificamente nesta, como em diversas outras situações, ganha força a estratégia que busca otimizar o ganho com mão-de-obra familiar (atividades externas ao lote) sem comprometer a demanda da execução interna. Podemos observar que, em determinadas épocas do ano, o potencial da força de trabalho familiar fica subutilizado (ponto de vista da produção comercial). Nestes casos, recorre-se então à venda desta força de trabalho em caráter temporário e/ou permanente para fortalecimento do orçamento familiar. Esta estratégia só é possível de ser implementada, caso estes atores sociais tenham estabelecido ou constituído uma rede de sociabilidade interna que lhes possibilite a formação de um capital social que se mostra imperceptível sob a luz da maximização da produtividade e do modelo estatal de assentamento.

A consolidação destas novas alternativas de ocupação do espaço e gestão dos territórios, em constante conflito com a voracidade do agronegócio (que se utiliza da fragilidade econômica destas famílias para impor seus projetos de “desenvolvimento” das comunidades) está diretamente relacionada aos rumos da política agrícola brasileira. Conforme indicações constantes do documento “Novo Mundo Rural”, publicado em abril de 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso, a proposta parte da premissa de que a descentralização ou a emancipação destes complexos sociais estão associadas à atuação do poder público municipal.

“ ...Na medida em que o assentado ao chegar na terra e levado pela política estatal a ser mais parceiro do banco do que de outros trabalhadores, ser mais parceiro da agroindústria do que de outros trabalhadores, ser mais parceiro..... ser mais consumidor do que produtor né...à medida em que ele não consegue ser auto-suficiente na produção de insumos e no avanço técnico pra implementação de sua produção, então há... há um descolamento cultural, há um descolamento em todos os sentidos, de uma realidade de um ser humano que antes tinha uma convivência em uma faixa da sociedade, ou seja, entre os trabalhadores, e que do dia pra noite passa a... como se fosse uma célula do sistema financeiro, uma célula mercadológica e tendo que dar respostas mercadológicas pra política de Estado para satisfação dos homens e mulheres que fazem a gestão pública...”

Élio Neves - Presidente da FERAESP

Com o foco do documento voltado à consolidação da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional para a Agricultura Familiar – PRONAF - constitui-se na principal ferramenta para viabilizar o programa, ou seja, a efetiva liberação de recursos subsidiados aos pequenos agricultores familiares, fica condicionada à criação, na esfera municipal ou microrregional, de um conselho municipal de desenvolvimento rural com a participação de representantes das prefeituras municipais, câmara de vereadores, órgãos públicos com atuação direta ou indireta nestas comunidades, instituições bancárias, ONG's e representantes dos agricultores rurais (FERRANTE & BARONE, 2003).

Não achamos que esta seja a proposta mais racional, pois tendo em vista exemplos já citados neste trabalho, a relação de clientelismo estabelecida entre o poder público municipal e lideranças das comunidades, certamente não traria benefícios para uma parcela considerável destas comunidades. Estes complexos processos sociais (projetos de assentamentos rurais) estariam susceptíveis aos interesses dos grandes grupos econômicos que simplesmente negligenciam ou ignoram as diferenças regionais e os interesses locais, excluindo completamente estas comunidades da participação e das decisões sobre os processos produtivos. O exame das práticas dos conselhos municipais de desenvolvimento rural mostra que há pouca vontade política de assumir, dentre suas prioridades, a inclusão de projetos dirigidos a assentamentos na agenda política municipal. Nestes casos resta aos trabalhadores marginalizados do processo, buscar sua sobrevivência e sua reprodução social através do veio da pluriatividade (TEDESCO, 1999).

“... quando o Estado, na pessoa da Fundação ITESP, assume como se fosse o proprietário do assentamento, o proprietário do lote, o proprietário das benfeitorias, o proprietário da vida das pessoas, o Estado na figura da Fundação ITESP assume uma postura perversa no que diz respeito aos sonhos e esperanças dos trabalhadores. Esse talvez seja o motivador, não é o único, acho que há problema entre as famílias, mas o fato do Estado não ter garantido nesses vinte anos para o assentamento relações jurídicas sólidas e desse para o assentamento, o assentado, a perspectiva que ele realmente está fincando seu pé naquilo que lhe pertence, o Estado aí gera um desestímulo e faz do assentado mais uma figura daquelas que querem fazer o jogo brasileiro e se dar bem a curto prazo e.. aí talvez isso justifique também as parcerias inconvenientes. O Estado é responsável por isso à medida em que não tem política por uma lado, favorece parcerias por outro e fragiliza a relação jurídica trabalhador x terra. Então o assentamento precisa resolver a questão da documentação da terra, isso é uma questão de fundo e se os assentados não enfrentarem isso, a insegurança, especialmente nas mulheres, nos jovens, nas crianças, ela vai se consolidando, vai se perpetuando e... o assentamento cada

vez, mais a comunidade vai envelhecendo, adoecendo e não é a toa que nós... podemos verificar dentro do assentamento uma quantidade enorme de pessoas que sobrevivem de renda da previdência social né... quer dizer, e as pessoas que teriam realmente força de trabalho, os jovens não vêem a perspectiva de futuro porque esse fator, de que não há segurança também e inibidor de investimentos, de apostas a longo prazo...”

Elio Neves - Presidente da FERAESP

Nas análises de todas as expressões das famílias assentadas ao longo deste trabalho, podemos concluir que a infra-estrutura social implantada no assentamento como escola, posto médico, energia, transporte e a volta à terra como o contato direto com o ar puro, o acesso à água saudável, as plantas, os animais, enfim, a tranquilidade do campo são fatores de aceitação que influem direta e decisivamente para a permanência da família na terra. Em contrapartida, dificuldades encontradas por estas famílias quanto à infra-estrutura de produção, aqui expressas pelo binômio financiamento e trabalho se constituem no principal fator de recusa e/ou enfrentamento perante os órgãos estatais quanto às dificuldades para permanência na terra.

Iniciativas do poder público municipal como a feira dos pequenos produtores no município de Araraquara são instrumentos que contribuem decisivamente para diversificação da produção no assentamento (exemplo concreto desta experiência são os cultivos de hortaliças para fins comerciais implementados nos sistemas de produção identificados na pesquisa), a geração de “emprego” através da absorção da mão-de-obra local e o autofinanciamento através da garantia de canais escoadores da produção diretamente com o consumidor final, sem a atuação de intermediários e o conseqüente reinício de um processo de capitalização destas famílias.

Em última instância, os projetos de assentamentos rurais existentes na microrregião de Araraquara, podem ser considerados ícones de recusa e resistência ao modelo de agricultura patronal praticado pela grande agroindústria de exportação. O futuro destas experiências permanece envolto em incertezas, o que reflete a precariedade das políticas públicas dirigidas a tais experiências e a consolidação de parcerias que, objetivando o desenvolvimento podem estar trazendo o retrocesso não só financeiro, mas principalmente cultural e simbólico. Situação esta que não se apresenta como caminho de mão única. Com todos os impasses e problemas enfrentados, as experiências de assentamentos estão criando novas bases para se discutir as perspectivas futuras de desenvolvimento local/regional.

Referências

- ALMEIDA, J . O enfoque sistêmico e a Interpretação dos Processos Sociais Rurais: Usos Redutores de um Pretenso Paradigma Holístico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1; 2003.
- ANTUNIASSI, M. H. R; AUBREÉ, M; CHONCHOL, M. E. F. De Sítante a Assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, Revista da Fundação Seade, vol 7, n.3, jul/set, 1993.
- BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade : A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos**. UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Dissertação de Mestrado,1996.
- BARONE, L. A; **Conflito e Cooperação. O Jogo das Racionalidades Sociais e o Campo Político num Assentamento de Reforma Agrária**. UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Tese de Doutorado, 2002.
- BERGAMASCO, S.M.P.P & SALLES, J.T.A.de Oliveira, Assentamentos Rurais e Produção de Alimentos Básicos: Uma Abordagem a Partir de um Estudo de Caso', **Cadernos de Debate**; UNICAMP, Campinas,1995.
- BERGAMASCO , S. M. P. P; AUBREÉ, M; FERRANTE, V. L. S. B (orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas, UNICAMP/FEAGRI; Araraquara, UNIARA; São Paulo, INCRA; 2003.
- FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (org.); **Retratos de Assentamentos**. Cadernos de Pesquisa: Ano II – nº 02. FCL/ UNESP/Araraquara, 1995.
- FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); **Retratos de Assentamentos**. Cadernos de Pesquisa: Ano VI – nº 08. FCL/ UNESP/Araraquara, 2000.
- FERRANTE, V. L. S. B. ; BARONE, Luis Antonio . Relações de Gênero nos Assentamentos rurais: violência e resistência na Constituição de um novo modo de vida. **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia Rural SOBER e FIRST SOBER /IAAE JOINT SYMPOSIUM**, 1999, Foz do Iguaçu -PR, 1999.
- LAMARCHE, H. . **Agricultura Familiar : Uma Realidade Multiforme** , v. I, coord. Hugues Lamarche , Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993. 336p
- QUEDA, O & PINASSI, M O . Consórcio Canavieiro: Proposta Inovadora ou Reedificação de Práticas Tradicionais. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 23, n. 2;1993

PERONDI, M. A; **As Estratégias de Reprodução de Sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná.** UFRGS: Dissertação de Mestrado, 1999.

PERONDI, M. A; Agricultura como Fronteira entre Sociedade e Natureza: Novos Atributos a Multifuncionalidade. . **II Encontro Anual de Pós-graduação e Pesquisa Em Ambiente e Sociedade;** Campinas, SP; 2004.

PREMEBIDA, A; ALMEIDA, J. **A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann e sua Possibilidade de Interpretação dos Fenômenos Sociais.** Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, SP; 2003.

ROMEIRO, et. al. **Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda.** Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

SCHNEIDER, S; **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, J. G.; **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Elementos Constitutivos na Construção do Capital Social em Assentamentos Rurais;** Tese de Doutorado, UNICAMP, 2006..

STETTER, E; **A Cana nos Assentamentos Rurais: Presença Indigesta ou Personagem Convidada?** Dissertação de Mestrado. UNESP, 2000.

TEDESCO, J, C (org). **Agricultura Familiar. Realidades e Perspectivas.** Passo Fundo-RS; UPF, 1999.

WHITAKER, D. C. A. ; FIAMENGUE, E. C. . Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); **Retratos de Assentamentos.** Cadernos de Pesquisa: Ano VI – nº 08. FCL/UNESP/Araraquara, 2000.

**PROGRAMAS MUNICIPAIS E PRODUÇÕES DE
AUTOCONSUMO: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO
COM SUSTENTABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS DE
ARARAQUARA-SP**

Henrique Carmona Duval¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²

Introdução

O presente artigo é fruto de um trabalho que vem se desenvolvendo no interior do projeto CNPq *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência*, coordenado pela profa. Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Parte dele é oriundo da monografia³ de conclusão de curso em Ciências Sociais, na qual se analisam semelhanças entre conceitos de agriculturas sustentáveis e a agricultura de autoconsumo praticada nos assentamentos rurais Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, na região de Araraquara. O trabalho se volta ao segundo eixo temático do projeto acima referido, que trata das contradições entre as diferentes estratégias familiares e os padrões de organização econômica regionais.

Tais contradições são analisadas sob o prisma de uma trama de tensões, representativa da complexa rede de relações existentes entre os vários atores envolvidos na política de assentamentos. A partir do jogo de interesses que se trava na esfera política e envolve interesses dos órgãos gestores, dos poderes locais, da economia regional e dos assentados na constituição desses espaços, investigam-se estratégias familiares para seu desenvolvimento que comportam as dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental do conceito de sustentabilidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara e bolsista de Apoio Técnico do Nupedor-Funadesp.

² Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara e coordenadora do Nupedor.

³ DUVAL, H.C. **Práticas Agrocológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

Cabe ainda ressaltar que a partir da condição de assentado, surge a necessidade de compreender uma nova categoria sociológica (que é essa população) e a construção de seu espaço em um novo modo de vida através da reforma agrária. Muitos deles vêm para os assentamentos da condição de bóias-frias e proletariado urbano, indicando uma possível transformação em suas vidas a partir das novas relações travadas com o poder local, o mercado regional e a natureza. Portanto, trabalhamos com a noção de construção de novos modos de vida a partir da implementação dos assentamentos.

Neste artigo, acompanhamos duas alternativas criadas pela prefeitura de Araraquara que incentivam as produções de autoconsumo e conseqüente geração de excedentes para o mercado local que podem significar algum caminho em direção à sustentabilidade. Trata-se de dois programas municipais – Direto do Campo e Programa de Aquisição de Alimentos – voltados ao escoamento da produção de alimentos dos assentamentos para o município. Através deles, a agricultura familiar tem conquistado um espaço maior na agenda política, observados como uma iniciativa inovadora nestes vinte anos dos assentamentos nesta região do ponto de vista da gestão pública. Foram implementados em 2002, no segundo ano do primeiro mandato do PT na cidade.

Ressaltamos o valor de inclusão social dos assentados junto ao município, pois suas produções são direcionadas para a venda direta aos consumidores em feiras e outros espaços urbanos, para projetos de âmbito local como merenda escolar e instituições assistencialistas, estimulando a geração de renda e o desenvolvimento local/regional. A prática da agricultura de autoconsumo tem como característica preocupações ambiental e alimentar para muitas das famílias, podendo também relacionar-se a questões como a reprodução social e cultural, a relações solidárias no interior das comunidades e ser um dos componentes de renda para os produtores através dos programas municipais. Destacaremos, primeiramente, como vem sendo conceitualizado um tipo de desenvolvimento que tem como característica a sustentabilidade, cujos propósitos têm relações diretas com o tema deste trabalho.

Conceitualizando a sustentabilidade e o desenvolvimento

No presente artigo, a discussão sobre desenvolvimento aparece vinculada à hipótese de corresponder aos termos pensados por Celso Furtado, segundo os quais:

“o desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (2000: 22).

Tal conceitualização, não se restringindo apenas ao crescimento econômico estabelece relações muito próximas com a sustentabilidade, principalmente quando relaciona crescimento econômico e preservação ambiental. A sustentabilidade aqui referida parte da conceitualização de que sustentável é o “desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais” (Carmo, 1998, p. 219) e, para isso, deve-se embutir nas classes dominantes outras racionalidades éticas para reger as estratégias econômicas. A começar pelas representações políticas sobre assentamentos, que traçam projetos, programas e demais ações decisivas nas alternativas possíveis aos assentados. A sustentabilidade, portanto, é um conceito que abarca uma série de dimensões, que são analisadas no presente trabalho em sua função.

Relacionados aos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade nos assentamentos, os programas municipais podem atingir os seguintes aspectos: 1) social: gerar inclusão da produção no município; 2) econômico: conseqüentemente gerar renda; 3) ambiental: os processos produtivos empregados neste tipo de agricultura têm certas semelhanças aos da agricultura sustentável (Duval, 2005); 4) cultural: permitem a reprodução cultural desta população, dentre outras. Com isto, temos pistas que indicam ser esta uma alternativa de desenvolvimento envolvendo aspectos da sustentabilidade, além de que são voltados à produção de alimentos que já existem nos lotes, cujos excedentes passam a abastecer o município. É a partir do que os próprios assentados determinam plantar em seus lotes que a prefeitura irá trabalhar um programa municipal voltado a eles.

Modos de vida nos assentamentos e produções de autoconsumo: aspectos da sustentabilidade do lugar

Na grande maioria dos lotes visitados até hoje, quando perguntamos qual a primeira coisa que o assentado plantou em seu lote, a resposta corresponde a alguma cultura que se destina à alimentação de sua família. Sempre há famílias produzindo alimentos que primeiramente servem a elas, mas que certamente não se restringem a essa função, pois, conforme observado nas visitas de campo, a natureza produz com tamanha fartura e abundância que os assentados nos dão vários tipos de alimento para levarmos para nossas casas. Percebemos então que este tipo de produção é inerente em assentamentos e, muitas vezes, o agricultor nem se importa em vender o que dá em seus pés de frutas. Neste caso, evidentemente permeado por relações de solidariedade, é possível que tais alimentos se insiram em redes de trocas e/ou doações a famílias mais carentes que não produzem nem para seu próprio sustento.

Famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou serviços nos assentamentos. Assim, um assentado com experiência como pedreiro sempre tem serviço entre seus amigos da comunidade, mesmo que este não seja renumerado. Da mesma forma ocorre com aqueles que possuem maior conhecimento na agricultura, pois sempre são consultados por vizinhos ou até pelos técnicos da assistência ou quando uma família numerosa em filhos jovens se disponibiliza a ajudar com o trabalho num outro lote, cuja família não conta mais com filhos que moram no assentamento. No caso dos alimentos, nas últimas idas a campo, constatamos empiricamente duas situações de famílias que dependem da solidariedade dos vizinhos, que lhes dão cestas com alimentos para não passar fome.

Os assentamentos são marcados pela singularidade (Ferrante, 1994). Encontramos centenas de famílias, cada qual desenvolvendo em seu lote certas estratégias, de acordo com suas características e potencialidades. Adentro de cada porteira existe uma particularidade, em cada família que visitamos encontramos uma lógica específica de produção, sempre relacionada com capitais econômicos e práticas culturais adquiridos, além da força de trabalho que cada uma delas possui para a lida na terra. Essa lógica varia também conforme fatores como a origem da família, sua trajetória e luta pela terra, a estrutura interna familiar e mão-de-obra disponível em cada momento, o envolvimento com os demais assentados e agentes externos que possibilitam alternativas de produção (técnicos, funcionários públicos e privados, atravessadores, donos de mercados, quitandas, etc.), interesse em participar das questões comunitárias e espaços de deliberações como reuniões com prefeituras e órgãos gestores ou mesmo fóruns de discussão entre os assentados, dentre muitos outros. Sendo assim, há um grande peso da atuação de cada um, tanto em espaços comunitários como nas estratégias produtivas adotadas individualmente que determinam o desempenho econômico. Por isso, um lote do assentamento pode estar desde inativo, tomado por pasto, até totalmente aproveitado pelas mais diversas produções, exemplos esses concebidos como extremos. Também por isso, não há como pensar em estratégias produtivas homogeneizantes para todos os lotes, pois tanto a lógica como as possibilidades não são iguais, muitas vezes nem mesmo dentro de uma família que possui mais de um lote.

Um fato que é comum para a grande maioria dos lotes, no entanto, é a produção de alimentos. Observamos nas culturas plantadas pelas famílias para consumo próprio, sua origem e trajetória. Essas culturas são trazidas para os lotes conforme a preferência, o gosto, a tradição de cada família em plantar e consumir determinado alimento. Assim, num lote visitado recentemente, ouvi de uma senhora assentada que o feijão plantado e consumido pela família provém de um acampamento no qual eles conheceram essa variedade de feijão.

Gostaram e passaram a guardar sempre suas sementes para cultivá-lo. Tais exemplos têm nos levado a associar o autoconsumo com o hábitus das famílias (Bourdieu, 1989), pois são predisposições e práticas culturais adquiridas em suas origens e trajetórias, que se relacionam com os gostos e preferências e que encontram no assentamento espaço para se reproduzirem.

Com certeza, em famílias cujo passado recente foi de agricultores – de moradia e do cultivo da terra – muitas das produções dos lotes foram trazidas de lá, do espaço onde viveram, do aprendizado familiar. Os filhos que nasceram já nos assentamentos aprendem a mesma prática que seus ancestrais já tinham, perpetuando através do autoconsumo a cultura tradicional no interior dos assentamentos. Este aspecto cultural não é estagnado no interior de cada família. Com relações de vizinhança, amizade, religião ou pelo simples contato entre famílias com origens e trajetórias diferentes, ocorre nos assentamentos difusão de culturas e práticas agrícolas que cada qual possui. No núcleo VI do assentamento Monte Alegre, por exemplo, vizinhos trocaram mudas de árvore por outra de cacto e cada qual explicou sua utilização: no caso do cacto (chamado por ele de palma), muito comum no nordeste, este é usado para engorda do gado, enquanto que o arbusto (barbatimão), sua casca é usada como um medicamento para fechar feridas, dentre outras coisas. Cada qual passou a cultivar mais uma espécie vegetal que possui uma função diversa em seu lote.

Além do aspecto cultural, o desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes, o que estimula o aumento da biodiversidade em cada um deles. Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, resultado do tipo de manejo imprimido aos recursos naturais (solo, água, flora e fauna) para espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. A própria fazenda Monte Alegre antes do assentamento foi uma monocultura de eucalipto, na qual utilizava-se intensivamente produtos agressivos ao solo e ao meio ambiente. Após a implementação do mesmo, com a redistribuição da terra em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento. Ainda hoje, nas áreas de preservação permanente deste assentamento, encontramos eucaliptos, uma cultura exótica que veio da Austrália e que fora utilizada como insumo agroindustrial, mas que aos poucos dá espaço a espécies nativas mais apropriadas para estes espaços. Tal diversificação tem sido considerada pelos assentados uma das razões pelas quais a terra do assentamento melhorou de qualidade, além de ser uma das razões pelas quais optaram em morar num lote agrícola.

Com a diversificação, os assentados têm construído um ambiente que novamente atrai uma grande concentração de espécies animais, principalmente pássaros, com as quais é construído o próprio espaço sonhado. Novamente

tomando um exemplo do assentamento Monte Alegre, há cinco anos fora reivindicado o fechamento de uma estrada que passava entre alguns lotes e uma das áreas de proteção permanente da fazenda. O Itesp atendeu à reivindicação, uma vez que havia denúncias dos moradores desses lotes sobre caçadores que entravam pela estrada durante a noite. Também ocorriam problemas de erosão da estrada e de assoreamento de um rio que corre próximo. Na antiga estrada foram plantadas mudas de árvores nativas para o reflorestamento da área. Sempre que vamos a um dos lotes desta área, do sr. Armando Bellintani, ele alimenta pássaros com frutas de seu lote e fala que um de seus maiores prazeres é ouvir o canto dos pássaros, hoje preservados.

Entre a monocultura e a diversidade: inserção nas cadeias produtivas regionais

Nos trabalhos de campo observamos atualmente as variadas formas que os assentados encontram de facilitar ou mesmo viabilizar as produções nos lotes, o que implica na própria continuidade dos agricultores nos assentamentos. Às vezes, em função disto, coexistem nos lotes plantações diversificadas e monoculturas. Uma das alternativas possíveis é a integração junto ao setor privado, envolvendo ou não contratos entre eles e empresas ou agroindústrias. Como fornecedores de matéria-prima a empresas maiores, eles têm conseguido produzir milho, cana-de-açúcar, mandioca, algodão, soja, feijão-de-porco, café, leite, eucalipto, bicho-da-seda, mel, dentre outras, com certa garantia e estabilidade financeira, mas não de forma autônoma. Os contratos assinados estimulam as produções, pois recebem créditos, investimentos em infra-estrutura e assistência técnica⁴ com maiores facilidades. Por esses dados, extrai-se também que a maneira como são feitos os cultivos e a comercialização destas produções são ditadas pelas empresas. No entanto, conseguem muitas vezes eliminar a figura freqüente e negativa do atravessador, uma vez que estes pagam pelas produções bem menos do que elas valem.

⁴ No caso da cana, por exemplo, a própria usina faz o papel do banco, financiando toda a formação do canavial. Quando a cana dá prejuízo, para a continuidade do plantio (segunda, terceira safras) existem facilidades para os assentados conseguirem Pronaf custeio. Em outro caso, há alguns anos uma empresa japonesa incentivou a criação do bicho-da-seda em alguns lotes do Monte Alegre, levando novas tecnologias e técnicas para seu manejo, assistência técnica e garantias de comercialização do produto. Já no caso do algodão a parceria funciona desta mesma forma, mas a integração se dá através de uma cooperativa regional. Com o milho, sem presença de contratos de fornecimento, geralmente há financiamento do Pronaf e a comercialização, quando é vendido seco, é junto a empresas do ramo de ração animal.

As grandes diferenças entre as diversas parcerias com o setor privado, além da presença ou não de contratos de fornecimento, são a utilização ou não da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

As parcerias, de maneira geral, oferecem alternativas de produção com garantias de obter renda melhor do que os que dependem da venda direta aos consumidores. Isso porque há facilidades na obtenção de crédito junto aos bancos e demais agências financiadoras da agricultura familiar, facilidades em obter insumos e assistência técnica junto às empresas (já que elas também não estão interessadas no prejuízo de seus fornecedores), melhores condições de escoamento ou mesmo a garantia de comercialização, muitas vezes feitas pela própria empresa-parceira⁵. Com todos estes fatores, as parcerias apresentam condições para que os assentados impulsionem outras produções simultaneamente, pois geralmente estão presentes em áreas que atingem no máximo a metade de um lote de produção. Na outra metade, com o dinheiro ganho como fornecedor, há possibilidades do assentado desenvolver outras produções voltadas para comercialização ou para o autoconsumo.

O fato de existirem tais relações de “parcerias” nos possibilita falar que trata-se de mais um aspecto da constituição da vida nos assentamentos estudados. Existem muitas possibilidades para se configurar uma estratégia familiar de desenvolvimento nos assentamentos. Muitos aderem a parcerias, mas sem deixar de praticar o autoconsumo e a diversificação/multifuncionalidade em seus lotes. Outros pensam que as parcerias e a pluriatividade (não trabalhar como agricultor) é uma opção melhor para obtenção de renda. Outros ainda, pensam que aderir a parcerias é um ato contrário à reforma agrária, devendo-se plantar autonomamente qualquer cultura, desde que seja sob seu comando e mesmo que não ocupe o lote agrícola integral. Tal constatação é um fator constituído por diversificação de opções econômicas que a região oferece e de uma nova cultura política e, juntamente, com as questões que são inerentes aos assentamentos, podem levar ao aumento da diversificação biológica.

⁵ Outros benefícios citados são: a destoca de tocos de eucalipto, melhora na salinidade dos solos em função do calcário depositado e uso da cama de frango (gerado nas granjas) como adubo. São todos fatores que melhoram a qualidade da terra e as condições para se produzir, já que a encontraram em péssimas condições para produção ao serem assentados. Um fato muito corrente no Brasil é que as terras destinadas à reforma agrária são desgastadas e impróprias para diversas culturas e para a agricultura familiar.

A diversificação presente e questões ambientais

A diversidade constitui um dos meios mais eficazes para a estabilidade biológica, pois ela confere resistência e elasticidade a um ecossistema para amortecer as perturbações e regressar à “normalidade”. Como exemplo disso, tomemos a presença de um invasor num determinado ecossistema e lá achará seu alimento, mas, ao mesmo tempo, se integrará na cadeia alimentar também, conseqüentemente adaptando-se ao todo. Da mesma forma (como inimigo natural), pode ser que ele trabalhe em simbiose com outras espécies desenvolvendo a complexidade e (re)organizando o ecossistema. Isso acontece pela própria flexibilidade do ecossistema em suportar esse invasor.

Segundo Morin, “a grande diversidade dos constituintes de uma eco-organização constitui um fator de desenvolvimento das suas qualidades de resistências às agressões e às perturbações” (1980: 43). Com isso, está afirmando que a complexidade ecossistêmica necessita de diversidade. Não podemos eliminar a vida inferior pela superior como nos modelos empresariais de produção, mas sim alimentá-la, suportá-la ou recorrer a ela de forma simbiote, para integrar o menos complexo na diversidade, pois ela se constitui uma estratégia para melhorar a qualidade do ambiente como um todo.

No estudo dos assentamentos rurais, no qual necessitamos uma abordagem multidisciplinar que forneça respostas às diversas questões que atravessam uma disciplina, trazemos à comparação essa visão de Morin sobre Ecologia aos modos de vida dos assentados na terra que podem indicar sustentabilidade. Qualquer tipo de parceria com o setor privado pode representar o invasor de um determinado modo de vida, mas estão a complementar os meios de sobrevivência dos agricultores na região, pois os assentamentos foram criados e se adaptam constantemente às exigências e variações econômicas para sobreviver. Uma das coisas que se tem que ter em vista, entretanto, é que quando há prática de monocultura ocorre uma perda da diversidade biológica e que, além disso, seus métodos produtivos trazem desgastes ambientais ao conjunto pelo desmatamento, aplicação demasiada de insumos químicos, erosão de terras, assoreamento de rios e queimadas, fatores que afetam a saúde da população que reside ali. Ocorre também, sobretudo quando o assentado fica exclusivamente dependente de uma parceria para gerar renda agrícola, perda na diversidade de alternativas econômicas que a compõem, o que pode deixá-lo mais frágil às variações mercadológicas dessa produção específica e mais dependente dessa parceria.

Mesmo que seja uma realidade, a necessidade de alternativas em parcerias com empresas e agroindústrias, para a subsistência dos assentados, igualmente é a diversidade agrícola nos assentamentos estudados. A diversidade de produções agrícolas encontrada nos lotes é considerada uma forte característica

do modo de vida nos assentamentos. Eles têm consciência de que a produção com insumos químicos melhora o aspecto dos alimentos e facilita sua comercialização, mas aumenta os níveis de contaminação no solo e intoxicação nas pessoas.

Constantemente vemos nos lotes visitados que o autoconsumo reflete a rica diversidade cultural e com isso melhora o padrão alimentar das famílias, pois são espaços de produção diversificados e livres de insumos químicos. Percebe-se em muitos lotes que os alimentos plantados para o autoconsumo são aqueles relacionados com as vivências anteriores dos assentados, com seus locais de origem e por onde já passaram, num tempo de suas vidas em que exerciam atividades agrícolas sem grande impacto ambiental (não desestruturavam gravemente o ecossistema, como por exemplo através de contaminações do lençol freático). O espaço do lote que não é ocupado pela produção essencialmente comercializável – geralmente envolvido em uma parceria com o setor privado – é destinado a este tipo de agricultura. É o motivo de relacionar a agricultura sustentável com a agricultura já praticada nos lotes.

Segundo Primavesi (1996), a atividade agrícola deve ser condizente com as especificidades da terra e do ecossistema onde está. Principalmente para os agricultores familiares, não se deve substituir um fator orgânico por um químico achando que melhorará a qualidade do solo, pois esta é a lógica da produtividade agrícola empresarial. Por sua vez, a agricultura familiar deve buscar práticas nos conceitos da agricultura sustentável, que são semelhantes a práticas do conhecimento agrícola tradicional. Como exemplos encontrados nos assentamentos, cita-se:

- agregar o solo com palhas, restolhos, compostos, adubo verde, capins (ou seja, reciclagem de material dentro da propriedade, servindo como alimento para a microvida do solo e manter umidade);
- elaborar compostagem com os materiais orgânicos proveniente dos lotes, utilizando-a como adubo;
- emprego de inimigos naturais de insetos que se tornam pragas;
- proteger o solo com plantio adensado (plantas cerradas, densas, que fornecem sombra);
- cultivos consorciados para aumentar o sistema radicular e quantidade de raízes no solo;
- arborização;
- proteger do vento (medidas paisagísticas como plantas para quebrar o vento, pois ele além de causar a maior das erosões nos solos e plantas pode trazer insetos ou agrotóxicos).

Encontramos tais práticas principalmente nas culturas destinadas ao autoconsumo. Em quase todos os lotes, os agricultores reutilizam os restos vegetais como adubos, às vezes armazenando-os num espaço para compostagem,

têm plantações cercadas por plantas quebra-vento, alimentam as criações com misturas de capins, legumes e rações à base de milho elaboradas por eles mesmos e com matéria orgânica proveniente dos lotes, além do consorciamento de diversas culturas num mesmo espaço para aproveitá-lo ao máximo e muitas outras práticas que fazem parte da agricultura sustentável. A intenção de aproveitar com máxima diversificação o espaço agrícola, reciclar a matéria orgânica proveniente dos lotes e demais práticas ora citadas advém da necessidade do autoconsumo, do conhecimento tradicional e mesmo da necessidade de se praticar uma agricultura com menores custos para eles. Para muitos, existe a preocupação ambiental de não desgastarem a natureza com o manejo convencional do solo, pois é ela quem lhes possibilita produzir seus alimentos. Daí surge o dado da consciência ambiental encontrada nos assentados (pelo menos parte deles), de devolver à natureza o que lhe foi tirado com os desmatamentos e as monoculturas. Ainda que para muitos isso aconteça no intuito de preservar seus meios de produção, os recursos naturais existentes nos lotes, tal conscientização ambiental vem ocorrendo.

Programas Municipais: um novo lugar para as produções de autoconsumo

As culturas de autoconsumo, além de prover a alimentação, de possuir aspectos de solidariedade e de preservação ambiental no interior dos assentamentos, oferecem possibilidades de inserção dos produtores nos mercados locais através de feiras e programas municipais, gerando parte da renda dos estabelecimentos familiares.

Em Araraquara, a partir do início da primeira gestão municipal do PT (2001-2004) vêm sendo traçados programas municipais pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico que têm como princípio a segurança alimentar. Ao envolver os assentados em tais programas a prefeitura dá um salto no sentido de inclusão social da produção desta população, o que antes era feito apenas através do plantio de cana-de-açúcar pelos usineiros da região. Em vinte anos de existência do primeiro núcleo de assentamento na região, esta é, de fato, uma iniciativa inovadora e coerente do ponto de vista do modo de vida constituído nos assentamentos, uma vez que envolve as produções de alimentos que já existem nos lotes e o consumo deles no município.

Desta forma, não se trata de incentivar o cultivo de um produto, como milho ou cana como estratégia de desenvolvimento, mas de incentivar a produção de alimentos que já existe entre os lotes a partir das práticas de autoconsumo. As produções e as técnicas empregadas são determinadas de forma bem mais autônoma do que numa relação de parceria com o setor privado por exemplo, já que, neste segundo caso quem determina as técnicas agrícolas, sobretudo quando há contratos de fornecimento, são as empresas. O resultado

disso é uma maior variedade de alimentos produzidos no município e que em seu processo produtivo levam menos agrotóxicos.

No caso das vendas do excedente da produção de autoconsumo, em Araraquara atualmente temos dois programas municipais que favorecem alguns assentados no escoamento dessa produção. Um é o Direto do Campo, que é subdividido em dois espaços: a Feira do Produtor aos sábados, localizada na região central da cidade; e o terminal urbano de ônibus de segunda a sábado. Nesta iniciativa, a prefeitura disponibiliza o transporte de ida e volta dos produtores e suas mercadorias, barracas para exposição e um avental para os caracterizar. A renda dos produtores com a venda direta varia de R\$ 200,00 a R\$ 800,00 mensais. Já a segunda iniciativa é em parceria com o governo federal, através do Programa de Aquisição de Alimentos. Neste caso, cada produtor familiar tem direito a vender para a prefeitura até R\$ 2.500,00 por ano em alimentos. A prefeitura destina parte deles para a merenda escolar e outra parte para instituições assistencialistas, como albergues e restaurantes populares.

O acompanhamento dessas iniciativas da prefeitura de Araraquara tem demonstrado que a partir da agricultura de autoconsumo podemos vislumbrar uma alternativa de desenvolvimento possível, embora ainda restrita a um grupo pequeno de assentados melhor estruturados para atender a demanda dos programas municipais (cerca de 40 produtores). A perspectiva de ampliação, tanto em termos de se aumentar a renda possível e de atender a mais famílias pode se configurar uma estratégia certa para muitas delas. Em contrapartida, tais produções podem chegar à cidade mais baratas e ao mesmo tempo com menos agrotóxicos. Questões como o lugar dos assentamentos nas agendas políticas dos municípios, geração de desenvolvimento local/regional ou mesmo uma agricultura com práticas regenerativas são coladas em contraste com a dependência econômica dos pequenos produtores em relação aos grandes, o modelo convencional de produção agrícola e o abastecimento de alimentos no município sendo feito praticamente todo por plantações de outros Estados.

Conclusões

Mesmo estando os assentados inseridos na economia regional, na qual as principais alternativas econômicas hoje são as parceiras anteriormente citadas, com o autoconsumo e a consciência ambiental, a questão ecológica tem um local privilegiado de práticas que são inerentes em assentamentos através da cultura tradicional. No interior de um lote encontramos muitas vezes grande diversidade de plantas cultivadas, distribuídas em quadras onde estão separadas hortaliças, frutas, legumes, criações, contribuindo para o aumento da diversidade biológica nestes locais. Uma das escalas da diversidade é esta, que reside no interior dos lotes através das produções de autoconsumo.

Em outra escala, existe a diversidade de alternativas criadas junto aos setores privados na forma de parcerias e contratos. Ocupando no máximo uma área equivalente à metade de cada lote, encontramos entre eles diversificação de sistemas de produção, pois cada assentado se integra a uma ou mais alternativas. Esta outra noção de diversidade é possível porque não mais há somente a alternativa junto ao complexo canavieiro, embora seja predominante na região e o mais presente nos lotes. Crescentemente novas possibilidades de integração surgem com empresas dos ramos de granja, de ração animal, de semente, dentre outros, abrindo esse leque de opções de parcerias que inserem os assentados em cadeias produtivas regionais.

É certo que essas relações de “parcerias” são necessárias no presente, sobretudo pela situação econômica atual encontrada nos assentamentos. Elas, no entanto, não podem extinguir a característica de autonomia dos pequenos produtores assentados para determinar como são os processos de produção no interior de seus lotes. O maior ganho de se viver no assentamento, quando perguntado nas visitas de campo, é a liberdade conquistada de trabalhar no que, para quem e quando quer. Também ouve-se o coro de quem buscava e conquistou no assentamento mais calma e tranquilidade, inclusive por viver mais próximo da natureza. Arrancar-lhes sua autonomia pode parecer racional do ponto de vista econômico, mas não ser o melhor caminho para a política de assentamentos e, para tanto no campo político e para o sucesso da reforma agrária, considerações devem ser feitas cuidadosamente.

O conceito de um mosaico, existente nos assentamentos em função da divisão de uma grande área em pequenas porções e ocupadas por diversas famílias, cada qual desenvolvendo suas estratégias específicas de produção, exhibe em algumas partes de seus fragmentos grande diversidade em contraposição a um território homogeneizado pela monocultura da cana (Whitaker e Fiamengue, 2000). Esta diversificação é uma das razões pelas quais afirma-se que nos assentamentos pesquisados há questões culturais e ambientais diretamente ligadas aos modos de vida que os constituem. Práticas familiares estão associadas com a reprodução cultural do modo de vida rural, são resgatadas de outra época vivida antes da proletarização e encontram nos assentamentos espaço para atuarem. A diversificação agrícola existente em função do autoconsumo é um fator de aumento de estabilidade biológica, que complexifica o ecossistema e garante a ele uma maior resistência às agressões e perturbações externas.

Paralelamente, de forma simétrica no campo de análise econômica, essa diversificação biológica exerce um outro papel que pode ser importante para a autonomia dos produtores, no sentido de aumentar as alternativas que os agricultores têm em seus lotes e que podem levá-los a várias formas de se integrar na economia regional. O aumento de variedades biológicas pode servir

a eles como forma de fortalecer suas resistências às variações mercadológicas e mesmo proporcionar maior autonomia sobre seus lotes quando comparamos a uma situação de monocultura. Desta outra forma, o produtor que possui um contrato de fornecimento não tem autonomia de plantar, colher e vender como quer, o que acontece às vezes com aqueles que perdem o interesse em trabalhar na terra e passam a querer “alugá-la”. Quando há esse interesse, há variedade e é evidente a marca das preferências e gostos da família sobre o que há plantado no lote. Neste caso, durante nossas visitas de campo, não demora e o assentado quer nos mostrar o lote adentro com toda sua diversificação, enquanto aquele que aluga a terra geralmente quer ficar apenas dentro de casa. Temos observado que embora duas lógicas de produção distintas coexistam nos assentamentos e muitas vezes no interior de um mesmo lote, expressando uma situação paradoxal, trata-se de um aspecto da realidade do qual não podemos nos furtar para compreendê-la.

Quanto à questão ambiental, em muitos assentados existe a consciência acerca da necessidade de recompor o ambiente com espécies vegetais nativas, garantindo com isso um ambiente melhor para suas vidas e para as necessidades naturais de suas produções. Preservando a fauna e a flora nativas que ainda permanecem ali, nas áreas de reserva da fazenda e mesmo nas APPs e nos lotes, o ecossistema como um todo é capaz de sustentar um ambiente com melhores condições para a vida e para a produção. Por isso, a existência dos assentamentos tem se mostrado de grande importância para essa questão local, pois as fazendas que hoje são assentamentos foram usadas antes com monoculturas, paisagem que evidentemente predomina na região de Araraquara e traz danos ambientais.

Os programas municipais, por sua vez, podem ser meios de priorizar as necessidades e preferências das famílias como princípio gerador de desenvolvimento para elas. De uma produção que antes servia para o consumo próprio e para outras famílias ainda no interior dos assentamentos, seu excedente pode ir além, servindo tanto para a venda direta e mercado (feiras, supermercados, quitandas, restaurantes etc.), como para utilização em projetos de âmbito local. São produções que, além de ter um papel no orçamento familiar de quem produz, gerar sociabilidade e cooperação na comunidade, podem estabelecer a inclusão social desta população rural no município. Deste modo o município passa a produzir mais os alimentos que consome, é gasto menos energia, tempo e dinheiro com transportes rodoviários para sua locomoção e é exercido um papel do poder local no encaminhamento de alternativas ao desenvolvimento local/regional com sustentabilidade.

Tal modelo de desenvolvimento, começando pelo fato de que não é um modelo imposto comparando-se a parcerias com o setor privado, retoma algumas exigências do conceito de Furtado anteriormente citado. Com os dois programas

municipais em questão, consegue-se atender algumas das necessidades básicas da população assentada e garantir parte da renda familiar numa lógica coerente com seu modo de vida. A concepção dos programas, além de levar isso em consideração está a estender um benefício também à população urbana com alimentos a menores custos (com a venda direta) e com segurança alimentar na merenda escolar. Tem sido possível ao menos associá-los ao desenvolvimento com respeito à cultura tradicional, identificando o poder municipal em consideração a novas racionalidades políticas para a geração de projetos e utilização dos espaços agrícolas dos assentamentos.

As produções de autoconsumo são as primeiras a surgir quando é implementado o assentamento, trazendo consigo as práticas agrícolas enraizadas culturalmente. Temos comprovado que esse modo de vida contribui com questões ambientais e ecológicas. As políticas públicas em Araraquara, que se voltam a essa oferta de alimentos dos assentamentos, são propostas inovadoras na gestão municipal local e incluem socialmente essa população rural em sua agenda política. A diversificação agrícola existente e as políticas públicas, analisadas como fontes do desenvolvimento local/regional conferem a ele sustentabilidade, pois engloba dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais.

Referências

BARAONA, R. Un Campesino por Dentro. **Conferência de abertura do IV Congresso**

Latino-Americano de Sociologia Rural, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. (Mímeo).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CARMO, M.S. do A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 215-238.

D'INCAO, M.C. e ROY, G. **Nós, Cidadãos**. Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DUVAL, H.C. **Práticas agroecológicas em terras de assentamentos rurais**, 2005, Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**. Ano I, Nº 1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p. 75 - 148.

FERRANTE, V.L.S.B. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: a sustentabilidade (re)construída? **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, nº 08, Nupedor, Unesp, Araraquara-SP, 2000, p. 07-18.

MORIN, E. **O Método II**. A vida da vida. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara-SP: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico dos Solos**. São Paulo: Nobel, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 29-49.

WHITAKER, D.C.A. e FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, Nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p. 19 - 32.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.

O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UM ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP: UMA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO NA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Laésse Venancio Lopes¹

Introdução

Após a revolução industrial, principalmente durante a última metade do século XX, o modelo urbano-industrial de vida estabeleceu-se de forma hegemônica, estimulando o consumo de produtos descartáveis de difícil degradação. Conforme Guimarães (2000), esse modelo social potencializa-se dentro de uma lógica de valores individualistas, consumistas e de atitudes antropocêntricas traduzidas pela dominação utilitarista e totalitária da natureza pelo homem.

Um dos aspectos em que a degradação ambiental é bastante acentuada, pelo modo dessa civilização se relacionar com a terra, está na prática agrícola. Esta evoluiu de tal maneira que acabou com muitas espécies e ainda está colocando em alto risco a existência de muitas outras.

Segundo Romeiro (1998), mesmo com a sobrevivência de grupos de: camponeses, quilombolas e tribos indígenas que persistem desenvolvendo uma prática agrícola que leva em conta as restrições biológicas. Prática esta, atualmente denominada de agricultura tradicional que, também apresenta uma simplificação e provoca a seleção de espécies, porém diferencia-se por priorizar a subsistência e procurar “imitar” as características naturais de uma floresta utilizando, por exemplo, práticas de plantio itinerante e cultivo diversificado, ou seja, não eliminam os nutrientes do solo.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado, defendida em 2006 na Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara no programa de Pós-Graduação em Educação escolar que foi parcialmente financiado pela Fundação Ford. O autor também possui grau de especialista em educação ambiental na UNESP, campus Rio Claro e graduação em ciências sociais na UNESP, campus Araraquara.

Atualmente, os modelos de desenvolvimento agrícolas implementados na maioria dos países, ao contrário da agricultura tradicional, são centrados para o direcionamento econômico expresso na máxima produção para exportação e lucro. Dedicam pouca atenção aos problemas ambientais, eliminam espécies importantíssimas para o equilíbrio do ecossistema.

Um dos fatores que contribuíram para a expansão do capitalismo agrícola foi a revolução industrial e as políticas estatais que “obrigaram” os espaços agrícolas a assimilarem a “modernização tecnológica”.

Grande parte dos países em todos os continentes de nosso planeta implementou esta prática e o Brasil, certamente, é um desses países. Ainda assim, a despeito de toda a degradação ambiental por ele sofrida por um processo desenvolvimentista de exaustão de reservas e de cultura agrícola predatória, o Brasil é um dos poucos países que apresenta um grande ecossistema natural.

Neste sentido, julgamos que o que está em jogo é o fato da devastação ambiental estabelecer relação direta com a destruição dos aspectos culturais. Isso porque a mudança do ambiente natural implica na mudança do comportamento em relação a esse ambiente, o que evidencia mudanças culturais básicas na vivência das pessoas.

Esse fenômeno deve ser devidamente investigado, tendo em vista a importância que ele tem para a manutenção de uma vida minimamente satisfatória e, também, para a própria preservação da nossa espécie. Novaes (2002) afirma que além da destruição da maior parte de nossas florestas - cerrado, mata atlântica e amazônica - mais de cinquenta mil quilômetros quadrados da chamada caatinga nordestina estão em processo de desertificação devido a um longo período de exploração inadequada.

Whitaker (1981) afirma que o que ocorre com a cultura tradicional de bases rurais no Brasil é o resultado de sucessivas ondas de dominação que vão provocando a desarticulação das subculturas e o desaparecimento das “riquezas culturais” expressas em práticas culturais genuínas tanto na zona rural como em espaços urbanos.

Por outro lado e paralelamente à destruição cultural, dá-se a destruição da natureza, porque dominados e colonizados não temos como barrar o avanço das práticas deletérias do sistema industrial que contribuem para a poluição dos rios, a invasão e a destruição de áreas de mananciais, o acúmulo de lixo, a violência, entre outros.

Provavelmente os costumes, estabelecidos como base do comportamento dos indivíduos, certamente sofreram mudanças à medida que o meio ambiente se modificou radicalmente no que se refere às práticas sociais ligadas à vivência e a sobrevivência de nossa espécie, ou seja, das ações de caráter cultural.

Pela síntese até aqui exposta é possível afirmar que as transformações provocadas pela atuação da civilização industrial colocam como urgência a

conscientização dos habitantes do planeta para as questões ambientais. Em primeiro lugar pela continuidade da nossa própria sobrevivência, uma vez que se continuarmos “provocando”, direta e/ou indiretamente, o esgotamento de importantes espécies do ecossistema, evidentemente cessará nossa existência; em segundo lugar porque a hegemonia desse modelo tecno-científico limita a perspectiva da existência das diversidades culturais. O que contraria a eficácia do projeto da diversidade cultural tão propagado nos últimos tempos.

Educação para uma sociedade mais ambientalista

Uma das instituições que contribuiu significativamente para a hegemonia cultural do mundo moderno foi a escola. Criada na ascensão da burguesia, o sistema escolar foi organizado em estreita consonância com o processo de socialização do mundo industrial (Tedesco, 1998). Seu propósito e sua função pautaram-se pela padronização dos desempenhos e, conseqüentemente, pela supressão dos particularismos. A despeito da existência de sub-sistemas escolares de características confessionais, o predomínio da escolaridade universalizada foi de caráter liberal e, portanto, laica, controlada pelo estado e visou difundir a ordem social burguesa.

As atividades escolares foram estruturadas tendo por base a organização que a visão de mundo europeu estabeleceu para aquilo que foi denominado como conhecimento científico moderno (Windelband, 1970). Este, em síntese, foi o modelo de socialização escolar difundido pelos países centrais do hemisfério norte que, em contato com outras culturas do hemisfério sul, estabeleceu relações pedagógicas permeadas pelo etnocentrismo europeu (Enciclopédia do Mundo Contemporâneo, 2000). Assim como esse sistema escolar se consolidou no Hemisfério Norte, concomitantemente à consolidação do industrialismo, aqui, no Brasil, essa marcha não foi diferente na sua aparência.

Evidentemente, esta transposição de um modelo de socialização educacional teve muitos desencontros com a realidade que aqui no Brasil se formara. Segundo Romanelli (1995), a educação brasileira passou por diversas reformas que visavam atender às demandas que o processo de desenvolvimento de base industrial estabelecia tanto para o preenchimento de quadros operacionais para os postos de trabalho da indústria emergente, como para o preenchimento dos quadros políticos da administração pública e, ainda, para formar grupos de “inteligência” de regimes políticos. Whitaker (2003) observa - sobre o processo de industrialização brasileiro à luz das mudanças que sofreram impiedosamente as populações rurais que nunca encontraram na escola modos de inserção - que a gênese e a propagação do sistema escolar, tanto na Europa como aqui, tiveram características sociocêntricas, etnocêntricas e urbanocêntricas.

Um dos componentes do “fracasso escolar” está na falta de interação entre os programas escolares e as características culturais dos alunos provenientes dessas populações migratórias. As demandas que se colocam hoje para as reformas educacionais enfatizam a necessidade de se estabelecer pontes mais efetivas entre os ambientes culturais dos alunos e os conteúdos formais escolares. Os alunos aprendem formas de expressão, de comunicação antes de entrarem na escola; esses conjuntos expressivos, segundo os apelos contemporâneos, precisam dialogar com a forma com que a escolaridade organizou os seus modos de inserção do indivíduo no conhecimento. Sem esse diálogo não existe alento para a afirmação de uma sociedade forte.

Essa aproximação pode ser feita em reflexões sobre a temática ambiental (Brasil, 1998), pois se trata de uma área que tem de ser vista de modo integrativo, portanto ela dá oportunidade para o desenvolvimento de estratégias participativas que incorporem o aluno na própria definição daquilo que deve ser ensinado. Neste sentido já há uma boa trajetória percorrida pela sociedade que cada vez está dando mais suportes para que essas preocupações se instaurem. A Unesco tem realizado conferências sobre educação ambiental. Em 1977, em Tbilisi (Geórgia), foi realizada a primeira conferência intergovernamental sobre educação ambiental, dando destaque à interdisciplinaridade e incentivo à prática pedagógica voltada à realidade do aluno. Nos anos 80, realizou-se em Moscou (Rússia) o congresso internacional de educação e formação ambiental, no qual foram elaboradas as diretrizes gerais de educação ambiental. Neste encontro, recomendou-se que a educação ambiental deveria promover o desenvolvimento da sensibilidade para os problemas ambientais nos jovens, procurando oferecer a eles elementos para a sua mudança de atitude diante da sociedade de consumo, evitando o desperdício de elementos naturais, de energia, etc.

No Brasil, apesar da temática ambiental ser recomendada por estudiosos como um componente essencial e permanente da educação nacional - (Victorino, 2000). Apesar da existência de uma lei regulamentada - nº 9795/99 - e, ainda, com o surgimento de medidas estatais como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais que propõem uma discussão da temática ambiental de uma forma multidisciplinar (Brasil, 1998), nota-se que esta discussão ainda está muito longe de atingir a efetivação da temática “educação e meio ambiente” nos currículos reais desenvolvidos na escola.

Melo (2000) em sua dissertação sobre educação ambiental, representação e práticas de professores, nos leva a entender que em grande parte das instituições de ensino - públicas e privadas - os conteúdos relacionados ao meio ambiente são tratados somente em atividades extracurriculares. Ele ressalta que quando os conteúdos ambientais são desenvolvidos nas atividades de sala de aula, são apenas pontuados em alguns tópicos das respectivas disciplinas obrigatórias, muitas vezes, com enormes deslocamentos dos contextos políticos, sociais e econômicos, totalmente distanciados da realidade do aluno.

Espaço rural - Precariedade e luta

No que diz respeito à educação rural, por um longo tempo, as escolas rurais foram tratadas como uma espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro. Segundo Romanelli (1995) houve períodos em que ela atendia apenas à elite aristocrática e nobre que compunha a corte.

Por um longo período nota-se que o que houve de concreto foi um silenciamento, um esquecimento por parte do poder público que só se manifestou em alguns momentos para atender a interesses particulares.

Nestas condições, no século XX, aqui no Brasil, se desenvolve um grande processo de educação rural capitalista. Como bem analisou Barreiro (1989), este processo se inicia em 1920 e passa a exercer um enorme controle no ensino rural com o intuito de principalmente controlar os números crescentes de migrações para a cidade e retirar o “atraso cultural” do indivíduo do campo.

Por sua vez, este capital cultural que os indivíduos são “forçados” a absorver, na sua “bagagem cultural” transforma-os em meros consumidores dos produtos comercializados pelo sistema capitalista e, como o sistema capitalista é controlado por instrumentos produzidos pelo poder hegemônico, conforme muito bem descreveu Mézáros (2003), fica evidente que a educação assume uma grande e fundamental importância neste controle.

Atualmente o problema educacional brasileiro não se apresenta somente no meio rural, mas nele a situação é crítica: verifica-se a ocorrência de problemas estruturais sérios, como a falta de escolas, salas de aulas, carteiras, professores qualificados e suficientes para o desenvolvimento das tarefas amplas da educação e a falta de materiais didáticos adequados.

Além disso, as ideologias que forneceram os instrumentos para o sistema educacional brasileiro foram reguladoras e gerenciadoras das atividades escolares também para o meio rural. É comum alguns profissionais da educação encararem os alunos com preconceito, ou explicitarem certo abandono e imporem estigmas a ele como “atrasado”, por exemplo.

Ramos, Moreira e Santos (2004) apresentam dados estatísticos indicando que só existe oferta de educação na área rural para o atendimento de 24,9% das crianças de 4 a 6 anos e de 4,5% dos jovens de 15 a 17 anos. Em relação à infraestrutura, 95% das escolas localizadas na zona rural tem apenas uma sala. Nas escolas de 1ª à 4ª série, 27,7% dos alunos estão sem energia elétrica e 90,1% deles não dispõem de biblioteca. Além disso, apenas 9% apresentam formação superior e o percentual de docentes com formação inferior ao ensino médio corresponde a 8,3% na zona rural.

Isto significa que grande parte das escolas rurais é atendida por profissionais que nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com a realidade do espaço rural. Entre os que possuem alguma qualificação, foram

obtidas em cursos superiores e de magistério que quando refletem questões relacionadas ao espaço rural, acabam por reproduzir preconceitos e abordagens pejorativas.

Algumas instituições de ensino estão formando profissionais para trabalharem no espaço rural com uma visão de mundo urbana, ou com uma visão de agricultura patronal. Libâneo (2000) afirma que a educação no sistema capitalista atua como um importante aparelho ideológico do estado e, na atualidade, a formação docente é um dos principais meios para a condução de uma ideologia capitalista.

Este cenário deixado pelo Estado fez surgir algumas iniciativas promovidas pela própria população que, por intermédio de suas organizações e movimentos sociais, reage ao processo de exclusão desenvolvendo projetos educacionais próprios e exigindo formulações de políticas públicas que garantam o acesso a uma educação que se identifique com a realidade rural. São exemplos: a Escola-Família; o Movimento de Educação de Base; o Movimento dos Atingidos por Barragens; a luta do Movimento Sem Terra; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e as diversas iniciativas tomadas por professores (as) de inúmeras escolas isoladas e, mais recentemente, realização de diversas conferências para elaboração de uma proposta de educação no campo.

Em termos mais amplos de organização da própria comunidade rural, as iniciativas dentro desses movimentos referidos resultaram na elaboração de um programa de apoio ao desenvolvimento rural que privilegia o fortalecimento de uma forma de produção sustentável, na qual predomina a interação entre gestão e trabalho - agricultura familiar - dando ênfase ao cultivo diversificado e a utilização do trabalho familiar.

Juntamente com a implantação do Programa Nacional de Agricultura Familiar, alguns municípios estão desenvolvendo seu projeto político pedagógico que é implantado seguindo as recomendações do projeto educação do campo. Trata-se de um projeto educacional criado para atender um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, incluindo os camponeses, os quilombolas, os indígenas ou os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

Ele é fruto de uma intensa luta que visou tirar do esquecimento as formas como vinham sendo tratados os problemas educacionais rurais brasileiros.

Arroyo, Caldart e Molina (2004), afirmam que o projeto educação do campo nasce de um outro olhar sobre o campo, para corrigir a falta de interesse dos governos democráticos e dos movimentos educacionais progressistas de não conseguirem colocar em seus horizontes o direito dos camponeses à educação.

Objetivo e metodologia

A recente implementação do “projeto escola do campo”, já referido nos parágrafos anteriores, tem contemplado a temática ambiental e o resgate de valores culturais. Trata-se de um projeto direcionado as escolas rurais com vistas a corrigir as distorções do ensino verificadas nessas escolas.

Tomei como objeto de estudo uma escola rural - Escola Municipal do Ensino Fundamental do Campo Hermínio Pagotto - localizada em um assentamento da reforma agrária, denominado Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara, interior do Estado de São Paulo. Neste assentamento moram pessoas provenientes de diversas regiões brasileiras, que trabalhavam no campo e aderiram à luta pela reforma agrária e acabaram por retornar a viver no campo.

Como é sabido, o uso adequado do espaço é um dos requisitos necessários para a permanência e sobrevivência dessas pessoas.

O objetivo da pesquisa foi o de verificar a efetividade dos propósitos definidos no “projeto escola do campo” no que tange à aceitação da comunidade e principalmente ao exercício do trabalho docente com temas relacionados ao resgate cultural e difusão de valores que apresentem uma preocupação com a conservação ambiental.

Para realização dos propósitos apresentados no objetivo efetuei uma pesquisa etnográfica e, neste sentido, fiz um levantamento bibliográfico a respeito do tema assentamento rural e sua relação com a escolaridade. A pesquisa de campo no assentamento mencionado acima, teve início em julho de 2003 e terminou em novembro de 2005. Participaram dela dois grupos: um grupo de representantes das famílias de assentados e outro grupo de representantes da instituição de ensino.

O passo inicial da pesquisa foi investigar os materiais escritos referentes ao projeto pedagógico sobre escola do campo desenvolvido naquele local. Este material foi coletado tanto na unidade escolar do assentamento pesquisado, como na Secretaria Municipal de Educação.

Por questões éticas, somente entrevistei e tracei o perfil das pessoas que concordaram em participar espontaneamente da pesquisa. Como garantia, antes de iniciar o período de acompanhamento e as entrevistas, foi entregue para cada possível participante uma carta de esclarecimento e consentimento cujo teor se prestava a explicar o objetivo e os procedimentos adotados, além de garantir o anonimato. A carta de esclarecimento entregue para os professores continha um questionário com questões abertas e fechadas que serviram para construir um perfil inicial dos professores e identificar o desenvolvimento de atividades ligadas ao tema cultura e meio ambiente.

Optei pela realização de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas em todos os sujeitos. Neste sentido, no momento da entrevista procurei deixar o entrevistado o mais tranqüilo possível e só fiz algumas intervenções quando percebi que os dados apresentados estavam se desviando do objetivo central da pesquisa.

Com o grupo de representantes das famílias de assentados, foi realizado um acompanhamento das atividades de alguns membros de 5 famílias. Entre elas, 4 famílias possuíam práticas agrícolas que apresentavam uma preocupação com o uso do espaço e uma família era formada por um casal de filhos de antigos assentados.

Os acompanhamentos foram realizados em dias previamente estipulados, com duas horas de duração em um período, intermitente, que totalizou 12 meses, cumprido ao longo dos anos de 2003, 2004 e 2005.

Os fatos mais relevantes, coletados durante o período de acompanhamento, foram registrados no caderno de campo ou fotografados. Estes dados, além de fornecerem importantes subsídios para pesquisa, posteriormente foram utilizados para construir o perfil do assentado e escolhas das pessoas de cada família que fizeram parte das entrevistas.

O outro grupo que participou da pesquisa foi o de representantes da instituição de ensino, composto por professoras, coordenadora pedagógica, diretora, coordenador do projeto escola do campo e a atual secretária municipal de educação. O contato e as entrevistas só foram realizados após aprovação dos órgãos municipais responsáveis e, tanto a coordenadora pedagógica como os professores, só foram entrevistados após o consentimento da diretora da escola local.

Conclusão

Sobre os documentos a que tive acesso, constatei que a proposta político pedagógica da escola contém, enfaticamente, a preocupação com questões ambientais e, assim, explicita direcionamentos metodológicos para criar e reforçar capacidades e hábitos que apresentem uma preocupação com a conservação do espaço, por meio do incentivo da agricultura familiar e da sustentabilidade agrícola.

Trata-se de um projeto inovador, aplicado em nove anos, divididos em 3 ciclos, com duração de 3 anos. Cada ciclo atende uma faixa etária específica para as quais são organizadas e desenvolvidas atividades que têm como tema gerador a terra. Elas são aplicadas tendo como eixo central a discussão dos complexos temáticos: identidade; trabalho e meio ambiente; ética e política, saúde.

Por exemplo, espera-se que com a aplicação do complexo temático “meio ambiente” e trabalho o aluno consiga: conhecer e explorar os seus ambientes e as relações essenciais ao meio e a vida dos seres vivos; reconhecer a função histórica do trabalho manual e suas conseqüências para a constituição da atual sociedade. No primeiro ano serão abordados assuntos sobre as formas de uso e preservação da água, os tipos de flora e fauna existentes no assentamento e como aula prática estimula-se a modelagem. No segundo ano abordam-se assuntos relacionados às características da água, os tipos de solo, seu preparo e cuidado e a qualidade do ar. Como aula prática, efetua-se o reconhecimento da fauna e flora existente e estimula-se a desenvolver atividades de pintura em tela. No terceiro ano abordam-se os ciclos da água, a formação da fertilidade do solo, o ar, a atmosfera, a identificação e classificação da fauna e flora existente. Como aula prática, estimula-se a confecção de porta treco e telas com sucatas.

Quanto aos assentados entrevistados, em sua maioria, apresentam um discurso e uma prática que denotam uma preocupação com a conservação do espaço; todos sabem que esta é uma exigência para garantia da produção e da sobrevivência das futuras gerações. Eles acreditam na proposta do projeto político pedagógico escola do campo e seus depoimentos fornecem informações que, certamente, podem vir a ser fontes subsidiárias importantíssimas nas atividades dos diferentes complexos temáticos do projeto político pedagógico escola do campo.

Entre a infinidade de aprendizados que eles sugerem, necessários para a vida no campo, alguns são extremamente importantes; eles estão relacionados no quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Aprendizagens fundamentais

Fazer cobertura morta
Fazer enxerto
Não por fogo
Não usar herbicidas
Pássaros e animais amigos
Que planta morta é adubo
Molhar as plantas
Respeitar a natureza
Fazer esterco orgânico
Como e onde plantar
Vacinar animais
Técnicas agrícolas
Quebra vento

O depoimento do representante de uma das famílias, transcritos abaixo exemplifica as necessidades do aprendizado, na visão de um assentado:

Leide: primeiro a criança tem que saber a respeitar a natureza. Respeitando a natureza, não agredir a natureza, porque hoje nos estamos numa época que todo mundo agride a natureza. Agride com veneno, queimadas, com algumas informações inadequadas. O que são estas informações inadequadas, ele vê os outros fazer e fala assim, para mim é bom é fácil de fazer, mas está agredindo a natureza. Então ele tem que aprender a respeitar a natureza. O ensinamento principal é este. Depois que aprender isto ai é pegar, arregaçar a manga e trabalhar, porque depende do trabalho. Agora, estes ensinamentos não é ele que vai adquirir sozinho. Tem que vir da escola, do berço, a gente tem que participar [...]. (entrevistada coletada em 2004)

Por sua vez, os representantes da instituição de ensino, professores e gestores, apresentam discursos que sugerem algumas expectativas de concretização das metas estabelecidas no plano pedagógico, elas inclusive foram contempladas em alguns momentos e isto consta nos resultados parciais atingidos que culminou na premiação da escola Hermínio Pagotto.

Porem, os professores, alertam para algumas dificuldades relacionadas à gestão do projeto escola do campo que traz diferenças de concepção, de práticas e de interação com a comunidade. Eles destacam alguns problemas estruturais que necessariamente terão que ser solucionados, pois, apesar de não impedir o desenvolvimento de importantes atividades relacionadas à temática ambiental, interferem de maneira intensa no desempenho de todo o projeto e comprometem os resultados. Constatei que os professores sabem da importância que o projeto tem para as questões como a preservação do espaço e melhoria da vida dos assentados. O depoimento da professora abaixo reforça esta expectativa.

Gis: Eu tenho uma aluna pequenininha que ela veio dizer um dia na aula que o pai dela ia arrancar algumas árvores porque ele ia fazer uma área na casa e a casa toda rodeada com árvores. E como aqui na escola a gente faz todo meio, cataloga as sementes, planta a árvore. A aluna chegou em casa e no outro dia ela foi me dizer o seguinte, que ela tinha convencido o pai dela a não cortar a árvore, você entendeu. Por ele cortaria de qualquer forma, mas a menina o convenceu de não cortar, porque ela sabia o nome da árvore, porque a gente tinha catalogado aqui na escola, a árvore inclusive estava com vagens para dar a semente. Ela disse para o pai que gostaria de levar a semente para a escola, para gente fazer um trabalho com as sementes aqui na escola. E com isso ela fez o pai recuar no desmatamento do lote e ela veio falar com orgulho disso. (entrevista coletada em 2004)

No entanto, as iniciativas que estão sendo tomadas, apesar de pertinentes, não são suficientes para contribuir significativamente no desenvolvimento e na afirmação de uma comunidade agrícola sustentável. Seus depoimentos me

levou a crer que o esforço conjunto do grupo é o que realmente movimenta o projeto, embora os professores também saibam que somente o voluntarismo não é suficiente para atingir os resultados propostos no projeto político pedagógico e, neste sentido, reivindicam uma melhor formação e capacitação. Consegui inferir que os professores manifestam confiança de que um fortalecimento das bases para o trabalho deles, através de incentivos efetivos e de oportunidades de preparo focados nas perspectivas do projeto, certamente, em um curto espaço de tempo, apresentará melhores resultados para os assentados e o município como um todo.

Avaliei, com base na investigação, que o projeto escola do campo tem um potencial imenso para a reversão de alguns impactos ambientais enfrentados nos espaços rurais. O grupo social pesquisado, além de saber a importância dele, tenta participar efetivamente da sua aplicação. No entanto, as atividades desenvolvidas não atendem a todas as necessidades ambientais do espaço e as demandas propostas no projeto escola do campo, o que acaba comprometendo a obtenção de melhores resultados ambientais.

O cerne do problema é a formação, muitas vezes insuficiente ou inadequada do docente brasileiro que é direcionada para atender um público urbano, sendo os temas ambientais e, principalmente, rurais abordados de uma forma superficial e mesmo inócua para uma atuação eficaz.

Esta investigação me convenceu de que o poder público deve ser o principal fomentador e formulador de políticas de formação de recursos humanos - professores e gestores - para ser implementadas em ambientes diferenciados daqueles que contam com uma quantidade razoável de aparatos públicos socializadores e mesmo de atendimento social. Tanto professores como gestores assim preparados poderão tornar-se agentes fomentadores e emuladores de formação de mentalidades e de desenvolvimentos ou mesmo de reforço de hábitos consoantes com o conservacionismo ambiental. Se a presença do poder público for débil nesses casos, como tem sido, todos esses projetos educacionais terão alcance muito restrito e, não raro, terão a probabilidade alta de cair no desgaste costumeiro das iniciativas que se perdem por falta de acompanhamentos eficazes, com avaliações contínuas.

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BARREIRO, I. M. F. **Educação rural capitalista**: a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na campanha nacional de educação rural. 1989. Dissertação (mestrado em educação) - Faculdade de educação, Unicamp, São Paulo, 1989.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Temas transversais, São Paulo, MEC 1998.

COSTA, S. A. **O sem terra e a educação:** um estudo da tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST em escolas de assentamentos no estado de São Paulo. 2002. Dissertação (mestrado em educação) - Faculdade de Educação, UFSCAR, São Paulo, 2002.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental:** no consenso um embate? Campinas: Papyrus, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e a profissão docente. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MELO, J.C. **Educação ambiental:** representações e práticas das professoras do ensino fundamental em três escolas públicas em Cuiabá. 2000. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de educação. Universidade de Quebec, Montreal, 2000.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI:** Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

NOVAES, W. **A década do impasse:** do Rio-92 à Rio+10. São Paulo: Estação e Liberdade/ Instituto Sócio Ambiental, 2002.

OLIVEIRA, M. E. **Educação ambiental:** uma abordagem possível. Brasília: IBAMA, 2000.

RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. (Coord.). **Referências para uma política de educação do campo:** caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

TEDESCO, **O novo pacto educativo:** educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 1998.

VICTORINO, C. J. A. **Canibais da natureza:** educação ambiental, limites e qualidade de vida. Rio Grande do Sul: Vozes, 2000.

WHITAKER, D. **A Seleção dos privilegiados.** São Paulo: Semente, 1981.

_____ **Educação e resgate cultural.** Palestra ministrada no evento Formação de professores na desordem contemporânea, realizada na UNESP Araraquara em 08/04/2003.

WINDELBAND, W. **Historia general de la filosofia.** Barcelona: El Ateneo, 1970.

A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA DO CAMPO

Valéria Aparecida de Bastos*

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida numa escola localizada em um assentamento rural pertencente à cidade de Araraquara/SP. Ela procurou trabalhar um dos eixos de um projeto maior intitulado: “Assentamentos Rurais e Poder Local: expressões de conflito, de acomodação e de resistência”, financiado pelo CNPq e pela FUNADESP. Dentro do objetivo de compreender as relações entre os assentamentos e o poder local, destaco neste artigo a construção da gestão democrática em uma escola localizada num dos assentamentos da cidade.

Para coletar os dados foram utilizados como metodologia, os princípios da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, na qual foram realizadas algumas observações na escola, em algumas reuniões, conversas informais com membros da comunidade e da escola, entrevistas semi-diretivas com a diretora, a coordenadora pedagógica e algumas mães de alunos. As observações e as conversas informais foram registradas em diários de campo. Nas entrevistas foi assinado um termo de consentimento, no qual se estabelece o anonimato dos entrevistados.

Para entrarmos na apresentação desta realidade e analisarmos como se desencadeou a construção da gestão democrática e sua repercussão na comunidade e nas relações com o poder local, temos antes que fazer uma contextualização teórica dos princípios que norteiam essa gestão, para que ela, de fato, seja construída e não imposta “de cima para baixo”.

A autonomia das escolas e a construção da gestão democrática

Dentro das lutas pela melhoria da qualidade do ensino, principalmente do ensino público, é importante destacar as reivindicações no sentido de

* Mestre em Psicologia e bolsista de Apoio Técnico da FUNADESP, vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/NUPEDOR/UNIARA.

reformular/transformar o interior das instituições escolares através da garantia da *autonomia* das escolas. De acordo com Paro: “Durante o período da ditadura militar, no Brasil, os educadores investiram fortemente na luta pela autonomia da escola, em oposição ao controle político-burocrático que se impunha às unidades escolares” (2001, p. 84).

A autonomia da escola resulta da influência de várias lógicas e interesses: do governo e seus representantes, dos professores, dos alunos, dos pais, dos demais agentes que fazem parte da escola e outros membros da sociedade local. A autonomia é resultado do equilíbrio dessas forças e, como assinala Barroso, “[...] afirma-se como expressão da unidade social que é a escola e não preexiste à acção dos indivíduos. Ela é um conceito construído social e politicamente, pela interacção dos diferentes actores organizados numa determinada escola” (1996, p. 186).

A “autonomia construída” na escola, como afirma o referido autor, se dá através da autonomia dos indivíduos que a compõem: “Não existe uma autonomia da escola em abstrato fora da acção autónoma dos seus membros” (BARROSO, 1996, p. 186). Suas sugestões para a realização da autonomia que produza transformação na escola giram em torno da promoção na escola de “uma cultura de colaboração e participação” entre todos os que asseguram o seu funcionamento, do desenvolvimento de formas diversificadas (individuais e coletivas) de liderança e da ampliação do conhecimento, por parte dos próprios membros da organização, dos seus modos de funcionamento e das regras e estruturas que a governam.

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, o Art. 15 se refere à autonomia das escolas. Segundo ele: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. Podemos aqui abrir um parêntese para salientar que a referida lei se restringe ao ensino **público**, excluindo as instituições de ensino privadas da garantia da autonomia.

Por outro lado, há que se atentar que existe o risco de que esta autonomia administrativa e financeira esteja, de fato, intimamente relacionada com a mera adequação das escolas a uma estrutura organizacional e institucional, com a finalidade de consolidar instrumentos produtivos, quantitativos e a cultura empresarial no sistema educacional brasileiro, dificultando, portanto, avanços surgidos no interior das escolas para viabilizar uma educação transformadora (SILVA, 2003). De acordo com Paro, muito do que está por trás das leis que regem a educação seguem os ditames dos órgãos internacionais. Com base neste artigo da lei, o autor faz o seguinte alerta:

É preciso se contrapor a esse movimento que, com discurso de autonomia [...] o que se está fazendo é justificar medidas tendentes a eximir o Estado de seu dever de arcar com os custos das escolas, com soluções que deixam-nas à

própria sorte, induzindo participação da comunidade, não para decidir sobre seus destinos, mas para contribuir no financiamento do ensino (2001, p. 84).

Assim, a autonomia da escola se não for devidamente construída pelos agentes educacionais, de “baixo para cima”, pode desencadear iniciativas que levem à privatização e à redução acentuada das obrigações do Estado em sua função de oferecer uma escola pública, gratuita e de qualidade. Outra crítica feita aponta para o risco de que essa autonomia da escola leve à pulverização, à dispersão e a preservação do localismo, o que dificultaria ações reformistas ou revolucionárias mais profundas e globais (GADOTTI; ROMÃO, 1998).

Há uma estreita relação entre construção da autonomia da escola e os princípios da *gestão democrática*. Segundo Marques (2003): “A questão da democratização da gestão escolar e educacional, embora ganhe destaque quando passa a compor a agenda neoliberal, vem sendo discutida, há algum tempo, pelos que se posicionam em perspectiva oposta ao modelo adotado pelo poder central”.

Neste sentido, uma gestão que almeja ser democrática exige, primeiramente, a mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar, pois ela implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam dirigentes e gestores, e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais (GADOTTI, 1998). Na LDB, o Art. 12 estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino [...] terão a incumbência de:

I. elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]

VI. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII. informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Na análise feita por Paro, os incisos VI e VII do Art. 12 “[...] tendem a reproduzir importantes reflexos sobre a gestão democrática da escola pública, na medida em que estabelece o dever da escola de levar em conta a família e a comunidade, integrando-as às atividades escolares” (2001, p. 85). O autor também salienta que a incumbência dos estabelecimentos de ensino de informar os pais e responsáveis sobre a execução de sua própria proposta pedagógica “pode ser muito rica e plena de significados para o exercício de uma verdadeira gestão democrática da escola” (2001, p.85). Mais do que informar os pais, ou responsáveis, é importante sua participação na escola, isso é o que também temos estabelecido no parágrafo único do Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “É direito dos pais e responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (BRASIL, 1990).

Contraditoriamente, temos o Art. 14, no qual consta:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Este aponta para um certo esvaziamento do preceito de gestão democrática por não ter deixado claro o poder deliberativo da comunidade nestes conselhos ou equivalentes.

A participação da comunidade na gestão da escola é a principal característica da escola autônoma (MARQUES, 2003). Deve-se ter cuidado para ela não se limitar à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser efetiva no conselho da escola ou colegiado, na organização de eventos culturais, atividades esportivas, recreativas, não se restringindo apenas a assistir reuniões de pais e mestres em que se comunicam os rendimentos dos alunos e o andamento das atividades escolares. É preciso que a comunidade tenha, de fato, poder de decisão para que ocorra a gestão democrática.

De acordo com Levinski, a participação começou a fazer parte do discurso oficial do Estado em meados da década de 70, em plena ditadura militar: “O Estado quando começou a falar sobre participação e a propô-la como forma de atuar nas instituições, estava buscando legitimação, ao mesmo tempo que tentava cooptar o movimento participativo, nascido nas bases populares da década de 60” (2000, p. 122). A autora também destaca que “[...] a participação concedida, expressa na maioria dos discursos oficiais, busca, como prática ideológica, estabelecer o consenso. O discurso é unificador. Ele busca negar, disfarçar as diferenças e sobretudo as desigualdades, existentes no mundo real e prático” (2000, p.122-3).

Para superar essa massificação sobre as conquistas das camadas populares, temos que compreender a participação enquanto processo, pois esta, segundo Levisnki, implica em: “[...] referenciar os homens na dinâmica do cotidiano que é permeado de história, de acontecimentos contraditórios, como por exemplo: solidariedade e egoísmo; esperança e frustração; expectativas individuais e coletivas; sucessos e fracassos; indignação e impotência, entre outros” (2000, p. 123).

Para oficializar esse compromisso da escola com a comunidade/sociedade, é necessário, portanto, a construção de uma escola que leve em

conta os interesses dessa comunidade, “[...] que esteja permanentemente atenta aos problemas fundamentais da comunidade onde está localizada, não se cole imediatamente a eles (como prestadora de inúmeros serviços, por exemplo), mas participe, a partir de seu propósito formativo, das iniciativas de superá-los” (CALDART, 1989, p.77). Identificar-se com a comunidade local imprime uma dimensão política à ação pedagógica, e esse processo de “abertura” da escola contribui para a constituição de parcerias que auxiliam o grupo na teorização de suas práticas e amplia os espaços para efetivação de uma proposta pedagógica (SANTIAGO; ZASSO, 2002).

Assim, é com esse apanhado teórico que vamos compreender e analisar a construção da gestão escolar de uma escola do campo, localizada num assentamento de reforma agrária. Procuraremos identificar se, de fato, essa gestão está sendo democrática e como esta forma de administrar a escola repercute na comunidade e no município.

A construção da gestão democrática em uma escola do campo

A escola acompanhada pela pesquisa está localizada no centro da agrovila de um assentamento de reforma agrária que foi instituído no final da década de 80. Seu prédio foi construído pelo antigo dono das terras que antes pertenciam à usina Cachoeira*, e atendia os alunos filhos de assalariados rurais que trabalhavam na lavoura de cana-de-acúcar. Sua estrutura possui 4 salas de aula, uma sala da secretaria, uma da diretoria, uma de reuniões de professores (atualmente é a sala do grêmio estudantil), uma cozinha e um grande pátio. A escola também possui uma grande área verde fora do prédio.

A escola que antes era denominada Comendador José Carlos Albuquerque era composta desde a sua instituição, em 1942, pelo antigo ensino primário de 1ª a 4ª série. Ao concluir esse último ano, as crianças deveriam continuar os estudos nas escolas da cidade, distante aproximadamente 22 Km desta área rural.

Alguns documentos encontrados na escola mostram que ela ficou fechada no período de legalização das terras do assentamento para fins de Reforma Agrária, entre 1988 a 1990. Depois de um processo de luta pela comunidade a escola foi reaberta, mas continuou a atender apenas as quatro primeiras séries. Em meados de 1997, ela passou por um processo de tentativa de agrupamento em que o governo do Estado de São Paulo pressionava para bisseriar as quatro séries e implantar apenas 2 salas com alunos de 1ª e 2ª e outra de 3ª e 4ª.

* Esta pesquisa foi realizada juntamente com a pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP/USP (BASTOS,2005) e, seguindo as normas, mantêm-se os nomes das instituições e dos sujeitos envolvidos, como fictícios.

Utilizavam como argumento o pequeno número de alunos por classe. Novamente a comunidade se mobilizou para que essa medida do Estado não fosse implementada, e o conseguiu.

Podemos abrir um parêntese apenas para registrar que essa tendência de redução do número de classes é histórica no país, que desvaloriza a formação educacional da população rural. Dados apresentados por Ramos, Moreira e Santos (2004), a partir do Censo Escolar de 2002, mostram a precariedade das escolas rurais, das quais 64% são formadas exclusivamente por turmas multisseriadas, ou unidocentes. Em relação à infra-estrutura, 50% das escolas de Ensino Fundamental localizadas na zona rural tem apenas uma sala (aproximadamente 48.000 escolas).

Ao ir contra essa tendência, a comunidade do assentamento Campo das Flores conseguiu reverter a tentativa de agrupar as séries. Essa característica reivindicativa da comunidade é muito presente, principalmente nas lutas por melhorias da qualidade da educação da escola. Podemos resgatar essa característica pelo contexto histórico da constituição do assentamento, no qual diversas famílias lutaram pela conquista das terras do antigo dono da usina.

Oliveira e Bastos (2004), num estudo recente sobre essa comunidade, afirmam que essa característica reivindicativa vinculou-se às transformações que a escola passou. Um antigo morador do assentamento expôs sua representação sobre essas transformações: *O processo de implantação do assentamento foi muito doloroso. A escola foi incorporando as mudanças que o assentamento passou, através da nossa reivindicação.*

Um fator importante que estreitou a relação da comunidade com a escola, do qual se germinam os princípios da construção de uma gestão democrática, foi a chegada de Margarida, a atual diretora, primeiramente para lecionar como professora em 1997. Depois da sua chegada, a escola já passou por três reformas, a última delas ocorreu depois que a escola foi municipalizada.

Numa entrevista feita em 2003, ela conta como encontrou a escola: *“Quando cheguei no assentamento [...] me deparei com uma escola que retratava a situação real de uma escola pública rural... à margem... meio abandonada, suja, cheia de mato, com um enorme buraco de lixo... nossa... quanta coisa a fazer” (Entrevista com Margarida, jun/2003).*

Para reverter esse quadro, a diretora chamou a comunidade e junto com seus representantes pintou a escola, decorou e ornamentou, pois considerava importante manter a escola limpa, bonita, alegre, um lugar onde as crianças se sentissem acolhidas, com vontade de estarem, de estudarem ali. Como ela mesma expressou:

E...ai a primeira coisa quando... cheguei aqui mesmo pra ficar, foi estar junto... com a comunidade, n/é?... e sonhando em transformar aquele espaço... antes, feio... bagunçado... em um ambiente assim agradável, bonito, alegre [...] Aí

a comunidade se envolveu, começou a sonhar... com a gente, lutar, trabalhar muito, porque tudo é fruto de muito trabalho... e a gente foi... nós reformamos a escola com um pouco de recursos que tinha (Entrevista com Margarida, jun/2003).

Desde quando iniciou suas atividades de direção¹, Margarida convida os alunos para participar das reuniões para discutir as normas de convivência na escola e fazer com que os mesmos tenham cuidados e responsabilidades com o patrimônio escolar e o embelezamento da escola. Ela procurava sempre escutar a opinião de outras pessoas, sejam os professores ou as crianças, para que todos tivessem liberdade de expor qualquer insatisfação.

Decidiam sobre o uso de bonés, de alimentos como, chicletes, balas, etc. Estabeleceram também que ninguém deveria trazer alimentos, ou outros objetos diferentes para a escola, se trouxessem, deveriam trazer para todos os alunos. Presenciei uma aluna que trouxe uma pasta de dente com sabor de morango e teve que distribuir a todos os alunos da classe. Quando saiam para algum lugar fora da escola, aqueles que levavam dinheiro tinham que juntar o montante para comprar alimentos para todos, para que nenhum ficasse com vontade, normalmente o professor ajudava a complementar esse gasto. Em uma das entrevistas coletadas, Luana, a coordenadora pedagógica, conta sobre esse momento da reunião com os alunos que acompanhou logo que chegou na escola:

[...] a maneira como os alunos discutem e colocam as suas necessidades, logo que eu cheguei aqui tava tendo a assembléia sobre, a gente tava montando a... a... as normas... enfim nós sentamos todos os educandos e a Margarida então colocou junto com os educadores, já tinha mais ou menos algumas questões pra gente tá discutindo com eles, uso de boné em sala, mascar chicletes, acho que é normas de convivência mesmo. Então eu achei muito bonito, mas muito bonito, todo mundo participando e votando e reivindicando, sabe, eu achei assim um exercício fantástico, fantástico, aquilo foi uma das coisas que mais me impressionou muito. E nem todos, alguns achavam que não, que não era justo, mas assim, falava depois parava, o outro se colocando, falei puxa vida que exercício e tanto de democracia, diretora, educadores parando pra de fato ouvir, n/é?, a reivindicação dos alunos. Depois veio aqui pra mesa da sala dos professores aonde se discutiu novamente e levamos no outro dia, eu fiquei assim... em êxtase de tá vendo aquilo, achei lindo, acho que isso foi uma das coisas que mais me causou admiração (Entrevista com Luana, set/2004).

A diretora começou também a envolver mais a comunidade nas decisões administrativas da escola, assim como na realização de festas que ocorrem diversas

¹ Até 2003 ela estava oficialmente no cargo de vice-direção, pois não havia o cargo de direção.

vezes durante o ano, como a festa junina, das mães, dos pais, das crianças, da Páscoa, da família (na qual se celebra o Natal), entre outras. As reuniões de Conselho de Escola e de pais têm presente um número significativo de representantes.

Esse sentimento da escola pertencer à comunidade foi aos poucos sendo cultivado através dos convites para reuniões, para reformar a escola, para as festas, nas quais a comunidade também contribui na organização, entre outras. Numa entrevista feita com D. Clara, antiga moradora do assentamento, ela conta essa mudança na participação da escola:

[...] quando eu cheguei pra aqui que tinha uma outra diretora, então era a coisa mais difícil você ir na escola, participar de alguma coisa, não tinha muita assim, reunião sabe? E agora não, se vê que quase todo mês, quase não, todo mês tem reunião e se vê que a gente tá ali dentro da escola todo dia, quase todo dia, então a gente tá ali tendo contato com os professores, a gente já conhece bem, a gente já sabe qual é o bom, qual é o que não tá muito bem, n/é? (risos) (Entrevista com D. Clara, set/2004).

Clarice, que passou a morar no assentamento em 2004 com seus pais, matriculou sua filha na escola. Ela morava anteriormente na cidade de Araras/SP e relatou a diferença dessa participação na escola que sua filha freqüentava: *“Lá era muito difícil, que as professoras não é igual as daqui, lá pra você participar, até ir na reunião, pra você ir lá, pra entrar dentro da escola, eles não aceitavam muito. Agora aqui é diferente, n/é? Até a Margarida me chamou, que sempre que eu puder ir na escola, pra eu ajudar eles em alguma coisa. Então, sempre que eu posso eu tô lá”*(Entrevista com Clarice, set/2004).

Na entrevista com Luana, a coordenadora pedagógica, ela conta que depois de ter passado por outras experiências como vice-diretora da escola do campo localizada no assentamento Monte Belo, essa tentativa de estreitar relações entre a escola e a comunidade era uma tarefa difícil. Mas, depois que assumiu esse cargo efetivo na escola do assentamento Campo das Flores, reconheceu o trabalho feito pela direção:

O que me... o que me fez e me faz admirar é... em relação por exemplo à comunidade local, eles entenderem aqui como espaço deles, eles caminham aqui, também é isso que a gente busca, como eu disse na gestão, mas nem sempre a comunidade entende assim, no Monte Belo a gente teve outras dificuldades pra fazê-los entender. E aqui não, a Margarida conseguiu essa abertura, então a comunidade muito presente, eu achei isso muito importante (Entrevista com Luana, set/2004).

É comum na escola chegarem mães para ver a situação dos filhos, independente dos dias das reuniões. Uma das mães entrevistada relata essa participação na escola:

[...] difícil reunião que eu não tô, porque eu acho muito importante a participação dos pais, saber o que tá acontecendo e vir pra escola mesmo que não seja dia de reunião porque se tiver alguma coisa que a gente acha que não tá certo, comunica à diretora e... ela acaba conversando. Já teve vez de tá acontecendo alguma coisa e eu achar que não tava certo, conversar e assim, n/é? E assim vai, acho que é assim que vai melhorando. Se depender de mim eu participo de todas, de todas as reuniões, que é bom, n/é? A escola só tem a ganhar com isso, muitas vezes quem tá aqui dentro mesmo não vê alguma coisa, nada de grave, mas um detalhezinho que já sai fora assim a gente conversando dá pra se entender (Entrevista com Anaira, out./2004).

Em uma das questões feita às mães, relacionada à sua contribuição pessoal para melhorar a qualidade da escola, a importância da participação novamente aparece. Elas responderam:

Como que contribui?... Participando, n/é? Participando, ajudando em qualquer evento, qualquer coisa que tiver na escola, eu acho que se eu ajudar também, ajudar de um certo ponto que eu possa ajudar, eu acho que tem melhora também, n/é? (risos) (Entrevista com Clara, set./2004).

Eu pretendo fazer a pedagogia do campo, se eu puder ajudar também, colaborar, que eu não tenho essa, não sou profissional, mas pretendo ser e ver uma melhor forma pra tá colaborando e tá chamando a comunidade pra tá ajudando, apesar que eles, tem bastante que colabora e vem com amor, com carinho, por causa das crianças, n/é? Eu sei que eu tô sempre disposta a tudo que é pra melhorar, então conforme vai aparecendo alguma novidade a gente tá ai pra tá colaborando (Entrevista com Anaira, set./2004).

Como vimos, as mães entrevistadas freqüentemente visitam a escola, e por essa participação se envolvem mais com os conflitos que emergem nesse cotidiano. No entanto também temos um elevado número de mães, pais, ou responsáveis que não participam com a mesma freqüência na escola. Um dos exemplos é o caso da Claudia que trabalha no Posto de Saúde do assentamento e não participa das reuniões, quando as mesmas coincidem com seu horário de trabalho. Outros pais também moram nos lotes de produção (distantes da agrovila onde está situada a escola) e não possuem transporte para irem às reuniões que ocorrem na escola.

A escola também se tornou um espaço onde ocorre a maioria das reuniões importantes para o assentamento, nas quais se discute questões de melhorias para a comunidade. São reuniões como: do Orçamento Participativo, do Centro de Desenvolvimento Comunitário, do Programa de Saúde Familiar, do INCRA, do ITESP, entre outras, inclusive a recepção do Ministro do Desenvolvimento

Agrário, Miguel Rosseto. Estes são, portanto, outros fatores que envolvem um maior número de pessoas assentadas para estarem mais frequentemente na escola. Numa entrevista realizada com a moradora Dalva, ela relatou: *“Porque tudo que tem é na escola, acaba os pais tando mais na escola, reparou que tudo que tem reunião, nem que seja coisa que não seja da escola é na escola? Acaba o pessoal participando mais”* (Entrevista realizada em set/2004).

A gestão escolar conduzida pela diretora abriu espaço para a participação de diversos sujeitos da comunidade escolar. É uma decisão que melhora a qualidade da escola no sentido democrático e, por isso, também passa a ser um espaço permeado por conflitos provindos de opiniões de pessoas e grupos divergentes.

Para tornar essa educação mais humanizante, iniciaram-se algumas discussões no intuito de (re)conhecer e valorizar a vida e a cultura do homem e da mulher que vive no campo, deixando de marginalizá-las e estigmatizá-las como atrasadas, “pés vermelhos”², os que vão sempre trabalhar com a enxada, que não precisa de muitas letras, etc. Esse (re)conhecimento da realidade é o que Margarida fala sobre *“pés dos educandos”*, ou seja, *“de se inteirar muito assim da realidade pra poder compreender, compreendendo a gente... tem uma atuação mais eficaz”* (Entrevista com Margarida, jun/2003).

A entrada da atual administração de Araraquara possibilitou o estreitamento da relação entre essa escola e o poder local, vislumbrando a partir dessa relação à possibilidade de municipalizar a escola, de ampliar o Ensino Fundamental para que atendesse o ensino de 5ª à 8ª série e a educação infantil e, principalmente, melhorar a qualidade da educação das escolas do campo pertencentes ao município. Como argumenta Margarida:

[...] começou essa inquietação com a parte pedagógica, n/é?... É a concepção de que... ah, aqui qualquer coisa passa... qualquer coisa serve... Compreendi essa realidade assim... diferente, especial e... com a necessidade de uma educação diferente e muito especial também. Aqui sim eles mereciam... uma educação como todos os outros, uma educação assim... uma educação de qualidade... uma educação diferente (risos) (Entrevista com Margarida, jun/2003).

Com isso, iniciaram-se algumas discussões e a constituição do Grupo de Trabalho de Escola Rural durante o I Fórum Municipal de Educação, cujas deliberações seriam levadas, posteriormente, a I Conferência Municipal de Educação, que ocorreu em 2001. Esse GT teve como participantes os professores, as diretoras e a comunidade rural. Em outra entrevista realizada

² Termo usado muitas vezes quando as crianças iam estudar na cidade e chegavam na escola com os sapatos cheios de terra vermelha/roxa, depois de terem andado um trecho da estrada no assentamento para pegar o ônibus escolar.

com Margarida, em outubro de 2004, ela relata que o Fórum Municipal de Educação proporcionou “*o fortalecimento do sonho e de um ideal de construção de um projeto político-pedagógico diferente pra escola do campo*”.

Alexandre M. de Freitas (2004) descreve um pouco esses momentos de construção do projeto diferenciado para as escolas do campo de Araraquara, a partir das discussões inicialmente realizadas pelo GT de Escola Rural. Como afirmou:

O Grupo de Trabalho tomou o cuidado de deixar consignadas as linhas gerais para a proposta pedagógica: que garanta a “efetivação de um ensino combinando a reflexão teórica com a atuação prática no campo e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, visando a aquisição de conhecimentos da cultura cotidiana e dos saberes acumulados historicamente voltados para a criação de habilidades e de formação de atitudes e valores, além do fortalecimento dos vínculos com a família e a terra (Araraquara: 2001³, p.12)” (FREITAS, 2004).

O GT também demonstrou uma preocupação com os concursos públicos para as escolas do campo e com a formação continuada dos professores. Em relação a esse primeiro ponto, houve muitas divergências por parte dos demais participantes (professores e representantes da Secretaria da Educação) da Conferência e a proposta não foi aceita. Em relação à formação continuada dos professores das escolas do campo, até os dias atuais, poucos momentos específicos para essa formação foram realizados.

Assim, com o que foi coletado a partir das entrevistas e da observação feita na escola, com um olhar especial para a postura que a diretora procurava estabelecer com os educandos, pais, professores, funcionários, visitantes, entre outros, muito do que se almejou e depois foi definido nas diretrizes do projeto político-pedagógico das escolas do campo de Araraquara, já estava sendo efetivado na escola do assentamento Campo das Flores. Segundo Margarida: “*a semente da escola do campo já estava sendo plantada na escola do assentamento*” (Entrevista realizada em out/2004). Como também relatou na entrevista anterior:

[...] a gente vislumbrou assim com a municipalização da escola a efetivação e a concretização de um projeto político-pedagógico que... que também consolidasse de fato (diz com ênfase) todas essas nossas intenções e todo esse nosso trabalho que a gente... que já estava tudo assim... em processo, n/é? [...] Então em várias reuniões que tivemos... acho que foi... como é que se

³ Secretaria Municipal de Educação. Caderno da Conferência Municipal de Educação: Educação para a Cidadania, 2001.

diz, clareando, acho que mais, esse... projeto, n/é? E aí com a municipalização da escola, a defesa... dessa questão também de uma proposta... pedagógica diferenciada... Ah, a gente foi dando assim, os passinhos (risos) nessa conquista... (Entrevista com Margarida, jun/2003).

Nas reuniões de elaboração do projeto, alguns representantes da comunidade também estavam presentes, assim como os moradores do outro assentamento localizado no município. Depois do processo conflituoso desta construção, analisado por Oliveira e Bastos (2004) e Bastos (2005), o projeto político-pedagógico foi implementado na escola no início do ano letivo de 2002, legitimando a municipalização da escola e a extensão de todo o Ensino Fundamental. A partir daqui, procurou-se amenizar alguns problemas vivenciados na escola como a falta de compromisso do corpo docente com a valorização da cultura camponesa e a saída das crianças para freqüentar as escolas da cidade (esta transição da 4^a para a 5^a série foi pesquisada por Brancaleone (2002)).

De acordo com Bastos (2005), o projeto político-pedagógico pode tornar-se um importante instrumento para fomentar a gestão democrática, a formação continuada dos professores e para ressignificar a prática educativa tendo como referência a cultura local, e, desta forma, provocar a transformação do cotidiano escolar. Nas palavras de Margarida:

O projeto político-pedagógico é maior do que construir um conhecimento, mas para fazer com que esse conhecimento sirva para alguma coisa, tanto pro enriquecimento pessoal, da pessoa enquanto ser humano, quanto também pra uma ação efetiva maior, enquanto causa [...] É isso que a gente sente... que eles vão se apropriando disso (Entrevista com Margarida, out/2004).

Outra conquista adquirida depois da municipalização foi a construção de um novo prédio, através da definição desta prioridade, votada nas reuniões do Orçamento Participativo, espaço de cunho deliberativo, no qual a comunidade elege as prioridades onde será destinado os investimentos do município. No final de 2002 e início de 2003 foram realizadas as obras de construção desse novo prédio composto por cinco salas diferenciadas: multi-meios, biblioteca, laboratórios de ciências e informática e a cozinha experimental. Esse instrumento de poder deliberativo instituído pelo poder público mostrou mais uma vez a importância que a escola tem para a comunidade, pois no seu primeiro ano de implementação, esta elegeu como prioridade a reforma e ampliação da escola dentre outras propostas levantadas, como a reforma do posto de saúde e a pavimentação da agrovila.

A gestão democrática como passos de uma caminhada

O que podemos evidenciar nesse processo de construção da gestão democrática é que a chegada da diretora e a sua vontade de construir uma nova relação administrativa e pedagógica na escola, fez com que gradativamente a comunidade se envolvesse mais com a mesma, tornando-a, de fato, parte desta escola, garantindo que ela decida sobre a melhoria da qualidade da educação e da vida da comunidade como um todo. Sua atuação mostra o acerto de Nogueira (1992, p. 59), quando afirma que: “Ao compartilhar a responsabilidade com os professores, alunos e pais, o[a] diretor[a] não estão abrindo mão de sua liderança e sim exercitando, democraticamente, um processo de educação político em que todos os envolvidos crescem como cidadãos”. Dessa forma, a participação desses sujeitos, ao mesmo tempo que contribui para melhorar a qualidade da educação oferecida, constrói na particularidade desses sujeitos a importância de participar enquanto indivíduos que mudam os rumos de suas histórias.

Para a comunidade intervir permanentemente na gestão escolar, é importante garantir esses espaços de participação, assim como, estabelecer o poder deliberativo da comunidade, pois ainda há muitas conquistas para serem alcançadas. Conquistas estas relacionadas à permanência do professor na escola, pois há muita rotatividade de professores, principalmente no ciclo III (antiga 5ª a 8ª série), e à formação continuada dos professores das escolas do campo.

Esses espaços de atuação política transformam o meio rural, a comunidade assentada, as políticas públicas voltadas ao campo, a reforma agrária. De acordo com Margarida: *“quando a gente fala em político é de formar cidadãos, cidadãos críticos, de ajudar na formação de um homem e uma mulher para que venham a construir um mundo diferente”* (Entrevista com Margarida, out/2004).

Para que esta gestão continue sendo democrática, esse processo deve continuar em andamento, ou seja, os passos têm que continuar sendo dados pela comunidade escolar, que inclui direção, professores, alunos e comunidade local, juntamente com o apoio da administração municipal. A relação entre a escola, a comunidade e o poder local traz benefícios que são visíveis na instituição escolar, assim, no assentamento rural.

A efetivação dessa gestão fez da escola uma referência para a comunidade, um local onde se sentam pessoas de diferentes grupos que defendem interesses opostos, mas que em certos momentos, na defesa de algumas melhorias para a comunidade, agem coletivamente. Em 2004, a proposta político-pedagógica adotada nas três escolas do campo pertencentes ao município foi reconhecida nacionalmente através do prêmio “Gestão Pública e Cidadania”, conferido pela Fundação Getúlio Vargas. Isto é um reconhecimento de que esses agentes também são sujeitos históricos,

protagonistas de uma educação diferenciada para os povos do campo.

Certamente todo esse processo não foi pacífico, os conflitos enfrentados até os dias atuais envolvem diversos sujeitos como os membros da comunidade, professores e representantes do poder local, em específico da Secretaria Municipal de Educação. No entanto, a perseverança e o enfrentamento desses problemas que emergem diariamente fazem com que muitas dessas conquistas fossem adquiridas e outras passassem a ser alimentadas e futuramente talvez alcançadas.

Referências

BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In. _____ (Org.). **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996, p. 167-189.

BASTOS, Valéria A. **Educação do Campo e Formação Continuada de Professores(as)**: as contribuições do projeto político-pedagógico. 2005. 185p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2005.

BRANCALEONE, Ana Paula. **Do rural ao urbano**: o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana. 2002. 219p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 14/07/1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível no site: <www.planalto.gov.br>.

FREITAS, Alexandre L.M. Escola do campo: a proposta de Araraquara. **Revista Tempo e Espaço**. Taquaritinga – SP, 2004. ISSN 1677-5430.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da escola cidadã. In: MEC/SEED. **Salto para o futuro**: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília – DF: MEC/SEED, 1998, p. 15-22.

_____ e ROMÃO, José E. Escola cidadã: a hora da verdade. In: MEC/SEED. **Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico.** Brasília – DF: MEC/SEED, 1998, p. 23-30.

LEVINSKI, Eliara Z. A participação no processo de construção do projeto político-pedagógico. **Revista Roteiro.** Joaçaba – SC, vol. XXII, nº 43, p. 121-134, jan/jun. 2000.

MARQUES, Márcio O. O educador/pedagogo na relação educativa direta. **Contexto & Educação.** Ijuí – RS, vol. 5 nº 17, p. 17-20, jan/mar. 1990.

NOGUEIRA, Mazda J. Diretor/Dirigente: a construção de um projeto pedagógico na escola pública. **Série Idéias (FDE).** nº 15, São Paulo, 1992, p. 57-67.

OLIVEIRA, Tatiana de; BASTOS, Valéria A. A proposta de Educação do Campo das escolas rurais de Araraquara: destaque na construção da qualidade de vida. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos.** Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, nº 9, p.147-166, 2004.

PARO, Vitor H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, Romualdo O. e ADRIÃO, Thereza (Org.) **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal.** São Paulo: Xamã, 2001a, p. 79-88.

SANTIAGO, Anna R. e ZASSO, Silvana M. B. O projeto político-pedagógico: a experiência de uma escola de periferia urbana na construção de sua identidade. In: VEIGA, Ilma P.A. (org.) **Projeto político-pedagógico: uma construção possível.** 14ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2002, p. 179-192.

SILVA, Maria A. Do projeto político do Bando Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública. **Caderno CEDES.** [on line] vol. 23, nº 61, p.183-301, dez/2003. Disponível no site <www.scielo.br>. Citado dia 21 set. 2003.

RAMOS, Marise N.; MOREIRA; Telma M.; SANTOS, Clarice A. dos. (Coord.). **Referências para uma política de educação do campo: caderno de subsídios.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UM ROSÁRIO DE EQUÍVOCOS

Dulce C. A. Whitaker*
Marinaldo Fernando de Souza**

Introdução

O tema das idades da vida é rodeado de equívocos elaborados pelo senso comum, como já o demonstrou entre outros Philippe Ariès (1981). Conceitos como infância, juventude velhice, não são absolutos, já que variam os seus limites historicamente, dependem de avaliações que se modificam nos espaços e culturas e são atravessados por questões relativas a diferentes classes sociais.

A adolescência por exemplo, período tão agudamente sentido pelas camadas modernizadas da sociedade do tipo ocidental, não é fenômeno universal, conforme demonstrado há mais de meio século por Karl Mannheim (1978). Mas nem se precisa ir tão longe em termos de Teoria Sociológica. Basta ler a obra magistral de Gilberto Freyre – Casa-Grande e Senzala, para encontrar lá os meninos da classe dominante, passando diretamente da infância para a Idade Adulta com menos de 14 anos, e as meninas se casando e substituindo rapidamente as bonecas pelos bebês, em maturidade biológica e social, prematuras para os padrões de hoje (Freyre, 1933).

No Brasil modernizado, tal como no primeiro mundo, a adolescência se prolonga, por necessidades sociais ligadas à sociedade do tipo industrial, hoje conhecida como sociedade do conhecimento, que nada mais é do que o capitalismo em fase de avançado desenvolvimento tecnológico e acelerada acumulação.

* Socióloga, pesquisadora do CNPq e Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Educação Escolar – FCL/UNESP – Araraquara / S.P.

** Psicólogo e Pesquisador voluntário de Apoio Técnico junto ao Projeto “As Idades da Vida: Um Estudo de Representações Sociais sobre Juventude / Envelhecimento e Modos de Vida em Assentamento de Reforma Agrária no Estado de São Paulo”, CNPq, Coordenado pela Professora Dulce C. A. Whitaker.

Vamos encontrar então, nas camadas médias urbanas, jovens que se aproximam dos vinte ou trinta anos, sustentados pela família ou por bolsas de estudo, realizando curso de aperfeiçoamento ou especializações, num comportamento que prolonga a adolescência, sem absolutamente qualquer base biológica.

O fenômeno atinge a zona rural, na medida em que as aspirações por educação criam expectativas de acesso à universidade (Whitaker e Onofre, 2003) e (Machado, 2000). São aspirações que devemos respeitar. Se nas cidades, costumamos considerar jovens, cada vez mais, aqueles que não se integram ao mercado de trabalho oficial, independente, muitas vezes da idade, por que não aceitar que no campo, alguém seja considerado jovem simplesmente por que ainda não se casou, ou não definiu seu destino profissional? Mas este não é o único equívoco que temos encontrado na fala de alguns pesquisadores, afetados pelo preconceito que se desenvolve contra o rural (Whitaker, 2002).

Na verdade, o primeiro e grande equívoco das avaliações sobre juventude rural acompanha o processo educacional e incide primeiramente sobre as crianças para depois atingir o adolescente e o jovem que estuda. É a idéia de que é preciso dar às crianças da zona rural e principalmente ao adolescente assentado, uma educação escolar que ajude a “fixá-lo” na terra, para que se possa garantir a continuidade dos assentamentos de Reforma Agrária. Esse ruralismo pedagógico, agora travestido de modernidade, foi a ideologia da educação rural do primeiro governo Vargas (há mais de 70 anos) num projeto aliás fracassado, quando despontaram intelectuais que proclamavam a necessidade de escolas rurais, com práticas de agricultura e criação (de pequenos animais ou abelhas por exemplo) (Whitaker e Antuniassi, 1994).

O avanço dos estudos Sociológicos na área da Educação, no entanto, demonstra que:

- a escola não tem o poder de segurar populações; e homens e mulheres, jovens ou não, que saem do campo, são tangidos por forças históricas alienantes que os empurram muitas vezes de forma inexorável;

- de um ponto de vista da Educação como força conscientizadora e libertadora, não se pode e nem se deve pensar em “fixar” ninguém a espaço algum, através da escola, seja esse espaço pensado como campo ou como cidade.

A Educação como prática libertadora deve dar aos sujeitos a capacidade de fazer suas próprias opções. Deixar a zona rural e partir para a cidade pode ser para alguns o melhor destino. Mas se políticas públicas democratizantes estendessem ao campo os benefícios e os equipamentos equivocadamente chamados de urbanos, a maioria sentiria como destino, ali permanecer (como destino e opção a ser considerada).

À escola cabe portanto ensinar os conteúdos da norma culta da língua e

dar aos estudantes da zona rural – assentados ou não – os dados científicos ligados ao arbitrário cultural dominante, como diriam Bourdieu e Passeron (1975), que lhes permitirá a inclusão na sociedade do conhecimento, seja no rural, seja no urbano.

O que a escola do campo pode e deve fazer é partir das práticas que a criança possui, aprendidas com seus pais, para construir a partir daí, a ponte que permite a melhor aprendizagem dos conteúdos escolares. Ou seja – os moradores da zona rural possuem riqueza de dados culturais que podem e devem ser usados como esquemas de assimilação para aprendizagem dos conteúdos escolares. Essa tem sido a proposta da escola do campo que atende crianças dos assentamentos de Araraquara (Bastos 2005).

Mas nem sempre tem sido assim. Importante lembrar que, no início dos anos 1990, quando o governo do Estado de São Paulo implantou as escolas agrupadas, fechando inúmeras escolas na zona rural, Whitaker e Antuniassi, investigaram o problema e encontraram no projeto em questão, uma proposta de “enriquecimento curricular” que indicava e resultava em atividades que as crianças podiam muito bem aprender com os pais, como a confecção de hortas por exemplo, para ajudar a manter os homens no campo. (Whitaker e Antuniassi, 1994)

Nas entrevistas realizadas com os pais e mães das crianças dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre encontraram expressões que apontam para mais dois equívocos da política educacional. Num primeiro momento todos lamentavam o agrupamento que obrigava as crianças a irem para as cidades de Araraquara, Bueno ou Matão, num transporte escolar precário e preocupante (Whitaker e Antuniassi, 1994). E em seguida, manifestavam descontentamento com o que chamariam o “iluminismo da escola”, que pretendia ensinar a seus filhos aquilo que eles mesmos podiam ensinar e que muitas vezes as crianças já sabiam.

Registrou-se à época, o desabafo de um pai assentado, reivindicando que os filhos aprendessem os conteúdos do conhecimento escolar que lhes permitiriam participação e decisões. Quanto à horta, declarou, isto ele mesmo podia ensinar. (Whitaker e Fiamengue, 1995)

Realmente, o ruralismo pedagógico nunca morre. Renasce periodicamente das próprias cinzas, alimentando equívocos bem intencionados.

Um outro equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma “força jovem” interior a comandá-los mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêm a continuidade das gerações. Eis que, famílias com muitos filhos ainda caracterizam os assentamentos. Como integrá-los à escassez das terras que receberam? Estudos compreensivos mostram que os fenômenos são mais complexos. Machado (2000) em sua Dissertação de Mestrado encontrou anseios

de permanência, articulados à aspirações por ensino superior. E Elisa Guaraná de Castro (2005) mostra que há nos assentamentos por ela estudados, um dilema entre “ir e ficar”, marcado por contradição e complexidade. Já Maria Nazareth Wanderley (2003), em seu projeto Juventude Rural: Vida no campo e Projetos para o Futuro, realiza importante mapeamento do problema em diferentes regiões do Brasil, mostrando a diversidade de situações encontradas. Apoiada em José Eli da Veiga, para quem as pequenas cidades de populações dispersas não podem ser consideradas urbanas, a pesquisadora mostra a variedade de circuitos em que vive o jovem rural (Wanderley, 2003). Vale recordar aqui que a ideologia urbana pensa esse jovem como alguém “revoltado” sob a autoridade paterna, ansiando pela “fuga” para a cidade.

Wanderley cita ainda Maria José Carneiro, cujos estudos desvelam uma dialética, na qual trabalhar, estudar e mesmo fazer um curso superior, não é um projeto que signifique para os jovens abandonar o conforto afetivo e a segurança econômica garantidos pelos laços familiares na zona rural.

“Uma consequência dessa dinâmica para a população local é a ampliação das condições de permanência de jovens em sua localidade de origem, oferecendo um contraponto à tendência de migração para as grandes cidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida” (Carneiro, 2002 apud Wanderley, 2003).

Carneiro estuda o problema no Estado do Rio de Janeiro (Friburgo) e em municípios das Serras Gaúchas, regiões nas quais cidades pequenas podem significar prolongamento da vida rural em movimentos peculiares de grupos que vão e vêm diária ou semanalmente entre as “colônias” e as vilas.

Inspirados nesses estudos, resolvemos colher, junto aos jovens dos assentamentos da região de Araraquara, as representações sociais que dão conta da forma como os jovens desses assentamentos representam essa dinâmica.¹

Questões Teóricas

Escolhemos a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2003) como instrumental teórico para dar conta do problema em pauta, porque entendemos que devemos dar voz ao jovem para que fale sobre o seu destino,

¹ Os equívocos e preconceitos não se esgotam nestas colocações. Atingem crianças e jovens rurais com a crença de que não valorizam a educação e não possuem aspirações ao Ensino Superior, quando nossos estudos mostram exatamente o contrário (Whitaker e Onofre, 2003) e (Whitaker, Onofre e Paiva, 2006). Não vamos abordar aqui, no entanto todos os “desencontros” entre os “consensos” e a esfera da pesquisa. Estamos preocupados por enquanto em captar as Representações dos Jovens sobre os dilemas da permanência.

tentando dessa forma, compreender a maneira como ele percebe suas vinculações com a família e como projeta o seu futuro em relação ao Assentamento. Para Moscovici, as representações sociais ajudam os seres humanos a se organizar em termos sociais, ajustando suas crenças e valores, às necessidades do momento histórico.

“Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social”. (Moscovici, 2003, p. 21)

Para captar e compreender representações sociais, temos que saber utilizar com muito cuidado, dois pares de conceitos que facilitam a análise (e a própria apreensão da representação).

São eles: os conceitos de ancoragem e objetivação, que ajudam a explicar a dinâmica das representações sociais; e os conceitos que estabelecem a contradição entre as explicações científicas e o senso comum (universo do consenso x universo reificado).

Apoiados em Moscovici, passamos a explicitá-los.

Considerando com esse autor que as representações sociais orientam os atores sociais porque organizam, classificam e ordenam o mundo e que “pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação” (Moscovici, 2003 p. 41) não é difícil imaginar a complexidade das representações sociais, elaboradas nesses novos espaços sociais, após tantas trajetórias, marcadas por rupturas anteriores (Whitaker e Fiamengue, 1995).

Cabe aqui explicitar então a maneira como utilizaremos os dois pares de conceitos acima referidos. Em primeiro lugar precisamos situar pontos cruciais da Teoria das Representações Sociais: as representações sociais compõem “uma ‘atmosfera’ em relação ao indivíduo e ao grupo social” (Moscovici, 2003 p. 55). Ou seja, elas são produzidas porque são essenciais ao nosso tipo de sociedade e segundo esse mesmo autor elas têm como objetivo transformar o não familiar em familiar para dar estabilidade ao grupo. Com efeito, Moscovici assinala à página 60.

“Não é fácil transformar palavras não-familiares, idéias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais”.

Imagine-se o processo numa situação de assentamento rural - famílias elaborando e re-formulando representações sociais para garantir estabilidade e permanência, adaptando-se a uma situação específica.

Daí a necessidade daquele par – ancoragem e objetivação. Com a ancoragem, os sujeitos desenvolvem um “mecanismo” através do qual, idéias

estranhas são reelaboradas, simplificadas, para serem integradas a um contexto familiar. Assim, “colocadas” em um sistema particular de categorias, elas são comparadas aos paradigmas que pareçam apropriados aos indivíduos que compõem o grupo. Em síntese, a “novidade” é classificada e rotulada (recebe um nome – tornando-se familiar).

A objetivação, segundo Moscovici (2003, p. 71) “une a idéia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade”. Ou seja – o que era representação torna-se realidade da representação, adquire concretude. Ocorre então a materialização de uma abstração – para Moscovici, um dos processos mais misteriosos do pensamento e da fala. A representação adquire então Imagem (seu caráter icônico) se estabiliza, cristaliza e solidifica.

Isso não significa que não haja mudança no universo consensual das representações sociais. Pelo contrário, há uma dinâmica com mudanças subsequentes que Moscovici metaforicamente esclarece.

... *“tais mudanças acontecem durante a transmissão de referenciais familiares, que respondem gradualmente ao que foi recentemente aceito, do mesmo modo que o leito do rio é gradualmente modificado pelas águas que correm entre as margens”* (Moscovici, 2003. p. 73)

As diferenças entre o universo consensual e o universo reificado são mais difíceis de explicar, embora mais fáceis de perceber, uma vez que estes dois universos se contrapõem, sendo o primeiro o do senso comum, no qual “brotam” constantemente as representações sociais – universo este onde existe a voz humana e todos podem opinar, discutir, enfim conversar. “Este motivo é profundo” como assinala Moscovici (pg. 51) afinal, diríamos nós, é a base da sociabilidade.

Já o segundo universo, o reificado, está na esfera da ciência, da racionalidade, a esfera na qual somente podem opinar aqueles que adquirem competência. Mas é preciso fazer falar o próprio Moscovici (2003) para compreender exatamente o que queremos estudar.

“Tais categorias de universos consensuais e reificados são próprios de nossa cultura. Em um universo consensual, a sociedade é vista como um universo de pessoas que são iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob o seu auspício. Dessa maneira, presume-se que nenhum membro possua competência exclusiva, mas cada qual pode adquirir toda competência que seja requerida pelas circunstâncias. Sob este aspecto, cada um age como um “amador” responsável, ou como um “observador curioso” nas “frases feitas” e chavões do último século. Na maioria dos locais públicos de encontro, esses políticos amadores, doutores, educadores, sociólogos, astrônomos, etc. podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei.”(p.50)

Discussão de Algumas Representações

Tomamos agora, trechos de entrevistas realizadas com jovens dos assentamentos da região de Araraquara, que desvelam representações sociais importantes para a compreensão das contradições que acompanham o processo de socialização das crianças e dos jovens e para desmistificar os equívocos que brotam da situação.

O jovem D. nos conta como veio para o assentamento.

“Eu tinha... oito para nove anos; hoje eu tenho vinte e seis anos. É uma vida lá, já”.

A sua primeira representação social é de que já passou *“uma vida lá”*.

Colhemos a sua entrevista em uma Universidade Particular, onde cursa matemática. Voltou a morar com os pais no assentamento, após ter morado na cidade por uns tempos. Estudante, solteiro e sem emprego, ninguém ousaria tirá-lo da categoria dos jovens. E observamos que é assim que se autoidentifica. Sua trajetória contraria estereótipos e confirma observações feitas por outros pesquisadores. (Wanderley, 2003)

Aos 18 anos, saiu do assentamento e foi morar com um irmão que já estava em Campinas.

“Eu vou lutar, vou conseguir meus objetivos, porque aqui no assentamento eu não vou ter futuro – minha visão, n/é? (grifos nossos)

Observem o final da frase, em que parece se desculpar – *“minha visão, n/é?”* Ou seja, *“posso estar enganado”*. Estamos diante de uma representação social em busca de ancoragem. O jovem sabe que esta opinião é polêmica. Afinal, seus pais participaram de um movimento de luta pela Terra e o futuro era justamente a terra. Esta representação social ainda não está objetivada para aqueles que participaram deste processo, mas o jovem já teve a sua vivência num circuito urbano e neste espaço, a representação social contrária já está objetivada. Confuso, ele oscila entre duas Representações contrárias, sem ancoragem.

A seqüência discursiva esclarece a hesitação que acaba de manifestar.

“... eu morei dois anos lá, trabalhei e voltei para Araraquara. Ai eu fiquei sabendo de um concurso público que se chamava (...) trabalhar de auxiliar de bombeiro”.

Conta então que o contrato era de dois anos e que o sonho de se efetivar e continuar bombeiro não se realizou. Foi dispensado. Inscreveu-se no Programa Escola da Família e faz graduação em Matemática. Observem agora suas representações quando conta como voltou a morar com os pais no assentamento, confirmando-se ainda mais sua identidade de jovem.

“Quando eu fiquei desempregado aqui, eu juntei minhas coisinhas e fui embora para o assentamento; eu pagava aluguel, pagava água, força, então não dava. Peguei e falei: não vou ficar aqui passando necessidade, eu vou para a

casa de meu pai. (grifos nossos)

Eu até ajudava ele aqui, quando não trabalhava aqui.”

Duas representações sociais estão aí expressas, bem objetivadas e com ancoragens fáceis de localizar. Em primeiro lugar, ele não diz, “vou para o assentamento”; ele diz “*vou para a casa do meu pai*”, o que nos reporta à parábola do filho pródigo. Ele pensou viver longe e parecia ter abandonado a casa paterna. Mas sua representação é tranqüila “*a casa do meu pai*” e ancorada em nosso imaginário social, o qual transmite a idéia de afeto, de portas abertas, do amor, não só paterno, mas principalmente materno. Mas o pai é a autoridade, por isso esta ancoragem quase bíblica. Moscovici diz que uma representação social objetivada é como um ícone. Aí temos o ícone: a casa do pai – quase podemos vê-la.

A segunda representação social importante aí refere-se ao trabalho. Ele diz que ajudava o pai, quando não trabalhava. Aqui estamos na esfera de dois valores indiscutíveis para populações rurais: o valor do trabalho e a piedade filial – ajudar os pais.

“... ele nunca foi de forçar a gente trabalhar, sabe? (...) mas a gente gostava entendeu, era coisa de criança, a gente não ia trabalhar, a gente ia praticamente brincar lá, né? Meu pai plantou numa época melancia. Nossa! deu muita melancia (...) fazia os montes para vender... Chupava, brincava”.

O caráter lúdico do trabalho infantil na zona rural se expressa claramente nesta representação social, objetivada entre as populações ligadas ao mundo rural, cujas ancoragens históricas não são difíceis de localizar².

O confronto entre essas representações, com seu caráter consensual e o universo reificado, que se pretende científico, das marchas mundiais contra o trabalho infantil, precisa ser equacionado. É preciso combater todo e qualquer trabalho infantil quando este se dá na relação com o Capital – já que produz mais-valia e significa exploração e massacre da infância. Mas é preciso que a esfera científica reconheça os valores do trabalho feito livremente dentro da família pela criança, em processo educativo e não de exploração. Muitos estudiosos já reconhecem isso e então temos intersecção entre a esfera consensual e a esfera científica e a compreensão de que as representações sociais nem sempre compõem a ideologia.

Só assim podemos ir desfazendo os equívocos e preconceitos que a mídia contribui para perpetuar e que muitas vezes contaminam pesquisadores, com suas dualidades facilitadoras e perigosas. Assim, é obvio que não cabe ao

² Veja-se a esse respeito Whitaker (2007) (no prelo) aceito para publicação pela Revista de Educação da UESC – Ilhéus.

pesquisador ou técnico afirmar que o jovem gosta ou deixa de gostar da situação de assentado – ou que vai-se embora assim que tiver oportunidade. É preciso dar voz aos atores sociais que se quer compreender e registrar e interpretar suas representações sociais.

Assim, nosso jovem passa agora das lembranças do trabalho infantil para a questão do trabalho no assentamento.

*“Não era trabalhar (**quando criança**). E lá no assentamento ninguém força os filhos a trabalhar. ‘Vai você ser obrigado a trabalhar?’ Não! Eles vão para aventura, é gostoso...”*

Observem a referência prazerosa – quase como se falasse de um lazer. Mas nada é tão idílico. Quando lhe perguntamos se gosta do assentamento, as contradições emergem.

“Ah... eu gosto sabe, assim: gosto de um lado, mas não gosto do outro”.

A contradição entre o gostar e o não gostar do assentamento se expressa claramente, à medida que o jovem explica toda a ânsia de “sair à noite” e as dificuldades de transporte até às cidades próximas “ir para um clube”... “ter uma namorada”... Ou seja, tudo o que qualquer jovem em qualquer espaço deseja: conhecer gente diferente, por exemplo. E então ele completa com muita graça.

“No final de semana, o pessoal da cidade vem para o sítio. - ‘Ah, estou estressado, vou para o sítio desestressar, ver a natureza’. E a gente já está estressado do sítio, a gente quer ir para a cidade ver coisa diferente”.

O trecho acima é expressivo. O jovem, inteligentemente contrapõe dois tipos de representações sociais contrárias, porém, ambas da esfera do consenso. (Aliás, Moscovici adoraria ver um termo da fisiologia e da psicologia “*Stress*”, fazendo parte de um senso comum, ou seja, fazendo parte de um contexto de representações sociais). Mas que consenso é esse que se coloca de forma tão contraditória?

Ora, se brota na cidade, a idéia de que é preciso o retorno à natureza para aliviar as pressões do urbano, por que não sair do campo a idéia de que um pouco de agitação se torna necessária para quebrar a monotonia da vida tranqüila e bucólica que os caracteriza?

Mas as contradições não cessam por aí. A memória dos tempos anteriores ao assentamento também sofre sua dialética específica.

O jovem parece se lembrar de um tempo melhor.

*“Em Minas a gente tinha mini mercado, n/é? Tinha sítio grande lá, tinha gado, então p’ra gente na minha visão, ir para o assentamento não foi muito lucrativo. Foi bom, n/é? Por que aqui a gente tem mais facilidade de educação, lá era mais difícil porque lá em Minas é um Estado mais pobre. Mas para a gente lá mesmo no assentamento não... (**não foi lucrativo**)”.*

O entrevistado estava comparando a situação dos seus pais com a de outros assentados que tiveram mais sucesso. E vejam o dilema de sua

avaliação. Estavam melhor em Minas – tinham mini mercado, sítio e gado – certamente perderam tudo. A ruptura no fluxo de suas vidas é clara. E vir para o assentamento não foi lucrativo, mas foi bom porque “*Aqui tem mais facilidade de Educação*”. Nosso jovem está na Universidade e paradoxalmente, foi o fato de ele ter vindo para um assentamento que lhe propiciou isso. Então “foi bom”. As representações sociais sobre educação escolar são todas marcadas por avaliações positivas e ancoradas nas representações que acompanham a totalidade seja ela no espaço urbano, seja no rural. Ou seja, contrariamente ao que pensam os preconceituosos, o valor dado à escola em qualquer nível é uma constante na zona rural. Aqui não há contradição com a esfera reificada do universo científico.

Esta entrevista é preciosa para desmascarar preconceitos. Com suas mediações e hesitações, o jovem desconstrói sem o saber grande parte do discurso reacionário que afeta a imagem da juventude rural. E inclusive o daqueles que pensam as crianças dos assentamentos como seres em sofrimento.

*“Eu cheguei criança lá no assentamento, então minha adaptação foi fácil... brincar de bola, subir em árvore... Meus irmãos adultos é que tiveram dificuldades”.*³

Mas não se pretende aqui trabalhar com apenas esta entrevista. Toma-se agora uma questão crucial que foi respondida por nove jovens de maneira semelhante. Com essa questão foi possível captar uma representação social solidamente ancorada nas percepções familiares sobre a natureza e perfeitamente objetivada, que merece reflexão sociológica adequada.

A questão em pauta refere-se ao morar em contato com a natureza. A relação amorosa com a natureza foi uma constante no depoimento desses jovens – inclusive em cinco deles que me forneceram redações numa experiência piloto de orientação para o vestibular. Todos afirmaram preferir uma profissão que lhes permita trabalhar em locais abertos, alguns pontuaram mesmo a dificuldade de se imaginarem trabalhando ou vivendo em locais fechados e declarando que após seus estudos, se tiverem que trabalhar na cidade, gostariam de morar nos assentamentos.

Conforme se pode observar, não se coloca mais, ou pelo menos não se deveria colocar, dualisticamente sem mediações, a contraposição entre o rural e o urbano. Afinal, a razão dualista já foi superada nos anos 1970 e os sociólogos rurais imediatamente perceberam que não se pode separar tão facilmente aquilo

³ Em sua Dissertação de Mestrado, Elis Cristina Fiamengue capta, através dos desenhos das crianças a intensa alegria e felicidade que desenvolvem morando nos assentamentos (Fiamengue – 1997)

que o Capitalismo unificou, conforme nos alertou Martins (1976). Ou seja, as fronteiras entre rural e urbano são cada vez mais tênues e os atores sociais que optaram por viver nos assentamentos de Reforma Agrária, possuem uma trajetória cheia de rupturas já que perpassa a vida em cidades de muitos diferentes tamanhos. Aliás, depois das ponderações de José Eli da Veiga (2004), nem sabemos mais se somos tão urbanos como rezam as estatísticas.

É preciso, portanto, compreender o jovem rural nessa complexa teia que une os espaços rurais às pequenas vilas e estas às cidades maiores, teia na qual ele está em constante ir e vir (aliás, um dos direitos fundamentais proclamados pela burguesia, na Revolução Francesa).

Ao invés de nos preocuparmos com o jovem assentado, desejando que ele fique na Terra para confirmar nossos papéis de Intelectuais Orgânicos da Reforma Agrária, é melhor observarmos o fascinante jogo do qual participa, freqüentando clubes e cafés na cidade, aspirando a Universidade, desistindo dela, aspirando novamente, voltando à “casa do pai”. Optando por viver finalmente na cidade e colher os benefícios dos equipamentos urbanos, ou optando por viver em contato com a natureza e respirar um ar mais puro, o que importa é que tenha possibilidade de optar.

A Reforma Agrária é um processo inexorável. Os poderosos conseguem apenas retardá-la, mas há forças históricas que a impulsionam. A juventude é efêmera e o jovem rural, assim como a criança rural, é apenas um dos protagonistas desta grande aventura. Só temos que compreender suas aspirações e necessidades, para criar políticas públicas adequadas às suas opções – principalmente no que se refere à escolaridade. Mas não podemos cobrar deles, uma tarefa que depende de reivindicações do movimento social e de políticas comprometidas com a justiça social.

Referências

ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BASTOS, V.A. *Educação do Campo e Formação Continuada de Professores(as): as contribuições do projeto político-pedagógico*. 2005. 185p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Ribeirão Preto / USP, 2005

BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

CASTRO, E.G. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FIAMENGUE, E.C. *Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 1997. (mimeo)

MACHADO, V. *Estudantes em Assentamentos de Terras: Um Estudo de Aspirações por Educação*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2000. (mimeo)

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANNHEIM, K. Funções das Gerações Novas. In: PEREIRA, L., FORACCHI, M.A. *Educação e Sociedade - Leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978.

MARTINS, J.S. *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*. São Paulo: Hucitec, 1976.

VEIGA, J.E. *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M.N.B. *Vida no Campo e Projetos para o Futuro*. Recife: Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq, 2003.

WHITAKER, D.C.A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

WHITAKER, D.C.A. *Trabalho Infantil e Capitalismo: os paradoxos da Modernidade*. Revista de Educação. UESC – Ilhéus BA, 2007. (no prelo)

WHITAKER, D.C.A., ANTUNIASSI, M.H.R. A Escola Pública Localizada Na Zona Rural: Contribuições Para A Sua Restruturação. In: ANTUNIASSI, M.H.R., DEMARTINE, Z.B.F., GUSMÃO, N.M., VON SIMSON, O.R.M. (Orgs.). *Educação e multiculturalismo: favelados e meninos de rua*. CAMPINAS: Ed. Papirus, Cadernos Cedes, 1994.

WHITAKER, D.C.A., FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: Novos atores e novos espaços sociais no campo. In: WHITAKER, D.C.A., FIAMENGUE, E.C (Orgs.) *Retratos de Assentamentos*. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/UNESP. Ano II, nº. 2, 1995.

WHITAKER, D.C.A., FIAMENGUE, E.C. Crianças em Assentamentos de Reforma Agrária: Um Estudo das Possibilidades de Um Novo Modo de Vida. In: BOTTA FERRANTE, V.L.S. (org.). *Retratos de Assentamentos*. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq. Ano VI, nº. 8, 2000. p. 69-81

WHITAKER D.C.A., ONOFRE, S.A. Orientação para o vestibular: Ensaio sobre uma experiência realizada com jovens rurais. In: MELO-SILVA, L.L. et alli *Arquitetura de uma ocupação*. São Paulo: Vetor, 2003. p. 291-312

WHITAKER D.C.A, ONOFRE, S.A., PAIVA, F.N. *Cursinhos comunitários, esperança e desalento: um estudo de casos em Assentamentos de Reforma Agrária*. Araraquara: Comunicação Apresentada no 34º Encontro Anual do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – USP, 2006.

LAZER, TRABALHO E SUCESSÃO - A JUVENTUDE EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRARIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU/SP

Patrícia de Lima Silva¹
Luís Antonio Barone²

Introdução

O presente artigo é resultado de reflexões originadas de uma pesquisa sobre as práticas e projetos pedagógicos que ocorrem num assentamento do município de Presidente Venceslau/SP (região conhecida como Pontal do Paranapanema). O prosseguimento desta pesquisa levou a se buscar um foco mais específico sobre a participação social do segmento jovem na estruturação desses territórios reformados.

O município de Presidente Venceslau compõe a 10ª Região Administrativa do Estado de SP, tornada referência da luta pela terra e da política de assentamentos a partir da década de 1990, sendo a região do Estado de São Paulo com maior número de assentamentos rurais. Isto se explica pela existência, nesta região, de mais de um milhão de hectares de terras devolutas griladas (LEITE, 1998; FERNANDES, 1996) e pela presença de movimentos sociais fortemente ativos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MAST). Nesse sentido, os assentamentos rurais, experiências novas nos espaços rurais brasileiros, têm uma importância ímpar no contexto geográfico da região.

A população jovem moradora nos assentamentos foi o objeto específico de observação, pois segundo as hipóteses levantadas no projeto, ela poderia revelar as tensões advindas das suas expectativas com relação à formação escolar e profissional e as restrições que sua condição pode significar. Deste modo, os

¹ Licenciada em Geografia na FCT/Unesp – Presidente Prudente. Foi bolsista PIBIC-CNPq entre 2005 e 2006.

² Sociólogo, professor doutor no Depto. Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente.

jovens assentados poderão apresentar expressões de conflito, resistência, recusa ou acomodação, conforme apresentado no projeto “Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência” (FERRANTE, WHITAKER e BARONE, 2004).

Considerações sobre os estudos que tematizam os jovens dos assentamentos rurais

É relativamente recente a preocupação com a juventude moradora nos P.A.s rurais brasileiros. Observações já realizadas mostram que os jovens assentados conjugam em suas aspirações profissionais, atividades de características urbanas com o desejo de permanecer no assentamento (MACHADO, 1999). Tal situação tem a ver com a diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos e com a falta de perspectiva para aqueles que vivem da agricultura familiar.

Castro (2005) salienta que,

Embora se discuta se o recorte desse objeto [“juventude rural”] deva ser etário, geracional, comportamental e/ou a partir de algum contexto histórico, o ponto de partida, em muitos casos, é uma categoria genérica ou, como define Bourdieu (1989:28), uma categoria “pré-contruída”. Parte-se de formulações que pressupõem um consenso sobre a existência de um “jovem” e de uma “juventude”. Esta perspectiva homogeneiza a categoria na busca de construção de um objeto, de um conceito que possa ser paradigma. Talvez, por isso, a pouca precisão que alterna, nos mesmos textos, termos como: “jovem”, “juvenil”, “juventude”, “adolescente”, etc. Wulff (1995) aponta como a percepção sobre juventude como um momento de transição para o mundo adulto, logo sendo incapaz de produzir uma “cultura” própria, limita “juventude” enquanto objeto de análise. “Juventude” é pouco “levado a sério”, tratando-se “jovens” como “adultos em potencial” (CASTRO, 2005; p. 9-10).

As identidades dos jovens rurais estão permeadas pela forte circulação entre diferentes espaços percebidos como “urbanos” e “rurais” e nas relações de autoridade e hierarquia, tanto na família, quanto nas esferas coletivas de organização do assentamento. Essas identidades, segundo Castro (2005), são construídas a partir das imagens recriadas, no imaginário, desses conflituosos universos. Em “um ‘bricolage’ que configura auto-percepções sempre em movimento, através de um diálogo marcado pelo tempo e no espaço” (CASTRO, 2005: 11). Morar no assentamento e circular em diferentes espaços implica constantes negociações quanto a percepções sobre essas diferentes realidades.

“Por outro lado, a circulação constante por espaços urbanos poderia indicar que a atração pela cidade, tendo como consequência a saída do lote e do assentamento, de fato se constituía como uma tendência” (CASTRO, 2005: 12).

A categoria jovem é construída a partir de diferentes registros. Neste sentido, tanto as relações com o assentamento, ou com as outras áreas rurais do entorno, e o próprio sentido do “sair” e “ficar”, precisam ser compreendidas também a partir das relações internas à família, além de outros espaços “dentro” e “fora” do assentamento. (CASTRO, 2005; p. 14).

Um aspecto importante a ser ressaltado é a formulação dos projetos de vida que os jovens realizam. Carneiro (1998) diz que jovem é aquele que se encontra em uma fase de incongruência entre os projetos idealizados e o que é feito na prática. Os projetos, segundo ela, são capazes de fornecer as impressões de como esses indivíduos se colocam diante desse mundo rural, em transformação, cada vez mais próximo da cidade e como imaginam e ilustram o mundo rural e o urbano que darão sentido a seus projetos.

Há uma oscilação, é verdade, entre o que se espera individualmente e o compromisso com a família. Esse antagonismo aparente revelaria o curso da construção de uma nova identidade que teria como base, de um lado, o enraizamento, a família, o espaço das sociabilidades das “sociedades tradicionais” e, de outro, a elaboração de um projeto de melhoria do padrão de vida. Os jovens,

Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem refletidas no espelho da cultura ‘urbana’, ‘moderna’, que lhes surgem como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem. (CARNEIRO, 1998: p. 68).

Quais imagens então, do mundo rural e urbano, que não só ilustraria e daria sentido a esses projetos, mas que levaria esses jovens a saírem do assentamento e a eles retornarem, pela inviabilidade econômica nas cidades - circunstância que na maioria das vezes é vivenciada pelo jovem que busca alternativas num movimento quase cíclico? A pesquisadora já citada afirma que:

Através do contato com jovens de origem urbana, novos valores são adquiridos, mudando substancialmente o padrão de comportamento dos jovens desta geração que passam a incluir em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicos da juventude de classe média urbana (CARNEIRO, 1998: p. 69).

O que está no imaginário desses jovens é algo imprescindível à análise, e algumas questões podem ser fundamentais para se entender os projetos elaborados pela população jovem moradora de assentamentos. Dentre elas: como os assentados vêm os jovens citadinos e por consequência a cidade? Qual é a imagem recriada por eles? E qual o reflexo disso?

Carneiro (1998) coloca ainda que os projetos individuais expressam a ambigüidade característica da situação de convivência entre dois universos culturais. Trazendo isso para o contexto empírico, das observações e conversas com jovens, o reenraizamento e a convivência com as diferentes gerações interferem menos nas escolhas dos jovens. Isso se deve ao declínio e vazio experimentado pelo assentamento estudado (P.A. Primavera – Presidente Venceslau/SP) que revela a impossibilidade de desenvolvimento nos moldes da agricultura familiar tradicional e a revelação de um “sujeito oculto” que, estruturalmente envolvido no capitalismo rentista, põe seu lote para arrendar ou aquele que o vende - prática ilegal nos Assentamentos de Reforma Agrária. (MARTINS, 2003).

O tamanho do lote também parece influenciar nas aspirações e projetos do jovem rural. Os filhos crescem e a família passa a ser polinucleada, os filhos constroem suas próprias casas com o intuito de preservarem a privacidade de seu próprio lar, característica da modernidade. Ou ainda vão para a cidade e tornam mais fácil o caminho daqueles mais jovens que seguirão os mesmos passos. O retorno vai depender do “ritmo de desenvolvimento local e das alternativas que surgirem” (CARNEIRO, 1998; p.70).

Carneiro (1998) ainda destaca que,

(...) quando se considera a atual possibilidade de uma redefinição de identidades deve-se atentar para uma dinâmica que inclui uma diversidade de sistemas simbólicos coexistentes e nem sempre concorrentes. Devido a concomitância dos valores locais com os valores da cidade, há uma reelaboração do sistema de valores local. O jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local. (...) As identidades no meio rural não são mais sustentadas exclusivamente na atividade agrícola. A terra, deixando

de ser meio de produção para se transformar em um bem de consumo, passa a ocupar outro lugar nas preocupações e nos projetos da juventude rural de origem agrícola (CARNEIRO, 1998: p. 72).

Se a juventude rural cria projetos de vida, uma outra abordagem para esse tema é o estudo das aspirações dos pais com relação ao futuro de seus filhos. Num trabalho já clássico sobre agricultura familiar³, um capítulo é dedicado aos projetos que os agricultores acalentam para seus filhos, aspecto que mais interessa a essa pesquisa e que, segundo Stanek indicaria “a situação global da sociedade na qual vivem [esses agricultores], assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram”(LAMARCHE, 1993: 119). O autor constatou que “o universo dos possíveis inspira, na maior parte dos casos, objetivos realistas e impõe limites às aspirações de ascensão social” (p. 120) e ainda que “existe sempre uma distância entre o plano das preferências e o da realidade” (p. 125).

O autor traz ainda uma discussão sobre as questões de sucessão e a autoridade do pai na hierarquia familiar, enfocando o papel desse chefe na tomada de decisões sobre os destinos da família. Ao lado disso, os filhos podem, muitas vezes se encontrarem “amarrados” aos estabelecimentos agrícolas, “seja porque suas famílias não podem lhes proporcionar a educação adequada a seus projetos, seja simplesmente porque não há empregos não agrícolas que eles possam ocupar” (p. 132), ou ainda pela impossibilidade do pai em continuar o trabalho, tendo o filho que assumir a responsabilidade de tocar a propriedade. Há outros casos, porém, onde existe êxodo importante, no qual os pais aparecem estimulando a “fuga”, vendo nesta saída a solução às dificuldades da dinâmica produtiva que a agricultura familiar enfrenta no atual período.

A pesquisa realizada em Presidente Venceslau revelou que um dos motivos que fazem os jovens sair do Assentamento é a falta de perspectiva de melhoria de vida e a busca de alternativas. No que se refere a este fato, Castro (2005) salienta que,

Nos discursos dos adultos, o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, onde a sua própria condição de trabalhador do meio rural aparece em posição de inferioridade. Isto é, aciona-se imagens e construções do “homem do campo” associado à “atraso”, falta de opção,

³ O livro “A agricultura familiar: comparação internacional” é fruto de um levantamento de dados sobre aspectos que envolvem a agricultura familiar em suas diferentes dimensões. Foi uma pesquisa desenvolvida no final da década de 1980 e teve como base de estudos algumas regiões de cinco países: França, Canadá, Polônia, Tunísia e Brasil (cf. Lamarche, 1995).

falta de escolha, opção para quem não é inteligente. A partir da definição classe object em Bourdieu (1977), pode-se afirmar que essa seria a reprodução de uma construção dominante no universo urbano (p. 19-20).

No caso estudado percebeu-se, não só uma intensa circulação dos “jovens” em função do trabalho externo e da escola, como também estratégias da família para reorganizar o trabalho familiar para tornar isso possível. O trabalho urbano é valorizado pela renda, pois é difícil o retorno financeiro da produção no assentamento. O estudo está mais associado a imagens de mobilidade social. Mas entre estudar e trabalhar na cidade é este último aspecto que pode marcar “uma ruptura temporária ou definitiva”, já que o estudo não impede o trabalho familiar (CASTRO, 2005).

A juventude, como segmento estratégico nesse possível projeto, convive com a uma situação indefinida, sair ou ficar. O reconhecimento da conquista da terra, empreendida pelos pais, entrelaça-se com o que falta de perspectivas concretas de trabalho e renda no lote; o ideal urbano se mistura com a realidade de estigma, experimentado desde a experiência escolar vivida na cidade.

A descrição dos “sonhos” dos filhos dos assentados, em alguns casos, parece apontar para um desejo de ruptura, no futuro, com o lote e com o assentamento. Já o seu trabalho externo pode promover uma ruptura de fato. Ainda assim alguns “jovens”, principalmente rapazes aproximam o “sonho” “de fora” com o desejo de permanecer no lote (CASTRO, 2005; p. 24).

Castro (2005) destaca, contudo, que a “saída” dos “jovens” do assentamento nem sempre é definitiva, na maioria dos casos se verifica uma permanência dos laços. “Apesar de se perceber a posição que os “jovens” ocupam neste espaço, o próprio dilema ‘ficar e sair’ nos remete à análise de ‘jovem rural’ como uma categoria social pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (p. 28).

A autora salienta também, que há quase um abismo

[...] entre o “futuro sonhado” e a realidade vivida. Esses “jovens” tendem a manter, buscar ou só conseguir a inserção em trabalhos externos ao lote que não demandem uma qualificação específica ou formal. Mas para além das limitações impostas pelo contexto econômico e social em que vivem, esses muitos “sonhos” descortinam a complexidade do “perfil” dos “jovens”. A multiplicidade de interesses não caminha em uma única direção, ao contrário, ora se aproximam, ora se distanciam do “mundo rural”, apresentando diferentes formas de rupturas e continuidades. Trazem, mais no discurso do que na prática, construções diferentes sobre a relação entre mundo urbano e

rural, ou mais precisamente, carreiras consideradas urbanas e os valores fruto da socialização nesse meio rural. Não se observa a ênfase no tensionamento “ficar e sair”. A vivência pela circulação e socialização em espaços considerados urbanos e rurais aparecem como o somatório de possibilidades e “sonhos” no campo do desejo, ainda que a realidade possa construir outros caminhos (p. 24-25).

Para os jovens assentados, notadamente aqueles distantes da ação do MST (a maioria, diga-se de passagem), a busca por constituir projetos coletivos encontra-se bloqueada. Individualmente, no entanto, mas sem abandonar a possibilidade de ação coletiva, esses sujeitos revelam grande mobilidade e um potencial enorme de transformar a Reforma Agrária, ao transformar suas próprias vidas,

(...) Conflitos entre os sonhos e a realidade vividos por esses “jovens” e o paradoxo “ficar e sair” do discurso dos pais são expressões de processos de mudanças que operam tanto no sentido amplo – nas relações econômicas e sociais que envolvem o mundo agrário brasileiro, e naquela região específica – quanto em uma maior atuação do indivíduo, principalmente dos chamados “jovens”, nas relações em família, na comunidade e nos universos rurais e urbanos. No entanto, essa percepção não deve ser lida como um processo de “individualização inerente à modernização” – como em Beck, 1992 (apud Jentch e Bunett, 2000). Ao contrário, as mudanças apontadas tanto no discurso, quanto nas práticas que envolvem pais e filhos, “jovens” e “velhos”, em Eldorado e nas demais áreas estudadas, estão ancoradas em antigas e novas redes sociais. E as “escolhas” que procuram equacionar os desejos e as inserções no mundo real, não estão apartadas desse “tempo social”, dos processos históricos que convergiram para a atual situação vivida por esses “jovens”. Neste sentido, a própria categoria “jovem” é construída e acionada, nessa e a partir dessa realidade, que muda constantemente, mas que mantém laços de continuidade, expressas, por exemplo, nas relações familiares e nas atitudes com a terra (CASTRO, 2005; p. 30).

Por fim,

a “cobrança” da permanência e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema, e no âmbito das políticas públicas – deve problematizar esse olhar que percebe no “jovem” o ator heróico da transformação social (CASTRO, 2005, p. 34).

A juventude rural nos P.A.s de Presidente Venceslau/SP

O dilema “sair” ou “ficar” experimentado pelos jovens do PA Primavera, revela mais o ser/estar (condicional) de uma fase da vida, a juventude, do que uma pré-definição que expressaria apenas uma identidade relacionada ao espaço vivido desses sujeitos. O rural já não é mais o rural enquanto conceito ou definição primeiras. O espaço, enquanto categoria, de tanto ser preenchida historicamente, tornou-se a própria história (MOREIRA, 1999). Quando se fala nesse espaço (assentamento Primavera) se fala, portanto, da história da Reforma Agrária, da luta, da conquista da terra e o não reconhecimento pelos seus jovens, sem perfil militante ou assistências quaisquer.

A esses jovens está colocada uma nova realidade: a aproximação, em ritmo estonteante, entre campo e cidade que faz com que o elaborar de projetos para o futuro pareça mais que necessário e atormentante, embora, alguns deles, acreditem não ter muitas alternativas. A passagem de um relato, de um garoto (Miguel, 16 anos, 2ª série Ensino Médio), expressa esse aspecto. Quando respondendo sobre suas perspectivas, diz: “depois de terminar o estudo não ‘vira’ mais ficar no assentamento”. O que se há de fazer? É uma pergunta ainda sem resposta.

A falta de qualificação é um dos aspectos que fazem com que futuro incerto para alguns jovens, do PA Primavera, signifique buscar outros espaços, diferentes e alheios, o que, em alguns casos, significa mais tarde, o retorno à casa, mesmo que seja até encontrar um outro emprego. “Muitos jovens que se formaram o ano passado já foram embora”. Foi a resposta do mesmo garoto, quando perguntei-lhe sobre Samirão, outro jovem do assentamento que (assim como outros) tinha ido para a cidade, mas acabou voltando e estava trabalhando no assentamento.

Faz-se necessário resgatar a história desse garoto, pois essa revela elementos importantes para a compreensão do processo de ressocialização dessa população, e das mudanças colocadas aos jovens rurais como uma escolha: ir ou não para a cidade.

O jovem de 19 anos (Samirão) está cursando o 3º Colegial na EE Antonio Marinho de Carvalho Filho. No Assentamento mora com a mãe e irmãos (primos considerados irmãos e um irmão realmente). No seu lote é produzido um tipo de ração específica para o gado. O que me pareceu bastante interessante foi o fato de sua família ter três casas alugadas na cidade e a mãe ter comprado mais uma, com a renda da venda de metade de seu lote a um de seus filhos, e ter pretensões de morar na cidade. Perguntei como foi a adaptação ao Assentamento e ele me respondeu que foi muito difícil. Veio da cidade da Presidente Epitácio, onde um dos irmãos ainda residem. Destacou como uma

das maiores dificuldades encontrada ao morar no assentamento é o isolamento dos colegas deixados na cidade, mas que com o passar do tempo e a construção de laços de amizade no Assentamento fizeram com que este sentimento se esvaísse um pouco. O fato de seu irmão morar na cidade de Presidente Epitácio, assim como de muitas outras famílias conhecidas, faz como aumente a intensidade de usos dos serviços e equipamentos que são oferecidos na cidade. O que se prova pelo próprio depoimento do garoto que no dia seguinte iria para a cidade do irmão assistir a um show. Saindo da escola indo para o show e depois posaria na casa do irmão retornando para casa (PA Primavera) só no dia seguinte. “Samirão” não pretende sair do assentamento, gostaria mesmo de continuar lá e desenvolver seu lote implantando horta a partir de irrigação “que nem na Denise” (um dos lotes, assim como o da Vera, tidos como modelo para os outros assentados, fato que já havia percebido a partir da fala do Seu Luis em outro trabalho de campo). Aproveitei a oportunidade para perguntar o que os jovens do assentamento faziam para se divertir nos finais de semana? O jovem respondeu que de vez em quando jogavam bola ou visitavam amigos e “assavam uma carniinha”, mas nada, além disso, segundo ele “não tem nada a mais para se fazer no assentamento” (Diário de Campo, junho 2005).

O cotidiano de Miguel, outro jovem entrevistado, não difere da vida de Samirão e muitos outros garotos da mesma idade. Todos os dias, como ajuda do irmão, Michel, tira o leite. Não existem feriados ou finais de semanas de folga. Sua diversão quando não vai a escola é praticar montaria em boi. Prática que aponta para o lazer como atividade, incluída no cotidiano do trato com o gado. A experiência do “lazer” se confunde com o trabalho no lote. Uma passagem do Diário de Campo (2006) demonstra esse aspecto:

Num Domingo, alguns garotos pegaram sete bezerros de um vizinho, para praticar a montaria. No caminho alguns deles atolaram, por conta das fortes chuvas que têm castigado as estradas, outros, ainda, não seguiram e quando conseguiram chegar a casa dos amigos Thiago e Thiago - onde têm um espaço adequado para essa atividade - já era noite caída, o jeito foi seguir para casa e no dia seguinte levar os bois de volta. (Diário de Campo, 2006).

No imaginário dos jovens agentes da pesquisa, a cidade é um lugar de “conforto” e que desperta encantamentos, uma ruptura com a paisagem monótona do assentamento, expressando uma relação direta com as mudanças na cidade. As mudanças no campo são, comparativamente, mais lentas. A cidade precisa manter todos os equipamentos funcionando de forma que não se interrompa o fluxo de pessoas, mercadorias e capitais. Diferentemente da situação de abandono dos assentamentos. A interdição das estradas devido às

fortes chuvas, por exemplo, motivo de mobilização constante da população do PA Primavera, não é encarado pelo poder público municipal motivo de preocupação urgente - fato que se comprova pela demora na solução do problema, que arrasta desde 2003.

No PA Primavera tem-se instalada apenas uma escola de Ensino Infantil e Fundamental, EMEFEI “Dalva Ferreira Melo”. Após a conclusão desse ciclo, a continuação dos estudos significa uma mudança drástica de ambiente, pois os alunos vão para uma escola da cidade (EE Antônio Marinho). Num registro de trabalho de campo, uma garotinha de 10 anos disse que gostava muito de estudar na cidade principalmente por andar de ônibus, assim como para outro, da mesma idade, ficar sentado em um banco de ônibus quatro horas por dia (tempo gasto com o trajeto de ir e voltar da escola) não parece ser um problema. Esses jovens, embora não sejam da faixa etária/objeto de estudo, revelam a construção do imaginário do mundo juvenil rural no momento (5ª. Série do Ensino Fundamental) em que se inicia, de uma forma impactante, a construção de um tipo de relação com a cidade e com o urbano.

Um elemento importantíssimo para a pesquisa é a trajetória das famílias e dos jovens do Assentamento. Isso porque a implantação do PA Primavera não se encontra muito distante no tempo. O que significa dizer que os jovens entre 15 e 27 anos do Assentamento passaram por um processo de forte ressocialização. Alguns vinham de experiências no campo, outros na cidade. Enfim, “carregam” uma bagagem que revela as contradições e as diferenças de projetos realizados pelos trabalhadores rurais. A esse respeito coloca-se uma passagem do diário de campo que tenta traçar a história de vida de um garoto, suas experiências e direcionamentos futuros:

***Fabício** (17 anos. 2ª série do Ensino Médio). Mora com o pai, mãe e outros irmãos. A família possui uma casa em Presidente Epitácio, onde morou por algum tempo. Contou-me sua experiência de morar sozinho no Assentamento e tocar o gado quando seus pais trabalhavam na cidade e retornavam somente aos sábados para o lote. O garoto tem planos de mudar para Epitácio no meio desse ano, arrumar um trabalho terminar os estudos e fazer faculdade de Desenho industrial. Vai passar o carnaval em Epitácio, perguntei se iria com a família disse-me: “vou sozinho, lá eu encontro os amigos” (Diário de Campo, 2006).*

O próprio PA Primavera têm em sua história de estruturação uma relação de intensificação da dependência com a cidade, são aproximadamente 20 km que separam os espaços. O plantio de pequenas lavouras e horta não são atividades recorrentes nos lotes dessas famílias. A cidade fornece praticamente todos os produtos consumidos pelas famílias. A compra de mantimentos é

realizada uma vez ao mês e é um evento que mobiliza a família inteira (Diário de Campo, 2006).

Entre aqueles que desejam “ficar” no Assentamento, tem-se Thiago, 17 anos. 3ª série do Ensino Médio, importante agente da pesquisa, que reside com o pai, mãe e irmão. O lote da família é tido como modelo para os outros assentados. É o segundo ano que produzem, no lote, pepinos que têm como destino o Mc Donald’s. Além da horta, que fornece verduras para o assentamento e para a cidade.

Transcreve-se, abaixo, passagens de alguns relatos de Thiago, contidos no Diário de Campo da pesquisa.

Perguntei o que Thiago iria fazer depois que se formasse e disse-me que nada. Márcia (sua namorada), muito falante, revelou que a mãe do jovem gostaria que ele fizesse algum curso, mas que ele não queria. Sobre “ficar” ou sair, disse-me: “Depende”, e em tom de brincadeira completou: “se for para criar gado”? Ele e Márcia, confirmando o “esvaziamento” do assentamento, ainda brincaram que Thiago poderia comprar outros lotes e “tudo viraria fazenda de novo”(…) “Vixi, aí eu ia para cidade só pra passear no shopping”, diz Thiago. Depois ainda conversaram sobre as famílias que possivelmente sairiam do assentamento. Seu ‘sonho’ não pareceu muito realizável, seu vizinhos estavam na lista daqueles que não deixariam o assentamento. Teria que se contentar com os 20 hectares do lote da mãe e do pai a ser dividido com o irmão mais novo (Diário de Campo, 2006).

Nessa passagem aparecem algumas das principais questões levantadas pela pesquisa entre elas: sucessão, lazer e trabalho. Thiago, jovem forte, é responsável junto com a mãe pelo lote da família. O pai trabalha em uma fazenda não muito próxima ao Assentamento, retornando para casa apenas nos finais de semana. O garoto tinha um cronograma semanal de atividades que não poderiam deixar de serem realizadas diariamente. O irmão mais novo, embora seja reconhecido como um jovem do campo, parece não ter, ou não querer ter, as mesmas responsabilidades do irmão. Em trabalho de campo, foi registrado um episódio revelador desta relação intra-familiar. Thiago foi para a cidade montando à cavalo ficando lá dois ou três dias, sem se preocupar com o irmão que teria que fazer todas as tarefas divididas entre eles. Nesse núcleo familiar, parece já se ter desenhado como se dará a sucessão familiar do lote e a participação individual de cada membro neste processo. Um aspecto deve ser ressaltado, estes irmãos são de uma família “bem sucedida” do Assentamento, tendo mais facilidade, inclusive, de transitar entre os espaços diversos da cidade - o que poderia explicar o aparecimento do shopping enquanto um importante espaço, já vivido e a ser vivido pelo jovem.

O irmão de Thiago não parece estar preocupado como isso. A questão da sucessão aparece para ele como um impedimento a um “sair”, possível desejo do jovem, já de antemão brecado. Em trabalho de campo, Márcia revelou que Thiago sentia uma espécie de favorecimento da mãe em relação ao seu irmão, que não trabalha mas terá direito ao assentamento.

A passagem permite discutir as aspirações dos pais em relação ao futuro de seus filhos. Denise, mãe de Thiago gostaria que seus filhos continuassem estudando, senão fazendo uma faculdade quem sabe alguns cursos que os qualificariam para o mercado de trabalho - preocupação natural em meio a uma crise já percebida (*O que será desse assentamento daqui 25 anos*, pergunta Denise).

A aparente “crise” se dá, no entanto, muito mais por uma percepção de “esvaziamento” que apontaria para uma reorganização dos espaços e das redes de sociabilidade. A mobilidade é algo que parece estar presente na realidade dos assentamentos rurais de Presidente Venceslau. O que é revelado, em um relato da coordenadora da escola do PA Primavera ao caracterizar as famílias, dos assentamentos em que deu aula, de “nômades”, o que segundo ela extrapolaria o espaço limite entre o assentamento e o que compreende o rural como todo.

O shopping, a realidade da “vida de vaqueiro” de “gados magros” em “terra de nelore mocho”, trazem questões sobre a nova realidade do rural das últimas décadas e a modernidade trazida pelo avanço do capitalismo no campo, que continuam apontando para as indicações de José de Souza Martins em “O cativo da Terra”. Os assentamentos, são realmente “realidades díspares, “combinantes” ou que se “sobrepõem” aos diversos espaços rurais? E como pensar a ressocialização em espaços “novos”, como os assentamentos?

A realidade na cidade, aparentemente o lugar do “conforto”, se revela, no entanto, tão dura quanto no assentamento. Não esqueçamos da própria condição e instituições sociais que, estão aí, colocadas. O problema de Marcelo (outro jovem estudado), não era somente a falta de perspectiva de promoção social, trabalho ou estudo, mas, sobretudo, a vida amorosa. Estava sentindo-se velho e preocupado em não conseguir se casar. Morou em Dourados (MS), trabalhando numa fábrica. A frustração profissional veio junto com a amorosa, segundo sua irmã (Márcia, tornada importante informante). Nnum relato colhido em trabalho de campo ela diz: “*o serviço era muito e o dinheiro pouco*”, o que o fez procurar emprego numa gráfica que, mas tarde fecharia, forçando o jovem a voltar para a casa dos pais até que conseguisse um outro trabalho. O ex-marido de Márcia arrumou um emprego para ele num criatório de peixe em outro município. Márcia destacou ainda um aspecto da vida de Marcelo, a religião. Segundo ela, o irmão havia mudado muito “*depois que entrou para a Congregação*”, uma esperança de encontrar uma companheira.

A preocupação com o casamento é mais forte nas mulheres jovens, mas, como observado acima, está na cabeça dos garotos também. Como registrado em Diário de Campo:

Anderson, garoto de 19 anos, parou de estudar na 5ª série. [...] disse que só voltaria a estudar se fosse para fazer supletivo. O que é impossível morando e trabalhando na fazenda, já que a escola do PA Primavera não oferece esse curso, teria que ir a cidade, mas não há transporte no período noturno. A impressão que tive de nossa conversa é que Anderson está querendo se casar. E como o relato de Jenefer dava pistas namorar e casar-se também é uma prática lazer. O que as pessoas fazem nos finais de semanas? Aqueles que estudam ajudam os pais no lote e visitam a namorada. Os que não estudam, trabalham durante toda a semana e nos finais de semana também visitam as namoradas e noivas ou ainda cuidam da casa e da família (Diário de Campo da pesquisa, 2006).

Márcia também deixa isso bastante evidente. As coisas não mudam muito. O que muda é quem está namorando quem. Quem se separou, quem está traindo quem. Essa realidade faz-se, porém, mais freqüente entre as jovens mulheres do assentamento. Empregos? Apenas esporádicos de diarista em um casa ou plantação/colheita de algodão. Para esse gênero, a trama social se dá diretamente pela concepção católica e machista de família. A própria Márcia sofre com o fato de ter, segundo ela, “errado” no passado engravidando sem antes casar-se. Junta-se a isso os canais de comunicação estabelecidos entre os jovens, que fazem com que todos saibam de tudo o que acontece no universo particular de cada família.

O “lazer” para os rapazes se encontra no seu próprio universo de trabalho. Não havendo como não se pensar na divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais. Em último trabalho de campo registrou-se a prática da montaria em bezerros como atual atividade de “lazer”.

Anderson disse que “[...] ele assim como outros jovens do assentamento estavam praticando montaria, e que sua intenção era concorrer em rodeios e que já tinha planos de se inscrever em um que está para acontecer entre os próximos meses” (Diário de Campo da pesquisa, 2006).

O “evento” da montaria se revela como um aglutinador de pessoas. Vão no improvisado “rodeio” não só os jovens, mas suas famílias. Um registro do Diário de Campo descreve bem essa situação:

[...] Depois de terminado o trabalho Thiego e Michel foram buscar os bois no vizinho. Apareceram por lá Dora, seus filhos e o marido, Dionísio e alguns filhos (incluindo aqueles que montam) e jovens que estão sempre por lá: Anderson e seu irmão, Fernando e Lucas (estão trabalhando para Denise) e outros. Logo caiu a noite e os garotos improvisaram lâmpadas e começaram [...]

Dora fez um comentário bastante interessante disse para Márcia o que mais os garotos iriam inventar. Antes era laçaria, andavam laçando. Agora era montar em boi. Fiquei pensando sobre isso. Na ausência do fazer algo diferente do que já se faz-se o de costume com outro objetivo é mover a história junto com o tempo (Diário de Campo da pesquisa, 2006).

Considerações Finais

Os trabalhos de campo mostraram que a imagem da cidade recriada pelos jovens corresponde à própria definição dicotômica do que venha a ser o conceito de campo e cidade, ou seja, a cidade contraposta ao assentamento. A cidade oferece possibilidades não encontradas no assentamento: fazer com o tempo livre o que a criatividade individual quiser e a estrutura urbana possa oferecer.

Na cidade, o jovem supõe encontrar oportunidades para o desenvolvimento de seu potencial. No entanto, registra-se junto com a saída, o retorno dessa juventude para o assentamento. A situação dos adolescentes do PA Primavera que vão estudar na cidade dá pistas para a compreensão deste intrincado processo. A pesquisa registrou forte estigma com a população estudantil oriunda dos assentamentos. Na fala de professores e dirigentes escolares o adolescente assentado (ou “sem-terra”, nas palavras desses agentes) é protagonista de vícios e situações de subalternidade, coisas que se mostraram muito mais parte de um discurso ideológico contrário à Reforma Agrária, que uma situação empírica recorrente.

Abordando os aspectos culturais, a falta de lazer é uma realidade e um aspecto negativo. O trabalho de campo realizado no feriado do carnaval revelou as incongruências e as necessidades de intervenções no sentido de dotar o Assentamento de equipamentos que de fato tragam novas possibilidades de lazer para a população assentada e, sobretudo, aos jovens. O carnaval não pareceu algo esperado ou que despertasse necessidades especiais de fruição para a maioria dos jovens. Há trabalho que precisa ser feito todos os dias - tirar leite, por exemplo - e não existem feriados ou finais de semanas de folga quando o ciclo agropecuário está no pico.

O lazer, por sua vez, é experimentado de outra forma. Na maioria das vezes, fica por conta da criatividade dos jovens. A atividade atual praticada pelos jovens, do sexo masculino é a montaria em bois. Esse lazer revela a

necessidade de uma discussão de gênero, pois as mulheres encontram-se excluídas desse processo.

A escola tem passado por momentos difíceis no PA Primavera. Houve um grande esvaziamento, há poucos alunos, falta merenda e funcionários. A situação tem levado a que o Poder Municipal, com a assessoria da UNESP, projete uma mudança de uso para as instalações escolares. Será mantida a escola fundamental, mas propõe-se a criação de um centro cultural, que inclua toda a comunidade (especialmente os jovens).

A elaboração de projetos com vistas à integração da comunidade aos processos educacionais realizados na escola se faz urgente. Isso porque entendemos que a gestão da escola por parte da comunidade – única conhecedora das demandas reais - seja, senão o único, o melhor caminho para a efetivação da escola EMEFEI Dalva Ferreira Melo enquanto centro aglutinador das relações sócio-espaciais, e mais, para que sua estrutura gigantesca, que poderia atender de várias formas os moradores, não seja comparada ao mito do elefante branco.

O esvaziamento da escola, a partir da omissão governamental, reflete na postura que a comunidade, infelizmente, tem assumido. Assim a juventude tem deixado o espaço escolar – esvaziando também o curso de Agricultura familiar, em desenvolvimento no assentamento. A possibilidade de aglutinação desse segmento, via estabelecimento escolar, atualmente não existe, pois nem o poder público (Prefeitura), nem as lideranças da comunidade (no geral pouco ativas), investem nesse caminho. A atuação da UNESP, num projeto a ser implementado futuramente pode vir a ser um elemento diferencial nesse contexto pouco estimulante.

Referências

CARNEIRO, Maria José. O Ideal Rurbano: Campo e Cidade no Imaginário de Jovens Rurais. In.: TEIXIERA DA SILVA, F. C.; SANTOS, COSTA, L. F. C. Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

FERNANDES, B. M. MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L. A. Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência (Projeto de Auxílio Integrado – CNPq. Araraquara/Presidente Prudente: UNIARA/FCL-UNESP/FCT-UNESP, 2004.

LAMARCHE, H. (org.) Agricultura Familiar (Vols. I e II). Campinas, EdUnicamp, 1995-1997.

LEITE, J. F. A Ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.

MACHADO, V. Estudante em Assentamentos de Terras: um estudo de aspirações por educação. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP/FCL/Araraquara, 1999.

MOREIRA, Ruy. O paradigma e a ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista). In.: Ciência Geográfica. V. (13). Bauru, 1999.

CASTRO, E. G. O paradoxo 'ficar' e 'sair': caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B. e ALY Jr., O. Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos (balanço de 20 anos). Araraquara/São Paulo, Uniara/Incrá, 2005.

A PRESENÇA DO MST E DA COCAMP NOS ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA¹

Vanilde Ferreira de Souza²
Sonia M. P. P. Bergamasco³

Introdução

A agricultura familiar no Brasil apesar de ter ocupado um lugar secundário nas políticas agrícolas, persistiu e é atualmente um setor de grande importância social e econômica para o país, possuindo um papel de extrema relevância nos debates sobre a reforma agrária.

No Estado de São Paulo, apesar da agricultura altamente modernizada e industrializada, a agricultura familiar faz parte da paisagem rural e, muitas vezes, esse tipo de agricultura é representada pelos assentamentos rurais. Desta forma, esse Estado configura-se no cenário de programas de reforma agrária, uma vez que conta com 167 projetos de assentamentos rurais, acolhendo 10.049 famílias em uma área total de 220.411,82 ha, com uma área agrícola total de 163.620,57 ha (Fundação Itesp, dez. 2005).

A constituição destes assentamentos foi resultado das lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações dos trabalhadores rurais, compreendemos as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem-terras, que vão desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc. Afinal, a transformação do

¹ Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora intitulada: Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.

² Profa. Dra. Universidade Estadual de Maringá – UEM. e-mail: vanilde@yahoo.com

³ Profa. Titular Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. e-mail: sonia@agr.unicamp.br

latifúndio em assentamento rural é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico. Em vista disso, as políticas públicas para este setor não nascem apenas do interesse do Estado, mas, sobretudo, da organização desses trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

As famílias assentadas possuem estratégias com as quais se organizam de maneira a permitir sua permanência na terra. Diante disso, essas famílias optam por participar de organizações como cooperativas, associações, ou mesmo unindo-se com parentes e/ou vizinhos mais próximos. A organização pressupõe confiança mútua e reciprocidade entre os atores envolvidos. A confiança é um dos valores que constituem o capital social, que por sua vez não é apenas um atributo cultural, passado de geração em geração; o capital social pode ser criado, por meio de fortes organizações que indiquem aos indivíduos alternativas às convenções ditadas pela sociedade. Também não é simplesmente um novo termo para falar da organização de trabalhadores; é, antes de tudo, o estabelecimento de relações entre pessoas e grupos sociais cujos interesses comuns nem sempre se evidenciam. Assim sendo, sua construção exige uma ação voluntária e coordenada (ABRAMOVAY, 1998).

O diagnóstico dos procedimentos das organizações e instituições deve partir da análise dos seus propósitos. Apesar de, numa determinada localidade, haver a ocorrência de diversas organizações cujas linhas de atuação possam ser diferentes, elas possuem um ponto em comum, qual seja, a promoção do interesse comum dos seus membros. Desta forma, os indivíduos se reúnem em um grupo com o objetivo de promoção do interesse coletivo.

Nesse sentido, foram identificadas diferentes formas de organizações e instituições nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, localizados no Pontal do Paranapanema. Apresentamos aqui duas organizações que possuem uma importância muito grande para os assentados, são elas, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema).

A influência mais presente: o MST

As ocupações das Fazendas São Bento e Santa Clara ocorreram por meio da organização dos trabalhadores rurais sem-terra através do MST, sendo que este chegou à região do Pontal no início da década de 1990. Tal acontecimento foi observado nas lembranças das lideranças desses dois assentamentos, que ao narrarem suas histórias de vida apresentavam, com riqueza de detalhes, a chegada do Movimento nessa região.

“O Movimento vem pro Pontal em 90. Ele faz a primeira ocupação em 90, aqui já tinha a luta pela terra, já tinha uma movimentação, e o MST se instala, várias lideranças de outros cantos do país são remanejadas pra vim fazer esse trabalho no Pontal, essas pessoas forma então um corpo orgânico ao MST, elas começa a desenvolver um trabalho e lá no norte, no noroeste do Paraná eles encontram ainda muita gente com fortes raízes com a terra, apesar de já estar na cidade, e é o meu caso e o caso de uma enormidade de gente, que ele sai recém da, da roça, vão pra cidade, tão naquela fase de perca da identidade, ela ainda não tá totalmente perdida, ela ainda tá em processar essa, essa fase porque aquela fase que ele não se define como urbano, nem como rural e é a fase mais crítica né, a perca da identidade, isso é complicado a perca da identidade né.⁴

O tempo de acampamento é bastante significativo, uma vez que é durante esse período que ocorre uma maior participação dos indivíduos, pois todos possuem o mesmo objetivo, qual seja, o de conseguir a terra. Assim, participar do acampamento é decorrência de decisões adotadas a partir de desejos e de interesses, com a função de transformação da realidade (FERNANDES, 2000).

Na fase do acampamento algumas instituições e organizações se fazem presentes e de acordo com o grau de envolvimento elas serão consideradas pelos assentados significantes ou não no decorrer dessa fase. Assim, durante a fase de acampamento, tanto os assentados do assentamento São Bento, quanto os do assentamento Santa Clara/Che Guevara declararam que a organização de maior importância foi o MST, pois foi por meio das ações desse Movimento que houve pressão sobre o governo estadual para a desapropriação da área ocupada. O grau de confiança nesse Movimento social é bastante evidente nos dois assentamentos, chegando a 85% da amostra pesquisada no assentamento São Bento e 70% no assentamento Santa Clara/Che Guevara.

Um fato que chama a atenção era que na época de acampados os jornais regionais persistiam em dizer que os responsáveis pelas ocupações eram integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ignorando o fato de que os sem-terra pudessem se organizar e formar um movimento autônomo. Claro que houve a participação dessas instituições durante o processo de constituição dos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Entretanto, nesse momento, existia também uma outra organização atuando nesse processo e apenas mais tarde houve o reconhecimento da presença do Movimento Sem Terra no acampamento. A

⁴ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

aceitação da presença do MST está vinculada à figura de líderes e não do contingente de pessoas que formavam o Movimento. Nesse sentido, os jornais da época, negavam as práticas de pessoas comuns através de sua autonomia e organização (BORGES, 2004).

Um acampamento é a genuína cidade de barracos de lona, sendo um modo de luta amplamente difundida pelo MST combinando três objetivos, que são educar e manter mobilizada a base sem-terra; comover a opinião pública para a causa da luta pela terra e, por último, pressionar as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária. Mesmo acampados, os sem-terra praticam outras ações combinadas de luta, como audiências, atos públicos, caminhadas, breves acampamentos em locais públicos nas cidades. (CALDART, 2000).

“O Movimento é um grupo de pessoas que vão ter que coordenar as ações e as ações de mobilização pra, pra reivindicar. Na época do acampamento, nós tava acampado e o Movimento se articulava com a sociedade pra cobrar o assentamento das famílias, que aqui é uma região grande de áreas pública né.”⁵

A organização interna do acampamento ocorre, inicialmente, com a formação dos núcleos de base, terminologia herdada a partir das ações da CPT, os quais são compostos, normalmente, por dez a trinta famílias de acordo com o critério de proximidade delas, ou seja, seguindo o critério de procedência do mesmo município. Com a formação do grande acampamento União da Vitória, a organização da infraestrutura se deu a partir da composição de 48 grupos tendo cada um entre 30 a 100 famílias.

Entre os militantes do MST é comum ouvir o termo “organicidade”, que significa “*a relação que deve ter uma área de atuação do movimento com outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana*” (BOGO, 1999, p. 131). Assim, de acordo com a narração de um assentado, o acampamento funcionava através da seguinte lógica:

“Essa questão de grupo no, no acampamento, como tudo era novo, naquela época acampamento era uma questão nova, então existia uma, tinha que ter uma forma de organicidade, porque você imagina você ter aí acampamento, que nem igual tinha aqui de quinhentas, seiscentas, mil famílias, como é que você vai coordená isso né? Quem falava com quem? Tinha que dividi isso em setores, porque senão, se acontece alguém que tava doente lá,

⁵ Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

quem é que ia corrê atrás, ia ser todo mundo? Ah sei lá, segurança, vários setores que tinha, educação, quem é que ia mexer? Então criava esses setores simplesmente para facilitar o problema de trabalho. Na verdade você criava uma cidade, um acampamento criava uma cidade, você tinha que criá nesse acampamento uma estrutura de uma cidade, é como uma prefeitura, tinha que ser pensado como uma prefeitura, tem secretário disso, daquilo, daquilo, como é que o prefeito vai saber, o médico vai saber onde é que tá os problema? Vivia no acampamento, morava no acampamento, e vivia, então tinha que criar essa organicidade né, e isso era formado conforme a capacidade de cada um. Ah, eu conheço de ervas, então você vai cuidar de ervas e vai fazer tratamento com ervas, ah eu conheço um pouco de educação, então você vai gerenciar a educação.”⁶

Segundo Caldart (2000), nos núcleos são organizados os principais serviços, havendo uma divisão de tarefas, dessa forma são formados os vários setores dentro do acampamento para facilitar o dia a dia dos acampados, como: o setor de alimentação, educação, saúde, higiene, religião, produção, finanças, lazer. Em cada um desses setores há o seu respectivo coordenador e as equipes de trabalho, que são responsáveis pelas tarefas e se reúnem regularmente para avaliar e planejar as atividades. Nos acampamentos existe também uma coordenação geral, a qual tem a responsabilidade de dar unidade ao trabalho das diversas equipes, como encaminhar as lutas, negociar com o governo e se relacionar com a sociedade. O órgão máximo de decisão do acampamento é a assembléia geral das famílias acampadas, que costuma se reunir periodicamente. A organização do acampamento está ainda bastante presente nas lembranças dos assentados, como podemos observar através do relato de um deles.

“Funciona assim, por exemplo, primeiro, no começo tem uma coordenação que era geral né, depois cada grupo tinha um coordenador. O coordenador era, que nem eu era o coordenador, do grupo tinha o coordenador de, por exemplo de segurança, tinha o coordenador de saúde, tinha de limpeza, de trabalho, tinha de tudo. Cada parte tinha um coordenador, de educação, de religião. Eu era coordenador do grupo. Agora quem sempre que reunia mais era só o coordenador mais e o, os quatro coordenador que era da (coordenação), geral né. Aí discutia os problema, aí quando tinha um problema, por exemplo, assim na parte de segurança aí aquele coordenador de segurança ia e passava pras família de como que ia fazê. Todo, todo acampamento funciona assim, até

⁶ Entrevista, Sr. V. M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

hoje. Então tem os coordenadores do grupo e nos grupo tem os coordenadores do tipo de serviço. E o coordenador geral, mais assim do acampamento, era quatro né, quatro, aí tinha os coordenador que era os outro, que era o, o, que era os militante, o geralzão né.”⁷

Quando o acampamento União da Vitória foi formado, devido ao grande número de acampados, a sua organização foi realmente pensada como sendo uma cidade, a chamada “cidade de lona preta”. Desta forma, nesse novo acampamento foi montada uma infra-estrutura que abrangia os vários setores do Movimento. Nesse sentido, esse grande acampamento contava com uma farmácia, duas escolas, uma secretaria, um tanque para abastecimento de água, um tanque para abastecimento de óleo diesel e uma oficina mecânica que funcionava dentro de uma pequena propriedade localizada ao lado do acampamento (FERNANDES, 1994).

A organização do Movimento é norteada por alguns princípios que são a democracia, a participação de todos os envolvidos no processo decisório, a divisão das tarefas e a direção coletiva. Assim, de forma geral o acampamento se sustenta através do trabalho dos acampados, da contribuição daqueles que já estão assentados, da solidariedade de pessoas e entidades e dos recursos obtidos junto ao governo.

Através de uma visão pedagógica, Caldart (2000) acredita que o acampamento pode ser visto como um espaço de socialização dos sem-terra, que passarão a viver durante um período significativo de suas vidas em uma coletividade, onde as regras e o funcionamento foram eles próprios que ajudaram a construir. O rompimento do isolamento, torna-se o primeiro passo para seguir o caminho de uma vida próxima dos outros por meio da coletividade. Assim, no acampamento o indivíduo passa daquilo que se chama de “ética do indivíduo” para uma “ética comunitária”.

“(…) um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é a solidariedade⁸, exatamente o valor que fundamenta o valor da ética comunitária.” (CALDART, 2000, p.116)

Valores como a solidariedade procuram transformar o ser humano em autêntico agente da própria existência, conquistando uma nova identidade política, social, moral e de caráter (BOGO, 1999). A solidariedade, a confiança, o companheirismo, a reciprocidade, entre outros valores, não se perdem quando

⁷ Entrevista, Sr. J.M.S., Assentamento São Bento, 2005.

⁸ Grifo da autora.

essas pessoas passam da condição de acampados para assentados, pelo contrário, muitas vezes através do cotidiano tais valores são fortalecidos, pois o acampamento é a forma inicial de aproximação e socialização desses trabalhadores sem-terra, a qual se revelará mais forte no assentamento, já que a terra conquistada surge como base de nova socialização (FABRINI, 2002). Em vista disso, percebemos que o capital social vai se formando quando as pessoas ainda estão acampadas.

A cooperativa dos assentados – Cocamp

Como a participação política dos assentados está relacionada aos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento, a cooperativa criada pelo MST para garantir a sustentação produtiva e política dos assentamentos do Pontal do Paranapanema foi a Cocamp - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal, fundada em 1998. Como o próprio nome sugere, esse tipo de cooperativa se dedica basicamente à comercialização (organização do processo de compra e venda de insumos, da produção de bens de consumo para os associados); além disso, há também o trabalho de assistência técnica, de organização da produção e da implantação de unidades de processamento (MST, 1997).

A Cocamp é uma cooperativa regional e por isso envolve, não apenas os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, como também os vários existentes na região do Pontal. Segundo dados fornecidos pela secretaria da cooperativa, na sua fundação ela contava com 200 associados, mas atualmente a Cocamp possui em seu quadro 2.471 associados.

No início de suas atividades a Cocamp apontava para uma perspectiva bastante impactante, pois com a construção de seu parque agroindustrial, abrangendo laticínio, despoldadora de frutas e farinheira, os assentados certamente viram nela uma oportunidade para a comercialização da sua produção, além da possibilidade de aquisição de insumos necessários ao processo produtivo. Porém, devido aos inúmeros problemas enfrentados por essa cooperativa, que vão desde a má gestão até a falta de recursos para completar seu parque agroindustrial, atualmente os associados pertencentes aos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara acreditam que ela não está desempenhando um papel importante em suas vidas, sendo alvo de várias críticas.

“Eu sou fundador daquilo lá (Cocamp). A Cooperativa era pro povo né que era mais fácil, que nem pra fazê benefício, então fundaram a Cocamp né, mas só afundou mesmo né, cada dia tá afundando mais né. O que ela deu é pra afundá o nome da gente porque nós não tem mais chance de limpá o nome

mais né. O povo que nós tem lá dentro não é competente de fazê alguma coisa pra nós.”⁹

Muitas vezes, as críticas à Cocamp referem-se à sua administração. Para muitos assentados a diretoria da Cocamp pouco faz para resolver os problemas da Cooperativa. Por outro lado, caso a Cocamp consiga resolver seus problemas ela terá um papel extremamente relevante na vida dos assentados.

“Ela veio pra atendê às necessidades do assentado né que no geral de, de tudo, aqui pra nós se desse certo seria muito importante ter uma cooperativa que fosse nossa. Eu acho que tá tendo muita dificuldade né, pra trabalhá na cooperativa, até mesmo porque quando foi fundada tinha muita falta de experiência né, tudo, eu acho que tem muita dificuldade de trabalhá com o assentado. E hoje não tá sendo bom o serviço, é devido as dificuldade né, tudo. É importante pros assentado, isso aí é sem dúvida porque daí não existe é os atravessador né, se é alguma coisa que funciona que dá certinho tudo, aí não tem atravessador. A gente vai entregá nosso produto ali, também pode comprar, que nem veneno tudo, semente tudo que tiver ali, pra nós seria bom.”¹⁰

A importância que a Cocamp teria, caso estivesse em pleno funcionamento, vai além de atender as necessidades de comercialização e aquisição de insumos para os assentados. Essa cooperativa tendo sido criada por meio de uma estratégia de fortalecimento do MST na região possui também um papel significativo para o desenvolvimento da região. Isso pode ser registrado na fala de um de seus técnicos, que atualmente trabalha para a Cooperativa Central dos Assentados (CCA):

“Ela tem importância estratégica pra região? Tem, mas se, só vai ter isso e ela só vai funcionar mesmo, só vai dar certo se tiver política pública pra isso. Se o governo ver a reforma agrária como uma política pública, como essas indústrias podem gerar tanto emprego né, no campo, como na cidade, né que pode gerar, porque vai gerar, por exemplo a Cocamp, ela funcionando, ela gerava diretamente uns cento e cinquenta empregos, só ali em Teodoro Sampaio. (...) Então pra uma região pobre como essa, tem importância muito grande.”¹¹

Apesar do MST estimular as mais variadas formas de associativismo

⁹ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

¹⁰ Entrevista, Sra. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005.

¹¹ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

nos assentamentos, para o Movimento as cooperativas ainda são a principal forma de organização econômica, social e política, pois considera que cooperação é o mesmo que cooperativa, ou se estabelece por meio dela (CONCRAB, 1999). O estímulo proporcionado pelo MST para a filiação dos assentados à Cocamp fez com que a quase totalidade dos assentados da São Bento e Santa Clara/Che Guevara tornassem associados da cooperativa.

De acordo com dados fornecidos pela Cocamp, percebemos que a grande maioria dos assentados é associada a essa cooperativa. Quando essa cooperativa foi fundada houve realmente uma mobilização, tanto por parte do MST, quanto pelos assentados, para que esses trabalhassem de forma organizada através da Cocamp. Com o passar do tempo, os assentados foram adquirindo alguns benefícios por meio dessa cooperativa, como financiamentos para a compra de tratores, para investimentos na produção, entre outros. Devido a frustrações nas safras, liberação tardia dos créditos, muitos assentados não conseguiram liquidar suas dívidas. Assim, a permanência desses associados junto à cooperativa pode estar relacionada a esse fato, ou seja, estando eles inadimplentes não poderiam se dissociar da Cocamp.¹²

“Ó investimento de abacaxi foi pra assentado, custeio de mandioca foi pra assentado, investimento de maracujá foi pra assentado, o custeio de milho foi pra assentado, o custeio de algodão pra assentado, dívida de farinheira pra Cocamp, dívida de três caminhão, da Cocamp, aquisição de micro-usina de leite, Cocamp, construção de vinte e cinco tanque de piscicultura, Cocamp, conjunto de irrigação, assentado, porque a Cocamp repassou pros assentado, dois caminhões é da Cocamp, investimento de café, assentado, complexo agroindustrial, Cocamp. Cinquenta tratores, que foram cinco milhões duzentos e noventa mil é dos assentados, foram tudo repassados pros assentados, e eles renegociaram a dívida, é foi vencido, renegociaram o ano passado (2004), daqui a três anos é que vence a primeira parcela, aí cada parcela eles têm um rebate pra pagar.”¹³

Por outro lado, apesar da alta taxa de inadimplência, esses mesmos assentados podem também ter permanecido associados por acreditarem que essa cooperativa tem a possibilidade de se reerguer assim que completar as

¹² A Cocamp possui, se contado todo o financiamento adquirido pelos assentados, mais o seu próprio financiamento que engloba a construção do parque industrial, aquisição de caminhões e tanques de piscicultura, uma dívida de mais de quinze milhões de reais. Contudo, separando a dívida dos assentados da dívida da Cocamp com o Governo Federal, essa última deve a quantia de R\$ 5.565.863,47. Essa dívida seria paga com o funcionamento do complexo agroindustrial, porém isso não foi possível e ela está sendo renegociada com o Governo Federal (Informações cedidas pelo Sr. J.X.A., técnico da Cocamp).

¹³ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

obras para o término de seu parque agroindustrial e colocar em prática todos os seus objetivos iniciais.

“O que eu espero da Cocamp é que um dia ela beneficie esse trabalhador. Que um dia o trabalhador tenha onde ponhá a sua mercadoria e ela tenha aquela responsabilidade pra podê conduzir essa mercadoria do sitio pra dentro da Cocamp. É isso que eu espero dela ainda.”¹⁴

Observa-se que no tempo presente existem muitas dificuldades das cooperativas, na esfera do mercado, para garantir sua sobrevivência, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que, muitas vezes não contam com o apoio do poder público (Estado) diferentemente do que ocorre com outros empreendimentos capitalistas privados (FABRINI, 2002).

“Esse sistema no momento em que as cooperativas estão em crise as tradicionais, aquelas grandes cooperativas, imagina as nossas, que não tem nenhuma política, ou melhor do que isso, nenhuma vontade política de fazer políticas públicas pra essas cooperativas nossas, mas tem coisas boas que foi extraído desse processo.”¹⁵

Desta forma, a Cocamp não é uma exceção dentro do sistema capitalista, porém, a questão da organização dos assentamentos do Pontal do Paranapanema está sendo repensada pelo Movimento, que se antes acreditava que uma grande cooperativa seria a forma mais adequada para o desenvolvimento dos assentamentos, nos dias atuais parece que esse pensamento não é mais o predominante.

“E hoje, o que é que a CCA tá fazendo? O próprio Movimento, a Cocamp, eles reavaliaram isso. Eles acreditam hoje, eles acreditam que erraram estrategicamente né, poderiam ter feito pequenas unidades, poderiam ter trabalhado essa questão das associações né menores, ter trabalhado os grupos coletivos menores entendeu, pra poder chegar numa coisa maior, eles têm essa avaliação. É tanto que hoje eles incentivam a formação de outras cooperativas, de outras associações, de núcleos organizados, ou seja registrado, ou seja oficial, ou parcerias, então que se organize coletivamente, eles têm essa avaliação. (...) Não importa se seja uma associação, não importa se seja uma cooperativa, não importa se seja um núcleo não oficial, núcleos dentro dos assentamentos. O que importa é que eles sejam mobilizados coletivamente.”¹⁶

¹⁴ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

¹⁵ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

¹⁶ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

É claro que muitas vezes o desejo do Movimento se contrapõe com o dos assentados, pois alguns deles não gostariam de trabalhar com associação ou cooperativa, isto significa que muitas vezes o sonho do trabalho coletivo é mais da militância do que dos próprios assentados, pois estes têm o sonho de trabalhar com a família, na sua terra e nela retirarem o seu sustento (BORGES, 2004). Tal fato poderia nos indicar a não presença de capital social, entretanto, por outro lado, os assentados também acreditam que sozinhos dificilmente conseguirão alcançar determinados objetivos e dessa forma seguem para o caminho do associativismo, do cooperativismo ou ambos, como pode ser demonstrado através da fala de um dos assentados.

“No início foi feito assim que, que seria melhor né. Foi falado que seria melhor a gente tá numa cooperativa pra vim uma via de financiamento melhor né, porque individual é mais difícil sair o financiamento né, então o povo montá uma associação, uma cooperativa é mais fáci conseguir o crédito, é mais fácil né.”¹⁷

Essa união, se num primeiro momento foi realizada por um estímulo econômico, com o passar do tempo pode desencadear um processo mais voltado para questões sociais, possibilitando um maior envolvimento das pessoas, o que conseqüentemente irá fortalecer os laços entre elas. Tais laços são fortalecidos quando é registrada a presença de alguns valores como amizade, confiança, reciprocidade. Tais valores constituem o que denominamos de capital social, nesse sentido a Cocamp possui um papel muito importante para fortalecer esses sentimentos.

Considerações Finais

Observamos que nos assentamentos existe um processo de formação do capital social, processo este construído a partir das relações estabelecidas entre os assentados quando estes ainda estavam na fase de acampamento. Assim, essas pessoas quando acampadas, através de valores como a reciprocidade, a confiança, a solidariedade, foram formando suas redes de relações e à medida que essas redes se fortaleciam tais valores solidificavam-se. No momento em que passaram a ser assentadas e a conviverem próximas umas das outras, ou seja, à medida que o grupo do acampamento é perpetuado no assentamento, essas pessoas, já portadoras de elementos que constituem o capital social (como confiança, solidariedade, reciprocidade, ajuda mútua) têm a oportunidade de potencializar tais elementos nas práticas do dia a dia.

¹⁷ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

A associação dos assentados junto à Cocamp é massiva, porém a participação ativa dos mesmos em suas atividades é ainda pouco significativa. Apesar disso, caso essa cooperativa supere os obstáculos presentes, principalmente no que diz respeito ao funcionamento de seu parque agroindustrial, os assentados voltariam a crer na sua atuação junto a eles. Tal fato nos aponta para a permanência de elementos que formam o capital social, como a confiança, uma vez que a maioria dos assentados tem o conhecimento das dificuldades por ela enfrentadas.

Acreditamos que nos assentamentos pesquisados existe uma formação do capital social. O fortalecimento desse tipo de capital ocorrerá a partir da promoção dos elementos que o constituem ocorrendo, sobretudo, por meio das relações sociais estabelecidas entre os atores envolvidos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Capital social: cinco proposições sobre o desenvolvimento rural. In: **II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica “A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável”**. São Luis, 1998, 16 p.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP**. 2004. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis. 459 f.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL - CONCRAB. **Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. São Paulo, 1999.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. In: **Terra Livre**. n. 19, ano 18, p. 75-94, São Paulo, jul/dez, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST no estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 **Anais...**, CD-Rom.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS “JOSÉ GOMES DA SILVA” DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lista de Comunidades Atendidas. Dezembro, 2005.

MST. Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 5. São Paulo, 1997.

SOCIABILIDADE E REFORMA AGRÁRIA: UMA QUESTÃO EM DEBATE

Thauana Paiva de Souza Gomes¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

I-Esclarecimentos sobre o tema pesquisado

Este artigo é ocorrência de um ciclo de estudos do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural³, que vem desenvolvendo há 20 anos suas pesquisas nos assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara. Nas reuniões do grupo pudemos discutir problemas concernentes aos assentamentos rurais sob inúmeros enfoques, dados à formação multidisciplinar do grupo.

Esta multiplicidade de óticas tem nos ajudado a deixar o preconceito de lado e enriquecer nossa compreensão a respeito da importância da terra e da luta daqueles que desejam nela permanecer. Identificamos ainda a riqueza de detalhes trazida pelas preciosas anotações de nossos diários de campo.

Através destes diários vem sendo possível descobrir e redescobrir situações cotidianas que muitas vezes, nos pareceram ultrapassadas ou esquecidas, situações estas que nos fazem pensar a respeito das pequenas coisas que envolvem a vida em família, a natureza e a relação com o outro.

Nos trabalhos de campo, nossas anotações foram sendo preenchidas com conversas agradáveis, com cafezinhos ou pedidos para companhia na hora do almoço que passaram a direcionar nossa abordagem sobre os principais problemas destes assentamentos, e nos fazer prestar atenção no descaso por parte do poder público e agentes ligados à estrutura latifundiária da terra. Esta

¹ Graduada em Ciências Sociais na Unesp/Araraquara e pesquisadora do grupo Nupedor.

² Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

³ O núcleo de pesquisa é vinculado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e o Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação da UNESP-CAR. Contamos ainda com o financiamento do CNPq para desenvolver o projeto "Poder Local e Assentamentos Rurais expressões de conflito, acomodação e resistência" no qual cada integrante do grupo desenvolve um eixo temático.

trajetória vem nos permitindo aprofundar os caminhos metodológicos de acompanhamento dos assentamentos e conhecer as relações do dia a dia destes espaços.

A partir da experiência no grupo ressuscitou o interesse para entender os anseios dos assentados em relação à vida cotidiana, no sentido mais restrito da palavra, ou seja, como as relações de sociabilidade vêm acontecendo nos espaços comunitários, religiosos, de lazer, dado que tais experiências se realizam cercadas por projetos agroindustriais o que pode, sem dúvidas, provocar interferências nas relações de conflito e de solidariedade nos assentamentos. Vale lembrar que os projetos agroindustriais de que falamos estão ligados a grandes empresas agrícolas que se instalaram no interior paulista, e têm como destaque à produção de cana e suco de laranja.

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar algo inédito no histórico de pesquisa com assentamentos rurais, mas, mostrar que após 21 anos de experiências de Projetos de Assentamentos- “P.A.s” na região de Araraquara, os conflitos em torno da terra ganharam outras dimensões, e pouco foi feito em relação à sociabilidade nos espaços comunitários. Procuraremos desta forma, discorrer sobre este tema, colocando as experiências compartilhadas com os assentados, bem como suas opiniões, reivindicações e exigências junto ao poder público. Pretende-se ainda, destacar os espaços comunitários, para entender se os mesmos guardam alguma especificidade face às expectativas urbanas, como um dos eixos do presente artigo.

II-A sociabilidade: fragmentos do debate teórico

Para analisar as relações de sociabilidade entre os assentados é preciso, antes de tudo, pontuar as condições que nos fizeram procurar respostas a partir deste referencial e não de outros. O sociólogo Durkheim, em suas obras, já sinalizava que o homem é um ser essencialmente social. Na sua tese de doutorado “Da divisão do trabalho social”, o tema central discutido é a relação entre o ser e a coletividade. Para entender como o ser se constitui em sociedade, o autor discute duas formas de solidariedade. Para ele a solidariedade é analisada como forma de entendimento dos acontecimentos sociais, ou seja, dos fatos sociais⁴.

Segundo o autor citado, a identidade entre membros de uma mesma coletividade provoca uma solidariedade por semelhança, pois reconhecem algo

⁴ Para Durkheim fato social é “a exterioridade em relação às consciências individuais. Ou ainda a ação coercitiva que exerce ou suscetível de exercer sobre estas mesmas consciências” (1973 p.98).

em comum no outro. Assim ao aduzir que membros de uma mesma coletividade se assemelham porque tem os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos como sagrados, ele reafirma esta identidade entre os membros (DURKHEIM, 1983).

Isto significa que a partir desta identidade podem ser constatados na sociedade dois tipos de solidariedades, a orgânica e a mecânica. Para as sociedades nas qual a solidariedade mecânica é dominante, a origem individual se estabelece no grupo, ou seja, a consciência coletiva abrange a maior parte da existência individual, sendo que, quanto maior a consciência coletiva, maior será a indignação contra a violação do imperativo social (DURKHEIM, 1983). Ou seja, os membros se sentem obrigatoriamente envolvidos entre si e violar a ordem social, econômica ou política estabelecida seria o mesmo que se colocar contra o grupo. Podemos perceber esta questão na fala de um assentado entrevistado: “na cidade isto não acontece, quando a gente veio para cá estranhamos porque aqui não tem isso, lá é cada um por si, aqui a gente apesar de todos os problemas se ajuda” (Caderno de campo 28/03/06)⁵.

É importante destacar ainda, que nos assentamentos há sinais de mudança desta solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. Melhor explicado inicialmente, o assentamento tinha como proposto uma gestão coletiva que envolvesse todo o grupo, depois foi se fragmentando por razões várias, desde a pouca tradição deste local até as diferenças na relação com o modo de vida, que foram dando lugar à individualização do grupo.

Por outro lado, na solidariedade orgânica existe uma diferenciação dos indivíduos, ou seja, a diferenciação acontece no sentido de que cada um dos indivíduos possui uma função própria, uma individualização, o que significa cada participante desta sociedade passa a ter uma vida própria independente das razões, dos sentidos e dos preceitos coletivos. Neste caso, existe uma redução da esfera da existência que cobre a consciência coletiva ocorrendo um enfraquecimento das relações que envolvem a violação do imperativo social.

Esta diferenciação entre as duas solidariedades acontece quando ocorre um desenvolvimento avançado na divisão do trabalho social. Assim a solidariedade mecânica passa a dar lugar à solidariedade orgânica. A partir do entendimento destes dois tipos de solidariedade, Émile Durkheim mostra como a consciência coletiva só existe em virtude dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais. Ou melhor, a consciência coletiva é o conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade (DURKHEIM,

⁵ Todas as referências aos cadernos de campo, feitas neste artigo, das falas de assentados serão colocadas através de pseudônimos para preservar a identidade dos entrevistados.

1983). E a consciência coletiva somente tem sentido na sociedade, que é o estar com o outro através de vínculos e impulsos ou de propósitos ligados aos conteúdos e interesses materiais ou individuais de cada um.

Na realidade dos assentamentos podemos perceber a importância deste vínculo nas festas juninas em que desde a preparação das mesmas até o dia da festa é período de pura troca de sentimentos individuais e conteúdos materiais com todo grupo o que permite aflorar a satisfação coletiva

Para discutir este vínculo e a satisfação que este processo oferece aos participantes, Simmel reconhece este fenômeno como sendo a sociabilidade. Para ele a sociabilidade é exatamente o conjunto no qual as associações entre os membros proporcionam um sentimento de bem estar, que não pode ser individual, mas coletivo, tendo como objetivo dar aos outros e receber deles prazer (SIMMEL, 1997).

Podemos relacionar este sentido de satisfação com a necessidade percebida nos assentamentos de troca e reciprocidade, no que diz respeito às relações íntimas entre os participantes da sociedade, seja entre vizinhos ou mesmo entre parentes que trocam favores. A troca de favores se faz pelas necessidades materiais e simbólicas que caracterizam o próprio grupo social; dar um alimento ao vizinho é ao mesmo tempo reciprocidade e garantia de doação no futuro, em sentido mais amplo, significa esperar a retribuição pelo ato solidário.

A questão de reciprocidade de dar, receber e retribuir é, para o antropólogo Marcel Mauss, um sistema de direitos pelos quais se cria um regime social e todas as coisas trocadas são transmissão de entrega, tudo se passa como se houvesse uma troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre grupos e os indivíduos, repartidos entre as classes, os sexos e as gerações (MAUSS, 1990).

Nos assentamentos, as formas de trocas estão neste sistema social, os quais influenciam, por condições simbólicas e materiais, a própria permanência dos indivíduos nos projetos de Reforma Agrária. A sociabilidade neste local parece conter características únicas que somente têm contexto se os indivíduos estiverem ligados de alguma forma entre si. E que tem suas características específicas em cada assentamento.

Para entender e analisar o cotidiano neste ambiente rural achamos essencial buscarmos a trajetória histórica dos assentamentos, já que para compreender as reivindicações dos moradores em relação à sociabilidade é preciso entender os recentes acontecimentos ligados ao passado destes processos sociais.

III-Histórico do Assentamento Bela Vista do Chibarro.



Foto I – Menino jogando água na rua da agrovila do assentamento Bela Vista.

Estamos em uma área nacionalmente conhecida como região de alto dinamismo do agronegócio, encontrando empresas produtoras de álcool e suco de laranja. Trata-se, portanto, da região de Araraquara, que se encontra em um ponto estratégico no estado de São Paulo, cortada por inúmeras rodovias e estradas de ferro, como sugerida no mapa 1. Sendo ainda uma cidade que comporta a maior empresa exportadora de suco brasileiro e as áreas com maior concentração de plantação de cana do país. Uma área determinada pela mídia nacional como Califórnia Brasileira, título que rendeu inúmeros problemas para a região. Como nos lembra Ferrante:

“essas duas atividades, juntas, dão o tônus do desenvolvimento econômico regional e formam o pilar de sustentação desta ‘Califórnia Brasileira’, título que só envaidece os privilegiados moradores desse rico interior paulista” (2005, p.5).



Mapa 1-localização de Araraquara no Estado de São Paulo.

Contrastando com este tnus de riqueza, notou-se a intensificação da exploração de mão-de-obra rural, categoria esta pouco lembrada, pela média nacional, que foi alvo de violência e exploração na região citada. O assentamento no qual pesquisamos, teve uma trajetória marcada por alguns períodos determinados que trataremos a seguir.

A região em que se encontra o Bela Vista  a que está no Mapa 2 na região norte - Araraquara. Sua história se inicia nas antigas terras da Usina Tamoio. Em 1905, as terras pertenciam  família Morganti e contemplavam as áreas da Usina Tamoio constituída por uma sede industrial e pelas seguintes seções: Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'gua, Bela Vista, Aparecida e Andes, num total de 5.046.795 alqueires. Após este período precisamente abril de 1969, as terras e a usina foram vendidas para o grupo Silva Gordo, quando inicia-se e o processo de decadncia⁶.



Mapa 2 – Regiões com Assentamentos no Estado de São Paulo.

⁶ Para saber mais sobre a histórico da fazenda Tamoio ver: STETTER, E. A . “ A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?” Dissertação.FCL Unesp de Araraquara, 2000. E CIRES, A.C.R. “O assentamento Bela Vista em outros tempos:Usina Tamoio- vida, trabalho e lutas”. Dissertação FCL Unesp de Araraquara, 1993.

No entanto, desde a década de 60 com a fundação dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais começava uma trajetória de lutas por melhores condições de trabalho na região. Mas somente em 1982, com a mobilização dos trabalhadores da usina Tamoio que se passou a discutir, de fato, a possibilidade de Reforma Agrária nestas terras. Como nos lembra Caires: “acirrada a crise nos anos seguintes, em 1982, após um longo processo de lutas dos trabalhadores e moradores que ainda continuavam em seu território, teve suas atividades totalmente paralisadas” (1993, p.5).

Estes empregados rurais junto ao Sindicato, a partir da paralisação das atividades da usina Tamoio, passaram a mobilizar-se para que as terras fossem distribuídas como restituição das dívidas trabalhistas, ou seja, “o assentamento Bela Vista do Chibarro foi constituído graças á luta do Sindicato de Trabalhadores Rurais que, após a falência da Usina Tamoio, exigiu como ressarcimento das dívidas trabalhistas a desapropriação das terras” (GOMES, 2005, p.4). Ressalta-se, entretanto que este processo não foi conduzido apenas por ex-trabalhadores da Usina Tamoio, ocorrendo a participação de outros trabalhadores oriundos de outras localidades.

Atualmente o assentamento Bela Vista do Chibarro possui em torno de 176 lotes com famílias assentadas, número que aumentou devido à agregação de famílias às já existentes, a casamentos entre assentados e a chegada de outras pessoas para estas áreas. O assentamento Monte Alegre possui um contexto econômico e político parecido com o assentamento Bela Vista, porém com características específicas da luta dos trabalhadores rurais com o governo do Estado.

VI-A Fazenda Monte Alegre torna-se terra de Reforma Agrária.



**Foto I. Mãe e filho na produção de doces.
assentamento Monte Alegre.**



Foto II. Família do

O primeiro assentamento ou núcleo a ser constituído na fazenda Monte Alegre ocorreu em 1985, nas terras de propriedade da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) que era administrada pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). Junto com o Sindicato, os trabalhadores rurais encabeçaram uma ocupação da fazenda, mesmo com o despejo previsto. A pressão surtiu efeito e, após semanas de ocupação, parte das terras foram cedidas para os sem-terra, destinadas a 32 famílias.

Nesta data, ainda outro grupo de trabalhadores rurais ocupava o Horto Guarani. Sofrendo despejo violento por parte da polícia, o mesmo grupo se instalou na rodovia de Pradópolis-Jaboticabal, como forma de pressionar o governo do Estado para liberar as terras. A liberação de mais uma área na Fazenda Monte Alegre não tardou e estas famílias que estavam acampadas na rodovia, previamente cadastradas pelo sindicato, foram dirigidas para o recém formado núcleo II.

No assentamento III a ocupação deveria ser feita pelas famílias que já possuísem cadastro na Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (SEAF). No entanto, muitas se viram impossibilitadas. Pois um grupo de famílias oriundas de Guariba ocuparam as terras primeiro. Esse problema foi resolvido com a transferência das famílias de Guariba para outra área da fazenda e pela ocupação do núcleo III pelas pessoas cadastradas.

Já o núcleo IV foi constituído com as 62 famílias vindas de Guariba, que haviam se instalado no Núcleo III e foram redirecionadas para esta área por orientação do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O núcleo V foi cedido apenas em 1991 depois de muita pressão e luta de um grupo que já estava acampado no interior desta fazenda desde 1988 (contemplando 32 famílias).

Após um período de seis anos, a fazenda voltou a ser invadida por 250 famílias que ocuparam uma sexta parte da área das terras que antes eram da FEPASA. Depois de algumas negociações dos trabalhadores rurais com o governo do Estado, 179 famílias foram deslocadas e assentadas para os núcleos já existentes.

Não terminado o loteamento dos núcleos, mais 8 famílias ocuparam uma área de 94 ha localizada na área onde se tornaria o núcleo VI. Esta área, no entanto, estava cedida a um consórcio intermunicipal de 9 prefeituras, entre elas a de Araraquara, Matão, Motuca, destinada ao plantio de soja para produção de leite usado na merenda escolar destas cidades. Mas o consórcio foi suspenso apenas em 1999 e as terras foram devolvidas ao governo do Estado somente em 2002. Finalmente, em outubro deste mesmo ano, as famílias ocupantes foram assentadas.

Atualmente, a Fazenda Monte Alegre possui em torno de 358 famílias, algumas deixaram os lotes, outras se estabeleceram. Outras, ainda, instalaram-se nas agrovilas com a esperança de conseguir um lote, número que passa a ser difícil computar já que muitos lotes vendidos ainda estão com o cadastro daquelas pessoas que deixaram o assentamento. Vale lembrar, igualmente, que este número de famílias aumentou por agregação de parentes às famílias assentadas, como filhos, tios, cunhados dentre outros.

Este ano o grupo está fazendo uma nova avaliação destes assentados, através de um questionário que avalia os rumos da experiência da Reforma Agrária na região araquarense. Com base, portanto, nestes estudos e nos anos de pesquisa do Nupedor, levantaremos questões ainda não respondidas pelo poder público aos assentados, seus questionamentos e exigências não contempladas após 21 anos de Projetos de Assentamentos. Para isso, faremos uma análise das respostas sobre sociabilidade e as reivindicações para melhora dos espaços comunitários.

V - Sobre os espaços comunitários de sociabilidade no assentamento

A proposta de analisar os espaços de sociabilidade veio por uma própria demanda percebida nos assentamentos. A cada ida a campo, as informações colhidas nos indicavam o caminho a ser percorrido neste artigo. No período de seis meses fizemos um trabalho exaustivo de mapear e atualizar nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, através de questionários, o perfil dos assentados. Este trabalho foi importante, pois nos mostrou quem devíamos procurar e a demanda de estudos sobre alguns aspectos. No quadro 1 podemos observar o número de famílias de cada núcleo e o domínio das terras de cada assentamento.

Quadro 1 – número total de famílias nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	dez/89	176	Federal
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	88	Estadual
7 Assentamentos			534 Famílias	

Quadro 2 - O que poderia ser melhorado em relação à sociabilidade.

O que poderia melhorar neste sentido?	Construção de praça	Baile no Clube	Espaços de lazer comunitário	Igreja	Não soube responder	Espor te	Total
Bela Vista	0	6	5	0	2	0	13
Monte Alegre	5	8	12	1	9	4	38

De acordo com o quadro-2, podemos perceber que poucos assentados entrevistados não tiveram um posicionamento em relação à sociabilidade, ao reivindicar algum espaço comunitário ou de lazer.

Quadro 3 -Festas que toda a comunidade participa.

Existem festa que toda comunidade participa no assentamento?	SIM	NÃO	TOTAL
Bela Vista	4	9	13
Monte Alegre	22	16	38
Total de questionários	26	25	50

No terceiro quadro podemos destacar, sobretudo no assentamento Bela Vista que grande parte dos entrevistados diz não ter uma festa ou data que toda comunidade participe. Ou ainda fazem referência de festas que aconteciam e que não ocorrem mais. Segundos os entrevistados a não ocorrência da festa se deve à divisão de opiniões no assentamento, o que causou uma quebra na continuidade, ou mesmo na realização de comemorações coletivas. Isso nos mostra que os assentados sentem falta de lugares onde os mesmos possam trocar experiências da vida cotidiana. Sabemos que estes espaços são de vital importância para a união de grupo mesmo que no momento do futebol, no momento da festa ou em um encontro na praça, já que tudo isso faz parte da socialização entre homens. Existe uma busca constante da sensação de pertencimento ao grupo que componha os mesmos sentimentos, os mesmos ideais e crenças. Logo, isso explica a busca pelos assentados, por estes espaços de troca simbólica.

Muitos assentados justificaram a falta de união pelo o início dos consórcios com a agroindústria, questão que se tornou alvo de pontos de vistas diferentes entre os debates acadêmicos e mais do que isso criou divisões no

próprio grupo. No entanto, procuraremos enfatizar que as questões que envolvem os consórcios se põem na contramão da construção de identidades, por estimularem práticas individuais livres.

VI - Primeiro cenário: o início dos consórcios.



Foto III-assentados trabalhando na terra.



Foto IV- Plantação de cana no Monte Alegre

Falar da inserção da cana nos projetos de assentamentos rurais requer certo cuidado, já que acreditamos que de certa forma a cana trouxe uma inserção social de assentados que se viam impossibilitados de permanecer na terra, sendo que não podem contar com financiamentos e capitais para investir na terra. Em uma das visitas ao Bela Vista, o assentado João enfatiza isto com muita clareza:

“eu acho que deve continuar o plantio de cana, porque se não houver o plantio não haverá nova geração de pessoas para focar no assentamento, pois a cana está dando a possibilidade das pessoas permanecerem nos lotes. Acho que se a cana continuar, a tendência é de melhorar, hoje eu tenho uma renda... se não tem uma política de Reforma Agrária decente, nunca haverá um projeto de Reforma Agrária de verdade” (Caderno de campo, 20/5/06).

Mas, por outro lado, devemos enfatizar que esta inserção pensada a longo prazo traz problemas, como o desgaste do solo e diminuição da produtividade da própria cana por hectare. Vale lembrar que esta discussão começou por volta de dez anos atrás e que ainda hoje perpassa o espaço da Reforma Agrária.

No início, a idéia de um consórcio entre os assentados e a Usina foi muito questionada pelos problemas que a mesma poderia trazer para o assentamento. No entanto, tinha-se uma idéia de que possivelmente poderia funcionar como uma estratégia de permanência dos assentados na terra, como nos lembra Ferrante: “a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra” (2004, p.136), foi

um dos lados levantado por aqueles que discutiam estes consórcios. A autora ainda destaca:

“para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica de integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das mediações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva das relações políticas e sociais, não unicamente por uma determinação econômica” (FERRANTE, 2004, p.136).

Em 1992, o prefeito de Motuca propõe um consórcio entre a usina e os assentados em forma de arrendamento, que engordaria a renda do assentado. Entretanto, os próprios assentados se viram em uma condição parecida com a de bóias-frias, realidade à qual eles mesmos haviam fugido. Esta condição de assalariado representaria uma perda da liberdade e autonomia que tanto valorizavam e, por este motivo, em meio a muitas críticas do sindicato e dos próprios trabalhadores, o consórcio não se efetivou. Passados três anos, em 1995, a usina retorna ao assentamento Monte Alegre com uma nova proposta de consórcio. O sindicato coloca uma contra proposta à usina caso houvesse viabilidade da parceria. O projeto propunha o seguinte:

“que uma cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder e livre negociação com empresas do setor sucro-alcóoleiro...utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da usina para os serviços de mecanização, preparo e solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços, carregamento e transporte contratados pela cooperativa” (FERRANTE, 2004, 138).

Com o passar do tempo, a quantidade de famílias interessadas no plantio de cana cresce, mas também começam a aparecer os primeiros problemas relacionados à falta de organização dos assentados em cooperativas e trabalho coletivo.

Neste período, as propostas de cultivo independentes de grandes empresas agrícolas ou de programas agrários tornaram-se inviáveis. E os assentados viram-se impossibilitados de caminhar com os próprios pés, pois faltava-lhes o financiamento, o apoio técnico e o incentivo por parte das políticas públicas do Estado. Isto resultou num quadro bastante comum de desencantamento e abandono da Reforma Agrária.

No ano de 1997, a usina volta à cena e passa a receber um grande número de adeptos. Muitos assentados impossibilitados de permanecer nos lotes somente com o pomar ou a criação sentem-se seduzidos pela possibilidade de ter uma casa reformada ou um carro na garagem. Possibilidade esta que é oferecida pela cana.

Vale lembrar que muitos acusaram os assentados que aderiam à plantação de cana como traidores da Reforma Agrária. No entanto, percebemos que esta compreensão está carregada de preconceitos, pois leva em conta uma análise econômica simples, de lucratividade. É preciso ir além desta visão pragmática e buscar outras conseqüências, não só as econômicas.

A idéia de plantar cana está muito mais ligada à possibilidade do assentado se fixar na terra e garantir o sustento de sua família, do que buscar ascensão social. O trabalho na terra deve ser percebido e reconhecido subjetivamente pelo próprio indivíduo, mesmo que em forma material, como na melhora da casa ou na compra de um carro.

Para estas pessoas que plantam cana, a nova morada significa um avanço nas condições sociais, sem, no entanto, deixar de lembrar o tempo árduo do trabalho no acampamento e no ranchinho que fizeram parte da constituição dos assentados na terra. Morais destaca isto muito bem:

“Ele representa o berço, no qual, estes homens e mulheres puderam vir ao mundo, de uma outra forma, que não aquela da miséria e exclusão social. Há também aqueles que ainda residem nele... Ranquinho e oca são símbolos do processo de (re)enraizamento”(MORAIS, 2006, p.311).

Mas por outro lado, temos as condições impostas pela usina, que permeiam a vida nos assentamentos, causando muitas vezes uma quebra da identidade coletiva⁷ e da sociabilidade entre os grupos do local.

VII-O contraponto entre a sociabilidade e os projetos de monocultura

Quando partimos da idéia de que a cana possibilitou uma renda maior aos assinantes do consórcio com a usina, pudemos observar dois lados de uma mesma moeda. Para aqueles que plantam cana ela possibilitou uma estratégia para permanecer na terra. Já para os que não plantam cana, o consórcio desde

⁷ Para Pollak identidade coletiva são “todos os investimentos que um grupo faz ao longo do tempo, todo trabalho necessário para dar a cada membro do grupo, o sentimento de unidade, de continuidade e de consciência” (1992, p.207).

que entrou no assentamento trouxe problemas generalizados. Entre os mais comuns, a desunião é o mais citado nas falas dos assentados. Em anotações de diário do núcleo I, onde existe a maior quantidade de lotes com cana, Dona Josefa e Dona Maria enfatizam esta questão:

“eu sofri muito para conseguir um pedacinho de terra, e entregá de mão beijada para a usina não tem graça... desde que ela entrou aqui todo mundo se desuniu” (fala de Josefa-anotações de diário de campo do dia 11/03/06).

“É difícil pensar no futuro daqui...depende muito se as pessoas não se unirem ...e se “dão” valor para aquilo que lutou. Se tanta gente continuar a vir para cá e se mudar sem dar valor, o assentamento vai acabar “(fala de Maria-caderno e campo do dia 3/03/06).

Podemos identificar na fala destas assentadas certo desencantamento em relação à vida no assentamento. Neste sentido é destacada a quebra de sociabilidade como resultado da entrada da cana no assentamento. Em uma anotação de diário de campo podemos perceber ainda que as trocas entre vizinhos diminuíram por conta dos desencontros entre os assentados. O entrevistado João coloca a questão da cana como fator de desunião e isolamento entre os assentados que não plantam cana:

“Em relação a trocas entre os vizinhos disse que isso ajuda muito, mas que agora o povo está sem união por causa da cana, para eles que trabalham com a lavoura diversificada, falta gente, e aí as famílias tem que se juntar para ver o que podem fazer: “eu sai de um lugar que plantava cana e sofri, agora eu vou voltar a plantar cana?” (diário de campo do dia 28/04/06).

O fator determinante aqui não são as condições econômicas que a cana traz como benefício, mesmo porque quando analisamos as condições econômicas das duas famílias representadas nas falas destas duas mulheres, nos parece que a dificuldade financeira é parte integrante de suas vidas. Mas, quando procuramos outras formas de análise percebemos que a realidade é menos pesada do que nos pareceu à primeira vista. Melhor explicado, no lote da Maria, a quantidade de frutas, hortaliças e criação são extremamente diversificadas e a sua dependência ao mercado industrial é baixíssima. O trezentos real que ganha com a aposentadoria é destinado para compra de sal para o gado e para as eventuais necessidades, por este motivo nada do que precisa lhe falta.

Quando observada a relação das famílias plantadoras de cana com o mercado industrial percebemos uma realidade diferente. O assentado tem uma renda maior, no entanto, sua dependência ao mercado se torna cada vez maior,

uma vez que a diversificação deu lugar à monocultura, e por este fato, dependem mais de produtos comprados fora do assentamento.

É importante destacar ainda que a relação destes consorciados com a terra torna-se mais mercadológica. Ou seja, tudo que é dado na terra deve produzir uma rentabilidade econômica. Podemos perceber esta questão ainda na fala de Josefa: “tem gente que tudo que produz é para vender, vender, vender... Deus me livre!” (diário de campo do dia 11/03/06).

A crítica da assentada se faz em relação às pessoas que deixaram de ter uma visão mais afetiva da terra e passaram a ter uma noção mercadológica da mesma. A autora Moraes mostra que o simbolismo em torno da terra vai dando, aos poucos, lugar a noção da terra como mercadoria, ou seja, a terra como negócio e renda aos assentados (MORAIS, 2005).

Para os assentados que resistem as parcerias com o agronegócio, o não plantar cana ou outros tipos de monocultura significa, por um lado, resistir de forma simbólica e efetiva às estruturas dominadoras e por outro, respeito às relações criadas ao longo do tempo, das identidades coletivas deste grupo. A antropóloga Alba Zaluar destaca a importância da coesão entre o grupo e as funções das obrigações morais entre os assentados:

“o abandono das obrigações morais tradicionais que regiam as relações interpessoais e sua substituição pelas relações mediatizadas pelo pagamento em dinheiro é que parecem explicar o abandono dessas práticas sociais. De um sistema de reciprocidade regido pelas noções de dívida moral e que fornece um meio de avaliação do prestígio social dos indivíduos, passa-se a ter um outro em que o cálculo de lucros e perdas em termos pecuniários torna-se elemento básico nas transações sociais” (ZALUAR, 1983, p.52).

A quebra destas relações provoca uma relação mediatizada pelo dinheiro ou pelas relações de mercado, substituindo a troca entre vizinhos, indispensável para a manutenção dos envolvidos na terra. Antônio Cândido em *Parceiros do Rio Bonito enfatiza* que a obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que a partir desta relação adquire consciência de unidade e do funcionamento. (CANDIDO, 1971). Estes contatos, portanto, darão sentidas as relações dos assentados com o grupo, sendo que uma vez quebradas as obrigações bilaterais, os laços se enfraquecem e a sociabilidade torna-se cada vez mais fragmentada.

Daí as inúmeras reclamações dos assentados pontuadas na maioria dos questionários aplicados. Em quase todos os questionários a respostas eram muito parecidas. Quando pedíamos para os assentados entrevistados fazerem críticas a respeito da vida no assentamento, ouvíamos com frequência: a falta de união entre os assentados. É importante destacar que esta resposta não é

restrita somente aos assentados que não plantavam cana, mas sim, da grande maioria. Esta situação fez com outros aspectos da vida cotidiana fossem levados em conta, para que compreendêssemos melhor o anseio dos assentados em relação à sociabilidade.

VIII- Vida cotidiana: lazer, religião e poder público.



Foto V- Preparativos da Festa Junina no Bela Vista.



FotoVI- Bolo de Fubá sendo dado aos participantes da festa.



FotoVII crianças dançando quadrilha na Festa Junina do BelaVista.



Foto VIII Família do assentamento Monte Alegre do núcleo IV que promovem a festa Junina e os Rodeios

Entre os espaços estudados e percorridos de sociabilidade destacamos como importantes os das figuras acima, elas nos mostram espaços onde ocorrem as festas que a comunidade participa. Nas fotos V, VI, VII, do assentamento Bela Vista, pudemos representar os 3 períodos marcantes da festa: a preparação, a doação dos alimentos e por último a quadrilha. Já na foto VIII destacamos uma família do núcleo 4 do Monte Alegre que todo ano junta os parentes e amigos para preparar a festa de São João.

Cada ida a campo os aspectos da sociabilidade que pretendíamos compreender melhor, nos fizeram lançar mão a outros elementos que se juntaram à correlação de forças entre assentados e empresas agroindustriais. Esta reação entre os dois grupos envolvidos podia ser percebida e associada aos lugares onde a relação subjetiva de sociabilidade é preponderante. Sobre tudo nos

espaços religiosos, onde acontecem os cultos e nos espaços de lazer comunitário.

Tanto o lazer quanto a religião nos permitiram observar que no assentamento, estes espaços são fatores de aglutinação e de trocas entre os participantes. Nas igrejas mais fervorosas como a Congregação Cristã do Brasil, seus integrantes possuem uma espécie de cooperação mútua que é regida pela ordem de um pastor. Como exemplo desta relação de cooperação mostramos a fala de uma moradora da agrovila do núcleo II do assentamento Monte Alegre, que não possui lote e tem que sustentar 8 pessoas:

“a única associação que tem aqui é a da Congregação Cristã para ajudar as outras pessoas, o material que ganhei para construção da casa foi o pastor que me deu... eu dependo da ajuda deles para dá o que comer para as crianças, a ajuda deles é importante” (fala Maria, diário de campo 2/02/06).

No núcleo II o catolicismo se faz bastante presente na comunidade que se esforçou para construir a capela e promover esporadicamente uma novena, uma reza e até uma festa para a padroeira da capela. O esforço por parte de dona Sônia não tem tamanho quando se trata de ajudar à padroeira da Igreja. A devoção é tamanha que chegou a fazer uma dívida para pagar o piso e a Reforma da Igreja. Na festa ela e as mulheres de sua família vão atrás de tudo, desde doações até a preparação da festa.

Ainda no assentamento Monte Alegre, uma família do Núcleo VI todo ano desde que chegaram ao assentamento promove uma festa Junina em que todos os alimentos são doados por eles mesmos. Rosane diz com muita alegria que a última festa reuniu mais de 4000 pessoas, número que diz ter sido indicado por policiais. Segundo seus relatos, a proporção da festa cresceu tanto que pessoas das cidades vizinhas vêm participar.

A festa é muito enfatizada pelos moradores deste núcleo já que “o lazer é parte integrante da vida cotidiana das pessoas e constitui, sem dúvida, o lado mais agradável e descontraído de sua rotina semanal” (MAGNANI, 1998, p.19). Além disso, pessoas de outros núcleos participam dos acontecimentos, o que tornam possível uma reanimação dos assentados e em relação à sociabilidade comunitária, ainda que este acontecimento não seja anual.

Ainda sobre estes aspectos é preciso salientar que tais acontecimentos não são mais constantes pelo fato de que o padre só está presente nesta localidade quinzenalmente para celebração da missa. Durante sua ausência os fiéis trabalham muito para manter a Igreja conservada, justamente por compreenderem que ele tem que celebrar missa em todos os outros núcleos da Fazenda Monte Alegre e ainda nas cidades mais próximas. Em um registro do caderno de campo do núcleo II do assentamento Monte Alegre foi colocado com muita ênfase esta questão de devoção e carinho dos fiéis:

“Para construir a Igreja ela disse que foi trabalhando e juntando dinheiro para comprar os blocos, para cercar em volta. Disse que fez uma dívida para rebocar o barracão da Igreja. Neste momento percebi o quanto à fé dessa mulher era grande, sem ter dinheiro assume uma dívida sozinha para construção do templo em que ela acredita. O padre vem todo primeiro sábado do mês, e dona Maria é ministra no resto da semana, celebra inclusive as missas. Vai às casas a pé e disse ela que só consegue porque a força de Deus a ajuda. Ela diz que foi chamada para a missão” (Diário de campo 28/3/06).

Nestes espaços, o contato entre os membros se torna mais intenso, os laços mais fortes. No assentamento Bela Vista do Chibarro, onde 15 anos seguidos acontecia também a Festa Junina, que envolvia toda a comunidade, mesmo os de outras religiões, na preparação dos alimentos ou na doação de uma prenda. No último ano, o de 2005, a festa deixou de ser realizada por causa do medo dos organizadores de que houvessem mortes e acirramento da violência no assentamento. Em nossas explorações etnográficas colhemos inúmeros depoimentos que denunciavam a não realização da festa por conta dos acontecimentos recentes como a divisão de grupos de plantadores de cana e não plantadores, descaso por parte de jovens em relação à cultura do assentamento, expressões de violência que se opõem à representação de maior tranquilidade da vida no campo. Tudo isto serve como prova de que a quebra dos laços de solidariedade provocou ainda mais o afastamento nos aspectos sócio culturais das pessoas em relação à vida no assentamento.

Com a falta de espaços para os assentados se ressocializarem é inevitável que as consequências como à desunião sejam um fator preponderante nas falas dos assentados. A esta questão ainda, juntam-se às pressões cada vez mais fortes das grandes empresas agrícolas. Tornando-se difícil manter a unidade nos assentamentos da região e, uma vez perdida ou quebrada as “relações morais tradicionais”, torna-se mais difícil a sua recomposição.

Percebemos ainda que os próprios assentados indicam este problema nos questionários respondidos e indicaram o que poderia ser melhorado sobre estes lugares de sociabilidade comunitária, explicando a responsabilidade do poder público de promover espaços onde os assentados pudessem trocar experiências e contatos. Alguns destes espaços já foram votados em Orçamento Participativo⁸, como a cozinha industrial, além de um espaço de socialização e de troca, o que poderia representar para muitas pessoas, alternativas para aumento de renda familiar.

⁸ O Orçamento Participativo (O.P) é uma instância de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal, a aplicação do dinheiro é direcionado para obras direcionadas pela própria comunidade.

Podemos indicar ainda como reivindicação dos assentados: espaços esportivos onde possam ocorrer atividades para os jovens, adultos e terceira idade, uma localidade onde possam fazer festas, comemorações, praças, entre outras.

O papel do poder público em relação à constituição destes espaços se faz ainda mais importante dada à voracidade do agronegócio. Sem apoio do poder público e cercados pelas agroindústrias, os assentados ficam muitas vezes enfraquecidos coletivamente, o que interfere nos espaços de convívio e na diminuição das relações de sociabilidade. Sem alternativas, sem projetos que vão ao encontro das necessidades simbólicas e materiais dos assentados, os consórcios passam a ser uma boa alternativa de sobrevivência nos assentamentos.

IX – Conclusão

Dentre as inúmeras questões que colocamos neste artigo, procuramos, sobretudo, enfatizar a importância das relações sociais na vida nos assentamentos, como as trocas entre vizinhos, à realização do culto e as festas como espaços de trocas de e reciprocidade. Tudo isto para que prevaleça o entendimento de que a partir do conjunto, da união do grupo, da luta comum, é que as reivindicações são ouvidas e as pressões são feitas.

Estes aspectos da vida cotidiana se fazem importantes para que entendamos alguns problemas que se transformam em dilemas relativos ao futuro dessas experiências de assentamentos rurais. Cabe ainda destacar que a sociabilidade nos assentamentos deve também fazer parte de uma agenda pública como exigência do próprio grupo rural, para que os mesmos possam viver com ânimo e lutar pela permanência na terra.

X – Bibliografia

BARONE, L. A. *Revolta Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Dissertação. Unesp FCL Araraquara, 1996.

BRANDÃO, C. R. *O Divino o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro, Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1978.

BRANDÃO, C. R. *Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

CÁIRES, A.C.R. “*O assentamento Bela Vista em outros tempos: Usina Tamoio-vida, trabalho e lutas*”. Dissertação FCL Unesp de Araraquara, 1993.

CANDIDO, Antônio, *Os parceiros do Rio Bonito*. CIDADE: editora,1971.

DURKHEIM, H. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril cultural, 1973.

FERRANTE, Véra Lúcia S. B.(org.) Nupedor. Retratos de assentamentos. Ano X n9, 2004.

GOMES, T.P. de S. *Um estudo das relações Sociais e Políticas do Assentamento Bela Vista De Araraquara através da Festa Junina*. In: Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor, *Festa no Pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec\ Unesp, 1998.

MAUSS, M. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa, edições 70, 1990.

MORAIS, M.A. *Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade*. In: FERRANTE,V.L.S.B.(org.) *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas*, 2005.

SIMMEL, Georg, *Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal*.In: SIMMEL, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

STETTER, E. A. “*A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?*” Dissertação.FCL Unesp de Araraquara, 2000.

ZALUAR, Alba. *Homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

Mulheres e Jovens : para além dos valores de mercado, o sentido da vida.

Aline Vieira Poletine.¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.²

“A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente.
O vazio do futuro é tão-só um futuro vazio.
Penso, pois, que, perante isso, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser.”
Boaventura de Sousa Santos, Pela mão de Alice, p.322

Olhar os cenários

Olhando os temas de minha monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais “Assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara: vida, educação e relações de gênero” entregue à Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara e também os frutos da minha experiência como pesquisadora do NUPEDOR-Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Unesp-UNIARA), que acompanha o desenvolvimento dos PA’S de Araraquara desde as primeiras articulações para sua criação há mais de vinte anos, vejo na

¹ Pesquisadora bolsista I.C- Cnpq do NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente- UNIARA, formação em Ciências Sociais.

² Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do NUPEDOR.

complexidade e na história do cenário alguns caminhos possíveis para incluir as comunidades assentadas nas realidades que giram em torno dos mercados agroindustriais regionais. As propostas e políticas públicas que reforçam o sentido da cidadania e da participação na vida social da cidade mostraram-se caminhos que, sob diferentes perspectivas, abrem o leque de possíveis projetos futuros.

Quando falo de políticas públicas tomo a definição da professora Delma Pessanha Neves, no evento Impasses e Dilemas da Política de Assentamento, ocorrido em setembro de 2005. A definição propõe problematizar as idealizações acerca do modelo estatal de projeto de assentamento, isso significa entender essa política através das arenas que por elas e nelas se constituem para compreender seu jogo de forças³. Esse conhecimento inter-relacional, “molhado” de intuições, porém, de razão também, tem qualidade diferente do conhecimento que se tem do objeto apreendido pelo esforço da curiosidade epistemológica, reconhecer como conhecimento, o relacional, é projeto de indiscutível valor e importância (FREIRE, 2001).

Estratégias de vida são um importante instrumento analítico para dimensionar o viver nos assentamentos. Os impactos regionais são construções sociais densas e mutáveis daí a importância do uso de técnicas alternativas de coleta de dados e de olhares atentos à construção da paisagem a partir da ação dos assentados.

A arena Araraquara, embora não tenha sua história tão fortemente marcada pela “grande fazenda” (Whitaker,1984), já que em sua região as sesmarias se fragmentavam entre muitos herdeiros e compradores, acabaria apresentando forte concentração da posse da terra após a implementação do Pró-alcool que levou à substituição das “haciendas” de café pela “plantation” de cana. (Whitaker,1984). Essa concentração fundiária acirra ainda mais o jogo de forças e faz crescer as teias de interesses na Reforma Agrária e conseqüentemente nos PA’s. A cultura da dádiva sempre existiu entre o poder local e os assentamentos, dessa forma, entendemos por “campo” o espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que trocam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa (FERRANTE, 2003).

Depois do êxodo, já na década de oitenta, teve início o movimento de retorno à terra em grupos organizados em diversas associações. Essas pessoas são, no caso do assentamento da Fazenda Monte Alegre, trabalhadores que sob

³ Neves, D.P. “*A Reforma Agrária Esforçada*”.

o impacto da modernização na agricultura perderam seus empregos e uniram-se ao movimento insurrecional dos trabalhadores volantes. Na fazenda Bela Vista, os envolvidos são ex-trabalhadores da Usina Tamoio e pessoas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o STR.

Os assentados e o poder local tecem relações econômicas, culturais e políticas que expressam diversos impasses dos modelos propostos pelos processos da Reforma Agrária porque no campo existem outras realidades que não se pautam no discurso do agronegócio. Assim, a inserção regional dos assentamentos obedece a uma lógica própria, através da qual novas formas de poder e cultura política surgem a partir da implementação ou não de projetos e políticas públicas voltadas para o campo, dependendo do impacto desses diferentes projetos e compromissos na trama de interesses que envolvem a agricultura familiar e o capital agroindustrial, eles podem inclusive se apresentar como alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno, ou por outro lado, como dilema no processo de construção de uma identidade comum, já que dividem posturas e opiniões⁴.

O certo é que essa regionalização dos processos é indicadora da atenção que vem sendo dada aos grupos caracteristicamente diferenciados e às práticas solidárias, principalmente na economia e na educação com práticas e valores que estimulam a independência, a competência e o saber.

Mulheres Assentadas em busca de Liberdade Política e Qualidade de Vida

Nesses vinte anos de história, de todas as formas de lideranças que surgiram dentro das comunidades, o destaque é das mulheres, que lutaram por direitos básicos como saúde, educação, alimentação, água, luz e moradia. As que estão há mais tempo nos P.A's e viram tudo acontecer dizem que a vida em vista do que era no começo melhorou, e mais do que isso, mudou muito ao longo desses anos, no começo elas nem eram enxergadas como sujeito nos P.A's nem podiam ser titular do lote, a não ser as exceções como viúvas, solteiras ou quando era provada a incapacidade do marido; desconheciam as regras de financiamento, crédito e mercado; as decisões sobre a produção nem passavam perto delas e sem ser titulares não podiam pedir crédito.

Em compensação, elas sempre foram e cada vez mais essenciais para a preservação dos laços de amizade da comunidade que é a manutenção das redes de sociabilidade e dos códigos de reconhecimento social, o que chamamos identidade da comunidade. As atribuições masculinas e femininas nunca tiveram fronteiras rígidas, e a tendência está sendo de maior colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote.

O esforço de todos para criar condições de ficar no assentamento é grande. Até hoje, poucos produtores e famílias tem condições de gerar renda suficiente para investir no lote, então vão buscar dinheiro trabalhando “fora” como safristas, domésticas, pedreiros e em outros serviços. No caso das mulheres, existe a agravante de seu trabalho ser visto muitas vezes como ajuda quando na verdade elas têm muito mais trabalhos e papéis e ainda aturam violências de gênero por conta da cultura patriarcalista.

Isso se inter-relaciona diretamente com a atribuição de diferentes papéis, exigências e expectativas às mulheres. O senso comum associa o acesso das mulheres ao título da terra à otimização da utilização de recursos em prol da qualidade de vida das famílias. Na verdade, sabemos que o bem estar e a condição de agente estão juntos muitas vezes, mas são responsabilidades bem diferentes, a unidade de propósitos pessoais e coletivos não se dá por maior utilização de recursos e sim pelo aumento da importância social dos papéis da mulher.

Vemos, nas trajetórias, as assentadas mostrando cada vez mais responsabilidade e traquejo na realização de projetos e iniciativas que seguem na linha da sustentabilidade e também na administração e manutenção do cotidiano do lote. As mulheres destacam-se em espaços como o Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC) Bela Vista do Chibarro e o Centro de Desenvolvimento e Integração Rural (CEDIR), que abrangem os moradores do assentamento Monte Alegre e do distrito de Bueno de Andrade e também no Orçamento Participativo Municipal, que envolve assentamentos, pequenos produtores rurais de toda a cidade.

O Orçamento Participativo (O.P.) foi criado em 2001, mas já vem sendo desenvolvido desde 1996. Nas reuniões que acompanhamos e nas entrevistas que realizamos, podemos destacar a presença feminina desde sua proposta, não apenas na participação nas reuniões, como também na sua disposição para se eleger como delegada, ou seja, representante da sua Região nas demais reuniões que se sucedem para definir os repasses de investimento do orçamento da prefeitura⁵. Nestas instâncias deliberativas, que elas foram aprendendo sobre a distribuição dos recursos da prefeitura, as carências da cidade, o poder decisório, a luta pelos direitos, os conflitos, pois ao se decidir prioridades acabam-se deixando de lado outras melhorias que também são necessárias.

Além disso, iniciativas como a Feira do Produtor, que acontece na Praça Pedro de Toledo e as barracas Direto do Campo que ficam no terminal de integração dos ônibus, contribuem para o contato e aproximação campo-cidade. A Feira acontece todos sábados de manhã e a prefeitura disponibiliza um

⁵ Nas reuniões que tiverem um número maior de representantes/delegados terão maior possibilidade de conseguir o recurso para a melhoria da sua região.

caminhão para levar os produtos e um ônibus para levar os agricultores. Observamos que algumas mulheres ajudam na preparação dos produtos para levar à feira, acompanham seus companheiros na armação das barracas, nas vendas dos produtos e na arrumação das caixas e das barracas para retornar ao assentamento.

Nesta feira, a barraca dos pães e bolos é de duas mulheres do assentamento Bela Vista. Elas, com recursos do governo do Estado, conseguiram adquirir formas e utensílios de cozinha e um forno para assar os pães. Como não possuem um espaço para a produção desses produtos, elas utilizam a cozinha da escola do assentamento, nos disseram que estão reivindicando junto ao INCRA um espaço (uma casa não utilizada) na agrovila para montar a padaria, mas até o momento não tiveram nenhum retorno. Segundo elas, a aquisição desse espaço poderia gerar outros empregos no assentamento, pois só as duas não conseguem dar conta da demanda, se conseguissem este espaço elas poderiam pegar um financiamento no banco para estruturar a padaria, pois certamente teriam um retorno das vendas dos pães, bolos, doces, etc., e poderiam pagar o empréstimo.

Na barraquinha de pastel, a moça diz que é um dinheirinho que entra para aumentar a renda familiar. Ela também é uma pessoa articuladora das mulheres da comunidade e se preocupa com a educação dos filhos e com o retorno do cursinho pré-vestibular no assentamento⁶. Sobre suas aspirações futuras, ela nos relatou sua grande vontade de fazer o curso de Pedagogia, ela disse que, este ano perdeu a data para conseguir a bolsa do ProUni⁷, mas que no próximo ano tentará novamente.

Esses exemplos estão presentes em toda a história do assentamento, são manifestações de recusa ao modelo que o INCRA e outros órgãos estaduais reproduzem e que seguem o viés patriarcal. A mulher, desde que esteja numa posição de necessidade, assume todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontram espaço para terem no assentamento, reconhecidos seus direitos. De outra forma como explicar o descaso do Incra para com a reivindicação dessas senhoras que querem melhorar suas condições e a de outros do assentamento.

⁶ O projeto dos cursinhos populares no campo funcionou em 2004 e 2005 em parceria com o CCDR (Centro Comunitário de Desenvolvimento Rural), com o CUCA (cursinho popular do município), a escola Filadélfia, o Educafro(CTA/DAAE), e outras entidades num total de quinze salas distribuídas pelo município, duas delas nas escolas do assentamento Bela Vista e do assentamento Monte Alegre, que atualmente não existem mais pois objetivo do projeto, segundo a gestora, é formar indivíduos aptos a competir no mercado de trabalho o que, claro, não aconteceu nos assentamentos, estamos tratando de realidades distintas.

⁷ Programa do governo federal para distribuição de bolsas parciais ou totais em instituições privadas de ensino superior.

Lugares diferenciados de discussão e decisão

Atualmente evidenciamos uma melhor participação, mais ativa, pois nas primeiras plenárias as pessoas ficam tímidas, depois que vão conhecendo na prática como as coisas funcionam as articulações para aprovar prioridades vão sendo feitas. É nessa hora especificamente que elas se destacam e não nos momentos de discurso. Em uma entrevista realizada em março de 2005 com a agente Meire, representante do O.P. da prefeitura, ela nos relata:

“[...] no assentamento, a mulher acaba participando mais do Orçamento Participativo e sendo delegada, porque o homem ele tá em qual discussão? Ele tá na discussão com o INCRA, ele é que vai pra São Paulo, ele é que vai pra Brasília, é ele que cuida dessa relação enquanto terra, não é? Então, eu homem invado a terra, então, eu homem discuto com esses aí... e a mulher por conta de ser responsável lá pelo lote, pelos afazeres do lote, ela acaba indo pras reuniões do OP, não é? Porque o homem já está em outra discussão, ele já tem uma outra discussão [...] No assentamento tem outros espaços que são essas discussões com o Itesp, com o INCRA, são as discussões com o Desenvolvimento Agrário, que o homem acaba despontando, não é?

(Entrevista realizada em março 2005)

Com o maior engajamento dessas agentes nas reuniões e articulações do OP, elas passam a participar ativamente dos processos de elaboração das políticas voltadas para o assentamento. Enquanto isso, os homens se envolvem mais com os âmbitos das políticas nacionais da Reforma Agrária, como assuntos ligados, por exemplo, aos financiamentos.

Essa separação é fruto da situação, ela não é nítida e nem poderia, pois em sua subjetividade os casais e os amigos discutem suas opiniões. Essa situação evidencia a presença da mulher nas expressões de recusa ao modelo estatal, pois é no cotidiano das estratégias familiares que elas disseminam solidariedade na construção de um espaço melhor para todos, recuperando dimensões de uma sociabilidade própria das comunidades rurais tradicionais, tais como relações de compadrio. O depoimento explicita a afinidade de cada gênero:

“Uma vez nós tivemos uma reunião em São Paulo com o INCRA, que nós chamamos todos, só foi homens, não foram mulheres. Olha que são mulheres do Pontal, mulheres que são mais organizadas, mesmo assim não foram. Então é essa a relação..., não significa que os homens do Bela Vista e do Monte Alegre não tenham a interesse no O.P., eles são machistas e não vêem os espaços do Orçamento Participativo como de poder.” (Entrevista realizada em mar/2005).

Enquanto isso elas vão experimentando as alternativas e reordenando a produção, a produção de subsistência, por exemplo, tem lugar garantido nos quintais dos lotes de moradia que mulher tem para se preocupar com isso e vão recriando projetos e buscando parceiros na tentativa de uma comunidade mais flexível. As atribuições masculinas e femininas não têm nem nunca tiveram fronteiras rígidas. Outras instâncias de poder deliberativas são as reuniões temáticas, direcionadas a um público específico, como jovens, idosos, afro-descendentes e mulheres. Discutem-se as prioridades e temas como geração de trabalho e renda, educação, lazer, dentre outros. Nessas reuniões geralmente as prioridades votadas são de geração de trabalho e renda, programa de saúde da mulher, o restaurante popular e um espaço diferenciado para deixar seus filhos. Na última votação da Plenária Temática da Juventude, uma das prioridades votadas pelos jovens foi a construção de uma quadra poli esportiva.

Nas idas a campo vimos que, fora o trabalho e as atividades ligadas à escola, as opções de lazer são a “pelada” e a pescaria, coisas de homem, por isso a preocupação especial das mulheres com o que pode gerar a carência de lazer, educação e falta de diversão, pois seus filhos buscam tudo isso fora do assentamento, fora de casa. Mesmo as que não se destacam como agentes públicos fazem, a todo o momento, uma revolução silenciosa. De acordo com Ferrante: “a mulher é distribuidora do principal bem que a população assentada dispõe: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. A mulher, desde que esteja numa posição de dificuldade assume todas as tarefas de um chefe de família. (FERRANTE, 1999)”.

A opção de viver no campo num projeto de assentamento é só o primeiro desafio de muitos que elas enfrentam ao longo de suas trajetórias. No Brasil o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais ficou autônomo apenas a partir de 1989, até então do ponto de vista legal elas não tinham representatividade, essa frustração com sua participação nos sindicatos (espaços tipicamente masculinos) incentivou a busca pela emancipação feminina. O MMTR apesar de articulado não se subordina os outros movimentos como o MST, por exemplo.

Juventude Rural: sofridos produtores em busca de novos caminhos

Afirma-se que o futuro dos assentamentos depende, basicamente, das decisões dos jovens de continuar ou não nas experiências de Reforma Agrária. Estigmas do desinteresse dos jovens rurais pela terra aparecem erroneamente associados ao diagnóstico de fracasso das políticas públicas de assentamento, quando na verdade os problemas sociais relacionados à juventude rural é que são tratados com pouca iniciativa de solução.

A negação de acesso aos mercados de trabalho, produtos e serviços está entre as privações enfrentadas por muitos “pequenos pequenos”⁸ agricultores sujeitos às organizações e restrições tradicionais, faltam instrumentos de apoio como tecnologia, qualificação profissional, organização da produção, além de saúde, educação, moradia e lazer. A solução para esse problema está na inclusão de toda a comunidade, mas principalmente dos jovens com projetos específicos, da região e seu entorno nos diversos âmbitos da vida social, envolvendo todos na construção de um lugar bom para os jovens semearem seus sonhos de “desenvolvimento como liberdade”, ou seja, desenvolvimento como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam⁹.

São os que mais freqüentemente vão procurar atividades “extras”, para ajudar no problema da falta de dinheiro para investir na diversificação da produção e no cotidiano do lote, o que demonstra a grande responsabilidade deles em contribuir nas estratégias familiares de permanência na terra.

Dentre os inúmeros dilemas de identidade que podem ser analisados, destacam-se: forte circulação desses jovens em diferentes espaços urbanos e rurais; relações com a terra e com outras possibilidades de inserções dos jovens na escola e no trabalho; poucas perspectivas apresentadas pelas políticas públicas para valorizar a permanência e o crescimento profissional dos jovens nos/atraves dos assentamentos.

A pesquisa tem demonstrado que o movimento de saída dos jovens do assentamento não tem um crescimento linear e mesmo os que saem não passam necessariamente por um desenraizamento. Mantêm-se formas de continuidade, pela significativa participação dos filhos não apenas no trabalho, gerenciamento e organização, mas nas demais decisões familiares. Principalmente para o assentado mais jovem e carente de recursos financeiros, o desenvolvimento social do seu lugar depende das oportunidades locais, da política, dos poderes sociais, das condições de saúde e educação, do incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas, numa relação de participação de tomada de decisões. A inter-relação entre todos esses aspectos traz o significado do desenvolvimento sustentável nessas comunidades

Escolas do Campo: “semente que se torna planta pelo cultivar”

“A superação das injustiças só pode se dar nas condições materiais da sociedade e é na subjetividade histórica que encontramos a possibilidade de

⁸ Muitos jovens apesar de contribuírem orçamento familiar não completaram a maioria, muitos ainda estão no começo da adolescência.

⁹ SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

rompermos com a estagnação da concepção mecanicista de mundo. Assim, a educação não é e nem poderia ser neutra, ou ela se dispõe a transformar criticamente as pessoas e as situações, ou vai perpetuar estruturas desumanas que subjagam os que não dispõem de privilégios classistas” (FREIRE, 2001).

Qual o projeto nos diferentes âmbitos da vida social para a juventude rural? Questionar o que é a escola rural e o que verdadeiramente a comunidade gostaria que ela fosse foi o começo da efetiva re-caracterização da cultura e da educação no campo em Araraquara. Como terá sido seu cultivo?

As escolas rurais aparecem no fim do séc XIX como forma de “domesticação” do trabalhador; na década de 30, século XX, servia para estancar o êxodo rural e preparar para o trabalho duro da construção do desenvolvimento; de 40 a 60 a alfabetização dos jovens e adultos foi o buraco do passado tapado com políticas assistencialistas, os caipiras eram vistos como atrasados e incultos. Nos anos 60 surgem os programas organizados pelo MEB (Movimento de Educação de Base) com o conteúdo da Pedagogia Libertadora, as elites medrosas, em 1964 deram golpe e com os militares no poder acabou a educação rural, que só voltou à cena no fim da década de 70, ou seja, longo período de atraso no sistema educacional brasileiro e a verdade é que nunca houve um comprometimento com os que vivem, estudam e trabalham no campo e, só nos anos 90, temos debates em torno da problemática escola/educação do campo.

O estímulo federal à criação de redes de ensino próprias dos municípios, aumentou a responsabilidade das prefeituras nas questões locais. Em 1998, com a implementação da lei do FUNDEF, Araraquara optou por criar sua própria rede em regiões não atendidas pelas escolas estaduais. Surgiram assim as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, no mês de agosto do ano seguinte efetivou-se a transferência dos prédios, professores e alunos do Estado para o município. Houve todo um período de adaptação e exame das necessidades do município, até que em 2002 surgiu o Projeto Escola Interativa do Campo e criaram-se então três escolas rurais: E.M.E.F. Eugenio Trovatti, no distrito de Bueno de Andrade; E.M.E.F. Maria de Lourdes da Silva, no assentamento Monte Alegre e a E.M.E. F Hermínio Pagotto , no assentamento Bela Vista do Chibarro. Hoje, as Escolas do Campo de Araraquara estão entre as vinte melhores escolas rurais de ensino fundamental do país, em 2005 ficou em segundo lugar na avaliação do governo federal.

A luta pelas políticas públicas que efetivaram a prática do direito à educação no campo na região foi norteadora na caracterização da comunidade. A perspectiva de trazer a educação para a reflexão de todos os sujeitos envolvidos buscou concretizar um projeto educativo produtor de uma pedagogia específica para possibilitar o pleno desenvolvimento facultativo da criança em seu meio. Essa alternativa respeita o sentido de aumentar a cidadania no campo

e a diversidade que compõe as comunidades, o que vem contribuir com a qualidade de ensino no campo. As mulheres têm idéias e sugerem caminhos fundamentais para as conquistas principalmente no que tange as áreas de saúde e educação, mostrando a importância dos moradores do assentamento estarem participando das atividades na escola.

Contudo, apesar do projeto Escola do Campo ter avançado em sua primeira etapa, pois com as escolas muitos alunos que estavam cursando o ensino fundamental na cidade puderam optar por estar no assentamento, ainda não foi apresentada nenhuma proposta de continuidade para o processo de aprendizagem. Um jovem trabalhador só consegue concluir seu estudo médio fora do seu local de trabalho. Vem daí a dicotomia entre teoria aprendida na escola e práticas diárias, são cotidianos distintos.

Sob o sonho que os impulsiona para a escola já pesa a impressão de não poder cursar o superior, sem dinheiro para pagar uma faculdade particular e sem tempo e condições de estudos para conseguir entrar numa faculdade pública. Os pais, principalmente as mães, fazem questão que os filhos estudem para não passar por tantas dificuldades na vida, mas a verdade é que a vida está cada vez mais difícil para todos e os pais precisam que os filhos ajudem no trabalho familiar. A pluriatividade é uma estratégia da família¹⁰, por isso a proposta da Pedagogia da Terra é educar procurando fortalecer os estudos, a vida e o trabalho juntos.

Nas entrevistas realizadas com algumas dessas mães que estão mais presentes na escola elas nos relataram a importância dessa participação e do maior envolvimento da comunidade.

“[...]eu acredito que essas crianças não sairão do assentamento. Se elas tiverem também um subsídio, depois de sair da escola, de toda uma formação agrícola; de ser engenheiro; de ele mesmo ser o veterinário que vai cuidar do seu lote, n/é, ele ser agrônomo, é isso que temos que incentivar, que esses jovens possam ser agrônomos, para que eles não tenham que depender do Estado para cuidar do seu lote[...]”(Entrevista realizada março de 2005).

Desenvolver metodologias coerentes com projetos político-pedagógicos voltados à aprendizagem específica de grupos caracteristicamente diferenciados, que possuem necessidades peculiares e “saberes” próprio requer flexibilidade para a mudança do pensamento educacional sobre o meio rural. Os princípios e valores que nortearam o plano e a elaboração do projeto de Escolas do Campo em Araraquara podem auxiliar na elaboração de metodologias e nas práticas educacionais, além de mobilizar pessoas em prol da luta coletiva com responsabilidades tão particulares.

¹⁰ A pluriatividade consiste na atividade dos membros da família em serviços agrícolas ou não fora do estabelecimento familiar.

Destaque da expressão “do campo” ressaltando a importância da luta nacional “Por uma Educação do Campo” que está envolvendo diversos movimentos sociais do campo na luta por uma educação diferenciada que valorize os saberes, a cultura e resgate a identidade desses povos para que os educandos percebam o campo como um lugar produtivo, de diversidade e que, portanto, rompam com as históricas dicotomias de moderno/atrasado, rural/urbano, entre outras (BASTOS; OLIVEIRA, 2004).

Dimensão do futuro

O diálogo entre o futuro da Reforma Agrária e a atual situação dos P.A's, no sentido de banir as incoerências com provas presentes no cotidiano dos assentados, é fundamental para a construção de cidadania e de respeito às liberdades. A história nos mostra possibilidades reais de mudanças, porém, essas mudanças não acontecem de forma espontânea. Entram em jogo de expectativas e idealizações. Por parte do Estado segue-se uma complexa metodologia dirigida à construção dos assentamentos e à orientação dos padrões de sociabilidade e de organização onde o assentado na prática “está reduzido ao silêncio, porque excluído do debate que o torna personagem social e político”¹¹

Quando nos entendemos, não apenas condicionados, mas também condicionantes de nossa realidade, mesmo que saibamos da importância organizacional da produção social vigente em nossa sociedade, percebemos nossa autonomia para pensar e decidir sobre nossas posturas (FREIRE, 2001). O futuro problemático que nos aguarda nos faz assumir responsabilidades para com a sustentação da posteridade. Essa atmosfera de pensamento que está em tudo também está sendo percebida nos assentamentos da região de Araraquara.

Nesse caso, a sustentabilidade está diretamente ligada ao respeito às diferenças entre o que há entre os gêneros, canalizando o que cada um tem de melhor para criarem meios e metas para a agricultura familiar. Não é apenas dinheiro, é incentivo e interapoio¹² às mulheres que tenham potencial para auferir renda independente; encontrar emprego fora de casa; ter direitos de propriedade; ser alfabetizada. Muito do significado do interapoio só pode ser encontrado em aspectos subjetivos da realidade. Nas falas e depoimentos encontram a missão e a vocação das diferentes categorias assentadas para exercer determinadas lideranças, participar e intervir nos espaços de sociabilidade. A

¹¹ NEVES, D. P. *Reforma Agrária: Idealizações, Irrealizações e Plausibilidades*. Reforma Agrária, Campinas, ABRA, n°1, vol.25, Jan/Abril/95.

¹² Interapoio é o incentivo à maior comunicação entre todos os agentes envolvidos, respeitando a unidade e as interações entre os mesmos.

linguagem oral nos permite reconstruir através da análise dos depoimentos uma representação da realidade. No caso das mulheres, essa opção metodológica é ainda mais importante pela riqueza de informações contidas na subjetividade das falas, ora ocultadas pela “invisibilidade” à qual elas estão sujeitas. Privilegiar aspectos subjetivos significa estar atento para a característica afetiva do ser humano, permitindo através da lembrança do passado, de certa forma revivê-lo, e, a partir disso, refletir e aprender/reaprender com as experiências passadas (HALBWACHS, 1990).

As configurações que surgem a partir daí nem sempre são objetivas. Em sua subjetividade, os projetos de assentamento mostram-se como espaços de diversidade e reconstrução cultural. O impacto dos diferentes projetos e compromissos na trama de interesses que envolvem a agricultura familiar e a sustentabilidade buscada na relação com o entorno dialoga com a construção da identidade deles, reciclando permanentemente os meios e modos de vida.

Referências

ARROYO, Miguel G. e FERNADES, Bernardo M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. N° 2.

BARONE, L.A. Códigos tradicionais e estratégias familiares nos assentamentos. Retratos de Assentamentos- auto-retratos- Ano II, nº3. Araraquara: NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, 1995.

BASTOS, Valéria A. e OLIVEIRA, Tatiana de. A proposta de Educação do Campo das escolas rurais de Araraquara: destaque na construção da qualidade de vida. In: FERRANTE, V.L.S.B. (org.) Retratos de Assentamentos. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, nº 9, 2004. No prelo.

BENJAMIN, C.; CALDART, R.S. Projeto Popular e Escolas do Campo, 2ªed., Brasília, DF, Articulação Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica no Campo, nº3.

BERGAMASCO, S.M.P.P., AUBRÉE, M., FERRANTE, V.L.S.B.(orgs) Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo, Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FERRANTE, V.L.S.B. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/SOBER. Foz do Iguaçu, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. FREIRE, A.M.A.(org), São Paulo, SP, Editora UNESP, 2001.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, 30ªed., São Paulo, SP, Companhia Editora Nacional, 2001.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Org.) Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 4).

SILVA, L.H. da; MORAES, T.C. de; BOF, Alvana M. A educação no meio rural do Brasil – Revisão da literatura. Grupo de Diálogo do Programa de Estudos sobre a Educação Rural/do Campo no Brasil. INEP/SEIF – MEC, 2003.

UNIARA, FEAGRI/UNICAMP, INCRA, 2003.

WHITAKER, D.C.A. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes, Presidente Venceslau, SP, Editora Letras à Margem, 2002.

REDES DE SOCIABILIDADE POLÍTICA NUM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: NOTAS DE UMA PESQUISA

Tiago dos Santos Lira¹
Luis Antonio Barone²

Introdução

O presente trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, tendo sido desenvolvido também com o apoio da Fundacte/FCT/Unesp. A justificativa deste estudo está na emergência da temática do desenvolvimento local como possibilidade de alternativas para a sustentabilidade sócio-econômica das regiões rurais. Sob esta ótica, a problemática dos assentamentos de reforma agrária tem sido pouco avaliada. O universo empírico de investigação é o município de Presidente Venceslau – localizado no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado de São Paulo/Brasil) - que tem uma população de pouco mais 36 mil habitantes e que conta com quatro Projetos de Assentamentos Rurais.

O projeto, que se encontra em andamento, tem como objetivo principal identificar as redes de relações políticas envolvendo os assentados nos P.A.s do município de Presidente Venceslau/SP e os agentes políticos dessa localidade (autoridade municipais, líderes partidários, sindicais e de movimentos), bem como levantar a participação desses agricultores assentados nos fóruns políticos municipais (Conselhos, O.P., associações, etc.). Quatro objetivos específicos animam o estudo: 1) identificar os programas ou projetos municipais voltados aos assentamentos; 2) levantar a participação dos assentados nos fóruns municipais (Conselhos, O.P., Sindicatos, partidos, associações, etc); 3) análise da participação dos assentados nos processos políticos locais (filiações partidárias, candidaturas e programas específicos); 4) discussão sobre as possibilidades de atuação/controle dos assentados sobre os processos de definição das políticas municipais pró-assentamentos. Numa revisão

¹ Aluno do 2º ano do Curso de Geografia da FCT/Unesp

² Sociólogo, Professor do Departamento de Planejamento e Estudos Ambientais da FCT/Unesp

bibliográfica, constatou-se a importância da questão do poder local, haja vista a evolução das responsabilidades governamentais sobre os assentamentos. Os Projetos de Assentamentos são criados através do governo federal ou do governo estadual (este é o caso dos PAs de P. Venceslau), mas, logo após os assentamentos estarem instalados, o poder público municipal tem uma participação crescente na vida dos assentamentos, seja através das benfeitorias em saúde e educação, seja na busca de soluções para os dilemas de desenvolvimento econômico dos assentamentos (Medeiros et al, 2002; Barone e Ferrante, 2003).

Neste texto, serão apresentados tão somente alguns resultados preliminares desse estudo mais completo. Após breve contextualização da política de assentamentos e da região em análise, serão enfocados os elementos empíricos que permitam refletir sobre a temática da ação/intervenção do poder local junto aos assentamentos.

A Política de Assentamentos no Brasil: breve análise

Respondendo às pressões do período imediatamente anterior, o regime militar, ainda em 1964, instituiu o Estatuto da Terra, que permitia a desapropriação de terras com indenização por títulos da dívida agrária. A Reforma Agrária já vinha sendo desejo de grande parte da população, frustrada com a implementação da ditadura militar, que simplesmente esqueceu a Reforma Agrária. A alternativa encontrada pela repressão foi a “colonização” da região Amazônica para resolver o problema da “população excedente” (Bergamasco e Norder, 2003). No começo dos anos 1980, novos e velhos atores políticos – dentre os quais destacam-se os movimentos sociais – retomam a bandeira da Reforma Agrária, sendo que em 1985 surge o MST – principal ator nas mobilizações pró Reforma Agrária no Brasil contemporâneo.

Em um Congresso da Contag realizado em 1985, com a presença de autoridades do recém-empossado governo civil brasileiro, foi aprovada a proposta de incluir as empresas rurais entre os imóveis passíveis de desapropriação para a Reforma Agrária. Com isso surge a UDR (União Democrática Ruralista) para representar o empresariado rural que via seus privilégios ameaçados pela intensificação dos movimentos de “massa”. É do mesmo período o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. No período correspondente ao governo Collor (1990-1992) houve uma paralisia no processo de implementação dos assentamentos rurais. Nesta conjuntura, segundo estudiosos da questão,

“Configura-se a criação de obstáculos jurídicos e administrativos que apontavam para uma paralisia não apenas política, mas também jurídica e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais que, ainda que muito lenta e parcialmente, vinham sendo implementadas nos anos 80” (Bergamasco e Norder, 2003, pág.33).

Logo após a eleição de FHC, em 1994, o MST adota a estratégia de intensificar as ocupações de terra, para “forçar” o governo a decretar a desapropriação de áreas ocupadas. Nesse contexto, parte da população pobre do país, vendo os seus salários cada vez mais baixos e nenhuma perspectiva de mudança, encontra nos movimentos sociais de luta pela terra uma alternativa de emprego e moradia. Retoma-se, então, uma política de assentamentos rurais em todo o país. Segundo uma analista dessa realidade,

“Verifica-se um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais: são cortadores de cana transformando-se em produtores familiares, trabalhadores de origem urbana tornando-se, pelo menos parcialmente, em agricultores, trabalhadores que tinham na provisoriedade de acesso à terra a condição de sua sobrevivência passando a ganhar condições de fixação, como ‘assentados’ ”(Medeiros e Leite, 1999, pág.15).

Os números de assentamentos realizados entre 1964-1996, mostrados pelo I Censo da Reforma Agrária no Brasil, apontam que nesse período cerca de 200 mil famílias haviam sido assentadas em projetos do governo federal, embora haja quem contestasse esses dados (Bergamasco e Norder, 2003).

No Estado de São Paulo, desde 1980, a luta pela terra se intensifica, protagonizada por diversos movimentos e organizações rurais. Quando o governador Franco Montoro assumiu o governo, em 1983, herdou questões fundiárias não solucionadas, porém já bastante publicizadas, graças à retomada gradual das liberdades políticas (Bergamasco e Norder, 2003). Mas, é a partir de 1995, no governo Mário Covas, que SP assiste a um grande impulso na política de assentamentos. Como relata Bergamasco e Norder (2003), “foi possível assentar ou iniciar o assentamento de mais de 3837 famílias até 1999, das quais 3287 no Pontal do Paranapanema”.

Inúmeros são os aspectos positivos dessa política de assentamentos. No tocante ao seu impacto local, os assentamentos muitas vezes se tornam viáveis para os municípios, que passam a arrecadar um ICMS maior com as transações comerciais dos assentamentos.

“A revista Caros Amigos de julho de 1997, por exemplo, anuncia em sua capa: Promissão, a cidade salva pelo sem-terra. Há na reportagem uma entrevista com o prefeito então em exercício, que reafirma a importância do assentamento na economia do município. ‘Nosso ICMS por habitante é maior que o de Lins, que é uma cidade grande, tem o dobro da população’ ”(Bergamasco e Norder, 2003, pág. 93).

A política de assentamentos é tema de muitos debates e conflitos que estão longe de ter o seu fim. Os atuais governos, seja no âmbito estadual ou federal, conduzem de forma pouco satisfatória o processo de Reforma Agrária. Com relação ao Estado de São Paulo, a região do Pontal do Paranapanema é a de maior importância quando se tematiza essa questão.

Contextualizando o Pontal do Paranapanema

Na região em estudo, criaram-se, desde os anos 1960, assentamentos, que teriam sido uma forma oficial de amenizar e mediar os conflitos (Antônio, 1990). Portanto, a ação estatal teve como intuito controlar os movimentos e, ao mesmo tempo, promover a integração dessa região ao desenvolvimento do estado de São Paulo. Através dessas políticas, o Estado incorpora as reivindicações dos camponeses, mesmo sendo fortemente influenciado pelo poder econômico.

Antônio (1990) destaca, ainda, a intervenção estatal pós 1983 (em meio ao processo de luta pela redemocratização do país), que, ao tentar resolver definitivamente a questão jurídica das terras, permitiu que os interesses da classe ruralista regional fossem ameaçados, dando a conhecer a real situação jurídica das terras em questão: terras públicas ocupadas irregularmente (Leite, 1999). Sempre que nos referimos às políticas de assentamentos no Pontal, a questão da “grilagem” é emergente.

A partir disso, a mobilização dos trabalhadores que se inicia nos anos 1960 e passa por forte refluxo na década de 1970, ressurge, juntamente com os hoje conhecidos conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema. Segundo Fernandes (1996), a partir deste processo de desenvolvimento da luta, surgem as primeiras divergências políticas, em relação ao papel e participação dos Sindicatos de trabalhadores rurais, bem como ao partido vencedor das eleições estaduais de 1982, o PMDB, que na campanha, comprometeu-se com as forças reformistas, sem evidenciar que a desapropriação de terras particulares para fins de reforma agrária é de competência exclusiva do governo federal.

Sem resposta imediata do governo a esta questão, os trabalhadores começam a ocupar terras como forma de luta. Sendo mobilizações visando terras públicas - uma forma paliativa para se resolver a questão emergente - essas ocupações e conseqüentes assentamentos causaram a reação dos latifundiários, que criaram a UDR - União Democrática Ruralista - para a defesa de seus interesses.

Fernandes discute, ainda, uma série de desdobramentos da complexa realidade fundiária do Pontal do Paranapanema, a partir de 1990: as ocupações, as inúmeras dificuldades e violências sofridas pelos trabalhadores neste processo, a fragmentação das relações dentro do próprio Movimento, o

posicionamento de instituições, justiça e partidos políticos e os acordos entre o governo do Estado e os fazendeiros (herdeiros da grilagem) para formação de assentamentos (1996). Seu abrangente trabalho, porém, não foca de modo adequado o que pode ser denominado de “situação de assentamento”, quando os “sem-terra” passam a compor essa nova categoria de produtores rurais, os assentados, cujo destino ainda não está em nada definido.

Os Impasses do desenvolvimento dos P.A.’S no Pontal

Quando o trabalhador consegue o seu lote precisa encontrar soluções para tirar o sustento e conseguir uma renda para sua família. Para além do dilema sobre a produção individual/familiar ou coletiva, pode-se citar globalmente a assistência ao produtor assentados como uma de suas maiores dificuldades.

Um dos principais problemas observados no desenvolvimento dos projetos de assentamentos do Estado é a falta de uma atuação clara, firme e eficiente do corpo técnico (Barone, 2000). A política de concessão de crédito também não é regular e adequada cronologicamente. No tocante a Assistência Técnica, estudos recentes também apontam para as dificuldades estruturais que os técnicos encontram e a relação técnico-assentado se mostra muito complexa.

“Uma maneira exemplar de apresentar essa dificuldade é analisar a relação entre assentados e os técnicos que acima são, didaticamente classificados como “militantes”. Se por um lado a atitude dedicada desse grupo costuma facilitar o acesso dos trabalhadores ao DAF, ele implica num jogo de reciprocidade pouco compreendida pelos técnicos” (Barone, 2000, pág.64).

Os impasses ligados ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos no Pontal são grandes. Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada “terra do Nelore mocho” convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária³, além de uma dificuldade de décadas em superar a estagnação econômica. Mais atualmente, no entanto, a problemática do desenvolvimento regional tem mobilizado os agentes políticos e econômicos do Pontal.

³ Novas ações discriminatórias estão em andamento na Justiça, o que aponta para novas intervenções do Estado e novos assentamentos. Tentando resolver mais rapidamente o conflito, o governo atual fez aprovar uma nova lei de regularização fundiária (2004). No entanto, a baixíssima adesão dos fazendeiros e a falta de apoio dos movimentos sociais (notadamente, do MST), praticamente inviabilizam a aplicação dessa norma.

O diagnosticado “*vazio econômico*”, vivido pela região, começa a ser superado nos anos 2000, devido à recuperação do setor de abastecimento de carne. Embora tardiamente em relação ao Centro-Oeste, a região também tem assistido nesse início de século, ao avanço da sojicultura. Esse movimento econômico – que tem consorciado a pecuária de corte e a agricultura de grãos – não alcança, porém, os projetos de assentamentos.

Com uma importância demográfica e social inegável, essas milhares de famílias estão à margem dessa alternativa de desenvolvimento. Especificamente com relação a essa modalidade de expansão da sojicultura, ao ser ela encaminhada através de um programa estadual de arrendamento, exclui o agricultor assentado dos benefícios concedidos pelo poder público estadual (os assentados, oficialmente, não podem arrendar suas terras). O futuro dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, como da região como um todo, ainda é indefinido. No presente, a concepção dos assentamentos como alavanca ao desenvolvimento regional permanece como um ideário construído pelo MST, sem retorno concreto nas agendas dos poderes envolvidos.

Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST - principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente 2000 associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos P.A.s e “fechar” a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (Ribas e Thomaz Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despoldadeira de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA⁴, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passa também a ser investigada pelo Ministério Público, por denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de

⁴ Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária, principal programa de financiamento de investimentos nos assentamentos, extinto em 1999.

instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno a curto prazo.

Poder Local e os Assentamentos

Os assentamentos são criados através do governo federal ou do governo estadual, mas logo após sua instalação, o poder local (Principalmente as Prefeituras Municipais) tem uma participação quase que total na vida da população assentada. A aproximação da Prefeitura com as lideranças dos assentados, procurando atender algumas demandas, também busca manter um controle sobre eles.

Uma vez que são criados os assentamentos, é inevitável que suas demandas atinjam o âmbito municipal, (sobretudo as Prefeituras), pois é lá que estão instalados os lotes. Isto permite que as Prefeituras se tornem importantes agentes na consolidação dos assentamentos. A relação política entre os políticos locais e a população assentada, no entanto, está sempre muito contaminada pelo clientelismo.

“A criação e desenvolvimento dos assentamentos têm se mostrado importantes na legitimação da luta pela terra, mas, ao mesmo tempo, desautorizam visões idealizadoras sobre o significado de sua presença. Se eles passam a participar do jogo político local, trazem propostas, disputam demandas, nem por isso deixam de reproduzir mecanismos já consolidados através da adesão a determinados modos de fazer políticas, marcados pela troca de favores, que estão no cerne da própria cultura da política brasileira” (Medeiros et al,2002, pág. 195).

Os assentados, na busca de conseguirem coisas imediatas, se aliam a partidos políticos independentemente da ideologia. Exemplo disso é um deputado federal da região de Araraquara que será um importante mediador entre os assentados e o poder público (Barone, 2002). Isso foi notável quando, através desse deputado, se consegue um financiamento para investimento na compra de máquinas para o assentamento Bela Vista.

“Reproduz-se, então, o comportamento típico da clientela política – tanto nos quadros políticos da cidade, quanto nas lideranças assentadas. Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos ‘currais’, na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderno.” (Barone, 2002, pág. 169).

Essas práticas clientelistas têm o seu destaque na assistência social. Muitas vezes, a busca de prefeitos e vereadores em consolidar o seu grupo de apoiadores leva estas práticas adiante. Algumas lideranças do referido assentamento de Araraquara usaram como moeda eleitoral o clientelismo - ajuda nas aposentadorias que uma assentada fazia através de seus contatos políticos (Barone, 2002). Vemos, assim, a forma com que a Prefeitura disponibiliza os seus recursos: através de contatos com as lideranças para cooptar as mesmas em proveito próprio.

Uma alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos com uma maior participação dos assentados foi a criação dos CMDR's (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), que só se tornam interessantes quando todos os agentes envolvidos tem uma participação equitativa, podendo estes decidir sobre o rumo das suas vidas. Os sindicatos têm se mostrado um fator importantíssimo nos CMDR's, embora, em alguns casos, os sindicatos são cooptados pela Prefeitura que, com autoritarismo, decide o que deve ser feito.

Os agricultores familiares se engajam como militantes no CMDR para exercer realmente uma participação. Às vezes, as condições precárias dos representantes da agricultura familiar dos assentamentos minimizam a sua participação. É nessa hora que os Sindicatos de trabalhadores têm que se mostrarem fortes e do lado dos trabalhadores.

Diversas são as formas que o poder local tem de se relacionar com os assentados. Elas podem ser relações clientelísticas diretas, ou até mais institucionais, que se apresenta nos Programas, Planos Ação e Conselhos Municipais. Com relação à integração desses P.A.s ao entorno microrregional e local - sem dúvida, parte integrante desse dilema da situação de assentamento – o conjunto de relações travadas entre o poder público municipal, através de seus agentes, e os trabalhadores assentados, suas organizações e lideranças, define um campo de forças que a pesquisa começa a revelar.

A Relação entre Poder Local e Assentamentos em Presidente Venceslau

Em Presidente Venceslau, município com pouco mais de 36 mil habitantes, uma administração com certa abertura aos grupos mais organizados de trabalhadores (PT) busca, desde a gestão 2001-2004, desenvolver uma política específica para a população assentada em quatro Projetos de Assentamentos (de responsabilidade do ITESP) dentro do município. A principal realização desta administração (reeleita em 2004) foi a conclusão das obras da escola no P.A. Primavera, o maior do município. Embora tendo sido um projeto lançado por uma administração anterior, a gestão atual transformou a Escola do Assentamento Primavera na “menina dos olhos” da administração (expressão usada pelo próprio prefeito, entrevistado em junho de 2004).

Por outro lado, as lideranças de trabalhadores mais organizados dos assentamentos de P. Venceslau, embora empenhem apoio à gestão “de esquerda”, são críticos com relação ao pouco que esse mesmo mandatário realizou para os assentamentos. A limitação de uma política para os assentamentos apenas à instalação da escola numa das áreas reformadas foi uma crítica recorrente, durante o primeiro ano de levantamento de dados em Venceslau.

O principal ponto de discórdia entre prefeito e líderes dos assentamentos refere-se à instalação e orientação da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente (DAAMA), repartição municipal dedicada ao desenvolvimento rural. Desde sua implantação, em 2002, lideranças sindicais rurais, ligadas aos assentados de Venceslau, pleiteiam maior poder de definição nessa repartição, comandada por um agrônomo sem vinculação partidária, mas ligado ao setor de assistência técnica de grandes propriedades pecuaristas.

A DAAMA, segundo seu coordenador, conta com projetos voltados para a capacitação do produtor rural através de dias de campo, excursões técnicas e através de cursos. A atribuição dessa Divisão é fazer as feiras-livres, uma de sábado e uma de quarta-feira, manter o recinto de exposições do município e o horto florestal e o Consórcio Intermunicipal Pró-Estrada, que constitui-se de uma patrulha de máquinas que servem a quatro municípios (o secretário executivo desse consórcio é o coordenador da DAAMA).

Com relação a iniciativas para os assentamentos, o coordenador da Divisão relatou para a pesquisa que um dos trabalhos da DAAMA é no incentivo dos trabalhadores a criarem associações e que todos participem do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), do qual ele é o presidente. Cita-se, também, a participação da comunidade rural no Orçamento Participativo (60% dos moradores da zona rural venceslauense são assentados). A disputa por uma outra patrulha agrícola (conjunto de um trator e implementos) entre grupos de agricultores tradicionais e os assentados, marcou esses primeiros anos do CMDR - que começou a funcionar, de fato, somente em 2002. O encaminhamento desses equipamentos para uma associação de assentados do PA Tupãciretã é sempre citado como uma vitória dos assentados no interior do CMDR de Venceslau.

No entanto, uma das principais lideranças de trabalhadores rurais do município, um sindicalista ligado à FERAESP⁵, tem criticado abertamente a atuação da DAAMA e da gestão petista. Até mesmo porque, segundo ele, a principal atuação da Divisão foi com relação ao programa “Bolsa de Arrendamento para a Soja”,

⁵ Federação dos Sindicatos de Empregados Assalariados Rurais, que embora represente estatutariamente apenas o segmento de assalariados rurais, não deixa de atuar junto aos grupos de sem-terra e assentados.

iniciativa do governo estadual que estaria “barrando a luta pela reforma agrária na região”, pois ocupa produtivamente terras que estão sendo reivindicadas para a Reforma Agrária. Esse mesmo sindicalista rural aponta a frustração com relação ao governo do PT e falou da reivindicação da criação de um cargo dentro da DAAMA para a agricultura familiar (leia-se, para um agente indicado pelo sindicato). Deve-se fazer uma observação a respeito da criação deste cargo, que está sendo motivo de debates e que, em 2005, começa a ficar mais intenso e, ao mesmo tempo, confuso. Uma importante liderança do MST na região, que é assentada em uns dos P.A.'s de Presidente Venceslau, juntamente com uma das lideranças do Sindicato dos Empregados Rurais, começaram a reivindicar a criação de uma secretaria desvinculada da DAAMA o mais urgente possível. Fizeram esta exigência, inclusive, com ameaça de colocar esta proposta para os vereadores da oposição (que são maioria) para ser aprovado na Câmara dos Vereadores.

Também deve-se apontar para outro agente, que é de responsabilidade do governo do Estado, mas que tem um papel fundamental no desenvolvimento dos assentamentos e faz parte do poder local - o ITESP. Este instituto, que deveria ser de uma importância ímpar para os assentados no que tange à assistência técnica, deixa de ser, pois com o avanço do agronegócio é interessante para o governo do Estado manter burocratizado ao máximo este órgão e, ainda por cima, deprimindo salários dos técnicos e não promovendo melhorias na estrutura do ITESP, o que sucateia um bem público em detrimento da iniciativa privada.

Este órgão é duramente criticado pelo atual prefeito, que é do PT, por lideranças sindicais ligadas a agricultura familiar e pelos próprios assentados. Há uma tentativa de aproximação e de trabalho com o ITESP, mas o mesmo, na sua atual forma, não oferece nada que aponte para uma aproximação mais orgânica.

O que pode criar um poder maior de reivindicação por melhorias na vida das famílias assentadas são as Associações, por serem agrupamentos de trabalhadores capazes de pressionar os poderes públicos. Mas, o que se pode perceber é que as Associações de Venceslau não conseguem se estabelecer enquanto representantes dos assentados e nem mesmo consegue uma união interna. Elas existem mais para a gestão de algum bem comunitário (como no caso do trator recebido via CMDR), enquanto se mostram bastante dependentes politicamente de lideranças não assentadas, como políticos da cidade e militantes do sindicato dos empregados rurais.

Conclusão

Este trabalho de pesquisa, desenvolvido ao longo de 2004 e 2005, demonstra a importância de se conhecer a dinâmica entre o poder local em relação aos assentados. É um papel do poder local, sem sombra de dúvidas, o

desenvolvimento dos assentamentos que, se bem trabalhados, só favorecem a economia do município com a arrecadação oriunda da produção dos assentados (como se vê no caso do supracitado município de Promissão/SP).

No trabalho desenvolvido pode-se perceber que os assentamentos de Presidente Venceslau, que juntos chegam a ter 250 famílias, não podem ser esquecidos pelo poder local. A Prefeitura, através das Divisões (Educação, Agricultura e etc.) tem uma participação dentro dos assentamentos. Os assentados buscam fazer ouvir suas reivindicações através do CMDR, que é uma oportunidade de estarem discutindo as demandas para os assentamentos. Têm, também, uma participação significativa no Orçamento Participativo. Várias são as críticas, que os assentados fazem em relação a todos estes agentes do poder público, que não os representam em seus interesses. O principal alvo das críticas, sem dúvida nenhuma, é o ITESP, cujos técnicos são, muitas vezes, hostilizados.

A Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – que tem uma atuação interessante junto aos P.A.s - é administrada pelo Partido dos Trabalhadores e o Estado de São Paulo, que controla o ITESP, é administrado pelo PSDB. Então, muitas vezes, tem-se esta disputa política, de interesses partidários e de projetos para os assentados.

Finalmente, cremos que este trabalho só será válido se tiver alguma utilidade prática e se todas as informações chegarem às lideranças dos assentados e ao poder público. A construção de uma vontade política pró-assentamentos conduzirá de forma satisfatória os desdobramentos dos projetos do poder local com vistas ao desenvolvimento dos P.A.'s.

Referências:

ANTONIO, A. P. O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado. Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. “Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária” in BERGAMASCO, S.M.P.P. et al (org.) Dinâmicas familiar, produtiva e cultura nos assentamentos rurais de São Paulo, Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

BARONE, L.A. “Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária: Da Política Reativa ao Vazio de Projeto-O caso do estado de São Paulo” in FERRANTE, V.L.S.B.(org.) Retratos de Assentamentos, ano V, nº8, Araraquara, NUPEDOR/FCL, 2000.

BARONE, L.A. “Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária”(Tese de Doutorado) Araraquara, FCL/Unesp, 2002.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. “A Alternativa dos Assentamentos Rurais: Organização Social, Trabalho e Política”- São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. “Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)” in MEDEIROS, L.S. e LEITE, S.(org.) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFGS/CPDA, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano *MST formação e territorialização* São Paulo: Hucitec, 1996.

LEITE, José Ferrari *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, L.S. et al “Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro” in MOREIRA, R.J e COSTA, L.F.C.(org.) Mundo Rural e Cultura, Rio de Janeiro, Muad, 2002.

MEDEIROS, L.S. e LEITE, S. (org.) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFGS/CPDA, 1999.

RIBAS, A. D.; THOMAZ JR, A. “A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho”. Revista Geografia em atos, V. 1, nº 2, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000.

PODER LOCAL E ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO EM MARABÁ PAULISTA

Cíntia C. Farias dos Santos¹

Luís Antônio Barone²

Introdução: campo político e as tensões do poder local frente aos assentamentos

O presente texto busca articular reflexões acerca das relações entre o chamado poder local e os assentamentos rurais. O trabalho ora apresentado é um extrato de uma monografia de bacharelado em Geografia, constituída basicamente como um subprojeto de uma pesquisa mais ampla voltada ao tema (“Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência”), sob coordenação de meu orientador. Propõe-se, aqui, discutir essas relações em um contexto local específico: Marabá Paulista, município localizado no Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista), esclarecendo como se dá a inserção política dos assentados no referido município.

Essas relações de poder compõem um campo de disputas no qual as tensões se expressam através de possíveis conflitos, acomodações e resistências (BARONE, FERRANTE e WITHAKER, 2004). A pesquisa buscou apreender essa “trama de tensões” em suas diversas expressões, na esfera das políticas municipais. O projeto maior busca avaliar as diferenciadas formas de ação levadas adiante pelas prefeituras face aos projetos de assentamentos rurais, como expressão de um jogo de forças que transcende a dimensão meramente institucional e põem em questão interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes deste jogo. Objetivamos estudar os novos rearranjos que a participação crescente dos assentados como atores

¹ Geógrafa, bacharel em 2005 pela FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente.

² Sociólogo, professor doutor do Depto. Planejamento, Urbanismo e Ambiente (FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente)

políticos e econômicos locais provocam: a possível constituição de redes de cooperação e a (re)constituição de mecanismos de controle e de dominação.

Nesse campo político (BOURDIEU, 1989; BARONE, 2002), a trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas (nesta pesquisa, principalmente de âmbito municipal), mediante práticas clientelistas com fins eleitorais. O fato dos assentados serem beneficiados por projetos específicos, desenvolvidos pelas prefeituras gera tensões de diferentes ordens. As relações travadas entre as lideranças assentadas e os agentes políticos do município levam os assentamentos a entrarem ou não na agenda das prioridades de desenvolvimento local/regional, situações que foram investigadas ao longo do trabalho. Na esfera política, os assentados, como atores, relacionam-se com os políticos locais na discussão de reivindicações e busca de alternativas aos seus dilemas, revelando tensões que podem ser de conflito ou de acomodação – seja na possibilidade de vislumbre de projetos alternativos que cumpram as exigências das aspirações dos assentados ou através da manutenção de laços clientelistas tradicionais – seleção de cabos eleitorais, troca de favores, enfim a cultura da dádiva. Surge como possibilidade, a emergência de uma nova cultura política, através da participação dos assentados em espaços institucionais de decisão.

Poder Local: breve discussão teórica

O problema do Poder Local nos estudos políticos brasileiros vem sendo discutido há décadas. Inicialmente, é fundamental apreender os fenômenos intrinsecamente ligados a esta questão, especialmente o coronelismo, que na grande maioria das discussões sobre poder local, é colocado como elemento definidor, advindo de uma prática da política tradicional.

Como principal referência da origem do coronelismo no Brasil, temos o trabalho intitulado "Coronelismo, Enxada e Voto", que aborda as formas de manutenção de poder privado, estruturado por "uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido" (LEAL, 1975 p. 252). Tal dinâmica se configurou como sistema político vigente a partir da Primeira República e possuía, como características evidentes, sua atuação ao reduzido cenário do governo local em municípios do interior, considerados rurais, que tinham no isolamento seu grande aliado para sua manutenção.

O “arranjo coronelista”, segundo sua conhecida conceituação, era um “compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 1975 P. 20). Segundo Leal, este sistema aproximava o líder político local aos representantes do governo estadual.

[...] o partido do governo estadual não pode dispensar o intermédio do dono de terras... Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal. Mas em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema de reciprocidade... (LEAL, 1975 p.43).

[...] se os candidatos ao governo municipal, que forem apoiados pelo governo estadual, são os que têm maiores oportunidades de fazer uma administração proveitosa, esse fato já predis põe decisivamente grande número de eleitores em favor do partido local governista. (LEAL, 1975 p. 52).

A decadência do sistema coronelista tem início a partir de 1930, período em que a economia brasileira já não se caracterizava essencialmente rural, haja vista a rivalidade entre a produção industrial e a produção agrícola, bem como a crise do café, responsável pela redução do poder econômico dos fazendeiros. Estes e outros fatores nos quais se apóiam a estrutura econômica e social que sustentavam o coronelismo tiveram considerável enfraquecimento dando espaço a novas configurações políticas. Uma nova problemática emerge: a provável "morte dos coronéis" teria como consequência o surgimento de um novo político local, com características modernas. Esta análise sugere o surgimento deste "político profissional", inserido na realidade do interior modernizado. (KERBAUY, 2000)

É fato que as transformações político – econômico - sociais no país vão gradativamente corroendo o principal sistema de dominação, ou seja, o coronelismo. Ao contrário da localidade e isolamento, característicos do antigo sistema, a prática política deve ser institucionalizada, além de estabelecer estratégias políticas de relacionamento com os governos federal e estadual. Apesar das mudanças neste cenário, é imprescindível o controle social e político para que continuem sendo atendidos os interesses das classes dominantes. Mesmo com incentivos para o aparecimento de partidos políticos, julga-se necessária a submissão política dos municípios. Assim, "o clientelismo é mantido como um dos mecanismos de controle" (KERBAUY, 2000), que vem acompanhado de novas formas de controle como o burocratismo e o corporativismo.

Em busca de maior democracia, Daniel (1994) aponta a negação, no âmbito local, dos fundamentos do neoliberalismo, sistema este preocupado com o homem econômico, contrários aos princípios democráticos que evidenciam o homem como cidadão buscando seus direitos. Segundo Daniel,

uma contradição se mostra nos governos municipais ditos democráticos, porém calcados pelas relações pessoais, de amizade e do clientelismo. Sobre isso ensina Daniel:

[...] O primado do privilégio a amigos e aliados nega, na prática, o princípio de garantia de direitos iguais para todos. Por isso, a afirmação de uma cultura política democrática exige, tanto de parte do poder político quanto da sociedade, a renúncia às tentações do fisiologismo em suas diferentes formas. Por isso também a garantia de direitos iguais para todos é um pressuposto da participação real onde não vigoram direitos iguais, não há como garantir o direito a participar igualmente e a participação tenderia a perder sentido ou tornar-se mera manipulação (DANIEL, 1994 p. 25).

No âmbito do poder local, podemos distinguir três esferas: o governo local, a máquina administrativa e a Câmara Municipal. Ao falar da participação popular no governo local, Daniel (1994) aponta os problemas desta discussão em que tal participação ficou restrita à questão dos Conselhos. Segundo ele, a participação popular vai muito além destes espaços, pois, os Conselhos, com sua formalização política, impedem avanços, por contribuírem na criação de expectativas infundadas e sem atribuir a devida importância de realizações concretas. Mais um problema se apresenta quando os Conselhos são considerados como órgãos da sociedade que independem do Estado (como se existissem espaços democráticos diferentes para a sociedade e para o Estado). Com isso, Daniel (1991) afirma a abertura de um sistema paternalista, de um governo dito democráticos, a “amigos” – no caso, as lideranças dos supostos conselhos populares “vinculados politicamente aos governantes” (DANIEL, 1994), ao passo que exclui o restante da sociedade organizada e retira seu direito de participação. Conseqüentemente, não há o processo de partilha do poder político. Daniel afirma que tal processo é bastante comum nas prefeituras onde os canais de participação restringem-se às elites locais.

Reforma Agrária, Assentamentos Rurais e a questão do Poder Local

As políticas públicas agrárias freqüentemente estão associadas a conflitos no campo. São, portanto, formas de intervenção para minimizar tensões sociais específicas, buscando certo consenso. A luta pela terra presente desde o Brasil colonial assumiu características diferentes ao longo dos anos sendo evidenciada através dos vários conflitos que demonstram a dinâmica das populações rurais.

As políticas para os assentamentos em geral, são elaboradas por técnicos, estes, distantes da realidade social dos assentados, que por sua vez, são ignorados, bem como sua história, seus valores e interesses. Em decorrência,

os resultados destas políticas (no tocante ao aspecto financeiro) são considerados negativos, uma vez que não obtém o sucesso econômico esperado, provocando tensões entre os membros dos assentamentos e as entidades governamentais que são responsáveis por sua execução.

No caso brasileiro, a implantação de assentamentos está vinculada a uma tentativa de controlar e atenuar a violência dos conflitos sociais no campo. Através da implementação cria-se um locus para o exercício do controle e também de disputas. A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerida a propriedade agrícola pelos pequenos produtores, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos no qual sua efetivação só se torna possível graças à intensa reivindicação dos movimentos sociais.

Ferrante (1999) descreve os assentamentos rurais como "projetos públicos", ações aparentemente "não políticas" efetuadas pelo Estado. O assentamento aparece como um "presente" oferecido pelo governo a quem os assentados não tem o que questionar e seu comportamento ou a construção deste é orientada, causando alterações na sociabilidade e nas formas de organização política dos assentados. Porém tais processos ocorrem entorno de impasses, e se fazem presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas.

No que tange à discussão sobre as relações de poder local (por meio das prefeituras municipais) e os assentamentos rurais, podemos afirmar que a participação do poder público municipal é bastante diferenciada. "Até recentemente, pouca ou nenhuma participação no destino dos assentamentos advinha das prefeituras municipais, cabendo a estas apenas a questão de infra estrutura" (FERRANTE; BARONE, 2003). Ao contrário do que estamos acostumados, devemos atentar para que o poder local não é um agente neutro nos processos vivenciados pelos assentamentos (sejam processos econômicos, sociais, de sustentabilidade, etc.), mas fundamental no desenvolvimento dos mesmos.

Sobre as práticas clientelistas, norteadoras das relações entre Poder Local e Assentamentos Rurais, Barone (2004) destaca a existência de uma política de "atendimento direto que aproxima algumas lideranças do político que governa a cidade enquanto afasta os que são opositores". Essas relações mostram-se reveladoras na realidade de Marabá Paulista e seus Assentamentos Rurais como veremos adiante.

Contextualização Histórica-Geográfica: o Pontal do Paranapanema e o município de Marabá Paulista

Para abordar o tema proposto se faz necessário resgatar alguns aspectos históricos fundamentais do processo de ocupação do Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista). Segundo Leite (1998), até 1950 a ocupação da Alta

Sorocabana deu-se apenas ao longo dos trilhos da ferrovia. Somente a partir desta década é que as frentes pioneiras começaram a se afastar do espigão da estrada de ferro em direção às terras mais novas dos vales do Rio do Peixe e Paranapanema.

Tendo em vista o aumento populacional, novos municípios começam a ser formados a partir do fracionamento do território, especialmente o de Presidente Venceslau que, segundo Leite (1998) era o mais extenso da região, com cerca de 6.620 Km². Neste processo, o referido autor evidencia a questão do grande número de pessoas que chegaram ao Pontal em busca dessas "terras novas", sem qualquer preocupação destes em saber a quem as mesmas pertenciam.

O processo de criação de reservas no Pontal do Paranapanema seguiu as tendências conservacionistas do Estado de São Paulo, que criou órgãos voltados à questão do meio ambiente bem como Códigos florestais, já nos anos 1940.

A partir daí, visto o problema do excedente da mão-de-obra rural na região, tem início sucessivas invasões às reservas florestais, marcadas pela total falta de fiscalização do estado e por grandes embates políticos entre os que defendiam a manutenção das reservas e os que acreditavam que tal fato impedia o crescimento econômico e social da região.

Diferentemente do que podemos imaginar, a luta pela terra no Pontal do Paranapanema começa no seu processo de ocupação, onde o desrespeito à lei, a violência e os desmandos provocados por interesses econômicos e políticos são sua marca registrada.

Antônio (1990) afirma que na Alta Sorocabana, a partir de 1960, o processo de conquista da terra ocorreu também em caráter reformista, não provocando transformações na estrutura social, sendo então o Estado e o sistema econômico, os verdadeiros beneficiários deste processo. Neste período os camponeses não mais querem buscar oportunidades em outras regiões, querem, através da resistência e ocupação, conquistar a terra e produzir nela.

Diante de tais fatos criam-se os primeiros assentamentos na região que, segundo Antônio (1990), foram uma forma pela qual o Estado amenizaria e mediaría os conflitos através do assentamento desses camponeses. Portanto, a ação estatal teve como intuito institucionalizar esse movimento e, ao mesmo tempo, promover a integração da região do Pontal do Paranapanema ao desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Através dessas políticas, o Estado acreditava solucionar e regularizar a questão das terras da região, pois o mesmo é um promotor de políticas a favor das classes dominantes e formulador de planos para as classes subalternas; ele é conivente, é produto de subordinação de uma classe à outra (Antônio, 1990). Assim, o Estado incorpora as reivindicações dos camponeses, (por pressões advindas dos mesmos) e é dominado pelos grupos econômicos. Neste

cenário intensificam-se os grandes conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema.

A luta pela terra no Estado e no Pontal do Paranapanema hoje

Segundo Fernandes (1999,) no Estado de São Paulo, a luta pela terra resultou de uma diversidade de experiências que tiveram início em 1979. A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, marcou a origem do MST no Estado, luta esta, contra a expropriação e exploração.

No início da década de oitenta, após os sucessos das recentes conquistas de terras e experiências divulgadas nos encontros entre os trabalhadores sem-terra, novos movimentos começaram a se organizar. Neste momento, as lutas de resistência dos trabalhadores no campo retomam a sua organização a partir da abertura política e início da derrocada do regime militar (FERNANDES, 1999 p. 89).

Analisando o histórico de formação da fazenda Primavera, Fernandes (1999) expõe a questão da grilagem de terras devolutas, característica marcante no Oeste do Estado de São Paulo. Além dos conflitos estabelecidos pela cobrança da renda da terra, estes tomaram maior proporção devido a novas formas de exploração impostas pelos fazendeiros que, além de tornar os posseiros completamente dependentes faziam da pecuária uma forma de pressão para que os trabalhadores deixassem as terras. Outras práticas violentas contra os posseiros estiveram presentes neste processo, contribuindo para o crescimento da luta, bem como da organização e união dos trabalhadores.

Ainda segundo Fernandes (1999), a partir deste processo de desenvolvimento da luta, surgem as primeiras divergências políticas, em relação ao papel e participação dos sindicatos de trabalhadores rurais, bem como ao partido vencedor das eleições estaduais de 1982, o PMDB. Em campanha, comprometeu-se com a questão agrária sem evidenciar que a desapropriação de terras particulares para fins de reforma agrária é de competência exclusiva do governo federal. Sem resposta imediata do governo a esta questão, os trabalhadores começam a ocupar a terra como forma de luta, sendo mobilizações visando terras públicas: uma forma paliativa para se resolver a questão emergente. Essas ocupações e conseqüentes desapropriações causaram, a reação dos latifundiários que criaram a UDR - União Democrática Ruralista - para a defesa de seus privilégios e interesses.

O MST começa, em 1984/1985, seu processo de consolidação no Estado de São Paulo. A partir de 1986/1987, se especializou por quase todo o Estado (FERNANDES, 1999), o que se configurou como desenvolvimento de novas

formas de lutas. Em conseqüência, novas experiências e ações se manifestaram concretamente neste período. Entre 1995/1996, época esta que se evidenciou os conflitos fundiários no Pontal do Paranapanema, o MST espacializou as novas práticas e teria territorializado a luta pela terra, o que provocou o aumento das ocupações no Estado.

Fernandes (1999) discute, ainda, todos os desdobramentos da complexa realidade fundiária do Pontal do Paranapanema a partir de 1995: as ocupações, as inúmeras dificuldades e violências pelo qual passaram os trabalhadores neste processo, a fragmentação das relações dentro do próprio Movimento, o posicionamento de instituições, justiça e partidos políticos, os acordos vergonhosos entre o Estado (que comprou suas próprias terras) e grileiros para formação de assentamentos, o papel da UDR e seus esforços contra a reforma agrária, o papel da mídia que desvirtua o caráter real da luta.

Caracterização sócio-econômica do município de Marabá Paulista

O município de Marabá Paulista teve origem de um povoado do município de Presidente Venceslau, denominado “Areia Dourada”, constituído por dois grandes imóveis que perfaziam, em sua sua área total, as fazendas Santo Antonio e Ribeirão das Antas. O Município está localizado a oeste no Estado de São Paulo, distante da Capital cerca de 650 Km. Em 1938, um grupo de agricultores nordestinos iniciou, no Povoado Areia Dourada, a cultura do algodão. Com esse grupo de agricultores vieram também pequenos comerciantes de outras origens, como espanhóis, italianos, japoneses, etc.

No ano de 1944, o local foi elevado a Distrito de Paz, com o nome de Areia Dourada. Marabá Paulista foi elevado a município, já com esse nome, na comarca de Presidente Venceslau, com sede na vila de igual nome (ex-Areia Dourada) e com território desmembrado do respectivo distrito, cuja instalação se deu no dia 1º. de janeiro de 1954. A área territorial da unidade é de 917 Km² e possui 3.827 habitantes, segundo o IBGE³.

A primeira lavoura do município foi a do algodão, plantada em grande escala na época em que se originou o Povoado Areia Dourada. Outrora, a economia do município se baseava em diversas atividades agropecuárias. Atualmente, a principal atividade econômica é a pecuária. A segunda atividade mais importante é a agricultura, planta-se: algodão, amendoim, arroz sequeiro, feijão de inverno, mamona, milho, soja, cana-de-açúcar para a indústria, mandioca e manga.

³ Dados do censo de 2000.

Marabá Paulista é um município marcado pela precariedade econômica e, conseqüentemente, destaca-se a pobreza de sua população. As únicas opções de emprego são as advindas do funcionalismo público municipal, as advindas das confecções (na área urbana) ou do assalariamento temporário (os chamados bóias-frias). Não há rede de comércio forte. Ao contrário: muitas das necessidades básicas dos cidadãos, (que vai desde a alimentação, a serviços de saúde) precisam ser supridas através da busca em outros municípios da região.

Segundo o ITESP⁴, 80% da população rural em Marabá Paulista é assentada. São seis os Projetos de Assentamentos (P.As) existentes no município (cf. tabela 01).

Tabela 01 - Assentamentos de Marabá Paulista

P.As	Ano de criação	Nº de lotes	Área total
<i>Areia Branca</i>	<i>1988</i>	<i>87</i>	<i>1.879,49 ha</i>
<i>Santo Antônio de Marabá Paulista</i>	<i>1999</i>	<i>73</i>	<i>1.822,47 ha</i>
N Sra. Aparecida	<i>2002</i>	<i>17</i>	<i>616,09 ha</i>
<i>Santo Antônio da Prata</i>	<i>2004</i>	<i>34</i>	<i>813,57 ha</i>
São Pedro	<i>2004</i>	<i>08</i>	<i>261,45 ha</i>
<i>Santa Maria II</i>	<i>2004</i>	<i>40</i>	<i>1.091,06 ha</i>

Fonte: ITESP/ GTC – Presidente Venceslau

Segundo o ITESP (GTC⁵ de Presidente Venceslau), os assentamentos foram formados a partir de acordos entre os proprietários das terras e o Estado. Não houve processo de acampamento, nem ligação ao MST (com exceção dos PAs implantados no ano de 2004). Foram feitos cadastros das famílias interessadas, bem como o processo seletivo através do órgão citado. Porém, durante a pesquisa para a monografia, foi comprovado que tais informações não se configuram como exatas. O importante é a interferência da política local na constituição dos P. As. (cf. segue).

As principais culturas dos assentamentos são: milho, mandioca, feijão e algodão, além da produção leiteira. Os cultivos de milho, feijão e algodão são vendidos a "intermediários". A venda da mandioca é feita à uma indústria do município de Bataguassu - MS, e a produção leiteira por sua vez, tem sua distribuição inicialmente feita à cooperativas e laticínio em Presidente Epitácio.

Parte da eletrificação dos assentamentos foi feita através do programa

⁴ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva". O dado foi recolhido em entrevista com técnico do órgão que atua em Marabá Paulista.

⁵ Grupo Técnico de Campo.

"Luz da Terra" pelo ITESP. Porém, segundo algumas lideranças, os assentamentos São Pedro, Santa Maria II e parte do assentamento N Sra. Aparecida ainda não possuem energia elétrica. O ITESP também foi responsável pela criação de poços e abertura de estradas.

Num primeiro momento, tais informações nos levaram a crer que o ITESP é o único órgão a desenvolver políticas aos assentamentos, porém tais ações fazem parte do cronograma comum do ITESP, semelhante a diversos outros assentamentos. Algumas ações foram levadas adiante pela Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, porém, sem grandes efeitos (ou pelo menos sem efeitos benéficos à coletividade).

A constituição de uma elite política local em Marabá Paulista⁶

Tal discussão busca dar conta do histórico político do município de Marabá Paulista (fundado no ano de 1955) e, conseqüentemente, a constituição da recente elite política local. É importante salientar que o resgate de tal histórico político foi possível pelos relatos orais prestados por antigos moradores do município que acompanharam este processo político desde o seu início. Segundo tais fontes, marcante é o fato do controle político do município historicamente ter sido exercido por meio de acordos entre partidos e grupos ditos "adversários", constatado pela alternância desses atores no poder. Um exemplo claro demonstra-se nos primórdios da vida política no município: MDB e ARENA fizeram uma história de acordos e "troca de apoios" enquanto partidos políticos. Esta afirmação baseia-se na postura assumida pelos atores que fizeram parte desse jogo político como veremos a seguir.

Em 1959 (quatro anos depois da emancipação do município) é eleito o primeiro político a destacar-se no cenário municipal. Após o golpe militar, filiou-se ao MDB e foi o responsável pela criação de um grupo político hegemônico dotado de características próprias no que diz respeito ao controle e manutenção do poder. Sempre pautados pelos arranjos tradicionais. Este ator em questão controlou o poder até o ano de 1969, ora sendo o representante do executivo, ora "apoiando" outros atores que se tornaram prefeitos. Aliás, bastante peculiar é a questão do "apoio" político em Marabá Paulista. Sabe-se que este é um subterfúgio comum no município para a "divisão" do poder entre as partes interessadas.

Segundo munícipes antigos, na campanha eleitoral de 1969 o então "detentor do poder", resolveu apoiar um jovem vereador que se destacou em sua gestão. Tratava-se de João Silva, filiado à ARENA e comprometido em dar continuidade ao curso da política municipal, caso fosse eleito. E assim aconteceu. Porém, o jogo político é marcado por diferentes interesses e, conseqüentemente, por ações "inesperadas". A

⁶ Por uma questão de ética na pesquisa, os nomes citados nesta parte são pseudônimos dos agentes reais.

manutenção dos arranjos prosseguiria, porém, com a entrada de novos atores no jogo. A década de 1970 assistiria a algumas mudanças.

E assim aconteceu. Para dar continuidade às práticas políticas comuns no município, João Silva apoiou apenas uma chapa na qual o cabeça comprometeu-se até mesmo a renunciar de seu mandato depois de certo período para que o vice, pudesse também partilhar dos “benefícios” da máquina administrativa (essa prática vai se repetir por várias eleições). Entre esses novos atores, surge um professor bastante articulado (Arquibaldo Mendes) que, outrora aliado, figurou como uma ameaça real ao poderio de João Silva. Este, por sua vez, munido de manobras bem sucedidas e contando com o apoio de arranjos feitos por seus aliados, conseguiu reduzir a importância do novo ator dentro do grupo e, conseqüentemente, podar suas pretensões.

Mesmo descontente com tal manobra, este ator sustentou seu apoio ao líder do grupo em troca da falsa promessa de que se tornaria prefeito na gestão seguinte (de 1983 a 1988). Entretanto, a todo o momento surgem novos atores no jogo e, em 1982, na convenção que decidiria qual o candidato a ser lançado pela ARENA, uma “surpresa”: a promessa não se cumpriu. Um novo ator (Manoel Ribeiro) rouba não somente a cena como a nova gestão. Um novo acordo é firmado para que o grupo não perca o apoio político daquele que novamente fora enganado. Segundo munícipes, o mesmo contentou-se com o cargo de vice-prefeito de posse de um documento assinado e com registro em cartório de que Manoel Ribeiro renunciaria seu mandato após três anos.

Manobras paralelas foram executadas por João Silva a fim de aumentar o número de membros de seu grupo, bem como sacramentar seu domínio político. Munícipes afirmam que João Silva era quem governava o município apesar de oficialmente Manoel Ribeiro ter sido eleito prefeito. Os vereadores apoiados por ele eram maioria no legislativo, inclusive, um de seus genros (que faria João Silva perder uma eleição posteriormente) também entrara no jogo como vereador. Nesse período, cresce o grupo daqueles que o apoiava embora a oposição tornava-se mais forte, inclusive dentro do grupo.

A desconfiança era a principal causa da dissensão. Três anos se passaram e, de posse da declaração assinada e devidamente registrada em cartório, o então vice-prefeito, ingenuamente, foi requerer o cumprimento do acordo. Manoel Ribeiro, o prefeito, orientado por João Silva, não cumpriu a promessa. Começavam aí as divergências declaradas e a fragmentação deste grupo político, em que alguns defendiam o prefeito, com o apoio de João Silva, e outros que reivindicavam não só a saída definitiva do mesmo do grupo, mas também do cenário político do município. Entretanto, Manoel Ribeiro permaneceu fiel ao aliado político e o apoiou novamente nas eleições de 1988. Para garantir a vitória nas eleições, João Silva teve como vice um membro do grupo opositor, “descartado” após três meses de gestão. Comenta-se que alguns vereadores teriam sido eleitos por conta das promessas feitas em torno da distribuição de lotes do assentamento Areia Branca, criado em 1988.

A troca de favores entre aquele “grupo fechado” estava “a caminho do fim” e a fragmentação deste mesmo grupo iniciou-se nas eleições de 1992. Supostamente sentindo-se “culpado” pelas frustrações daquele que por duas vezes fora prometido o “poder”, João Silva (PMDB e posteriormente PDS) decidiu apoiá-lo. Todavia, a essas alturas do jogo político, o professor Arquibaldo Mendes não mais se caracterizava como um candidato forte. Seu adversário? Manoel Ribeiro (filiado ao PMDB) que de todos os aliados políticos remanescentes do “grupo”, só obteve apoio de seu sobrinho, outrora vereador e atual prefeito. Como poderia então ter ganho sem o renomado e conhecido suporte do grupo liderado por João Silva? Numa manobra política previsível e já utilizada anteriormente aliou-se ao grupo outrora opositor. Mesmo ganhando a disputa política, oito vereadores eram opositores. Comenta-se que, para governar com o apoio da Câmara Municipal, Manoel Ribeiro foi pressionado a beneficiar o grupo com aumento de salários.

A gestão de 1993 a 1996 foi marcada, sobretudo, pela cultura da amizade, da dádiva, da troca de favores aos aliados. Municípios afirmam que pouco foi feito pelo município (e o que foi feito tornou-se alvo de grandes escândalos posteriores, que envolveram, entre outras coisas, o super faturamento de obras, como veremos a seguir). Em contrapartida, nunca se viu (pelo menos não declaradamente), tantos benefícios e gentilezas advindos dos cofres públicos. Comenta-se, como exemplo, que boa parte dos jovens que ingressaram e concluíram cursos superiores no período daquela gestão, tiveram seus estudos financiados com recursos da Prefeitura Municipal.

Vieram as eleições de 1996. Apoiados por Manoel Ribeiro (PMDB) era o momento de lançar os “aprendizes” de João Silva contra ele. Um dos “aprendizes” era o sobrinho de Manoel Ribeiro, que se candidatou a prefeito. Contudo, a fonte de recursos que, por tantas vezes, sustentou palanques estava quebrada. Não só a Prefeitura encontrava-se endividada, como Manoel Ribeiro passava por grandes dificuldades financeiras. Afinal, muito havia sido feito pelos aliados durante sua última gestão. E, como em Marabá Paulista um voto (para a esmagadora maioria da população) equivale à uma cesta básica, alguns tanques de combustível e vários sacos de cimento, faltaria dinheiro para a “conquista de eleitores”.

Na outra face da moeda encontrava-se mais uma vez, João Silva (filiado agora ao PSDB) e, como vice, alguém completamente anulado que serviu apenas para posar para as fotos dos chamados “santinhos”. As eleições foram vencidas novamente por João Silva. O poder voltava às mãos do “eterno mestre”. Pela primeira vez, nesta gestão, assentados ocupavam cadeiras no legislativo: Luis Alves (PSDB) e Armando Souza (opositor, filiado ao PP), ambos do P.A. Areia Branca.

Apesar de vencido, municípios denunciaram que Manoel Ribeiro “colaborou” e “usufruiu” da gestão de João Silva e, neste período, o super faturamento de obras tornou-se de conhecimento público. Sobre isso, destacam-se a construção do matadouro municipal (com início das obras na gestão anterior) e a construção

de uma ponte no Assentamento Areia Branca. Sobre esta última obra citada, munícipes afirmam que os materiais para a construção da ponte foram comprados na gestão de Manoel Ribeiro, que teria utilizado notas frias de uma empresa fantasma localizada no município de Assis. Além disso, em ambas as obras foi declarada a existência de serviços terceirizados, o que na realidade não ocorreu. Comenta-se que o dinheiro do super faturamento das obras teria sido dividido entre os dois.

O matadouro municipal esteve ativo apenas três meses após sua inauguração. Segundo munícipes, o mesmo teria fechado por problemas com a vigilância sanitária, que apontou falta de equipamentos apropriados para o funcionamento. Sobre a ponte construída no assentamento Areia Branca, esta foi uma obra de manutenção de estradas de acesso ao assentamento. Não há relatos que confirmem algum tipo de benefício para assentados.

Em 1999, cria-se o Assentamento Santo Antônio de Marabá Paulista, fruto de pressão exercida por João Silva que teria se comprometido na campanha, em “distribuir terras” para alguns de seus eleitores. Filiado ao PSDB (mesmo partido do governo Estadual e Federal) João Silva consegue a arrecadação das terras, e, conseqüentemente, a fidelidade dos eleitores assentados.

Os depoimentos a seguir confirmam essa disposição:

“...Em meados de 1999, o Bragato esteve no nosso assentamento, acho que era campanha política... Ele prometeu um trator que veio mesmo. Só que em 2001 para 2002, o trator foi embora. Ficamos sabendo que era preciso uma associação para que tivéssemos o trator. Quando entrou o outro prefeito em 2001, ele ofereceu cursos em parceria com o SEBRAE para que a gente tivesse noções de associativismo, para que a gente montasse mesmo uma associação... O Projeto chamava-se PMDLIS⁷ e era muito bom, só que os assentados aqui da Santo Antônio pensam que tudo é política e como eles tinham votado “contra” esse prefeito, resolveram boicotar o curso. Ficavam falando que ninguém ia fazer palanque as custas deles. Um pouco também é comodismo da maior parte dos assentados que não tem uma visão grande sobre tudo isso. Eles não pensaram que, independente do curso virar palanque, era uma coisa boa para nós... Mas é complicado, pois, pelo menos 90% do assentamento votou no João Silva...” (A B. Jovem assentado no P. A Santo Antônio de Marabá Paulista. Setembro de 2005).

“... Aqui neste assentamento minha filha, não tem nada... Bom era na época do João Silva, que pelo menos fazia alguma coisa pra nós... E mesmo que ele não fizesse, foi ele quem conseguiu esse pedaço de chão pra gente...” (relato de C D. assentada no P. A Santo Antônio de Marabá Paulista. Setembro de 2005).

⁷ Programa Municipal de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável.

Sabendo da improvável vitória nas eleições de 2.000, João Silva e Manoel Ribeiro resolveram “reatar” formalmente os laços políticos. João Silva mais uma vez lançou-se candidato pelo PSDB apoiado por Manoel Ribeiro e tendo novamente como vice o político das fotos nos santinhos. Cansados da alternância no poder, desconfiados com um novo escândalo de suposta falsificação de assinaturas em cheques feitas pelo filho de João Silva e atraídos pelo slogan “o sangue novo no poder”, os eleitores apostaram em seus aprendizes. A administração no período de 2001 a 2004 tornou um cargo público (o de prefeito) em agente de interesses privados. Os vereadores assentados se reelegeram e a postura tradicional deles permaneceu intacta.

A cultura da dádiva, presente nos primórdios da política marabaense continuava a reinar. Em 2.002 foi criado o assentamento N Sra Aparecida, cuja distribuição dos lotes teria favorecido aliados políticos que, além de serem “presenteados”, novamente comprometeram-se em apoiar o candidato da situação nas próximas eleições. Em 2004, três novos assentamentos foram criados: Santo Antônio da Prata, São Pedro e Santa Maria II, este com participação do MST. O então prefeito procurou atender a todas as reivindicações dos assentados, visando à conquista de votos, o que na prática, conseguiu.

Nas eleições de 2004, o então vice quis se tornar prefeito. Para tanto, contou com o apoio de Manoel Ribeiro (que novamente cortou relações com João Silva) e do então prefeito, mas contou especialmente com um “desentendimento” familiar: João Silva prometera lançar a candidatura do genro, mas, num último momento não o fez, decidindo participar do processo político novamente como candidato.

A disputa foi bastante interessante. Pela primeira vez o eleitor contou com três opções de voto. Boa parte do fiel eleitorado de João Silva (descontentes pelo não cumprimento de promessas que foram feitas em trocas de favores) decidiram apoiar o genro filiado ao PV. Este tinha como vice, um técnico do ITESP, figura bastante popular no município. Com a fragmentação do que restava do “grupo” de João Silva, este não foi capaz de vencer os “aprendizes”. Sobre isso, munícipes explicam a escolha do vice-prefeito: este teria sido lançado para tal cargo apenas por possuir maior cacife financeiro para bancar o período de campanha eleitoral. Afinal, o candidato a prefeito estaria passando por sérias dificuldades financeiras.

João Silva foi derrotado, não só pelos aprendizes, como também pelo genro que, involuntariamente foi o responsável por tal fato. O genro de João Silva não teria ganho força política para vencer as eleições por que boa parte do eleitorado julgava ser o rompimento com o sogro uma manobra política, pois, qualquer dos dois caso vencesse as eleições, voltariam “*para o mesmo lado*”⁸. O processo eleitoral passou, ambos foram derrotados e realmente voltaram a fazer parte de um mesmo grupo político.

⁸ Expressão muito utilizada por munícipes para falar de grupos políticos.

Elegeram-se vereadores dois novos atores ligados ao Assentamento Areia Branca: o atual presidente da Câmara, em vias de mudança do assentamento para a cidade (PSDB e posteriormente PP), sendo parte da coligação que apoiou o atual prefeito. Este vereador até então, mora em uma casa remanescente da sede no assentamento Areia Branca. Seu irmão é assentado no PA Santo Antônio e acredita-se que grande parte de seu eleitorado é proveniente dos assentamentos do município. Questionado sobre suas aspirações no tocante a projetos voltados aos assentamentos, o mesmo responde:

Olha, a gente não dá conta de pensar tudo numa campanha. Você pensa primeiramente no que? Na educação, na saúde que é prioridade e no bem estar do povo. Melhorar... a cidade limpa né? E... Fazer outras coisas que traga benefícios... Acho que como vereador, tem que estar bem com a população né? Se não tiver bem... Tem que fazer alguma coisa para o município né? Meus votos foram boa parte dos assentamentos, não só da Areia Branca onde eu moro, como os outros assentamentos que precisam de um orelhão, às vezes até um ponto de ônibus pro pessoal ficar embaixo quando chove... Trabalhar sobre isso, né? Saneação (entenda-se saneamento básico) da cidade, por exemplo, Marabá não tinha saneação né? A gente sabe que não tinha, mas, existe a constituição e tem que ser seguida... Igual, quando a gente falamos nisso o Zezão (atual prefeito) falou: -Não, vamos fazer... Então, é uma coisa que a gente vai trabalhando em conjunto. A Câmara principalmente... Trabalha nisso aí...

É o que eu falei... a gente tá correndo atrás de um orelhão para o sítio e juntamente com o prefeito fazer uma pracinha com banheiros sanitários... prá quem vem de fora, ou pra quem quer bater um papo na pracinha ter um banheiro né? Então a gente tá correndo atrás dessas coisas para os assentamentos... Um ponto de ônibus... Essas coisas que beneficia os assentados... Estrada... Tava ruim, aí veio a máquina e deu uma arrumada... É o que a gente faz pelos assentados... (E F. vereador, Agosto de 2005).

Também eleito, o filho de um assentado ex - vereador (PP) também fez parte da coligação de apoio ao atual prefeito. Sobre este vereador, nota-se a total ausência de projetos voltados aos assentamentos, como também de uma consciência política, até sobre a importância do papel que poderia desempenhar como vereador junto aos assentamentos. Seu depoimento é flagrante nisso:

Olha, não tenho nenhum projeto para os assentamentos não... Uma coisa que eu sempre lutei e estou quase conseguindo é uma rádio FM para o município. Sempre tive essa vontade e tenho projeto para o esporte né? Fazer campinho de futebol, quadra... (G H. vereador, Agosto de 2005).

Um outro vereador assentado foi reeleito (PSDB). Assentado no PA Areia Branca, até pouco tempo mostrava-se opositor da atual administração. Porém, em recente entrevista, elogiou consideravelmente a atual administração e alegou achar importante o discurso do atual prefeito que, entre outras coisas, teria afirmado ser fundamental a cooperação entre membros de um mesmo partido. Isso explica-se pela situação partidária do atual prefeito que configura-se como bastante interessante: o mesmo era filiado ao PL e, recentemente, desligou-se do partido e filiou-se ao PSDB partido este que, na campanha política, era o principal adversário político e no início da gestão, o principal opositor.

A política continua da mesma forma. Por que todos alguma coisa fez, mais ou menos, mas fez... Apesar de ser adversário político, tenho que admitir que tem sido bom o trabalho do Zezão... (atual prefeito). Não sei como vai estar daqui um ano, mas hoje tá bom. Ele mudou de partido né? Veio pro meu... (risos), o que é bom a gente tem que apoiar... (L. A. vereador, Agosto de 2005).

As iniciativas bem como a postura adotada por esses atores no âmbito das políticas voltadas aos assentamentos, é o que veremos a seguir.

As iniciativas municipais para os assentamentos

No que diz respeito a políticas públicas voltadas aos projetos de assentamentos, foram criadas em Marabá Paulista as Divisões de Agricultura e Abastecimento e a de Desenvolvimento Agrário, e por meio da lei complementar de nº 020 de 29 de dezembro de 2004, cria os cargos respectivos de chefia, utilizados para continuar atendendo os interesses de determinado grupo na próxima gestão. Sobre isso, é importante destacar o corpo desta Lei, que criou apenas os cargos de chefia e não as Divisões citadas.

A Divisão de Desenvolvimento Agrário começou suas atividades em maio de 2005. Ninguém no município sabe o efetivo papel desta divisão. Não há um plano de atividades ou mesmo atribuições que ressaltem, de fato, o trabalho que será desenvolvido ou objetivos concretos que serão buscados. O chefe da referida Divisão (único cargo existente), é líder de um dos assentamentos do município (PA N Sra. Aparecida) e colaborou com a campanha política do atual prefeito. De acordo com informações obtidas por meio de conversas informais com outras lideranças assentadas bem como com demais munícipes, pode-se afirmar que tal Divisão foi criada para atender (por meio dos chamados “cargos de confiança”) às práticas clientelistas comuns no município. Quando questionado sobre o papel da referida Divisão, “C.” (filiado ao PSDB) responde:

O nosso projeto aqui é o seguinte: não está vinculado à projeto da prefeitura porque para a prefeitura para bancar todos esses projetos, com a arrecadação ela não pode fazer investimentos, então... a gente tá aqui mais prá dar uma assistência, pedir ao

INCRA, Socorro ao ITESP, ao governo do Estado alguma ajuda para os assentamentos (“C.”, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrário, Julho de 2005).

Tendo em vista a confusa atribuição desta Divisão, perguntamos ao Sr. “C.” sobre ao que se referia ao falar de “assistência” e sobre a situação atual da Divisão. Ele nos respondeu:

É... a prefeitura dá assistência... Assistência é maquinário, trator, aí a prefeitura dá essa assistência para os pequenos produtores, para mexer com a terra e para trabalhar... O nosso município é muito rico em áreas de terras devolutas, mas, os grandes fazendeiros não estão colaborando em fazer uma partilha certa que seja uma parte para a Reforma Agrária, então o desenvolvimento do município depende do Estado, o Estado não dá áreas por que depende da justiça e esse processo é delicado para desenvolver. Nos só podemos fazer alguma coisa se isso se resolver... (“C.”, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrário, Julho de 2005).

Sobre as práticas clientelistas refletidas nas contratações dos chamados “cargos de confiança”, “C.” nos dá pistas de que seu cargo é um exemplo de tais práticas notórias.

Por que é o seguinte... a gente luta pela terra porque a gente tem filho, tem parente, tem amigo, então, todo mundo depende de um pedaço de terra para sobreviver e trabalhar. No meu caso eu tenho filho formado em contabilidade, e tudo morando no assentamento. Então... se a pessoa tem desenvolvimento para trabalhar, então é uma coisa que deixa a pessoa profissionalizado no trabalho e daqui (Divisão de Desenvolvimento Agrário) foi assim... uma coisa nossa para o povo e teve o apoio do ex prefeito, tô tendo o apoio do prefeito agora, estamos aí representando a comunidade por isso... (“C.”, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrário, Julho de 2005).

Outro exemplo claro de relações clientelistas baseia-se no fato da ausência efetiva, no setor do chefe da Divisão de Agricultura e Abastecimento. Apesar de designado, sabe-se que o responsável pela função exerce outros serviços que nada tem a ver com as atribuições de seu cargo. Procurado para responder simples questões relacionadas aos assentamentos, o mesmo afirmou que foi “nomeado apenas por conta da necessidade do preenchimento de vaga existente para o cargo”.

Ainda sobre a Divisão de Agricultura, percebemos que a mesma está apenas envolvida com um projeto de microbacias. Apesar deste projeto abranger parte de um dos assentamentos, não há políticas voltadas aos problemas enfrentados pelos assentados.

Sobre este projeto, sabe-se que uma exigência para o repasse de verbas seria a criação ou existência de um Conselho de Desenvolvimento Rural. O mesmo foi criado no município, porém, configura-se estritamente como mera formalidade. Quando procurados para discutir tais políticas, ou mesmo a ausência delas, os dois

engenheiros agrônomos (aliás, os únicos que respondem pela divisão), limitam-se em dizer que são subordinados ao EDR⁹ de Presidente Venceslau e, ainda que houvessem políticas voltadas aos assentamentos, a acomodação por parte dos assentados não permitiriam um avanço ou o desenvolvimento dos mesmos. Grande foi a nossa dificuldade em obter documentos oficiais sobre a existência deste Conselho ou ainda da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Areia Branca. Afirmaram-nos que tais entidades existem para atender apenas as formalidades do projeto de microbacias. Conseqüentemente, não haveriam documentos como atas de reuniões por exemplo. Não obstante, tal característica (acomodação) é também bastante presente no discurso da grande maioria das pessoas que residem nos assentamentos. Segundo os assentados, a ausência de uma postura coletiva (associativa) no que diz respeito à busca de interesses comuns é marcante. Este fato é causador de descontentamento entre os assentados, que acreditam fazer parte desta realidade de acomodação sem qualquer perspectiva de mudança.

Este contexto pode ser explicado na formação dos assentamentos. Surgidos a partir de acordos entre os proprietários das terras e Estado, eles prescindiram da mobilização politizada destes sem-terra, que não precisaram se organizar para ter o acesso a terra. Outro fato (e talvez seja este o principal) que explica tal acomodação por parte dos assentados é a relação política existente no município que se reflete com grande evidência nos assentamentos. O individualismo associado a práticas clientelistas notórias. Quanto a tais relações, Marabá Paulista destaca-se pela forte influência das relações políticas nas ações dos agentes participantes deste jogo (sejam eles políticos ou não). Costuma-se ouvir, com grande freqüência, que o processo eletivo no município não termina com o fim das eleições. Ao contrário, conforme observado no histórico político do município, as disputas políticas intensificam-se por meio do que podemos chamar de “cultura da dádiva” (BARONE; FERRANTE; WHITAKER; 2004), com prêmios aos que, de alguma forma, ajudaram na campanha política. Em contrapartida, tem-se a “perseguição” (especialmente de funcionários públicos municipais) dos que votaram em outro candidato.

Sobre isso, é bastante interessante a denominação usada para esses eleitores: Eles são chamados de “cara-preta”. E não porque votaram em outro candidato, mas, segundo os próprios munícipes, por que votaram “contra” o atual prefeito. Tais eleitores são facilmente identificados por se tratar de um município de pequeno porte, onde todos se conhecem e, conseqüentemente, manifestam suas preferências políticas.

Um dos vereadores assentados, que exerce seu mandato na atual gestão, encaixa-se na referida denominação (pois foi opositor da atual gestão na campanha, embora pareça estar repensando sua postura) e acha graça quando

⁹ Escritório de Desenvolvimento Rural.

o assunto gira em torno do tema. Segundo ele, tais práticas sempre existiram no município e seria pouco provável vislumbrar uma possível mudança. Surpreendente é a postura desses atores com relação ao quadro político. Foi simplesmente incorporada a idéia de que as práticas clientelistas fazem parte do cotidiano e que, com isso, grupos se alternam no controle do poder, disseminando a falsa idéia de que, ao longo do tempo, todos serão beneficiados ainda que, cada grupo em determinado período.

Marabá é assim mesmo... (risos). Sempre teve esse negócio de cara-preta. Mas conforme a gente tá acostumado a ver, às vezes ganha um, às vezes ganha o outro... E vamos tocando em frente... (mais risos) (L. A. vereador, Agosto de 2005).

Bastante peculiar é o grau de parentesco presente entre os que controlam o poder, bem como os que um dia controlaram. E como tais parentes foram “ajudados” no que diz respeito também a melhoria financeira. Filhos de prefeitos são vereadores (o da atual gestão, além disso, ocupa o cargo de chefia do setor de compras), sobrinhos ocupam os chamados cargos de “confiança”, etc. Estranhamente, cunhados (outrora sem condições financeiras) ocupam cargos importantes, reformam suas humildes casas, transformando-as em objeto de cobiça daqueles que um dia sonham em participar de mesa tão farta. (irmãos, tios). Sobre o nepotismo declarado em Marabá Paulista, este é peça fundamentalmente presente no cenário político, fato este ameaçado pelos rumores da aprovação da lei que proíbe tal prática e motivo de grande preocupação daqueles que “sobrevivem” disso. Esse, sem dúvida, é reflexo da falta de oportunidades econômicas, tornando a disputa política por uma disputa por salários públicos.

Tais relações são também recorrentes nos assentamentos, onde seus representantes (vereadores) “passeiam” pelo palco político desprovidos de qualquer consciência das profundas transformações que poderiam causar neste cenário. A dinâmica sócio-política entre esses atores e os assentados se dão de forma que se mantenha o controle político tradicionalmente exercido. As reivindicações dos assentados aos vereadores ali residentes são de cunho estritamente individualista, no qual restringem-se a favores. Quando perguntados sobre os projetos a serem desenvolvidos nos assentamentos, tais vereadores limitam-se a usar exemplos que fazem parte das atividades comuns, ou seja, atividades obrigatórias ao poder público municipal, como transporte, saúde, etc. Boa parte das irregularidades encontradas nos assentamentos é advinda das trocas de favores entre os aliados políticos. Há suspeitas de que lotes são comprados por aliados com dinheiro recebido de cofre público. Sobre as relações existentes entre o P.A. N Sra. Aparecida, podemos afirmar que tal relação revela um componente bastante clientelista. Algumas pessoas permanecem proprietárias de lotes sem ao menos possuir alguma edificação no mesmo, entre outras irregularidades “não constatadas” pelo ITESP.

O P. A. Santa Maria com ampla participação do MST em seu processo de formação (o que difere das informações iniciais prestadas pelo ITESP) enfrenta um problema no que diz respeito à instalação de um posto de saúde numa das casas remanescentes da sede da antiga fazenda. O imóvel em questão já teria sido cedido a prefeitura, porém, este órgão recusa-se a entrar em conflito com os assentados que a ocupam. A postura adotada pelos demais assentados é de acomodação conforme podemos observar.

É... O prefeito não tem culpa né? Ele quer fazer alguma coisa, mas, o pessoal lá (assentados) não desocupa a casa, então fica difícil, a gente fica meio que sem saber o que fazer. (M N. assentada no P. A. Santa Maria Outubro de 2005).

Em conversas informais com agentes da prefeitura municipal, soubemos que a situação prosseguirá até que os assentados desocupem espontaneamente o imóvel, o que a prefeitura municipal acredita acontecer em breve.

A administração municipal, apesar de manter as bases clientelistas tradicionais, tenta agora conquistar os eleitores ora opositores, fazendo com que estes sejam inseridos na cultura da dádiva, traduzida por “ajuda” concreta: doação de materiais para a reforma de casas, litros de combustível, entre outros “presentinhos”. Embora aos opositores sejam dados tais “presentes” em menor quantidade, comparando com os “presentes” dados aos aliados. Existe também a preocupação de tornar um pouco mais visível aos olhos do povo as obras realizadas não mais que obrigatórias, haja vista os repasses de recursos para tanto. Isso é feito por meio de um bom marketing e, sobretudo pela disseminação da idéia do fim da “perseguição política” aos que “votaram contra” a atual gestão.

Considerações finais

Nossa maior preocupação foi evidenciar as relações entre o Poder Local e os assentamentos rurais em Marabá Paulista. Constata-se a interferência de um agente do Poder Local (vereador) na seleção de famílias no P. A. Areia Branca (1988). Na cidade, é corrente a opinião de que este agente só foi “eleito” por causa dessa prática de clientelismo.

A maior interferência nesse sentido foi a do então prefeito João Silva (1997-2000), então filiado ao PSDB – partido dos governos Estadual e Federal. Por sua pressão, conseguiu-se instalar o P. A. Santo Antônio de Marabá Paulista (com 73 lotes), em 1999. A seleção das famílias deste P. A. foi totalmente controlada por João Silva. A pesquisa revela, também, o quanto essa população assentada lhe é fiel, como constatado no episódio do PMDLIS, promovido na gestão de um desafeto do momento (2001-2004), no qual os assentados se recusaram a participar. Sobre a proximidade do político local com o governo do Estado, podemos observar que tal característica - marcante na época coronelista (LEAL, 1975) - é corrente em Marabá Paulista.

Sobre os conselhos gestores, a teorizada possibilidade dos mesmos se constituírem em espaços de promoção cidadã (ABRAMOVAY, 2001) não se verifica no contexto estudado. Como exemplo disso, no que tange aos assentamentos, temos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, praticamente inativo – ou, “uma formalidade”, no dizer do agrônomo da Divisão de Agricultura e Abastecimento.

Especificamente no caso dos órgãos municipais, a instauração de ambas as Divisões que tratam (ou deveriam tratar) da área rural - Divisão de Agricultura e Divisão de Desenvolvimento Agrário – revela muito mais a política de favores pessoais e aliados políticos.

[...] há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios... assim se manifesta o paternalismo, com sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito... mas, a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora (LEAL, 1975 p.39).

A questão principal que animou a pesquisa é a possível mudança na cultura política através da participação de assentados nas instituições do Poder Local (entendidas aqui como Prefeitura e Câmara Municipal). Não há bloqueio de uma oligarquia agrária à participação de assentados nos âmbitos institucionais do poder público municipal, como se constata pela seguida eleição de vereadores assentados e, até mesmo, a nomeação de assentado para a Divisão de Desenvolvimento Agrário.

A relação entre o poder público municipal com os assentamentos se dá através de um contato mais direto e freqüente com a população, provocado pelas demandas normais desta em relação à Prefeitura. A tentativa de “aliciar bases eleitorais no assentamento mediante práticas clientelistas” (BARONE, 2004, p.115) foi observada nos vários momentos da pesquisa. Se não há bloqueio, há a prática do “curral”, conforme já visto em outros trabalhos:

[...] Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos “currais”, na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderno (BARONE, 2004, p. 110).

A participação dos assentados se dá nos moldes tradicionais, não alterando a cultura política do município. A não participação - em grande escala – de movimentos de sem-terra (sobretudo o MST) na conquista desses assentamentos é um fator que tende a levar para a acomodação desses agentes ao modo de fazer política tradicional.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. In: Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Emater - RS / Fetag – RS / GTZ, 2001.

ANTÔNIO, A. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990** Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

BARONE, L. A. **Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese de Doutorado. FCL, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.

_____. **Reverendo o clientelismo político num assentamento de Reforma Agrária: Da Camisa- de- força à dialética do controle**. In: Retratos de Assentamentos, nº 09, 2004. ISSN – 1516-8182

_____; FERRANTE, V.L.S.B **Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária** In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo: Campinas, FEAGRI/UNICAMP, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DANIEL, C. **Gestão Local e Participação da Sociedade**. In: PÓLIS, n. 14 Instituto Cajamar – Instituto Pólis, Fevereiro 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano **MST formação e territorialização** São Paulo: Hucitec, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A ; BARONE, L. A. **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência (Projeto de Auxílio Integrado CNPq)** Araraquara, Presidente Prudente: UNIARA, FCL/UNESP, FCT/UNESP, 2004.

KERBAUY, M. T. M. **A Morte dos coronéis: política interiorana e poder local** Araraquara: Cultura Acadêmica, 2000.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.